



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

LIA MIRELLY TÁVORA MOITA

**“A LEI DA MEGALÓPOLE” PARA A CRONISTA NA DITADURA MILITAR:
ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA ESCRITA DE RACHEL
DE QUEIROZ (1964 – 1984).**

FORTALEZA-CEARÁ
2018

LIA MIRELLY TÁVORA MOITA

“A LEI DA MEGALÓPOLE” PARA A CRONISTA NA DITADURA MILITAR:
ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA ESCRITA DE RACHEL DE
QUEIROZ (1964 – 1984).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso

FORTALEZA – CEARÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Moita, LiaMirelly Távora.

“A Lei da Megalópole” para a Cronista da Ditadura Militar:
Aspectos da Modernização Conservadora na Escrita de Rachel de
Queiroz (1964 – 1984). [recurso eletrônico] / Lia Mirelly Távora
Moita. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho
acadêmico com 169 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim
(19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico
em História e Culturas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Ph.D. Gleudson Passos Cardoso.

1. Igreja Católica. 2. Práticas Letradas. 3. Temporalidades. 4.
Poder. I. Título.

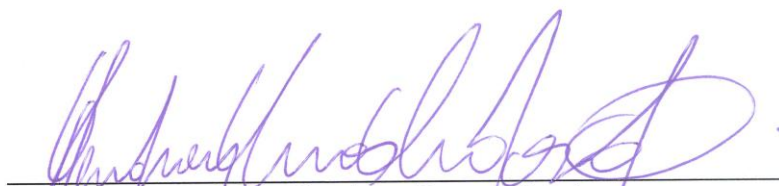
LIA MIRELLY TÁVORA MOITA

“A LEI DA MEGALÓPOLE” PARA A CRONISTA DA DITADURA MILITAR:
ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA ESCRITA DE RACHEL DE
QUEIROZ (1964 – 1984).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas.

Aprovada em: 02/04/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará – MAHIS/UECE
Orientadora



Prof. Dr. Samuel Carneiro de Maupeou
Universidade Estadual do Ceará - UECE
Membro Interno



Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Júnior
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/UECE
Membro Externo

Para os meus pais e meu Joãozinho

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que sempre priorizaram os meus estudos e, hoje, são meus principais incentivadores.

Agradeço as minhas irmãs, Karol Moita e Liana Rodrigues, por sempre torcerem pelo meu êxito, ouvirem minhas angústias e compartilharem minhas alegrias, acreditando que eu daria conta de tudo antes mesmo da seleção de mestrado.

Agradeço as minhas tias, pelo incentivo e pelas alegrias compartilhadas em cada passo acadêmico meu.

Agradeço, especialmente, aos meus dois grandes amigos, Nágila Maia e Rodrigo Cavalcante, por todo incentivo, palavras duras e doces, pela confiança e por toda ajuda, por todas as leituras e críticas que só me ajudaram a crescer. Sem vocês, eu nunca teria saído do imobilismo.

Agradeço aos amigos feitos durante o Mestrado, por todas as discussões enriquecedoras que extrapolaram as questões históricas e por todas as vezes que eles ajudaram aliviar esse período tão extenuante da minha vida. Obrigada Eustáquio, pelas palavras doces e maduras, Thiago, por toda ajuda e disponibilidade, Thais, por toda leveza, sintonia e por todas as risadas despendidas em momentos aleatórios.

Agradeço a minha amiga, Germana Dantas, por toda a ajuda, incentivo e por todas as revisões textuais que vinham carregadas de “puxões de orelha” bem amorosos. Agradeço, também, a minha outra corretora Nágela Ferreira, que abdicou de várias atividades pessoais para me ajudar no momento final da dissertação.

Agradeço a minha prima Kécya Moita, um grande exemplo de nordestina “arretada” no mundo acadêmico do Sudeste, que gastou um dia inteiro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para me ajudar na coleta de fontes para a pesquisa.

Agradeço aos meus amigos, que compreenderam minha ausência, meu humor terrível, minha ansiedade, meus dramas, estando sempre ao meu lado, quando possível: Ronaldo Lourenço, Ricardo Melo, Ívila Bessa, Rafaella Fernandes, Fabiana Cordeiro, Thiala Carvalho, Aline Torres, Tatianna Beserra, Nájila Cunha, João Victor Santos, Fabiano Sousa e Elen Costa.

Agradeço à banca de qualificação, Prof.^a Valéria Aparecida Alves e Prof. Edmilson Alves Maia Júnior, que, contribuíram com comentários e com sugestões extremamente enriquecedores, incorporadas, na medida do possível, ao texto final.

Agradeço aos professores e funcionários do MAHIS, em especial ao Samuel Maupeou, que contribuiu muito para esta pesquisa, acerca de uma bibliografia voltada para a área de estudos urbanos, culturais e sociais nas suas disciplinas.

Agradeço ao Professor Gleudson Passos Cardoso, orientador e novo amigo, por todas as contribuições no processo de escrita, por toda disponibilidade e paciência com todas as minhas angústias acadêmicas.

“Até então, para mim, paredes eram feitas de livros, sem o seu suporte desabariam casas como a minha, que até no banheiro e na cozinha tinha estantes do teto ao chão. E era nos livros que eu me escorava, desde muito pequeno, nos momentos de perigo real ou imaginário, como ainda hoje nas alturas grudo as costas nas paredes ao sentir vertigem. E quando não havia ninguém por perto, eu passava horas a andar de lado rente às estantes, sentia certo prazer em roçar a espinha de livro em livro.”

(Chico Buarque, 2014)

“Palavra prima
Uma palavra só, a crua palavra
Que quer dizer
Tudo
Anterior ao entendimento, palavra
Palavra viva
Palavra com temperatura, palavra
Que se produz
Muda
Feita de luz mais que de vento, palavra
Palavra dócil
Palavra d'agua pra qualquer moldura
Que se acomoda em balde, em verso, em mágoa
Qualquer feição de se manter palavra
Palavra minha
Matéria, minha criatura, palavra
Que me conduz
Mudo
E que me escreve desatento, palavra
Talvez à noite
Quase-palavra que um de nós murmura
Que ela mistura as letras que eu invento
Outras pronúncias do prazer, palavra

Palavra boa
Não de fazer literatura, palavra
Mas de habitar
Fundo
O coração do pensamento, palavra”

(Chico Buarque, 1995)

RESUMO

O governo militar, no Brasil, possibilitou um processo denominado *modernização conservadora*, que gerou ações que pareciam contraditórias, produzindo, ao mesmo tempo, impulsos conservadores e modernizadores. Essas ações não eram excludentes e sim complementares, já que o desejo modernizador implicava em um desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando a expansão industrial, urbanização e mecanização do campo, transformações na máquina do Estado e o incentivo às atividades empresariais. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, além de promover a integração da sociedade brasileira. Dessa forma, à luz desse contexto histórico, esta dissertação pretende analisar as crônicas de Rachel de Queiroz, publicadas na seção *Última Página* da revista *O Cruzeiro*, entre os anos de 1964 e 1975, e as do jornal *O Povo*, no segmento de política, entre os anos de 1977 e 1984. Esses textos também traziam algumas características que aparentavam ser paradoxais, uma vez que podemos observar o alinhamento da escritora com as ideias dos generais chefes do Executivo no país, como também podemos observar seu incômodo com os frutos da modernização conservadora. Ou seja, ora estava afinada com as transformações estruturais, econômicas e educacionais de cunho liberais, com a vertente conservadora, que desejava mais do que apenas o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção da nação; ora se mostrava enfadada com os frutos da modernização conservadora, com a excessiva mecanização, com os grandes prédios de concreto erguidos, com os muros que tornavam a vida cotidiana cada vez mais impessoal e rápida, nas grandes cidades, alterando costumes e comportamentos de jovens e mulheres. Desta forma, o objetivo dessa pesquisa é compreender como a cronista viu, sentiu e experimentou as mudanças nos equipamentos urbanos, nas inovações tecnológicas e científicas, que se efetivavam nas cidades do país e como esta escritora, fenômeno literário dos anos 1930 e 1940, teve sua obra sombreada durante a ditadura militar por causa de suas relações de adesão com o governo militar e de suas declarações polêmicas. Obviamente, sem deixar de considerá-la um sujeito múltiplo cuja trajetória foi marcada por um percurso que se alterou ao longo do tempo.

Palavras-chave: Rachel de Queiroz. Ditadura Militar. Modernização Conservadora. Crônicas.

ABSTRACT

The military government, in Brazil, enabled a process called conservative modernization, generating actions that it seemed contradictory, producing, at the same time, conservative and modernizing impulses. These actions were not excluding, but complementary, as the modernizing ambition implied in an economical and technological development, generating the industrial expansion, urbanization and mechanization of the field, transformations in the State machinery and the incentive to the business activities. The conservative impulse was connected to the willingness of preserving the social order and the traditional values, besides promoting the integration of the Brazilian society. Thus, according to this historical background, the present study intends to analyze the Rachel de Queiroz's chronicles, published in the section *ÚltimaPágina* of the *O Cruzeiro* magazine, between 1964 and 1975, and other chronicles of the *O Povo* newspaper, in the politician segment, between 1977 and 1984. These texts also presented some characteristics that seemed to be paradoxical, because it is possible to observe the writer's alignment with the head generals' ideas of the Executive Branch in the country, as also her discomfort with the results of the conservative modernization. In other words, at the same time she agreed with structural, economic and educational transformations of liberal mark, with conservative aspect that wished more than only the expurgation of the revolutionary left-wing movement and nation corruption; besides she also seemed fed up with the results of the conservative modernization, with excessive mechanization, big constructions of skyscrapers, walls that became the daily routine more impersonal and faster each day, changing customs and youth and women behaviors. Therefore, this research aims to comprehend how the chronicler observed, felt and experimented the changes of urban machines, technological and scientific innovations that were being implemented in the cities of the country and how this writer, literary phenomenon of the 1930s and 1940s that had her work shaded during the military dictatorship because of her adhesion relationships with the military government and controversial public statements. Obviously, it shall be also taken into account the fact that she is considered a multiple individual, whose trajectory was marked by a path that changed over time.

Keywords: Rachel de Queiroz. Military dictatorship. Conservative modernization. Chronicles

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
BEMFAM	Sociedade Civil Bem Estar da Família no Brasil.
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBA	Comitê Brasileiro de Anistia
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima.
ESG	Escola Superior de Guerra
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.
IPPF	International Planning Parent Hood Feederation
MPB	Música Popular Brasileira
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MDB	Movimento Democrático Nacional
MR8	Movimento Revolucionário 8 de abril.
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL	Instituto Nacional do Livro
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JK	Juscelino Kubitschek
ONU	Organizações das Nações Unidas
PDS	Partido democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRORURAL	Programa de Assistência Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNE	União Nacional dos Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	“A NOVA REVOLUÇÃO”: CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ ESCRITAS DURANTE A DITADURA MILITAR.....	20
2.1	“O GRANDE DESAFIO”: A DITADURA MILITAR NA ÚLTIMA PÁGINA DA REVISTA O CRUZEIRO	21
2.2	“AINDA APOSTO NO BRASIL”: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO JORNAL O POVO	35
2.3	“PRECISAMOS DE AMIGOS DE ACORDO COM OS DIFERENTES ÂNGULOS DO CORAÇÃO”: CÍRCULOS SOCIAIS PERCORRIDOS POR RACHEL DE QUEIROZ E LOCAIS DE DIVULGAÇÃO DAS CRÔNICAS	51
3	“HORA DECISIVA”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM MEIO À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	70
3.1	“GOSTO DE BRASIL” OU “LEI DA MEGALÓPOLE?”: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO.....	71
3.2	“O MILAGRE E O SERTÃO”: ALTERAÇÕES NO ESPAÇO RURAL	91
4	“NEVES DE ANTANHO”: TRANSFORMAÇÕES NOS COSTUMES E NOS COMPORTAMENTOS.....	108
4.1	AS MENININHAS DE RACHEL DE QUEIROZ: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA CONDUTA FEMININA.....	109
4.2	OS JOVENS BICHOS DE RACHEL DE QUEIROZ: APRECIÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES NO COMPORTAMENTO DOS JOVENS.....	122
4.3	“A INTRUSA DE AGORA RENEGA TUDO - DE DANTES - SEJA CORPO, ALMA OU CENÁRIO”: RACHEL DE QUEIROZ, TEMPO E MEMÓRIA	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	156

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade bombardeada, transformada de repente naquela selva de pedra, onde não brota nada, só terror e miséria.

Isso é bom para rebater o orgulho dos homens ante essas maquininhas que hoje são a razão de sua vida. Pensavam que eram deuses, que nada lhes era mais proibido? Pois neste seu paraíso de fios de arame e rodelinhas de latão, basta um pequeno descontrole de funcionamento para desmoronar tudo, acabar tudo. E se vão ver nus e inermes, num mundo inimigo, desconhecido, que eles deliberadamente ignoram (QUEIROZ, 1993, p.14).

Esse olhar de desconfiança e ao mesmo tempo de conforto diante do mundo moderno, presente na epígrafe, é uma marca recorrente nas crônicas de Rachel de Queiroz, ao longo dos anos. Contudo, no centro das suas inquietações não só eram habituais suas descrenças na tecnologia, mecanização do cotidiano, velocidade e alterações nos costumes, mas também, seu encantamento diante dos benefícios proporcionados pelas construções modernas. Essa mescla entre a descrença e o fascínio confere uma característica singular aos seus textos, pois denotam uma cronista, que apegada ao passado, percebia o futuro cada vez mais irremissível.

Após sua morte em 2003, a escritora Rachel de Queiroz, uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, foi constantemente lembrada, não por suas críticas ou louvações ao progresso, mas por pesquisas acadêmicas que destacavam seus romances regionalistas, engajados com questões políticas e sociais, seus textos cujo conteúdo revelava sua ligação íntima com o sertão e pelas personagens femininas que denotavam uma preocupação da escritora com os avanços e retrocessos no processo de autorrealização da mulher. As protagonistas da escritora subvertiam a ordem diante de situações polêmicas para a época, como casamento, divórcio, maternidade e sexualidade. A própria autora se orgulhava de suas criações: “minhas mulheres são danadas, não são? Talvez seja ressentimento do que eu não sou e gostaria de ser” (DE FRANCESCHI, 1997, p.26).

Ao contrário do que afirma acima, Rachel de Queiroz foi uma mulher que tornou-se afamada por ser à frente de sua época, única escritora aceita como representante do movimento modernista e “uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional e político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever” (HOLLANDA, 2004, p. 297). No entanto, a partir de pesquisas pessoais visando a problematizar a obra da escritora, deparei-me com um texto escrito no final dos anos 1990, pela professora Heloísa Buarque de Hollanda, que apresentava Rachel de Queiroz, até então, desconhecida por mim: figura de trajetória controversa, dona de declarações polêmicas, que primou por construir uma memória controversa, na contramão da História, uma vez que foi comunista no início de carreira, trotskista durante o Estado Novo e se autodefiniu liberal de

esquerda quando participou das confabulações que antecederam o golpe de 1964 e a posse de Castelo Branco. Por causa dessas incongruências políticas e ideológicas, “Rachel, o fenômeno literário dos anos 30-40, passou a ser subestimada pela nova geração crítica” (HOLLANDA, 1997, p.104), no momento que estava sendo estabelecido o cânone acadêmico dos estudos literários.

A partir dessas características e informações iniciais, ressaltando o aspecto contraditório presente na trajetória e escrita da cronista, surgiu a primeira proposta de **estudo: “A Lei da Megalópole na Última Página”: o caráter contraditório da escrita de Rachel de Queiroz em meio às transformações urbanas (1964-75)**, que objetivava analisar paradoxos presentes nos textos da escritora para a revista *O Cruzeiro*. No entanto, ao longo do ano de 2016, perpassando as disciplinas do mestrado e avaliando sugestões dos professores, especialmente do meu orientador, quanto ao aporte teórico – metodológico e a problemática central, a pesquisa amadureceu, expandindo as fontes, o recorte temporal e a discussão, passando a se chamar: **“A Lei da Megalópole” para a cronista na ditadura militar: aspectos da modernização conservadora na escrita de Rachel de Queiroz (1964 – 1984)**.

Sendo assim, a pesquisa adquiriu a dimensão de um estudo de História com um recorte mais amplo e afastou-se da tendência historiográfica do Ceará, que prima pelo local. Afinal, o propósito é investigar como Rachel de Queiroz¹, que morou boa parte da sua vida no Rio de Janeiro, viu e experimentou as transformações em decurso, durante a Ditadura Militar no Brasil. A partir das leituras sobre a escrita de si, de Ângela Castro (2004), passei a analisar a cronista, não mais pelos seus aspectos contraditórios, mas como sujeito múltiplo, cuja trajetória se alterou ao longo do tempo e, também, que construiu também uma memória de si mesma buscando reproduzir certa coerência à sua história de vida. Para isso, foram utilizadas as crônicas publicadas de forma exclusiva, na seção *Última Página*, em *O Cruzeiro*, de 1964 até o fechamento da revista em 1975. Visando dar continuidade à análise da escrita da literata, durante período ditatorial, e diferenciar essa pesquisa das demais que abordam a cronista na mesma época, foram usados textos reproduzidos no jornal *O Povo*, na página destinada aos assuntos políticos, entre 1977 e 1984². Esses periódicos foram escolhidos graças aos

¹ A escritora emigrou para o Rio de Janeiro em 1939, encontrando novas oportunidades profissionais e círculos literários. Foi lá que ela escreveu grande parte das suas crônicas veiculadas em grandes veículos de informação, até mesmo quando se destinavam à imprensa cearense. No entanto, há alguns indícios de textos escritos, durante suas férias, no sertão de Quixadá, no interior do Ceará.

² Não foram encontradas crônicas de Rachel de Queiroz publicadas no jornal *O Povo* em 1975, 1976 e 1985. Para compor esses anos nos quais a escritora esteve ausente da seção analisada do periódico e para preencher outras lacunas de sua escrita, foram utilizados alguns textos dela veiculados no jornal carioca *Última Hora* e no *Diário Pernambucano*, também pertencente aos *Diários e Associados*, assim como a revista *O Cruzeiro*.

duradouros laços afetivos e profissionais estabelecidos entre a escritora e as empresas de comunicação.

Tomando por base a complexidade do período estudado e a profusão de temas abordados pela escritora, foram lidas inúmeras crônicas e escolhidas 198 entre elas, para análise metodológica, pois faziam referência ao processo de modernização vivenciado no Brasil e se alinhavam a um conceito fundamental para esse estudo, a modernização conservadora. Sabe-se que esse termo, a partir da leitura de Ortiz (2006), Motta (2014) e Pires (2009), se refere às políticas implantadas especialmente pela Ditadura Militar, reunindo características modernizadoras e conservadoras que se complementavam. O propósito autoritário – conservador visava a manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente em relação à participação política, e combater as ideias consideradas subversivas nos campos político e cultural, objetivando defender os valores tradicionais, como a pátria, a família e a moral cristã. Além disso, para deixar claro que essas ideias modernizadoras faziam parte de um projeto mais amplo, elaborado pelos militares, denominado Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi utilizado *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de Alves (1985).

Para analisar a modernização conservadora na ótica de Rachel de Queiroz, suas crônicas, problematizadas e cotejadas pela análise historiográfica, ocupam a posição de destaque nessa pesquisa. A partir da leitura de Pesavento (1997), compreende-se que esse gênero, considerado a soma entre o jornalismo e a Literatura, é capaz de transmitir informações acerca das transformações de espírito e das mentalidades que permearam as ações da sociedade e a direção do país, pois ela é fruto das habilidades criativas do autor, somadas à sua vivência cultural e histórica, além dos seus interesses pessoais. Assim sendo, os textos da escritora nos permitem compreender as reflexões, as críticas, as atribuições de valor e as experiências da cronista no momento de sua produção, tendo em vista que elas carregam as suas representações. Esse conceito, representação, categoria central da História Cultural, é uma construção a partir do real, portadora do simbólico, que envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. De acordo com Chartier:

A História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

A crônica tem, em especial, a característica de encerrar em suas linhas a visão que o autor possui da *cidade – conceito*³ que o cerca, as reflexões sobre o ambiente urbano, a contemporaneidade vivida, a aceleração do tempo que compõe a trama da escrita. Nos textos de Rachel de Queiroz, a urbe aparece em meio às metamorfoses geradas pela modernização conservadora, tanto nos aspectos físicos, educacionais e comportamentais, como nas representações simbólicas, mesclando o horror ao encantamento em relação aos efeitos do progresso. Portanto, a cronista, por meio dos seus textos, transformou lugares em espaços⁴, construindo, assim, uma cidade praticada.

Sabe-se também que as crônicas são formadoras de opinião, uma vez que sua veiculação, pelas empresas de informação, pode gerar notícias que promovem ideias e imagens produtoras de determinados comportamentos e reações, que seriam convenientes para a lógica da modernização conservadora. De acordo com essa perspectiva, Rachel de Queiroz, através de seus textos nos periódicos, está inserida na metrópole com uma rotina semanal de pensar a cidade, junto com sua essência simbólica, pensada e materializada em obras modernizadoras. Dessa forma, a cronista, não só por meio de escritos, mas com engajamento político, se apropriava da revista *O Cruzeiro* e do jornal *O Povo* como forma de inserção social, prática que era ambiente de lutas e disputas pelo exercício do poder e do capital simbólico. Consequentemente, produzia práticas letradas, posto que “são realizações praticadas cotidianamente em prol do letramento, com a difusão de ideias e visões de mundo e de sociedade [...]” (CARDOSO, 2016, p.15), que muitas vezes se aproximavam das ideias da Ditadura Militar vigente no Brasil.

Para analisar as crônicas rachelianas selecionadas, além de entrecruzar com uma bibliografia vasta sobre o período estudado, foram consultados alguns trabalhos biográficos que ajudaram a compreender essa trajetória múltipla da escritora. Merecem destaque as obras de José Murilo de Carvalho e Heloísa Buarque de Hollanda, a entrevista concedida a Hermes

³ De acordo com Certeau (2000) a cidade- conceito seria um lugar de citações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade.

⁴ Ainda de acordo com Certeau (2000), em a Invenção do Cotidiano, lugares são delimitações geográficas estáticas e espaços são lugares praticados. Sendo assim, “a rua geometricamente definida por urbanismos é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (CERTEAU, 2000, p.202). Dessa forma, pode-se afirmar que Rachel de Queiroz construiu uma cidade praticada, pois a partir de relatos de experiências vividas na urbe, organizava também espaços.

Rodrigues Nery e editada em livro, além das memórias, *Tantos Anos*, escritas pela própria Rachel de Queiroz e pela sua irmã Maria Luíza Queiroz.

Foram também identificadas, nos caminhos da pesquisa, duas teses bastante valorosas sobre a cronista estudada. Natália de Santana Guerellus, em *Um Castelo de Cartas: culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910 – 1964)*, na qual traz, como tônica principal, é a biografia da autora até o ano de 1964 e forneceu detalhes interessantes da trajetória política e social da autora nos momentos que antecederam o golpe militar. Já em “*A Última Página de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*”, de Raquel de França dos Santos Ferreira, foi analisada a escrita política da autora por meio dos seus textos publicados em *O Cruzeiro*, desde os antecedentes do golpe militar, até 1975, ademais discutiu concepções políticas, profissionais e pessoais da cronista estudada, observando os caminhos percorridos e projetos de nação defendidos por ela, durante o período pesquisado. Pouco antes de concluir essa pesquisa, deparei-me com a dissertação de Fernanda Coelho Mendes, “*A Fiadora do Governo*”: *As crônicas de Rachel de Queiroz na revista O Cruzeiro (1960- 1975)*, que analisou cuidadosamente, além dos textos nos periódicos, as principais cartas trocadas entre a literata e seus correspondentes que compunham o governo dos generais.

Mesmo considerando extremamente importantes as teses e a dissertação citadas, pretendo preencher lacunas deixadas por esses trabalhos, utilizando uma abordagem metodológica diferente, ampliando o período estudado e as fontes utilizadas. Logo, objetivava-se enxergar a Ditadura Militar sob um ângulo diferente, percebendo suas astúcias em inúmeros aspectos cotidianos, especialmente nos espaços urbanos do Brasil, por meio das crônicas produzidas pela escritora Rachel de Queiroz. Pretende-se problematizar, também, essa importante cronista brasileira, para além da imagem cristalizada pelo Regionalismo de 1930 e dando a devida importância histórica aos textos, antes rejeitados pelos estudos literários no final da década de 1960, para evadir-se de qualquer maniqueísmo limitante da História.

Para isso optei por dividir a dissertação em três capítulos, que dão possibilidades de compreensão mais abrangente dessa pesquisa. O primeiro, “**A Nova Revolução**”: **as crônicas de Rachel de Queiroz publicadas durante a Ditadura Militar**, dividido em três tópicos, analisará as representações da autora acerca das transformações, especialmente políticas, promovidas no período no qual os militares estiveram a frente do executivo federal no Brasil. Considerando o recorte temporal da pesquisa, de 1964 a 1984, serão examinadas, especialmente, as crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro* e no jornal *O Povo*, relacionando-

as a textos, entrevistas e memórias que apontaram aspectos relevantes da trajetória da cronista e sua ligação com os militares. Serão ainda serão elencados e caracterizados os principais grupos de intelectuais e de sociabilidade transitados pela escritora, bem como os periódicos escolhidos para pesquisa. A verificação será pautada nas palavras de Sirinelli (2013), de que é necessário sair do microcosmo das diversas redações e apreender o meio do escritor em seu conjunto, considerando vínculos que os unem, e de Bourdieu (2005), as quais sugerem que a autonomia da arte e do artista é relativa em um espaço de jogo, o *campo*, pautado em determinadas condições. Posto isto, propõe-se compreender a percepção da realidade política, as práticas e representações da cronista a partir de um espaço social objetivo.

O segundo, **“Hora decisiva”: análise das representações em meio a modernização conservadora**, foi dividido em apenas dois tópicos, seguindo os caminhos apontados pelas próprias crônicas coletadas e problematizadas para a sua escrita. Essa análise terá sempre como parâmetro os conceitos de Berman (2014) referentes à *modernização*, ou seja, referentes às mudanças políticas e econômicas, que geravam, muitas vezes, contradições, ambigüidades e angústias naqueles que a vivenciavam. No primeiro tópico, serão verificados os textos que ora celebravam um “gosto de Brasil”, que promovia a construção de grandes obras, transformações na educação e cultura, ora criticavam os efeitos do progresso no cotidiano, acelerando a rotina, gerando problemas ambientais, colocando em risco a segurança e gerando a obsolescência das suas próprias criações. Já o segundo apresentará, de acordo com as representações da escritora sertaneja, como a modernização conservadora chegou ao Nordeste do Brasil, especialmente ao Sertão e quais os impactos das políticas públicas aplicadas na região. Ademais analisará a atenção constante, na escrita de Rachel de Queiroz dada à temática da seca e aos seus efeitos, além do apoio da cronista às práticas paternalistas e assistencialistas na região.

O último, **“Neves de Antanho”: transformações nos costumes e nos comportamentos**, será pautado, mais uma vez, nos conceitos de Berman (2014), contudo, mas dessa vez no de *modernismo*, ou seja, nas percepções das transformações do espírito, da moral, da energia, da moda e das emoções. Assim sendo, serão avaliadas as possíveis relações entre as reflexões da cronista sobre o envelhecimento, tempo e memória, com as suas representações conservadoras acerca das mudanças no comportamento de jovens e mulheres no período da ditadura militar, além de buscar compreender como Rachel de Queiroz buscou controlar o tempo, por meio dos seus textos, forjando uma construção de uma memória de si mesma para a posteridade. Para essa última análise será utilizada preferencialmente o conceito

de Paul Ricoeur (2012), denominado *memória manipulada*, aliado a outros estudos sobre o tempo de Nobert Elias e História das Sensibilidades de Pesavento (2007).

Desta forma, pretende-se analisar como Rachel de Queiroz observou e experimentou as transfigurações urbanas em decurso no país, bem como suas representações relativas às transformações, festejadas ou rejeitadas, nos equipamentos urbanos, na educação e na cultura do país, promovidas por um Executivo Federal que desejava difundir mudanças que impulsionavam à modernização e, ao mesmo tempo, que incentivavam à disseminação de valores conservadores que pretendiam resguardar a moral e os bons costumes.

2“A NOVA REVOLUÇÃO”: AS CRÔNICAS DE RACHEL DE QUEIROZ ESCRITAS DURANTE A DITADURA MILITAR.

Um dos aspectos mais importantes e tranquilizadores desta revolução que veio tirar o Brasil do charco janguista, é que ela não se arreceia de ser revolução mesmo. Dá aos seus chefes o título de comando revolucionário, proclama-se revolução sem medo da palavra, com o Ato Institucional, como que materializou, documentou o fatoconcreto e assumiu abertamente todas as responsabilidades do movimento armado de libertação nacional. (O CRUZEIRO, 1964, p.130).

O trecho da crônica que dá nome ao capítulo mostra concordância e esperança que a escritora Rachel de Queiroz consagrou ao golpe militar de 1964, denominado por ela como “A Nova Revolução”, designação que faz menção clara à revolução de 1930, que pôs no poder Getúlio Vargas e tantos outros desafetos políticos da cronista, constantemente mencionados e denegridos em seus textos, e que, naquele momento, estavam sendo afastados do poder.

Neste capítulo serão analisadas as representações da autora acerca das transformações, especialmente políticas, promovidas no período em que os militares estiveram à frente do executivo federal no Brasil. Considerando o recorte temporal da pesquisa, de 1964 a 1984, serão examinadas, especialmente, as crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro* e no jornal *O Povo*, relacionando-as a textos, entrevistas e memórias que apontam aspectos relevantes da trajetória da cronista e sua ligação com os militares.

No primeiro tópico, **“O Grande desafio”: a ditadura militar na Última Página da revista *O Cruzeiro***, serão apreciadas as crônicas publicadas na seção Última Página em *O Cruzeiro*, desde a implantação do governo militar até o ano de 1975, quando a revista encerrou suas atividades. Portanto, serão analisadas as representações acerca dos três primeiros presidentes da ditadura, ressaltando as relações de adesão da escritora com as ações dos governos, bem como “o grande desafio” de implantação e legitimação da ditadura no país.

O segundo tópico, **“Ainda apostado no Brasil”: a transição democrática no jornal *O Povo***, irá avaliar as publicações da escritora para o jornal *O Povo*, que refletiam sobre o desempenho dos dois últimos governos militares no Brasil. Além disso, serão apreciadas as representações da escritora acerca do processo de redemocratização do país, a partir de temáticas recorrentes em seus textos semanais, comuns a esse processo, tais como o crescimento dos movimentos sociais, retorno do pluripartidarismo, definições de democracia peculiares à cronista e o movimento *Diretas Já*.

No último tópico, **“Precisamos de amigos de acordo com os diferentes ângulos do coração”**: círculos sociais percorridos por Rachel de Queiroz e locais de divulgação das crônicas, serão elencados e caracterizados os principais grupos de intelectuais e de sociabilidade transitados pela escritora, como o Conselho Federal de Cultura, Editora José Olympio e Academia Brasileira de Letras, bem como os periódicos escolhidos para a pesquisa, nos quais ela trabalhou de forma duradoura, revista *O Cruzeiro* e jornal *O Povo*. Dessa forma, pretende-se compreender a percepção da realidade política, as práticas e representações da cronista a partir de um espaço social objetivo.

2.1 “O GRANDE DESAFIO”: A DITADURA MILITAR NA ÚLTIMA PÁGINA DA REVISTA *O CRUZEIRO*.

Rachel de Queiroz contou, em seu livro de memórias, que logo após a “revolução de 1964”, recebeu um telegrama assinado pelo já presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco, relatando os últimos acontecimentos no Brasil. Esse fato evidencia uma longa amizade de confidências políticas entre a escritora e seu primo distante, líder do Executivo no país. A medida que eu for analisando esse primeiro governo ditatorial, será observada uma cronista que buscava, por meio dos seus textos, conquistar o apoio dos seus leitores, legitimando as transformações políticas efetivadas e as dificuldades enfrentadas na montagem do governo. Em resposta aos laços de cumplicidade, “as únicas coisas que o presidente exigiu de mim [...] uma foi entrar para o diretório da Arena, pois ele queria intelectuais dentro do partido; outra foi a ida para os Estados Unidos como delegada da ONU, em 1966” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.205).

Essa adesão foi iniciada bem antes do fatídico 31 de março de 1964. Ainda por volta de 1962, Rachel de Queiroz, pautada por um sentimento anticomunista⁵, passou a dotar seus textos de um caráter panfletário em defesa de uma “modernização conservadora no Brasil” e a se reunir com seus amigos próximos para discutir a situação do país. O quadro era composto pela oposição intelectual, formada por David Nasser e Adonias Filho, e pela direita militar, formada por importantes generais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG)⁶ e grupos

⁵ A escritora Rachel de Queiroz relatou o surgimento desse medo “anticomunista” em entrevista, dizendo que: “E depois havia, naquele momento, o clima da Guerra Fria, as tensões e os extremos eclodindo por toda parte. O espírito revolucionário se alastrava pela América. A revolução de Cuba, mitificada, chegava até aqui como uma espécie de convite à guerrilha. O projeto de Jango era imediatista e irresponsável” (NERY, 2002, p.225).

⁶ De acordo com SCHWARCZ; STARLING (2015), A ESG foi criada pelo alto comando das forças armadas em 1949, tinha inspiração no National War College norte-americano e pretendia aproximar militares e empresários, construindo um caminho comum que levaria ao crescimento industrial no país.

conservadores dentro do Exército, encabeçados por Humberto Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva. De acordo com a autora, evidenciando suas relações que lhe conferiam uma visão conservadora e até um pouco deturpada da situação:

Quando foi se tornando mais aguda a situação de Jango, com as campanhas de Brizola para presidente, eu escrevia muito sobre isso, ajudava, conversava com os jornalistas, com David Nasser, com meus grandes amigos Osório Borba, Raul Lima, Barreto Leite e outros mais. E todos nós éramos ferozmente, claro, contra tudo aquilo. A nossa posição já não era de esquerda, mas não deixava de ser liberal e, em alguns, esquerdizante mesmo. [...] As coisas foram se preparando, a gente conspirava, via o que um do outro poderia fazer: passávamos as vezes a noite em vigília cívica. (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.203).

A escritora participou também de algumas reuniões do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁷e, de acordo com Guerellus (2015), se alinhou a outros jornalistas na produção de uma propaganda ideológica anticomunista, que se refletia, muitas vezes, em suas crônicas publicadas naquela época na revista *O Cruzeiro*. No final de 1963, quando o governo de João Goulart deu evidências de crise – com o crescimento da inflação e desenvolvimento econômico ineficiente – o discurso antigovernista e antirreformista conservador, disseminado sistematicamente pela imprensa, ganhou ênfase com a criação da “Rede da Democracia”. Esse grupo formado por João Calmon, presidente dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, idealizou a princípio um programa radiofônico comandado pelas rádios *Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil*. Depois que iam ao ar, os programas eram publicados em jornais impressos, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal*. Sendo assim, Rachel de Queiroz ligava-se praticamente a todos os grupos de oposição que conspiravam contra o governo João Goulart e envolviam militares, intelectuais da oposição e veículos midiáticos. De acordo com a escritora:

Já o que nós fazíamos era conspiração mesmo: saber onde estava a tropa, o que tinha havido, se o coronel fulano tinha se manifestado, se o coronel beltrano era de confiança, que fulaninho era muito ambicioso, só queria se meter com a gente procurando posições, que tinham sérias desconfianças de que fulano traía- era conversa de conspiração no duro. [...] Eles me usavam como jornalista, eu opinava muito e era muito lida. Mas os trâmites secretos da conspiração, eu não me metia a saber. Mesmo porque não eram da minha alçada. Nem mesmo a de Adonias. Nunca se chegava aos detalhes militares. Mas o lado político, de pregação, de jornalismo de combate, de artigos de encomenda, de nos trazerem assuntos para a gente falar, isso era nosso trabalho. (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.204).

⁷Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 por um grupo de empresários brasileiros, diretores de empresas multinacionais com atuação no país, jornalistas, intelectuais e militares da ESG. “Todos estavam envolvidos em atividades de produção intelectual que contemplavam desde a edição de livros e filmes até ciclos de palestras” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.441).

Em 13 de março de 1964, João Goulart, para provar que suas promessas relacionadas às Reformas de Base⁸ não eram fortuitas, realizou um comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro, a fim de pressionar o Congresso Nacional à aprovação de tais mudanças populares. Dois dias depois, Jango enviou uma mensagem aos parlamentares, iniciando seu ano legislativo, na qual expunha a necessidade de transformações estruturais, revisão da Constituição de 1946, e apelava ao Congresso uma negociação. A resposta veio de São Paulo, em 19 de março de 1964, quando uma multidão saiu da Praça da República até a da Sé, com faixas, bandeiras e rosários para salvar o Brasil da agenda reformista do presidente e do “comunismo”. Era a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, uma demonstração de civismo conservador e catolicismo retrógrado preparada pelo Ipes, através da União Cívica Feminina, um dos grupos de mulheres organizado pelo instituto para fazer pressão política.

O golpe militar ou “A Nova Revolução”, como Rachel de Queiroz chamava, veio no dia 31 de março de 1964, quando João Goulart foi deposto pelos militares. A escritora estava no sertão do Ceará desde “os últimos suspiros das aventuras de Jango” e acompanhou os acontecimentos por uma televisão ligada à bateria de um carro e pelo rádio, em meio a sua ansiedade e uma profusão de canções e discursos, como ela contou que a Rede da Democracia “não parece bem organizada [...] os de lá dão proclamações, discursos, notícias falsas ou verídicas, os nossos tocam dobrado [...] Nós não precisamos de estimulantes patrióticos, companheiros, precisamos é saber o que se passa” (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130). Rachel de Queiroz, nessa crônica *A Revolução pelo Rádio* e em nenhuma outra, não descreveu inúmeros acontecimentos relevantes, como a invasão dos tanques de guerra na Guanabara, a confusão no Congresso, o desalento de Jango que fugiu do país dando início ao seu longo exílio, muito menos das manobras dos militares e da tentativa de reação de Leonel Brizola, que precisou partir do Rio de Janeiro. Ela apenas comemorou o evento que supostamente trazia bons presságios para o Brasil:

Mas como por milagre, naquela confusão sem sentido de discursaria e bombos, pega-se o Rio: e se escuta a voz clara de Sandra Cavalcante, a soar num alto falante como um sino de prata: Jânio fugiu para Brasília, o Guanabara está salvo: O general Castelo Branco mandou os tanques na hora. Agora deixa haver discurso. Louvado seja Deus! (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130)

⁸As “reformas de base” eram um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

O presidente Castelo Branco, graças às suas boas ligações com os civis e à biografia respeitável como militar e seu vínculo diplomático, com os norte-americanos, entrou na história como ditador bem-intencionado. A ideia inicial era salvar o país da subversão, do comunismo e do populismo, destruindo uma elite política militar reformista, especialmente os intelectuais, os ideólogos e os técnicos do regime deposto, além de desarticular movimentos sociais de base popular. Rachel de Queiroz acreditava que o Brasil estava passando, de fato, por um processo revolucionário, que tranquilizaria o país. Afinal, de acordo com ela os líderes do “título de comando revolucionário, proclama-se revolução sem medo da palavra e, com Ato Institucional, como materializou abertamente todas as responsabilidades do movimento armado de libertação nacional” (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130). Sendo assim, poucos dias depois do golpe, a junta militar editou um conjunto de leis promulgadas pelo governo e sem necessidade de aprovação do Congresso, o qual instaurou o estado de exceção no país, com a cassação de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos por dez anos, aposentadorias de civis e reformas militares. No entanto, grande parte da população, como a escritora, achava que se efetivava uma revolução de caráter mais profundo para deslocar, de uma vez por todas, a herança varguista no nosso território.

Aliás, foi uma constante, nos textos e entrevistas de Rachel de Queiroz, a tentativa de justificar os atos de exceção da ditadura, tomando por base as características do Estado Novo e dos governos getulistas no Brasil. De acordo com a escritora, na crônica *A Nova Revolução*, em 1945, derrubou-se uma “ditadura fascista, com 15 anos de opressão, e sangue e impunidade- e não se cassou um direito político, não se tornou inelegível sequer um único dos homens da ditadura [...]” (*O CRUZEIRO*, 1964, p. 130). Portanto, era necessário, para ela, derrubar toda máquina governamental de Getúlio Vargas que ainda se perpetuava no poder. Mas isso, segundo ela, não seria uma tarefa fácil, especialmente na hora de montar o novo governo, escolha de ministérios, embaixadas e lideranças parlamentares que servissem ao Executivo. Em *Material Humano*, a cronista demonstrou a esperança de renovação do quadro político do Brasil, apesar das dificuldades do processo: “[...] que o governo Castelo Branco, no qual pomos as nossas esperanças, também invente os seus nomes novos, a fim de renovar os fatigados, os surrados quadros políticos nacionais” (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130).

O governo de Castelo Branco, no decorrer dos meses, demonstrou não ser nada moderado, desejando apenas alterar alguns quadros políticos do Brasil, na medida em que institucionalizava “soluções discricionárias que limitaram as competências dos demais poderes e lançou as bases da estrutura de repressão que garantiu a longevidade à ditadura” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.449). Sendo assim, aos poucos o governo foi sendo

marcado pela repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista. A escritora Rachel de Queiroz, de forma contraditória aos inúmeros depoimentos em que denunciava o Estado Novo por censura total, terror e medo, parecia não ter opinião bem definida com relação aos atos realizados pela ditadura militar que, segundo ela, “disseminava a justiça”, porém, simultaneamente, parecia bem preocupada com medidas adotadas pelos militares que ameaçavam a liberdade de expressão. Na crônica *Caça as Feiticeiras*, em junho de 1964, a autora relatou que acreditava que o governo precisava identificar e punir os inimigos públicos que estavam ameaçando o Brasil. No entanto, criticava ações policiais equivocadas que invadiam casas para condenar cidadãos simplesmente por sua ideologia comunista. Para ela, enquanto o pensamento não se tornasse uma organização revolucionária ou conspiratória, não poderia ser considerada transgressão, logo, a punição iria ferir a liberdade de pensamento configurando-se em um erro. De acordo com a autora:

Quando leio nos jornais que a casa de fulano de tal foi visitada pela polícia, que em suas buscas, apreendeu grande cópia de “literatura comunista”, tremo. Apesar de toda minha gratidão pelo milagre que foi esta revolução, de toda minha confiança nos homens que chefiam – tremo. Polícia que censura livros, revolução democrática que tem medo do pensamento e faz autos de fé, assustam. Será que os agentes apreendedores são capazes de fazer a indispensável distinção entre a boçal literatura de propaganda da insurreição, fartamente distribuída pelas agências internacionais do comunismo, e a literatura propriamente dita, os livros onde o pensamento humano se entrega ao seu mais nobre exercício, que é a especulação e a discussão dos seus problemas eternos – sociais, morais, religiosos? (*O CRUZEIRO*, 1964, p.146).

A tentativa de legitimar o governo dos anos de 1964 a 1967, a partir de comparações e difamações das imagens de Jango e JK, foi uma constante para a mídia ligada à Rede da Democracia, de acordo com a historiadora Raquel França dos Santos Ferreira (2015). De acordo com ela, nesse período foram 40 reportagens criticando os presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Rachel de Queiroz endossou, inúmeras vezes, essa campanha para denegrir a imagem desses líderes políticos por meio de suas crônicas, nas quais criticava as ações degeneradas, os conchavos governamentais, o enriquecimento fácil, além de celebrar o ato de Castelo Branco que cassou o mandato e suspendeu os direitos políticos de JK. Para ela era necessário esse tipo de ações que produziam um caráter instrutivo aos jovens do Brasil. Afinal,

Um governo que realize a democracia com perfeição, que tenha como base a justiça social, a verdade eleitoral, a austeridade dos servidores públicos; que incentive a honradez particular, o trabalho e o estudo, que dê valor à palavra do homem de bem;

só um governo assim tem possibilidades de reconquistar a mocidade, convertê-la pelo exemplo, seduzi-la com as perspectivas de liderança abertas, não aos vivos, não aos espertos, não aos acordados – mas aos crentes, aos Caxias⁹ (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130).

O governo Castelo Branco enfrentou várias dificuldades no setor financeiro, pois possuía a necessidade de reorganizá-lo nos moldes do regime autoritário, modernizando a economia e favorecendo os investidores estrangeiros. Para tal, aplicou-se uma fórmula recessiva: controlar os gastos públicos e os salários. “O governo reorganizou o sistema fiscal, procurando disciplinar a complexa malha de interesses locais e regionais que sempre tinham impedido a integração dos impostos” (NAPOLITANO, 2015, p.75). No entanto, tais medidas não surtiram resultados convincentes. A inflação persistia alta, o crédito, escasso, o que provocou crise no comércio e na indústria, enquanto os assalariados possuíam reajustes inferiores aos índices inflacionários. Por outro lado, a repressão ameaçava os valores democráticos, centenas de cassações, operações de censura e da polícia somavam-se às críticas do governo. Rachel de Queiroz, em suas crônicas, tentava amenizar as desaprovações, justificar as dificuldades de promover as transformações no Brasil e estimular a esperança, sempre fazendo referência aos males deixados pelo governo Jango:

A duras penas, o laborioso e fiel síndico a quem foi entregue a massa falida que era síndico a quem foi entregue a massa falida que era o Brasil, luta por lhe estabelecer a riqueza e o bom nome perdidos. Mas os impacientes querem milagres! Engraçado, essa gente durante mais de trinta anos teve paciência, cooperou, colaborou com a oligarquia. Agora já não podem esperar nem alguns meses [...] (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130).

A escritora, dando continuidade à propaganda governista, até tentou renovar a expectativa do povo brasileiro em *Às vésperas de 65*, enfatizando que iria começar o ano com o coração leve por causa da segurança, ordem, promessas de equilíbrio e democracia. No entanto, não foi bem o que aconteceu nos meses que se sucederam. A política voltada para o acúmulo de capital e para a reforma conservadora do Estado, protegendo-o contra as pressões distributivas, “exigia uma ditadura de longo prazo, que se chocava com as expectativas de boa parte dos golpistas da coalizão de 1964, os quais esperavam uma intervenção saneadora com a rápida volta das eleições” (NAPOLITANO, 2015, p.78). Aos poucos, as ilusões moderadas foram se esvaindo, as críticas a Castelo Branco partiam de todos os lados: classe média, estudantes, líderes civis, aliados ao golpe e aos próprios militares, liderados por Costa e Silva, que considerava a presidência essencialmente moderada para suas pretensões.

⁹ No início da crônica *Regeneração* a escritora explica que crente é o homem ingênuo que acredita em trabalho e honestidade. Já o Caxias é o que prima pela disciplina e escrúpulo profissional.

A crônica de Rachel de Queiroz que celebrou o *Primeiro Aniversário* da revolução só foi publicada dia primeiro de maio de 1965, com os frequentes elogios ao governo, mas dessa vez, com críticas em relação à política do governo que ainda tratava o Norte- Nordeste com descaso. Podemos perceber, dessa forma, que não havia consenso no governo Castelo Branco, em um dia tão especial para os governos populistas na cooptação das massas urbanas. Dessa forma, ocorria um medo paulatino de as ilusões moderadas se transformarem na ditadura propriamente militar, especialmente após as eleições para governador em 1965, que elegeu homens ligados ao governo João Goulart e críticos ao Regime na Guanabara e em Minas Gerais.

Nesse contexto, o governo elaborou um novo decreto que se reinstaurou o estado de exceção, promovendo mais cassações de cargos governamentais, a extinção dos partidos políticos e imposição de eleições indiretas para presidente da República. Era o Ato Institucional Número 2, que, na prática se tratava de uma reforma constitucional promovida pelo Executivo Federal. No entanto, Rachel de Queiroz ignorou o sombreamento democrático promovido pela ditadura e publicou *O Ato Número Dois*, justificando-o e, mais uma vez, comparando-o aos governos varguistas de Jango e JK para legitimá-lo. Afinal, para ela, ao contrário do Estado Novo, que foi simplesmente um golpe de estado para se perpetuar no poder, a “Revolução de 1964” ainda estava em pleno vigor. O primeiro decreto, ainda segundo ela, foi bastante importante para excluir a máquina política, restaurar o caos social e econômico. O AI- 2, naquele momento, também seria vital para complementar as transformações. A escritora tranquilizava os seus leitores, alegando que os poderes excepcionais estariam em vigor por apenas 11 meses e ela torcia para que esse intervalo de força fosse “breve é o que todos desejamos. Mas também – e isso é essencial- que peada por um falso legalismo, a Revolução não se renegue, não se mutile, nem se entregue aos inimigos, antes de completar a tarefa que assumiu” (*O CRUZEIRO*, 1964, p.114).

Em fevereiro de 1966, Castelo Branco completou sua obra e decretou o Ato Institucional Número 3, estabelecendo eleições indiretas para governadores e nomeação para prefeitos das capitais. No mês seguinte, surgiram ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partidos da situação e oposição respectivamente. No início de 1967, o presidente pôs em prática mais ideias autoritárias, com a criação do Conselho de Segurança Nacional, tornou todo cidadão passível de cometer crimes políticos, além de impor uma nova Constituição, que definiu o formato das eleições em indiretas e dando ao chefe do Executivo o direito de propor emendas constitucionais. Depois, veio a Lei da Imprensa e instituiu a censura. Todo o temor da escritora Rachel de Queiroz, na crônica

Caça as Feiticeiras, foi concretizado. Sendo assim, o governo Castelo Branco não tinha nada de moderado, “serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitavam as competências dos demais poderes e lançou bases da estrutura de repressão que garantiu longevidade à ditadura” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.449).

O primeiro governo da ditadura militar enfrentou também a insatisfação nos quartéis e do ministro da guerra, o general linha-dura, Costa e Silva, que liderou setores divergentes da oficialidade desejosa da expansão dos artifícios de controle da sociedade. A sucessão conflituosa de Castelo Branco foi diversas vezes citada em entrevistas por Rachel de Queiroz. Segundo ela, o presidente cearense, diversas vezes, ia desabafar em sua casa, falando sobre o contexto político do país, das dificuldades enfrentadas e de todo seu esforço em abreviar o “regime de arbítrio e viabilizar o retorno ao estado democrático o quanto antes. Ele nunca quis esticar aquela situação. Tudo fez para reordenar logo as coisas, mas foi perdendo forças para o grupo do Costa e Silva” (NERY, 2002, p.227). De acordo com a cronista, ele desejava se afastar da presidência. Quando o segundo comandante das forças armadas, Artur da Costa e Silva, assumiu o Executivo no Brasil, ela foi convidada a demonstrar a cooperação com o novo governo. “O presidente me obrigou a fazer um artigo sobre o primeiro mês do governo [...] artigo imparcial e elogioso” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.206).

A escritora não deixou pistas sobre o artigo escrito para Costa e Silva, nem no livro de memórias, nem nas entrevistas concedidas. O fato é que Rachel de Queiroz não escreveu mais crônicas elogiosas justificando as ações do governo militar. Limitou-se, em *A Constituição ao alcance de todos*, a elogiar a iniciativa do senador Paulo Sarasate em escrever um livro imparcial e didático, para explicar a Constituição de 1967, que foi “promulgada” por Castelo Branco. Uma espécie de “manual do bom brasileiro”. Depois, na segunda semana de 1968, a cronista publicou um texto enigmático na revista *O Cruzeiro*, *Votos de ano novo*, no qual desejava, para o ano que se iniciava, paz para o Brasil, ausência de guerras e sangue derramado, mas também, muitas agitações que resultassem em transformações substanciais no país. Dessa forma,

Aquilo que esta velha senhora mais teme é a estagnação. Pois enquanto as rãs coxam e se agitam no poço, bolem com as águas podres, expõem as larvas no fundo e enxotam para longe as cobras (*O CRUZEIRO*, 1968, p.122).

A partir de abril de 1968 até agosto de 1970, a escritora Rachel de Queiroz não publicou crônicas na *Última Página*¹⁰ da revista *O Cruzeiro*. Não podemos, então, durante quase três anos, analisar por meio de suas representações, as tentativas de reabilitação da

¹⁰ No lugar de suas crônicas eram divulgadas as charges de Carlos Estevam, com o personagem satírico e crítico, *O Amigo da Onça*.

economia do Brasil pelo ministro da fazenda Delfim Neto. Essas investidas surtiram efeito e o comércio mundial voltou a crescer, entretanto, a insatisfação acumulada e represada no governo anterior desembocou em inúmeros protestos e movimentos públicos. Durante todo esse tempo, não temos informações da opinião, certamente ácida, da cronista acerca da aliança feita entre seus dissabores políticos: Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitscheck, para fazer frente ao atual presidente Costa e Silva. Ficamos impossibilitados também de ler nos textos rachelianos a apreciação da autora sobre o conturbado ano de 1968, cheio de manifestações artísticas e estudantis contra os militares, que desembocou na decretação do Ato Institucional Número 5, dando ao general – presidente amplos poderes discricionários e instalando o terror da ditadura.

No entanto, Rachel de Queiroz não ficou tão afastada do governo Costa e Silva, como afirmou no seu livro de memórias, uma vez que desde o início de 1967 fez parte do Conselho Federal de Cultura, órgão mantido pelos gestores militares. O CFC era uma instituição com funções normativas, consultivas e fiscalizadoras, que escolheu, para sua composição, intelectuais de projeção nacional no Brasil, a fim de revigorar a ação do Estado em diversas áreas, sobretudo, na cultura. Portanto, de acordo com Ortiz (1994), segundo a Ideologia de Segurança Nacional, o governo percebeu que o campo cultural, quando circunscrito ao poder autoritário, seria extremamente benéfico na manutenção de valores tradicionais e da ideia de integração nacional. Sendo assim, Rachel de Queiroz, contribuiu na legalização das práticas do Executivo, uma vez que, como parceirista da câmara de Letras, avaliava as solicitações de financiamento para a publicação de livros e projetos de leitura.

Em agosto de 1970, a escritora voltou a publicar na *Última Página* da revista *O Cruzeiro*, com a crônica *O Recomeço*, após, segundo ela, inúmeros apelos dos seus leitores para o seu retorno. No texto, a autora fez uma retrospectiva das principais dificuldades vivenciadas no governo Costa e Silva, como a contestação ao autoritarismo dos militares, campanhas de difamação, agitação nas escolas, guerrilhas, sequestros, terrorismo urbano, além de um processo sucessório conturbado, salvo pela junta militar escolhida para realizar a transição do presidente acometido por uma trombose cerebral. Graças ao general Aurélio de Lyra Tavares, “a sua particular desambição, seu equilíbrio, a sua alta inteligência, o seu profundíssimo amor a este país e aquela crise não teria sido atravessada sem abalos” (*CRUZEIRO*, 1970, p.130). Rachel de Queiroz não mencionou o medo dos militares de reabrir o Congresso e provocar a suspensão dos Atos Institucionais que vigoravam. No entanto, mais uma vez, usou os governos getulistas, anteriores ao golpe, para justificar as ações do Executivo. “Tudo que se fazia até seis anos atrás era só teatro -as proclamações, as fanfarras,

as luminárias e, por trás, só papel pintado numa armação de sarrafos” (*O CRUZEIRO*, 1970, p.130).

Na mesma crônica, a cronista ainda teceu inúmeros elogios às transformações promovidas pelo governo Médici, fato que se tornaria corriqueiro em seus textos. De acordo com ela, “as estradas de asfalto cada dia penetram mais longe o interior profundo, as pontes escalam os rios e os braços de mar, nos estaleiros se multiplicam os navios, as fábricas de veículos passam da casa de um milhão [...]” (*O CRUZEIRO*, 1970, p.130). Ao estilo ufanista do “ninguém segura esse país”, a escritora enalteceu as obras que modernizavam e integravam o país, incluindo nos registros também o lançamento da Transamazônica. O governo militar colocou em prática um grande projeto desenvolvimentista que incorporaria todo território nacional, fazendo do Brasil um grande canteiro de obras. A estrada, que cortaria a Bacia Amazônica e ligaria a região Nordeste ao Peru e Equador, tinha o objetivo de ocupar estrategicamente o Norte, a fim de não deixar nenhuma região despovoada no país, especialmente nas fronteiras. Os efeitos danosos para o meio ambiente não seriam relevantes, uma vez que “sentimos também que se a invasão amazônica não se fizer assim, dramaticamente, talvez acabe não se fazendo nunca” (*O CRUZEIRO*, 1970, p.130).

É inegável que grande parte da população brasileira, alheia aos jogos políticos, viveu momentos gloriosos no início da década de 1970. Grandes obras eram veiculadas pela mídia, como a já citada Transamazônica, além da Ponte Rio- Niterói e Usina de Itaipu, unidas ao crescimento da indústria de bens de consumo e civil. “Um em cada dois brasileiros achava que o seu nível de vida estava melhorando e sete em cada dez acreditavam que 1971 seria um ano de prosperidade superior a 1970” (GASPARI, 2014, p.213). Era o milagre econômico brasileiro. Nesse período, a economia cresceu e modernizou-se, a inflação foi controlada, a taxa de crescimento econômico ficou na ordem de 11%, consolidando um segmento médio de consumidores. Todas as transformações eram amplamente utilizadas pelos veículos de informação para fomentar o espírito nacionalista do país. A propaganda gerava “um interesse novo pelo Brasil, um gosto de dizer o nome do Brasil, de falar que é brasileiro, de usar a bandeira, de pintar as coisas de verde e amarelo, de sentir o Brasil grande” (*O CRUZEIRO*, 1970, 146).

A modernização chegou também, mesmo que limitada, à zona rural, mesmo que mantendo a estrutura fundiária concentrada e evitando os debates sobre a reforma agrária, objetivou estimular a produção agrícola a baixo custo, abrir mercados externos para os produtos e gerar divisas necessárias ao crescimento. Em 1971, Médici criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), ligado ao Fundo da Assistência ao

Trabalhador (FUNRURAL), prevendo um sistema de aposentadoria aos trabalhadores no campo e a ampliação de serviços de saúde a esses labutadores. Rachel de Queiroz confessou em seu livro de memórias que conversou pessoalmente com o presidente a respeito do sistema de previdência à área rural, pois considerava um importante fato social. Na crônica *O governo chega ao sertão*, a escritora elogiou as políticas governamentais, em meio aos empréstimos contraídos pelos proprietários de terras e as dificuldades na produção agrícola. Segundo ela,

Pensar que aquele povo vai ter hospital, ambulatório, dentista! E pensão por invalidez ou velhice, e montepio para as viúvas e órfãos! Os algarismos são modestos, as mensalidades e indenizações previstas não tem nada de espetacular. Pois é isso mesmo que nos dá confiança: agora eles fazem (O CRUZEIRO, 1971, p.146).

Durante o mandato do presidente Médici, as crônicas de Rachel de Queiroz, referentes ao meio rural, alternavam pedidos, agradecimentos e críticas às ações governamentais, mesmo diante das limitações impostas pelos censores. Em *Notícias para o presidente Médici*, a escritora elogiou as providências tomadas para auxiliar os trabalhadores nordestinos durante a seca de 1970. No entanto, sete meses depois, a cronista dedicou o último texto do ano, *O Milagre e o Sertão*, para explicitar sua desaprovação com a condução do desenvolvimento nordestino. Segundo ela, o milagre econômico, que transformava o meio urbano, nunca chegou ao Nordeste, pois os valores destinados ao desenvolvimento da região eram irrisórios. Rachel ainda denunciou que, após as medidas emergenciais para barrar os avanços da estiagem do ano anterior, a calamidade persistiu na saúde, na agricultura, no comércio e, especialmente, na educação. Apesar das ações de alfabetização promovidas pelo MOBREAL¹¹, a escritora divulgou a falta de estrutura nas escolas de Quixadá, interior do Ceará, onde 90% da população adulta era analfabeta. No fim do texto ela fez um convite ao chefe do Executivo para que retorne ao local visitado apenas no período de aridez: “E então o senhor estudará com seus técnicos a maneira mais expedita de levar o milagre brasileiro até aquela região, onde o último a fazer milagres foi o Padre Cícero Romão Batista” (O CRUZEIRO, 1971, p.130).

O milagre econômico não chegou de fato ao Nordeste e nenhuma outra forma de progresso à política no Brasil. Médici governou o país com muita violência, utilizando o AI- 5 para legitimar a repressão, tortura e censura nos meios de comunicação, artes e espetáculos. O

¹¹Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado sob o pretexto de conter a luta armada contra o regime militar que se expandia. Além da violência, o Estado utilizou a propaganda para marginalizar os militantes de esquerda, qualificando-os como terroristas, devido às práticas de guerrilha urbana que se destinavam a produzir tensão política, o que levava à insegurança as classes dominantes e à desmoralização do exército. Esses jovens opositores utilizavam práticas que muitas vezes envolviam assaltos a banco e sequestros de autoridades. Rachel de Queiroz, que parecia alheia à brutalidade do aparelho repressor e fiel à campanha de difamação aos esquerdistas, acusava:

[...] é o sofrimento dos inocentes que mais choca e revolta, quando se pensa nas vítimas dos sequestros políticos agora em voga. Porque – se tem pretensões a justiça, se reclamam por justiça, os terroristas só agridem e ferem inocentes? É a velha técnica dos bandidos raptos de criancinhas – mais fáceis de alcançar, menos capazes de se defender, mais desarmadas para reagir (*O CRUZEIRO*, 1971, p.138).

Em outra crônica, *O Homem morto*, meses depois, a autora voltou a criticar os movimentos e as ações dos grupos de esquerda do Brasil, a partir de suas considerações a respeito da morte de Carlos Lamarca. O homem, que ocupava a temática central do texto, deixou o exército para comandar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), defendendo a construção de um foco guerrilheiro. “Converteu-se à revolução não porque convencido pela teoria, mas, como tantos outros, pela indignação com as injustiças do mundo, a miséria [...] num momento que fazer revolução era agir” (ROLLEMBERG, 2007, p.85). No entanto, na análise das ações dos jovens, Rachel de Queiroz chegou a infantilizar as teorias que os guiavam e hostilizar os meios encontrados para enfrentar a ditadura militar: “Se a gente não soubesse do horror e do sangue derramado que estão por trás daquelas considerações políticas, chegando a sorrir da sua puerilidade” (*O CRUZEIRO*, 1971, p.130). Interessante perceber que enquanto a escritora critica os rompantes juvenis, ela abandonou traços do seu passado contestador, acentuando a descrença nos reflexos em questão:

Mudei e não foi só pela idade. O que me fez mudar, realmente, foi uma profunda decepção com os métodos, o ambiente, a filosofia, a prática daquela gente com quem eu tinha me aliado na contestação. Foi por generosidade, por impulsos idealistas que me envolvi, quando contestatórios, mas que eu definiria por outras palavras. No exercício dessa atividade, fui marcada pelo desengano, pela estreiteza das mentes dos supostos companheiros (*FOLHA DE SÃO PAULO*, 1977, p.2).

A falta de unidade entre os grupos de esquerda e a forte repressão militar, durante o governo Médici, fizeram com que na metade de 1970 todas as organizações que chegaram a ter mais de cem militantes, estivessem desestruturadas. As ações urbanas dos grupos tidos

como terroristas também decresceram no mesmo período. Carlos Lamarca resistiu até 1971, pois fugiu para o interior da Bahia onde começaria a revolução rural. No entanto, antes mesmo do final do ano os militares já o havia executado.

Dessa forma, Médici seguiu, nos últimos anos do seu governo mantendo a máscara de um “país de paz e tranquilidade” por meio da ação violenta dos equipamentos repressores, da forte censura e da propaganda que dissimulava os efeitos impopulares do milagre econômico, e, simultaneamente, propagava seus efeitos desenvolvimentistas. Rachel de Queiroz, alheia a qualquer efeito negativo da ditadura militar, no final do mandato do presidente, escreveu uma crônica se despedindo do chefe do Executivo e agradecendo pela continuidade do processo “revolucionário de março”. Ela agradeceu a ação de ultrapassar as dificuldades e tragédias, além de “nos levar à normalidade. Depois da normalidade, viria, então, a melhoria de vida, essa inesperada abundância que, se não alcança a todos, já conforta a muitos; remedeia a grande parte e traz esperanças gerais” (*O CRUZEIRO*, 1974, p.114). A escritora se despediu do general Garrastazu, agradecendo, inclusive, pelas transformações feitas no sertão após a seca de 1970.

O governo posterior, do general Ernesto Geisel, amargou os resultados das contradições sociais, das fragilidades e das dependências externas geradas pelo milagre econômico. A crise mundial do petróleo afetou profundamente o Brasil que importava mais de 90% do produto. No entanto, o presidente manteve a política desenvolvimentista apoiada principalmente no capital externo. A escritora Rachel de Queiroz preservou, na maioria dos seus textos, o caráter elogioso às obras governamentais, se mantendo alheia a qualquer turbulência na economia do país. Nos poucos momentos em que havia um misto de criticidade e cobranças ao Executivo Federal, a cronista se retratava na semana posterior amenizando o teor do julgamento. Em *Depois da chuva*, Rachel censurou a situação das estradas e ferrovias do Nordeste que dificultavam a exportação dos produtos da região. No entanto, na publicação posterior, com o título significativo *Ufania*, enaltecia as rodovias que interligavam várias regiões no país: “Do Pará até aqui no sertão sem sair do asfalto! Benza Deus, a gente sabe que é verdade – e assim mesmo não acredita” (*O CRUZEIRO*, 1974, p. 82).

Os efeitos da economia, como o crescimento da inflação e redução do consumo em relação aos tempos do milagre econômico, já refletiam no cotidiano do país e reverberaram também na política brasileira. Aproveitando a conjuntura nacional, o MDB, a partir de debates com um grupo de intelectuais sobre a questão democrática, resolveu se assumir como partido de oposição e denunciar as torturas e desaparecimentos de presos políticos, utilizando

a autonomia nos meios de comunicação para a propaganda eleitoral. Com as eleições realizadas com relativa liberdade de debate, o resultado foi alentado para a oposição. “Ela obteve 50% dos votos para o Senado (contra 37% da ARENA) e 37% para a Câmara (contra 40% da ARENA) [...] saiu vitoriosa nas grandes cidades e nos estados mais desenvolvidos” (NAPOLITANO, 2015, p. 246). Rachel percebeu as transformações políticas que se efetivavam no país e repercutiram na escolha do legislativo, já no pleito indireto para os executivos estaduais, meses antes. Na crônica *Os Governadores* a escritora condenou os “ânimos exaltados” nas votações e fez votos de que os governadores eleitos administrassem seus estados ao lado de Geisel:

Afinal, [...] lá de cima, o Presidente Geisel, que teve cuidado tão minucioso em respeitar os melindres da ética política na sua fase aspirante e candidato, não há de ver com bons olhos os boquirrotos e os afoitos; e qual será o governador neste País que pretenderá exercer o seu mandato sem os bons olhos do Governo Federal? (*O CRUZEIRO*, 1974, p.114).

Na crônica *Eleição*, Rachel elogiou os resultados “democráticos” das eleições parlamentares honestas, utilizando-as como propaganda nos equipamentos na mídia. “Teve candidato que conquistou público na TV, fez pé-de-meia eleitoral [...] Eu por mim não morro de amores pelo MDB e nunca vi candidato seu que me sensibilizasse. Mas o fato é que o MDB foi que se virou, renovou, apelou e no fim ganhou votos” (*O CRUZEIRO*, 1974, p.82). A cronista, mesmo lamentando a derrota da ARENA, parecia satisfeita com a transição “lenta, segura e gradual” proposta pelo presidente Geisel para pôr fim na ditadura militar.

A partir do final do mês de janeiro de 1975, a escritora encerrou as publicações na revista *O Cruzeiro* sem aviso prévio ou sem nenhuma explicação. No final de 1974, a cronista já havia relatado os efeitos da crise econômica que repercutia na imprensa periódica e nas editoras de livros, graças ao aumento dos preços do papel e da mão de obra gráfica. Mais uma vez a autora utilizou seus textos para fazer um apelo ao presidente, nesse caso para general Geisel, como escritora, jornalista e membro do CFC: “Suplico ao governo que pense nisso; a cultura não é um supérfluo, que só se estimula e sustenta quando há riqueza de sobra, cultura está na base de tudo [...]” (*O CRUZEIRO*, 1974, p.82). Talvez a conjuntura econômica mundial, os problemas financeiros do Brasil ou interesses políticos de uma ditadura que se transformava não foram suficientes para conter a crise de *O Cruzeiro*, que reduzia seus números de páginas e anunciantes há tempos. O fato é que depois do dia 22 do primeiro mês de 1975, não tivemos mais os olhares de Rachel de Queiroz para desvendar aspectos corriqueiros e relevantes do país nas crônicas da *Última Página*. Portanto, no próximo tópico

serão utilizados os textos publicados no jornal *O Povo* para compreender como Rachel de Queiroz representou a transição para a democracia, que ocorreu nos dois últimos governos militares do Brasil.

2.2 “AINDA APOSTO NO BRASIL”: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO JORNAL *O POVO*.

Para dar continuidade a análise das representações de Rachel de Queiroz, após o fechamento da revista *O Cruzeiro*, produzidas durante os últimos governos da Ditadura Militar no Brasil, serão utilizadas prioritariamente suas crônicas escritas para o jornal *O Povo*. No entanto, durante o processo de pesquisa, foi constatado que somente a partir de 1977 foi evidenciada uma certa periodicidade de publicações da cronista neste veículo de informação. Dessa forma, para preencher lacunas e estabelecer uma linearidade na escrita, serão utilizados alguns textos veiculados em outros periódicos nos quais a escritora também foi colaboradora. Afinal, todos eles¹² compartilhavam algumas características, como o fato de serem apresentados nas primeiras páginas, na seção política, mesmo que nem sempre refletissem acerca das questões administrativas do país. A literata geralmente fazia um comentário sobre uma situação cotidiana na sua pátria ou no restante do mundo, que merecia a atenção da sua escrita. Além disso, os textos não possuíam frequência fixa de publicação, tendo em vista que muitas vezes a autora passava semanas ou meses ausente sem nenhuma publicação.

Como foi visto no tópico anterior, o contexto político, a partir de 1974, começou a ser transformado pela formação de uma frente de oposição composta por empresários, políticos liberais e outros de esquerda, movimentos sociais e estudantis. Havia ainda remanescentes das esquerdas revolucionárias, que estavam espalhados nas cadeias, exílio ou no país, ainda militando e denunciando o governo militar, seu modelo econômico e tortura política do Estado. Todos estavam animados com o resultado das eleições parlamentares, daquele ano, nos grandes centros urbanos.

Mesmo com essa esperança entusiasmada, o processo de descompressão do sistema político, iniciado de fato em 1975 e liderado por Ernesto Geisel e Golbery Couto e Silva, deu sinais de que ocorreria de forma bem “lenta e gradual”, sob o olhar atento dos militares. Um

¹²Jornais *O Povo*, *Última Hora* e *Diário Pernambucano*.

exemplo disso foi a morte do respeitado jornalista Valdmir Herzog¹³, que causou um mal-estar entre os donos dos jornais e profissionais de imprensa no momento em que o presidente da República desejava construir uma boa imagem frente à opinião pública, usando a imprensa liberal como canal. Em 1976, o governo federal tentou retomar o controle do ambiente político e evitar novas surpresas e debates no pleito que ocorreria naquele mesmo ano. Por isso, criou a Lei Falcão, que promoveu “uma campanha eleitoral surda-muda, como se dizia no MDB: só era permitido ao candidato apresentar fato três por quatro (no caso da TV), nome e mini currículo – sem nenhum tipo de mensagem” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.468).

Mais uma vez respaldando as decisões governamentais, Rachel de Queiroz publicou uma crônica no *Diário Pernambucano*. Amenizando os objetivos da Lei Falcão, desconsiderou os protestos do MDB, em favor da liberdade de expressão, e alegou a “boa fé do legislador”, uma vez que a regra seria aplicada da mesma forma para os dois partidos legalizados pela ditadura militar. Sendo assim, a escritora se limitou, em grande parte do texto, a analisar a questão estética da propaganda que expunha uma série de candidatos sem habilidade de oratória, despreparados para o vídeo, fato que aborrecia os telespectadores e radiouvintes sempre que se organizavam eleições no Brasil. Apenas no último parágrafo, a autora sinalizou para o propósito da norma implantada: “E pode acontecer, como já tem acontecido, que um mal candidato, mas bem-falante, bem apresentado, com sua prática de vídeo, seja capaz de seduzir o eleitorado por esses dotes exteriores [...]” (DIÁRIO PERNAMBUCANO, 1976, p.4). Por conseguinte, usando pressupostos superficiais, a autora silenciou a empatia gerada pelos novos discursos da oposição e encobriu o desmantelamento da propaganda eleitoral gratuita pela TV.

O controle da campanha eleitoral na TV, por meio da Lei Falcão, funcionou e a ARENA se recuperou da derrota eleitoral de 1974, elegendo a grande maioria dos vereadores do Brasil. No entanto, mesmo após a vitória governista, estudos realizados pelo Serviço Nacional de Informações mostraram que o MDB ainda era muito forte em áreas urbanas, concentradas especialmente no Centro e Centro-Sul do Brasil. Esse fato poderia dar a maioria no Senado ao partido de oposição, no próximo pleito parlamentar, e consequentemente ameaçaria o plano de distensão imposto pelo Congresso controlado pelo governo. Dessa forma, para evitar imprevistos políticos e dar continuidade ao processo de abertura moderada,

¹³Vladimir Herzog foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto enforcamento, fato perceptivelmente forjado.

em abril de 1977, foram decretados os “Pacotes de Abril” ¹⁴, um conjunto de reformas constitucionais e jurídicas, com um propósito bem definido: “visava preparar o caminho para a institucionalização do regime e impedir que a oposição ganhasse maioria no Congresso nas eleições de 1978” (NAPOLITANO, 2015, p.256). Contudo, durante a coleta de fontes para essa pesquisa não foi encontrado nenhum texto que fizesse menção a esse conjunto de medidas arbitrárias editadas pelo governo Geisel, nem sobre os movimentos contrários a tais deliberações.

O próximo texto que fez menção diretamente à política no Brasil foi publicado no jornal *O Povo*, em maio de 1978, *Questão de Falar*, em que a cronista reiterou seu apoio ao “movimento revolucionário de 64”, qualificando-o como “momento de poucas pompas e muitas obras”. A crônica, redigida no mês de maio, já dava como certa a escolha do candidato, indicado pela ARENA, nas eleições presidenciais indiretas que ocorreriam apenas em outubro do mesmo ano. O texto foi publicado quando o milagre econômico apresentava sinais de crise e que a ditadura militar precisava de respaldo para o sucessor do general Geisel, até então, conhecido antipaticamente como chefe do SNI. Rachel de Queiroz, de forma bastante conveniente, teceu elogios: “Pelo outro tipo de abertura, em que ele indiscutivelmente inova, pode-se dizer revolucionário: é o terreno da linguagem oficial, como se viu pelas (suas) famosas entrevistas [...]” (O POVO, 1978, p.3).

Dessa forma, desviando o foco do processo de abertura política e contribuindo para o esforço publicitário de transformar a imagem sisuda de João Figueiredo, ela elogiou a linguagem coloquial e simples utilizada nos discursos políticos, que o aproximava do povo, além de fazer votos para que ele fosse “popularmente querido, citado e entendido” pela população. De acordo com Napolitano (2015), surgiu a necessidade de criar uma face humana do regime de generais, apresentando o futuro presidente fazendo ginástica de sunga, exibindo simpatia e vigor físico, além do coloquialismo verbal característico.

Em dezembro de 1978, entusiasmado com o sucesso da condução do processo político nas últimas eleições e sem abrir mão dos principais valores da Doutrina de Segurança Nacional, o governo deu continuidade ao processo de abertura política e revogou a pena de banimento para alguns exilados, suavizando a Lei de Segurança Nacional. Essa ação permitiu a soltura de alguns presos políticos e o retorno ao Brasil de cerca de 120 pessoas, excluindo,

¹⁴ De acordo com Marcos Napolitano (2015), os pacotes de abril instituíam a eleição indireta para um terço do Senado, mantinham eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos, onde a ARENA era mais bem votada, determinava restrições a propaganda eleitoral e alteravam o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da Câmara para a maioria simples.

no entanto, nomes enfáticos da oposição como Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. Quando o general Figueiredo assumiu o poder, não havia uma lei formal de anistia, mas era uma das prioridades para esvaziar o movimento social que crescia, solicitando a “anistia ampla, geral e irrestrita”, organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a campanha unificou forças de oposição, reuniu artistas, intelectuais, conquistando a opinião pública e indo para as ruas em passeatas, comícios e atos públicos.

A Lei da Anistia, propriamente dita, só foi assinada em agosto de 1979 e, ao contrário do que grande parte da população desejava, promoveu uma anistia “limitada, restrita e recíproca”. O projeto do governo ofereceu o indulto também para torturadores e assassinos a serviço das forças de segurança, além de deixar de fora os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime. Mesmo assim, esse decreto permitiu o retorno ao Brasil do político polêmico e antigo desafeto de Rachel de Queiroz, Leonel Brizola¹⁵. A escritora, como de costume, usou seu espaço em *O Povo* para registrar o incômodo com o seu retorno na crônica de nome bastante significativo, *Não aprenderam nada, não esqueceram nada*.

O texto escrito três meses após a promulgação da Lei da Anistia se direcionava quase que inteiramente a Leonel Brizola que, segundo ela, trouxe de volta para o cenário do país as mesmas concepções e práticas políticas. Afinal, “[...] seria ingenuidade de esperar que as ideias desses homens se tivessem iluminado, o pensamento esclarecido e o comportamento atual se anunciasse de acordo com as mudanças” (O POVO, 1979, p.3). Dando continuidade, Rachel de Queiroz acusou o político de assumir práticas populistas, uma vez que ele utilizava a carta testamento de Getúlio Vargas, cheia de clichês, para chamar a atenção da mídia e das “massas espoliadas” no seu regresso.

Em meio a tantas críticas encontradas no texto, é possível apreender outros aspectos importantes do período, como Lei da Reforma Partidária, aprovada pelo Congresso no mesmo ano, que restaurou o pluripartidarismo no Brasil. Rachel de Queiroz mencionou o conflito, caracterizado, por ela, como cômico, entre Ivete Vargas¹⁶ e “outros parentes herdeiros do

¹⁵ Leonel Brizola foi considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e João Goulart, dois grandes inimigos políticos de Rachel de Queiroz. Participou do famoso comício da Central do Brasil, sendo grande incentivador das Reformas de Base, da possibilidade de abandonar a política de conciliação e instalar uma Assembleia Constituinte com vistas à criação de um Congresso Popular composto de camponeses, operários, sargentos, oficiais, nacionalistas e homens populares. A escritora sempre condenou veementemente tais propostas, taxando-as de populistas e de herança varguista.

¹⁶ De acordo com o site do CPDOC, Quando Leonel Brizola voltou do exílio, foi ampliada a disputa com Ivete Vargas, parente do ex presidente Getúlio Vargas, pela sigla do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Algumas vezes, a ex deputada e ex líder do PTB chegou a considerar publicamente a possibilidade de oferecer a Brizola um cargo de direção na agremiação, procurando reforçar a sigla que fundara. Em outras, porém, reconhecendo o

sangue versus herdeiros políticos e torno da propriedade da sigla” do Partido Trabalhista do Brasil, com o objetivo de reunir as massas em torno da propriedade da agremiação partidária. Na mesma crônica, a literata também clamou a formação de um grande partido de centro democrático para atender aos interesses dos eleitores “mais exigentes” (leia-se mais conservadores), ao mesmo tempo em que fazia frente aos líderes populistas, “incendiários e traidores” e ao velho medo da ameaça comunista. Em tom crítico, caracterizou os antigos oponentes, afirmando que:

Mas que confiança terá o povo, que se não gosta de ditaduras, tem pavor de comunismo, que confiança teremos nós brasileiros num partido que dispute o poder com sua liderança abertamente partilhada pelos velhos e desmoralizados aventureiros de má fé de ofício marcada pela série de motins comunizantes [...] e cuja insurreições abortadas são pretexto para apenas perfunctórias autocríticas e promessas de que na próxima vez farão melhor (O POVO, 1979, p.3).

A Lei da Reforma Partidária correspondia ao projeto estratégico do governo de enfraquecer a oposição, fragmentando-a por meio da fundação de novas organizações partidárias, além de criar um partido alternativo da situação que não fosse identificado com os militares. A tal agremiação solicitada pela cronista e pelos aliados da ditadura se constituiu no Partido Democrático Social (PDS), “novo nome da ARENA, era alardeado como o maior partido do Ocidente e tinha as canetas, cargos e verbas do governo militar para fazer e acontecer” (NAPOLITANO, 2015, p.299). A oposição, limitada pelo novo regulamento¹⁷, se organizou da seguinte forma: o MDB se transformou no PMDB, liderado por Ulysses Guimarães¹⁸, Leonel Brizola deu continuidade ao trabalhismo no PDT, já que Ivete Vargas ficou com o PTB. Criou-se também o Partido Popular (PP)¹⁹, que teve vida bastante curta, e o Partido dos Trabalhadores (PT), formado por intelectuais, artistas e sindicalistas.

O governo esperava resultados positivos das transformações partidárias nas eleições gerais de 1982. O pleito, mesmo sendo exercido por sufrágio universal direto e secreto, fazia parte do plano de liberalização controlada dos militares e “era fundamental para o Estado de

fracasso das negociações para a unificação da legenda, acusou o ex-governador de “personalista e excludente”, responsabilizando-o pela “radicalização” do governo de João Goulart.

¹⁷ A nova lei proibia alianças, voto vinculado, exigia diretórios organizados em vários estados da federação e exigia que os partidos lançassem candidaturas em todos níveis, desestabilizando os partidos menores, recém-formados.

¹⁸ Ulysses Guimarães foi vice-presidente e presidente do MDB, teve seu nome vinculado a importantes campanhas em favor da democracia e, portanto, se destacou como uma das vozes liberais mais críticas ao regime militar.

¹⁹ O Partido Popular (PP) foi organizado por membros conservadores do MDB e se viu inviabilizado pelas regras do governo, para favorecer o PDS, que proibiu coligações e exigiu o voto vinculado. Sendo assim, optou pela autodissolução, em dezembro de 1981, e se fundiu ao PMDB.

Segurança Nacional manter o controle sobre o Senado – assegurado pelos senadores biônicos- e do colégio eleitoral que escolheria em 1984 o sucessor do Presidente Figueiredo” (ALVES, 1985, p.278). No mês de abril, deste mesmo ano, foi possível perceber que as tramas políticas que se desenrolavam reverberavam nas crônicas rachelianas. A escritora em *Eleições e Partidos*, mesmo se julgando confusa em relação à votação que ocorreria logo mais no Brasil, traçou um panorama geral de como se estruturavam os partidos desde a promulgação da Lei da Reforma Partidária, sempre se alinhando aos interesses da Ditadura, e elegeu o PMDB como desafeto e novo alvo de suas duras palavras:

A princípio tinha-se um quadro, senão harmonioso, pelo menos definido. Tais como se organizaram no período Petrônio – Golbery, a gente sabia onde procurar os políticos – os do governo no PDS, os do contra – mas – não fanáticos no PP, mineiramente pilotado pelo sábio Tancredo e o sutil Magalhães Pinto, o PT do Lula, emergido das bases (não tão básicas quanto eles pretendem, mas até bastante ideológicas, contudo isso é lá com eles e os bispos seus mentores), Leonel Brizola e Ivete disputando o que consideravam a sua herança e acampadas sob variegadas tendas e grande invasão de terrenos baldios que tomou o nome de PMDB, cujos componentes iam desde antigos e severos profissionais da política [...] passando pelos restolhos do getulismo e do janguismo, pelos retornados da anistia, chegando até a meninada do chienlit e ao dedo duro dos patrulheiros (O POVO, 1982, p.4).

Dando continuidade à sua prática de justificativas para ações governamentais, Rachel de Queiroz, na mesma crônica, denunciou ações de membros da oposição como “alguns governistas infiéis” que aproveitaram o período em que o presidente se afastou, por doença, e derrubaram a sublegenda para eleição dos governadores. O general Figueiredo, então, sentindo-se traído, segundo ela, revidou com uma mudança nas regras da eleição. Na verdade, sabe-se que foi uma estratégia governista para dificultar ao máximo a oposição, uma vez que proibia alianças e estabelecia o “voto vinculado”. Sendo assim, o eleitor deveria escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos eletivos. A escritora, que alegava já haver escolhido todos os seus candidatos, se sentiu prejudicada, pois em cada nova chapa, poderia haver, junto com o preferido, “uma coleção de sapos difíceis de engolir”. No entanto, mesmo diante desse panorama caótico, a cronista aconselhou o sufrágio consciente em um concorrente que se confiasse de fato, sem considerar as siglas que ainda estavam em formação no país.

Em junho, a escritora publicou *Reportagem Política*, falando sobre a expectativa das eleições no sertão do Ceará e citando de forma bem natural e conivente às práticas clientelistas que ainda persistiam por lá, dando conselhos aos candidatos: “[...] nas condições atuais, candidato que distribuísse redes pelo eleitorado, não se elegia apenas disputado estadual ou federal – se elegia era imperador” (O POVO, 1982, p.4). Ainda de acordo com a

cronista, o pleito que deveria interessar, era o que elegeisse vereadores, prefeitos, deputado estadual e federal. Segundo ela, governadores e senadores não interferiam no cotidiano do Brasil de forma direta e os sertanejos só os conheciam pela televisão. Em meio a essa análise distorcida, tantas vezes defendida e repetida em sua escrita, qualificava a política como ação direta com as massas e defendia o voto indireto, reiterando a sua torcida pela agremiação do governo militar: “E o PDS, informo quanto a minha área do Sertão Central, esse vai bem, parece que vai ótimo” (O POVO, 1982, p.4). Segundo ALVES (1985), o partido governista logrou uma considerável vitória no interior do Nordeste, graças às novas regras e às práticas clientelísticas²⁰ que entraram na plataforma eleitoral.

As eleições de 1982 deram ao PDS cinquenta por cento das cadeiras da Câmara, a maioria dos deputados estaduais, grande parte das Assembleias e a maioria da bancada no Senado, o que lhe dava a maioria confortável no futuro Colégio Eleitoral para eleger o Presidente da República. No entanto, a oposição conquistou inúmeras vitórias, pois o PMDB passaria a governar os estados mais ricos da nação, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Além disso, saiu-se bem na votação parlamentar, obtendo quarenta por cento das cadeiras do Congresso. O êxito mais surpreendente ocorreu no Rio de Janeiro, com a vitória do candidato do PDT, Leonel Brizola, para o cargo de governador.

No entanto, o resultado das eleições de 1982 não foi tão catastrófico para o partido governista, tendo em vista a crise econômica vivenciada no Brasil, motivada especialmente pela decadência do milagre econômico e os efeitos da Revolução do Irã, que desorganizou um dos maiores parques produtores de petróleo do planeta. A julgar pelas temáticas frequentemente abordadas nas crônicas semanais rachelianas, o governo de Figueiredo amargou uma série de problemas, como inflação na faixa de 90% ao ano, dívida externa, que se avolumava e gerava inúmeros acordos com FMI, sacrificando o cotidiano dos brasileiros, além de adversidades que vinham se tornando corriqueiras, como greves nos centros urbanos e a seca no Nordeste.

Em *Seca e Emergência*, no início de maio de 1980, ano em que a CNBB lançou a campanha da fraternidade preocupada com os efeitos da estiagem no Brasil e com as correntes de migração formadas em decorrência dela, Rachel de Queiroz dissertou sobre as tentativas do governo militar em resolver essa questão já tão recorrente. Portanto, teceu inúmeros elogios ao presidente em exercício, que manteve os sertanejos em suas terras, estimulando a

²⁰ Ainda de acordo com ALVES (1985), o PDS escorou-se na penetração da burocracia e do poder Executivo não só para o financiamento da propaganda, mas para promessas clientelísticas, por meio da máquina governamental, que incluíam o acordo de trocar apoio eleitoral por serviços de água, esgotos, creches, escolas públicas, pavimentação e postos de saúde. Ações que deveriam ser realizadas cotidianamente pelo próprio governo.

construção de açudes, poços, cacimbas, cercas, estábulos e plantações de forrageiras de seca. Obras que eram de grande utilidade na região. No entanto, de forma paradoxal, o tom elogioso foi substituído por uma crítica sutil, ainda no final do mês, devido às péssimas condições das estradas que complicavam o deslocamento de retirantes em *Carta ao Presidente João Figueiredo*.

Mesmo de forma bem respeitosa, a escritora ponderou que com a crise do petróleo e o colapso da “febre rodoviária”, o governo deveria reativar as ferrovias no país, projeto abandonado em virtude do estímulo das indústrias automobilísticas pelo milagre econômico. Afinal, os trens eram opção mais barata de transporte de pessoas e mercadorias para os centros urbanos, além de facilitar também a chegada de cartas e telegramas à região, possibilitando a comunicação mais veloz. Mais uma vez a cronista usou suas palavras, em um tom paternalista, para solicitar providências para as dificuldades já rotineiras na região, a despeito dos programas antes elogiados. “E para remate dos males, este ano de 1980 se revela seca. Sem trem, sem comida e sem água, é muita desgraça junta. Presidente, olhe por nós! ” (O POVO, 1980, p.4).

No período intermediário entre essas duas últimas crônicas, foi publicada outra com um nome que resumia dois grandes dilemas enfrentados pelas classes populares nos centros urbanos e no sertão: *Greve*²¹ e *Chuva*. No entanto, segundo a cronista, apesar de enfrentarem a inflação, que corroía seu poder de compra, as regiões não se interessavam pela causa uma da outra, uma vez que estavam ilhadas em seus próprios problemas. Então, subestimando a compreensão e a “natureza” do sertanejo para os mecanismos da greve, refletiu que o homem do sertão estava mais preocupado com sua subsistência diária, que de acordo com ela, dependia “apenas” de ações divinas e naturais. Portanto, como de praxe, Rachel de Queiroz abstraiu as ações governamentais incipientes e a estrutura fundiária do país, como agravadores dos efeitos da estiagem, solicitando apenas práticas paternalistas e paliativas de setores progressistas da Igreja Católica, acusados de proteger meramente as camadas cidadinas. Sendo assim:

É curioso, aqui onde a pobreza e a ameaça de miséria são tão grandes, não aparecem os padres dedicados aos humildes. Aquela doação aos pobres pode ser a outros pobres de mais gabaritos e mais capacidade publicitária. Nestes sertões assolados, ninguém jamais falou a ninguém nas resoluções de Puebla e no mais catecismo progressista dos senhores bispos. Parece que o que eles gostam é de favela, onde vai

²¹ É interessante perceber como Rachel de Queiroz, de opinião sempre tão conservadora, tratou de forma entusiasmada o movimento grevista do ABC paulista, o qualificando como “fenômeno social de extensão e profundidade importantíssima”. Talvez porque o novo sindicalismo, impulsionador das greves, se organizou de forma distinta do modelo criado por Vargas: independente do Estado, capaz de negociar contratos coletivos diretamente com os empregadores e de se movimentar longe da Justiça do Trabalho. Ou simplesmente, porque ela subestimou a capacidade de mobilização dos seus componentes.

repórter de TV, de prática de fábrica, de atos ecumênicos nas catedrais das grandes cidades (O POVO, 1980, p.4).

Em meio a tantas crônicas que repetiam os problemas enfrentados no Brasil e solicitavam medidas enérgicas contra a seca no Nordeste que se agravava nos anos do governo Figueiredo, havia uma peculiaridade em muitas delas: um tom otimista que pleiteava um comportamento similar dos leitores. Em *Cantiguinha do Sufoco*, Rachel de Queiroz minimizou os efeitos da crise econômica vivenciada no país, solicitando paciência, afinal, “O Brasil não afundou não incendiou, não sumiu, está todo aí, bonito, imenso, cheio de gente querendo viver [...]” (O POVO, 1980, p.4). No texto *Brasil*, ela somou às suas esperanças as ações que ainda prosperavam na nação em meio ao caos. Assim, divulgava entusiasmada: “Os políticos traçam planos astuciosos [...] os tecnocratas armam seus cronogramas, a indústria fabrica, o comércio vende [...] os moços estudam e procuram trabalho” (O POVO, 1980, p.4).

Em 1983, avolumaram-se as crônicas suplicando o patriotismo dos brasileiros e o apoio ao general João Figueiredo. Segundo SCHWARCZ e Starling (2015), o Executivo se desgastou nesse ano junto à população, graças à explosão inflacionária, 211%, e ao arrocho salarial imposto pelo FMI. Além disso, escândalos financeiros corroeram a credibilidade do presidente e dos seus auxiliares diretos. Rachel de Queiroz publicou *Ainda apostado no Brasil*, rememorando as grandes obras²² construídas nos tempos áureos do milagre econômico, usando os benefícios que geraram para o Brasil, como justificativa para a dívida externa que se avolumava, quando um rígido controle de gastos governamentais por meio do Fundo Monetário Internacional. A cronista pediu bom senso e “cabeça fria” para avaliar aquele momento de crise, no final das contas o Brasil se modernizou e ganhou novas possibilidades econômicas. Dessa forma:

[...] nesta década de 80, o Brasil já tem construída a sua estrutura de nação moderna, já ultrapassou aquela etapa de país do futuro. Venham como venham as crises, graves como sejam os erros, duras como quanto sejam as pressões das dificuldades internacionais – O Brasil agora já está aí. (ÚLTIMA HORA, 1983, p. 4).

Meses depois, em *Amor Febril*, a escritora voltou a questionar o patriotismo dos brasileiros, acusados de individualistas, pois se solidarizavam de forma transitória com as questões nacionais, sendo incapazes de renunciar ao supérfluo ou aceitar um período de racionamento. Segundo Luna e Klein (2014), o ano de 1983 foi marcado por medidas

²² Rachel de Queiroz em um tom propagandista na crônica, que não se via desde o auge do governo militar, citou o Parque Industrial, responsável por exportações e substituição das importações, malha rodoviária interligando as regiões do Brasil, extração de recursos minerais, desenvolvimento dos portos, criação de uma rede universitária, expansão do mercado interno e ampliação do saneamento básico.

impopulares, pois, para o governo satisfazer as regras do FMI, era necessário implantar medidas recessivas, como controle da expansão do crédito, corte nos gastos públicos, diminuição da demanda de consumo, controle dos salários, desvalorização da taxa cambial, fatores que ampliaram a inflação, desemprego e o nível de pobreza do país. No entanto, nessa crônica Rachel de Queiroz exigiu ufanismo inclusive dos membros do Legislativo do país, alheio às adversidades no Brasil, viviam cheios de mordomias em Brasília. Na verdade, as suas palavras não chegavam a ser uma desaprovação aos atos do governo, que oneravam o custo de vida, mas das práticas dos “representantes do povo”, que não assumiam o momento de austeridade e usufruíam de benefícios gerados pelo dinheiro público. A autora, portanto, foi taxativa:

Que moral tem eles então os de cima, para virem reclamar do povo novos e novos sacrifícios? E que estímulo tem o povo para se sacrificar quando vê aquela ilha de príncipes, posta como um oásis no planalto, vivendo do bom e do melhor à sua custa, e ainda reclamando que é pouco? (O POVO, 1983, p.4).

A explicação para a crítica aos parlamentares, na crônica citada anteriormente, pode estar em *Nós e o Presidente*, publicada em janeiro de 1983, em que ela não só lamentou a renovação de dois terços do Congresso, como a renovação de quase metade dos governadores nos estados de peso econômico e social. Portanto, ela devia estar fazendo menção aos novos parlamentares, eleitos pelos partidos da oposição. Mesmo assim, como eterna prosélita dos militares, a escritora elogiou João Figueiredo, que com seu prestígio pessoal e peregrinações políticas no período eleitoral, se tornou “acionista majoritário”, com seu colégio eleitoral garantido. Duas semanas depois, Rachel de Queiroz criticou homens e mulheres que se rendiam a convites para cargos políticos, negando seus princípios de uma vida toda, em busca de prestígio, no texto *Perfil Político*. “Depois o poder é doce. Doce e exultante, vinho licoroso. Aquieta os remorsos, azula as perspectivas” (ÚLTIMA HORA, 1983, p.4). Sem citar nomes, a autora pareceu usar suas palavras para condenar a escolha de determinados indivíduos para cargos comissionados dentro do novo quadro governamental que se efetivava.

A cronista não podia prever que a renovação política, efetivada em 1983, unida ao desgaste do Executivo por causa da crise econômica, dariam respaldo para a oposição mobilizar a população, em torno da sucessão do general Figueiredo, mediante a aprovação de uma emenda constitucional que restabelecesse o voto popular para Presidente da República. O projeto foi formalizado no Congresso Nacional, em março daquele ano, por iniciativa do deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso, unindo seu partido aos interesses do

PT, PDT e PTB, movimentos sindicais e populares. A proposta cresceu rápido na sociedade, no entanto, a perspectiva de transformação era quase nula. “O governo tinha maioria no colégio eleitoral de 660 integrantes e no Congresso Nacional: uma emenda constitucional exigia quórum qualificado de dois terços – 320 votos- para ser aprovada” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.482). Dessa forma, foi criado um fato extraordinário para subverter essa realidade, a campanha “Diretas Já”, que iniciou dia 5 de junho em Goiás, para pressionar o Congresso a aprovar da “Emenda Dante de Oliveira”.

Rachel de Queiroz, contra qualquer possibilidade que ameaçasse a transição para um governo civil controlado pelos militares, publicou seis crônicas respaldando a gestão dos generais no Executivo, defendendo o voto indireto para presidente e criticando, mesmo que de forma sutil, o movimento da oposição. Em *Retorno ao Passado*²³, escrita logo após o envio da proposta de emenda ao Congresso, a cronista procurou diferenciar o “suposto” período ditatorial no Brasil do restante da América Latina, a partir de transformações promovidas pela Revolução de Março. Mesmo admitindo um desgaste do governo militar, pelos problemas não resolvidos, crises nacionais e internacionais, ela afirmou que aqui no país não se tratava de um governo autoritário, como os outros, uma vez que não se concentrou na figura de um único líder e promoveu um rodízio de generais na presidência, todos ratificados mesmo que de forma indireta pelo Congresso. A escritora elogiou, também, os quadros do PDS, que se renovavam, ao contrário da oposição, que, de acordo com ela, repetia os mesmos nomes beneficiados pela anistia e pelo abrandamento da censura.

Em *Eleição para Presidente*²⁴, a cronista criticou abertamente a campanha Diretas Já, uma vez que era defensora confessa do sufrágio indireto e distrital para o Executivo federal, em um país de território extenso como o Brasil. De acordo com ela, em países menores os eleitores podiam conhecer diretamente os candidatos e avaliar suas propostas, do contrário, ficariam dependentes da imagem “fabricada” pela mídia e máquina propagandística. A escritora acusava os candidatos de percorrer o país todo, ou quase todo, montando uma atmosfera de “super-homem, chispando em jatos supersônicos, clamando slogans em comícios relâmpagos; ou debatendo com o adversário naqueles encontros de televisão, tão estudados, ensaiados [...] quanto um capítulo de novela” (O POVO, 1983, p.4). Além disso, Rachel de Queiroz observou que o ato democrático ficaria por conta da escolha do Colégio

²³ A mesma crônica foi publicada no jornal *Última Hora* no dia 21 de março do mesmo ano. Seis dias antes que aqui no Ceará, no *O Povo*.

²⁴ O texto também foi publicado no jornal *Última Hora*, seis dias antes da publicação do seu homônimo no *O Povo*.

Eleitoral, através do voto direto, do povo, que daria a “políticos profissionais, mais qualificados que o eleitor comum”, a possibilidade de escolha do chefe da nação.

Na mesma crônica, a escritora chamou atenção para um fato bastante interessante relacionado ao PMDM, em meio a campanha Diretas Já: “[...] a maioria do partido de oposição já não agita com o velho furor o seu estandarte e evidentemente se conforma com a tal maneira espúria de eleger o Presidente”. (O POVO, 1983, p.4). Como pode o partido mentor da emenda Dante de Oliveira se afastar de sua causa principal? De acordo com Napolitano (2015), um ponto que enfraquecia o movimento era que nem todos pemedebistas acreditavam na aprovação da reforma constitucional ou na viabilidade das eleições diretas para presidente. Dentro da agremiação existiam duas vertentes: seguir Ulysses Guimarães e apostar nas forças das ruas, como forma de legitimação, ou se alinhar a Tancredo Neves e cogitar a aprovação de um candidato da oposição, mais moderado, no Colégio Eleitoral pelo voto indireto.

Em 1984 a campanha pelas Diretas Já ganhou as ruas, unindo setores mais moderados e conservadores a militantes de esquerda, sindicalistas, estudantes e ativistas de movimentos sociais, em torno dos comícios promovidos pela “Caravana das Diretas” que percorreu 15 estados no Brasil. Apesar de todo esse movimento que empolgava milhares de pessoas no Brasil, Rachel de Queiroz escreveu *Eleições*, para o *Última Hora*, comparando as eleições indiretas para presidente, já certas para ela, com o processo eleitoral na ABL. De acordo com ela, ambas possuíam o número fechado de votantes dentro do Colégio Eleitoral. Dessa forma, segundo a autora, não adiantava o candidato à “Academia provocar movimento de massa, conquistar apoio em áreas prestigiosas, apresentar abaixo-assinados, artigos de jornal, recomendações de qualquer natureza [...]” (ÚLTIMA HORA, 1984, p.4). Portanto, em uma alusão clara às agitações democráticas, afirmou que não adiantaria cortejar as multidões para que elas influenciassem os parlamentares, uma vez que essa atitude podia produzir o efeito contrário e sufocá-los pela pressão. A cronista, além de desencorajar qualquer mobilização de massas, ainda usou suas palavras para ponderar qual processo eleitoral, direto ou indireto, seria mais vantajoso para o país. Portanto:

Cada uma terá suas desvantagens e seus méritos. Se a primeira abre caminho franco aos demagogos – como, aí de nós, o temos visto-, a segunda favorece o estabelecimento de oligarquias no poder. Em compensação, se a direta dá ao povo aquela embriaguez de festa cívica, a outra é garantida de melhor representatividade e critério na escolha (ÚLTIMA HORA, 1984, P.4).

Cerca de 40 dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, Rachel de Queiroz publicou *Liderança e Eleição*, reafirmando suas convicções políticas que defendiam o voto indireto. Afinal, segundo ela, nas eleições de 1982, quando o povo, por meio do sufrágio direto, teve a oportunidade de transformar a ordem, acabou repetindo os velhos nomes presentes no pleito. Portanto, concluiu que o movimento das Diretas Já não contagiou grande parte da população brasileira, uma vez que seu principal organizador, o PMDB, era incapaz de apresentar uma proposta de modernização dos quadros administrativos. A cronista se mostrou desanimada inclusive com a escolha do Presidente da República que ocorreria, de qualquer forma, naquele ano, pois os concorrentes da oposição²⁵ se organizavam para a disputa em questão com grandes chances e empatia diante do eleitorado. No fim das contas, “se as indiretas continuarem, qualquer que seja o que ganhar a rifa, já se sabe não terá surpresas” (O POVO, 1984, p.4).

É possível perceber, ao longo da escrita, a defesa ininterrupta de Rachel de Queiroz do voto indireto, nas eleições presidenciais, não só porque a escritora sempre esteve alinhada aos padrões da Ditadura Militar, mas também por acreditar que esse sufrágio era perfeitamente compatível com o arquétipo de soberania popular. Sendo assim, de acordo com a autora, os eleitores, escolhendo delegados estaduais mais próximos a eles, pelo voto direto, estariam incumbindo pessoas melhores preparadas de tomar decisões mais conciliáveis com os interesses da nação. “E ninguém venha me dizer que delegação de poder é antidemocrática, já que a própria essência da democracia está na instituição do mandato popular” (O POVO, 1984, p.4). Essa declaração da cronista faz refletir qual o conceito de democracia desenvolvido por ela durante o governo dos militares no Brasil. A própria autora dissertou sobre sua concepção em duas crônicas, publicadas seguidamente no jornal *O Povo*, em 1981, intituladas por *Democracia*.

Visando responder ao questionamento de um suposto leitor sobre o que seria democracia, Rachel de Queiroz inicialmente recorreu à definição presente no dicionário para depois explaná-la de acordo com suas concepções. Então, a explicação oficial seria “forma de governo na qual o Sumo Império ou os Direitos Majestáticos residem no povo e são por eles

²⁵ Nessa crônica, que também foi publicada no jornal *Última Hora*, no mesmo dia do *O Povo*, a autora reafirmou sua desaprovação por Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, grandes nomes da oposição, que apesar de notáveis agitadores das Diretas Já, imediatamente se organizavam para uma possível eleição indireta para Presidente. Outras duas crônicas, que serão utilizadas em outros tópicos dessa dissertação, foram reproduzidas no mesmo período em questão, criticando as eleições diretas e atacando políticos ligados à Caravana das Diretas. *Fraternidade Morena*, foi editada no Ceará dias depois com o nome *Conquista e Poder*, e *Eleições Diretas*, só veiculada no território fluminense. Acredita-se que a temática foi abordada de forma mais enfática no Rio de Janeiro, em razão de ser o estado cujo governador, como já foi visto, era o grande desafeto político de Rachel de Queiroz.

exercidos” ou, simplesmente, “governo do povo pelo povo”. De acordo com a autora, como o “povo não pode governar diretamente, sendo como é uma entidade coletiva, tem que delegar poderes a alguém, por intermédio de uma operação política que se chama eleição” (O POVO, 1981, p.4). Dessa forma, a cronista lançou alguns pressupostos acerca do seu parecer: as eleições são circunstâncias vitais para manifestação da soberania popular, a condição social do mandatário escolhido não interfere na democratização do seu governo e a compreensão que liga o povo a classes menos favorecidas não passa de demagogia. É fácil compreender os dois últimos postulados uma vez que a escritora sempre condenou a prática administrativa próxima às massas, práxis que rememoravam um passado getulista.

A explanação dos ideais democráticos pôde ser complementada na crônica posterior, que deu prosseguimento ao assunto, reafirmando a necessidade de eleições honradas, complementadas por candidatos conscientes e alianças eleitorais honestas, um apelo claro para o pleito que ocorreria no próximo ano de 1982. Além disso, a cronista rejeitou, no seu texto, a ideia que liga democracia ao sistema político. Afinal, da mesma forma que havia República escondida em uma ditadura existiam monarquias democráticas e governos socialistas que promoviam desigualdades. Sabendo-se que a crônica foi escrita em um período anterior a um processo eleitoral, é simples compreender que ela tinha a função de proteger o sistema político vigente no Brasil, que Rachel de Queiroz sempre negou se tratar de um sistema ditatorial, além de ironizar algumas candidaturas e coalizões que se estabeleciam para as próximas eleições.

Portanto, de acordo com Rachel de Queiroz, sempre defensora do sistema político vigente no Brasil, as eleições eram condições sinequa non para manifestação da democracia. De fato, entre 1964 e 1985, os militares conservaram os pleitos legislativos para manter o Congresso aberto e uma aparente normalidade política, embora as eleições para os cargos executivos tivessem sido efetivada pelo Colégio Eleitoral. Ou seja, tudo ocorria de acordo com o modelo defendido pela cronista em muitos textos: voto direto para cargos legislativos e indireto para os executivos. Conforme José Murilo de Carvalho (2002), a ditadura foi um momento de ambiguidades, marcada pelo crescimento do eleitorado, que exercia a cidadania elegendo membros do legislativo, no entanto, eram privados de outros direitos políticos e civis. Dessa forma, as argumentações da escritora eram superficiais, diante das táticas dos generais, que mantinham o voto, exaurido do seu sentido, transformando os partidos e os parlamentares em meros instrumentos do poder Executivo.

Durante todo o período ditatorial, a opinião de Rachel de Queiroz, acerca da democracia e da conjuntura antiautoritária condicionada pelo regime político no país,

permaneceu imutável. Em 1976, em plena vigência do AI-5, no *Jornal do Comércio*, ela publicou *Cidadania*, elogiando a criação da Fundação Milton Santos, incentivado pela ARENA, com o objetivo de promover a consciência democrática e política, além de estimular o sufrágio eleitoral e ressaltar as obrigações e privilégios da cidadania. Antes disso, em *O Cruzeiro*, veiculou *Democracia*, em que censurou a escolha de Gerald Rudolph Ford para a presidência dos EUA sem ter sido aprovado pelo Colégio Eleitoral, sendo uma indicação simples do presidente em exercício Richard Nixon. Na verdade, ela quis rebater a crítica feita pela imprensa norte-americana à eleição indireta de Ernesto Geisel. Defendendo o sistema político vigente no Brasil, ela ironizou a escolha dos autodenominados “pais da democracia”, que foi feita sem auxílio do voto direto ou indireto, ao contrário da sua nação que havia designado um líder para o Executivo Federal, respaldado pelo Congresso.

O conceito de democracia defendido por Rachel de Queiroz se aproximava em partes ao apresentado por Alves (1985), como modelo defendido pelo Presidente Geisel, no momento de distensão política e institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Esse padrão chamado *democracia relativa* ou *democracia forte* daria ao Estado, por meio da constituição, salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender direitos individuais e governar por meio de decretos sempre que se sentisse ameaçado. “As instituições políticas de representação, entretanto, seriam dotadas de suficiente flexibilidade para permitir uma participação limitada no processo decisório” (ALVES, 1985, p.186). Desta forma, haveria a criação de mecanismos, aparentemente democráticos, que legitimariam o sucesso eleitoral, controlariam cargos executivos, mantendo a maioria no Congresso, para assegurar a aprovação da legislação necessária às reformas legais e à escolha de sucessores mais adequados à conveniência dos militares.

De acordo com Napolitano (2015), a partir do processo de distensão política, promovida pelo general Geisel, surgiram várias conotações para a questão democrática. Para os militares, restringia-se a volta da normalidade jurídico-constitucional e um mínimo de liberdades civis, uma vez que já havia democracia, complementada por valores cristãos e ocidentais. Para as associações profissionais identificadas com a tradição liberal, como a OAB e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), soberania popular era o “estado de direito”, marcado pela autoridade da lei, equilíbrio dos poderes de Estado, liberdades civis e igualdade jurídica. Para os movimentos sociais de esquerda, esse padrão seria acrescentado pela participação popular nas decisões dos governos, distribuição de renda e limites ao direito de propriedade. Já para a nova organização operária incluía princípios da luta social e do princípio igualitário na transformação da sociedade brasileira.

A Emenda Dante de Oliveira foi votada na madrugada de 26 de abril de 1984, num clima de nervosismo. A capital do país, Brasília, e mais dez cidades goianas “estavam sob as medidas de emergência decretadas pelo general Figueiredo: a capital da República sitiada [...] e o Congresso Nacional, cercado pelas tropas do Comando Militar do Planalto” (Schwarcz e Starling, 2015, p.484). Apesar de todas as concepções de democracia existentes naquele momento e da maioria dos votos favoráveis, a emenda foi rejeitada por não obter dois terços necessários à aprovação do projeto. O Brasil teria, portanto, um pleito indireto, marcando a passagem do Executivo Federal para às mãos de um civil, da forma como os militares planejaram.

A partir do mês de maio de 1984, não foram encontradas crônicas da escritora Rachel de Queiroz publicadas no jornal *O Povo*, a data do último texto é seis de maio desse ano. Portanto, não pudemos por meio das representações da cronista, nesse veículo de informação, acompanhar o desenrolar das eleições indiretas para o primeiro Presidente da República civil, após a ditadura militar. Os últimos textos, antes do hiato de publicações, refletiram suas preocupações mais recorrentes, como a situação econômica. Em *Juros*, o aumento das taxas de juros sobre a dívida externa que se avolumava e ampliava os sacrifícios da população em geral, foi a principal temática. Seu olhar especial para o Nordeste, gerou *Os Migrantes* e *Pouca Chuva, Muita Praga*, abordaram a estiagem que persistia, assim como as correntes de migrações para o Sudeste. A última publicação no período ditatorial, *O Bicho Homem*, refletia uma característica tão frequente da sua escrita: sua aflição frente ao progresso, que será desenvolvida no último capítulo.

Mesmo sem os textos semanais de Rachel de Queiroz para averiguar sua opinião acerca da redemocratização do país, podemos dizer que o apreço da escritora pelos dois personagens principais do pleito, podia indicar a satisfação da mesma diante dos futuros resultados. No já citado *Retorno ao Passado*, ela qualificou Tancredo Neves como respeitado e qualificado, apesar de já “velho na política”. Afinal, ele era simpático aos olhos do general Figueiredo e de sua base de apoio, sendo um político de tendências moderadas sempre se equilibrando entre reforma constitucional e a possibilidade de se eleger de forma indireta. Já José Sarney²⁶ era um amigo antigo da cronista. Talvez a entrada do político na ABL, em 1980, tenha estreitado mais seus laços, uma vez que a historiadora Fernanda Mendes, em sua

²⁶ Em 1972, Rachel de Queiroz publicou uma crônica em *O Cruzeiro*, Incentivos para a Cultura, na qual elogiou a ação do amigo, José Sarney, na qual elogia a ação do político que propôs a dedução do Imposto de Renda para fins culturais: “[...] no lugar do Senado que lhe deu a política, vem em socorro da Literatura e das demais artes, pagando com seu projeto salvador, pelos livros não escritos que nos estava a dever” (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130).

dissertação, afirmou que ele foi o segundo correspondente mais assíduo da autora. Essa troca de cartas iniciada em 1985, ano que se tornou Presidente da República, foi até 2003 e somou 22 missivas, sendo muitas delas assinadas também pela esposa do maranhense, Marly Sarney.

Desta maneira, ao longo desse tópico, foram analisadas as representações da escritora Rachel de Queiroz, especialmente por meio de suas crônicas publicadas no jornal *O Povo*, entre os anos de 1977 e 1984. A escritora continuou abordando os principais aspectos da política nacional, desta vez, em um espaço destinado de fato à política. Pôde-se observar que, mesmo com a distensão da ditadura militar e afrouxamento da censura nos meios de comunicação, a cronista se mostrou avessa às transformações que se efetivavam no regime, mostrando um conceito próprio de democracia bastante conservador, em que defendia abertamente o voto indireto para o Executivo federal e condenava o movimento das *Diretas Já*. Além disso, mesmo expondo corriqueiramente os diversos problemas enfrentados pelo Brasil, naquele momento, como inflação, dívida externa, greves nos centros urbanos e seca no Nordeste, a autora sempre eximiu os presidentes gerais de qualquer responsabilidade nessa crise e tentava estimular o patriotismo nacional para retirar a atenção das ações governamentais, demonstrando que, mesmo no final do período ditatorial, a relação de adesão com o governo dos generais se mantinha. No próximo tópico serão especificados e caracterizados os principais grupos de intelectuais e de sociabilidade transitados pela escritora para, assim, compreender essa sua percepção da realidade política, suas práticas e representações, a partir de do seu espaço social.

2.3 “PRECISAMOS DE AMIGOS DE ACORDO COM OS DIFERENTES ÂNGULOS DO CORAÇÃO”: CÍRCULOS SOCIAIS PERCORRIDOS POR RACHEL DE QUEIROZ E LOCAIS DE DIVULGAÇÃO DAS CRÔNICAS.

A escritora Rachel de Queiroz, apresentada no primeiro tópico a partir do alinhamento dos seus textos aos interesses da Ditadura Militar, ficou nacionalmente conhecida, ainda na década de 1930, pela publicação de seus romances regionalistas, que lhe conferiram a oportunidade de ser a única mulher representante do movimento modernista do Brasil. *O Quinze*, primeiro livro publicado, graças ao financiamento do pai para a tiragem modesta de 1000 exemplares, foi enviado para jornalistas e escritores do Rio de Janeiro e São Paulo, onde foi recebido de forma entusiástica, ganhando o prêmio, na categoria de romance, da recém-criada Fundação Graça Aranha. A partir daí a vida da jovem provinciana se transformou

radicalmente com sua inserção em círculos literários e a formação de laços duradouros de amizade.

Nesse tópico, serão apresentados, por meio de crônicas²⁷, entrevistas e memórias de Rachel de Queiroz, os principais grupos de intelectuais e de sociabilidade percorridos pela escritora, entre os anos de 1964 e 1984, sendo os principais a editora *José Olympio*, o jornal *O Povo*, a revista *O Cruzeiro*, Conselho Federal de Cultura e Academia Brasileira de Letras, pois para compreender as características e representações das crônicas rachelianas, é necessário, na verdade, “que se tenha, em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é de forma nenhuma possível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais” (CHARTIER, 1990, p.28). Sendo assim, ao se reconhecer que as crônicas de Rachel de Queiroz são fontes significativas da análise do mundo social, deve-se levar em conta as relações instituídas no campo literário e as lutas dos agentes em prol da inserção, distinção, canonização e silenciamento.

Para Bourdieu (2005), a autonomia da arte e do artista é relativa em um espaço de jogo, campo, pautado em determinadas condições. Dessa forma, ao analisar a relação entre Rachel de Queiroz e suas crônicas, publicadas na *Última Página*, da revista *O Cruzeiro*, e na página 3 do *Jornal o Povo*²⁸, é necessário situar o corpus assim constituído no interior do “campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu” (BOURDIEU, 2005, p.186). Sendo assim, utilizaremos as palavras de Sirinelli (2013), de que para analisar as crônicas de uma revista é necessário sair do microcosmo das diversas redações e apreender o meio do escritor em seu conjunto, considerar os vínculos que as unem, aliando-a à duração das carreiras. Afinal, a própria escritora, em um depoimento, confessou que acreditava que não somente as leituras foram importantes para a formação intelectual de suas ideias. “Há outras componentes importantes nesse processo, outras influências, como o

²⁷ Nesse tópico iremos utilizar poucas crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro* na seção *ÚltimaPágina*, tendo em vista que foram poucas as vezes que a escritora utilizou o espaço semanal para fazer referência ao seu círculo social ou aos seus amigos mais próximos. Por isso, vamos focar em entrevistas e nos livros de memórias que trazem importantes depoimentos da escritora.

²⁸ Embora Rachel de Queiroz tenha contribuído para inúmeros jornais ao longo de sua carreira de cronista, essa pesquisa escolheu os textos publicados pela revista *O Cruzeiro* e jornal *O Povo* como principais fontes, graças aos vínculos afetivos e profissionais estabelecidos entre esses periódicos e a autora em muitos anos de publicações. Em *O Cruzeiro*, ela esteve presente por 30 anos. No jornal *O Povo*, seu vínculo durou desde a fundação, em 1928, até sua morte em 2003, embora nem sempre nesse intervalo estivesse publicando artigos semanais.

contato com as pessoas, a troca de ideias e experiências [...]” (NERY, 2002, p.72) com as pessoas que circulavam em seu cotidiano.

Apesar de revelar, inúmeras vezes em entrevistas, que não gostava de escrever e confessar suas dificuldades no processo de escrita, Rachel escreveu sete romances, duas peças teatrais e três livros para crianças. No entanto, a escritora se reconhecia profissionalmente de verdade como jornalista, “[...] como disse anteriormente, eu não sou uma romancista nata. Os romances é que foram maneiras de eu exercitar meu ofício, o jornalismo” (DE FRANCESCHI, 1997, p.33). Dessa forma, a autora foi colaboradora regular em diversos jornais, como *Diário de Notícias*, *Ultima Hora*²⁹, *Jornal do Comércio*, *Diário de Pernambuco*³⁰ e *O Estado de São Paulo*. Dentre as atividades assíduas na imprensa, destacou-se a produção de crônicas, que desenvolveu um estilo enxuto, preciso, fluente e saboroso, de acordo com as palavras de José Murilo de Carvalho (2010) no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, quando passou a ocupar a cadeira da escritora falecida. A crônica permitiu a diversificação da temática de seus textos. Não abandonando a temática do sertão cearense, ela também abordou temas cariocas, nacionais, internacionais, aspectos cotidianos das pessoas, dramas urbanos e aperfeiçoou o interesse na política. Os seus textos revelavam uma opinião subjetiva do que estava sendo vivenciado, mesmo quando parecia ser despretensiosa. Segundo Antônio Cândido:

[...] como por exemplo Rachel de Queiroz, há um traço comum: deixando se ser comentário mais ou menos argumentativo e expositivo para virar conversa aparentemente fiada, foi como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade nos problemas [...] É curioso como elas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social (CÂNDIDO, 1992, p. 17-18).

Rachel de Queiroz começou a produzir crônicas em periódicos em fins de 1927, quando a, então, jovem, enviou uma “carta aberta” ao diretor da página literária do jornal *O*

²⁹ Foram utilizadas algumas crônicas desse jornal nessa pesquisa, no entanto, essas não foram o foco principal, devido à dificuldade de coletar as fontes, já que somente os anos de 1983 e 1984 estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital na Biblioteca Nacional. Além disso, alguns textos publicados nessa gazeta também foram encontrados em *O Povo*, com diferença apenas de alguns dias de publicação.

³⁰ Foram utilizadas, também, algumas crônicas publicadas no *Diário de Pernambuco*, no mesmo período em que Rachel de Queiroz era cronista exclusiva da revista *O Cruzeiro*. Esse fato deve-se ao fato de, assim como a gazeta, o periódico também pertencer ao Grupo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Foram poucos textos publicados nesse veículo de informação, a média era de dois ou três artigos por ano, entre os anos de 1970 e 1976.

*Ceará*³¹, comentando a eleição da primeira Rainha dos Estudantes cearenses. O texto, assinado pelo pseudônimo Rita de Queluz, agradou bastante o diretor literário, o Barão de Almofala ou Demócrito Rocha, que a chamou, pouco tempo depois, para compor sua própria gazeta de notícias, chamado *O Povo*, fundada em 7 de janeiro de 1928. “Demócrito, que já era padrinho, o irmão mais velho, o companheiro diário e o crítico condescendente de quase todos aprendizes de literatura e jornalismo, em Fortaleza” (QUEIROZ, 1989, p.6), somando as páginas políticas e combativas a espaços especializados em Literatura, conquistando rapidamente um grande espaço entre os periódicos da Cidade. A escritora lembrou a durabilidade da sua relação com *O Povo*, durante o cinquentenário do jornal, em 1978:

Ainda devo ter, pelos meus guardados, a foto histórica do primeiro aniversário de O Povo, tirada na porta da redação, nós todos na calçada, redatores, repórteres, tipógrafos, agregados rodeando Demócrito Rocha, o fundador (*O POVO*, 1978, p.3).

Em pouco tempo, *O Povo* condensou a vanguarda literária do Ceará, congregando os jovens estudantes. Na seção *Modernos e Passadistas*, em que havia a aglutinação de escritores novos aos já consagrados, Rachel de Queiroz publicou poesias e comentários de críticas literárias. Nesse período, ela se aproximou mais de Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, “também quase menino, inteligentíssimo, ruidoso, trabalhador, já fazendo jornalismo como profissão da qual só se dividiu, mais tarde, com a política” (Queiroz, 1989, p.7). A escritora tornou-se colaboradora permanente do periódico e mesmo se afastando do Ceará, ainda na década de 1930 e por muitos anos, devido a questões profissionais, nunca rompeu os laços afetivos com *O Povo*, tanto que escreveu, em outros periódicos com os quais colaborou, inúmeras crônicas comemorando seus aniversários e lembrando seus fundadores.

Rachel de Queiroz só voltou a publicar com periodicidade certa em *O Povo* a partir de 1977, dois anos após o fechamento da revista *O Cruzeiro*, na qual foi cronista exclusiva por 30 anos. Suas crônicas eram divulgadas na página 3 ou 4, locais que o veículo de informação destinava ao Editorial e a artigos de opinião, geralmente analisando a situação da política nacional ou local. Quando a escritora voltou a escrever para o jornal, não havia um dia específico para a comunicação eles dividiam espaço com outros amigos da literata, como Carlos Castello Branco³² e Dinah Silveira de Queiroz³³. É importante destacar o local exato da

³¹ O jornal *O Ceará* foi fundado por Júlio de Matos Ibiapina, exemplo de jornalismo crítico e independente, o periódico circulou entre os anos de 1925 e 1930, combatendo o abuso das oligarquias, o coronelismo com seu voto de cabresto e as contradições da Igreja Católica.

³² Carlos Castello Branco foi um jornalista, escritor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Piauiense de Letras. A coluna que manteve por décadas no *Jornal do Brasil* é um marco do jornalismo político. Foi secretário de Imprensa no curto governo de Jânio Quadros e com a renúncia desse

publicação dos escritos rachelianos, porque, segundo Bahia (1990), a página editorial surgiu a partir da necessidade de valorizar a dimensão opinativa do veículo de notícias, resgatando o interesse do público pelo pensamento da gazeta, além de transmitir aos leitores a análise e julgamento de um acontecimento escolhido como bastante significativo. A seção de opinião, conjugada a ela, embora sendo de responsabilidade dos colaboradores, provavelmente comungava das mesmas ideias.

Embora não haja uma pesquisa publicada que esclareça a postura de *O Povo*, durante todo o período da Ditadura Militar³⁴, a partir de algumas investigações, juntei algumas peças que me deram a dimensão aproximada do jornal durante a fase em que são analisadas as crônicas rachelianas. Sendo assim, como já vimos, apesar de a escritora ter morado tantos anos no Rio de Janeiro e de produzir de lá a maioria dos textos que seriam publicados no periódico após 1976, a autora sempre manteve vínculos afetivos com os parentes de Demócrito Rocha, que comandaram a gazeta, após a morte do fundador em 1943. Ao analisar esses amigos próximos de Rachel de Queiroz, pode-se perceber a relação entre práticas ou representações e as posições ocupadas em um determinado espaço social conquistado pelo jornal, além de ter substratos para compreender a percepção da realidade política que era compartilhada por eles. De acordo com Bourdieu (1990):

Em outros termos, através da distribuição das propriedades, o mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida (BOURDIEU, 1990, p.160)

presidente, assumiu a chefia da sucursal do Jornal do Brasil', em Brasília (1962 a 1972). Ali nascia a *Coluna do Castello*, lida, apreciada e temida pelos políticos, pois escrita por um profundo conhecedor dos bastidores do poder e um intérprete arguto da realidade política. Em sua trajetória, Castello foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, de 1976 a 1981, fato que muitas vezes o tornou alvo das investidas do DOPS, embora evitasse atritos graças a sua diplomacia com os militares.

³³ Dinah Silveira de Queiroz, romancista, contista e cronista, casou com Narcélio de Queiroz, primo da escritora Rachel de Queiroz. Foi a segunda mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, incentivada pela amiga cearense que escreveu duas crônicas no jornal *O Povo* em sua homenagem. Uma fazendo menção as suas obras literárias, *As mil faces de Dinah* (1981) e outra, *Saudade de Dinah* (1982), lamentando o seu falecimento e confessando a falta que ela fazia.

³⁴³⁴Foi identificado um trabalho, que apesar de não contemplar o período de publicação das crônicas de Rachel de Queiroz em *O Povo*, abordado em minha pesquisa, contribuiu na análise da colaboração e legitimação do golpe de 1964 no Ceará, apresentando uma intensa mobilização nas ruas e nos jornais, que se transformaram em espaços de ação política, de demonstração de opiniões e de construção dos mais importantes acontecimentos que conduziram o país ao regime militar. Jucélio Régis da Costa, na dissertação “Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: A imprensa e o golpe civil-militar no Ceará”, revelou que *O Povo*, assim como em outros periódicos cearenses, aparece como colaborador e simpatizante do suposto “movimento revolucionário”, dando cobertura às variadas notícias a respeito dos desdobramentos da intervenção militar e ações dos políticos locais. Sendo assim, se percebe uma afinidade, mesmo que inicial, do meio de comunicação em questão com as realizações promovidas pelo Executivo federal e seus apoiadores.

Paulo Sarasate substituiu o dono do *O Povo* e seu sogro, desde seu falecimento, até 1968, ocupando o cargo de diretor e dedicando-se paralelamente à política, ao exercer o ofício de deputado federal por quatro vezes e de senador, depois do golpe militar, filiado ao ARENA. “Paulo gozava de tanto prestígio com Castello Branco, presidente do Brasil [...] que participou da indicação de vários governadores [...]” (*O POVO 80 ANOS*, 2008, p.12). A escritora Rachel de Queiroz publicou na revista *O Cruzeiro* uma crônica elogiando a iniciativa do querido amigo de publicar *A Constituição do Brasil ao alcance de todos*, uma explicação interpretativa da constituição de 1967. Segundo ela,

[...] Sarasate, pois, ajudado por uma longa experiência de Legislativo e Executivo, e usando daquela lúcida inteligência que Deus lhe deu, oferece ao Brasil uma obra essencial para o entendimento e interpretação da lei que ora nos rege (*O CRUZEIRO*, 1967, p.130).

A edição comemorativa de 80 anos do jornal *O Povo* trouxe outra informação interessante acerca de outras amigas de Rachel de Queiroz. A primeira, esposa do fundador do periódico, Creuza Rocha, foi caracterizada como revolucionária de 1930 e 1964, além de udenista convicta”, ocupou o cargo de diretora – presidente de *O Povo*, entre 1970 e 1974. Albanisa Sarasate, esposa de Paulo, e comandante do jornal entre 1974 e 1985, preparou o seu sobrinho, Demócrito Dummar, para ocupar seu lugar, “encarregou-se de aproximá-lo do mundo do poder e da política, bem como a decifrar códigos e entrelinhas dessa arte [...], herdada da convivência com o pai e com o marido” (*O POVO 80 ANOS*, 2008, p.14). Dessa forma, pode-se perceber que para a família o fazer jornalístico sempre esteve ligado às questões políticas existentes no Brasil em apoio às ideias que eles admitiam.

Uma análise superficial, já que não é o foco dessa pesquisa, das manchetes principais do jornal, no período estudado, permite perceber que *O Povo* usava constantemente as expressões “revolução de 1964”, “forças democráticas”, ao contrário de “golpe militar” ou “regime militar”, embora na edição de 80 anos tenha afirmado que “o termo golpe começou a aparecer nos jornais brasileiros e no Povo, na iminência do que seria o marco da repressão militar, o Ato Institucional número 5, em 1968” (*O POVO 80 ANOS*, 2008, p. 47). Segundo Sirinelli (2003), talvez se diga que isso escapa à vontade explícita dos profissionais dos meios de comunicação. Mas em se tratando do cotidiano dos jornalistas, constata-se que há no quadro de influências, setas voltadas para várias direções. O fato é que as referências feitas se assemelhavam às de Rachel de Queiroz nos seus textos da revista *O Cruzeiro*, denotando uma relação de adesão com as transformações que se efetivavam no país.

Como já foi dito, outra relação profissional e pessoal bastante importante na carreira de Rachel de Queiroz, entre 1945 e 1975, foi o cargo de “cronista exclusiva” na revista *O Cruzeiro*. A escritora recebeu a proposta de ocupar a primeira página, em que saíam habitualmente algumas colaborações de amigos do dono do periódico, Assis Chateaubriand. No entanto, ela sugeriu que ficasse com a lauda final, argumentando que “o que faz a página é a matéria nela impressa. Se a minha colaboração interessasse, o leitor encontraria a última página com a mesma facilidade com que encontrava a primeira” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2004, p.203). Desse modo, a seção foi intitulada *Última Página* e Rachel escreveu textos com as mais diferentes temáticas nesse espaço.

Podemos considerar a revista como documento privilegiado e revelador de processos históricos e movimento de ideias de uma época, além de seus textos e imagens serem capazes de revelar o perfil dos seus proprietários e consumidores. “Sua importância como fonte para a compreensão da paisagem urbana, das representações e idealizações sociais é atestada por pesquisas historiográficas” (LUCA, 2005, p.123). O periódico *O Cruzeiro* reunia em suas redações inúmeros jornalistas consagrados e intelectuais. Todos os exemplares da gazeta eram abertos por um texto pertencente ao âmbito literário; advindo dos mais diversos nomes que compunham a Literatura da época, como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira e Graciliano Ramos. De acordo com Rachel,

Era na fase áurea dos suplementos literários. Nós, autores mais conhecidos, éramos disputados e aceitávamos com muito gosto essas colaborações, que passavam a constituir a melhor fonte de renda dos nossos magros orçamentos (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.194).

Por meio dessas informações, devemos perceber que as redações das revistas eram espaço de análise das ideias da época, pois, de uma forma geral, são lugares de fermentação intelectual e de relações afetivas, além de espaço de sociabilidade. Reunindo pensamentos diversos, elas conferem uma estrutura ao “campo intelectual por meio de forças de adesão – pelas amizades que as submetem, as finalidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas e debates suscitados” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

A revista *O Cruzeiro*³⁵, fundada em maio de 1928, atingiu seu maior sucesso no período democrático de 1946 até o início da década de 1960, quando “era uma revista

³⁵ Fundada pelo dono dos Diários Associados, maior cadeia de imprensa do país, Assis Chateaubriand. O biógrafo do empresário, Fernando Moraes (1994), o caracterizou como uma figura extremamente polêmica, acusado inúmeras vezes de falta de ética por supostamente chantagear as empresas que não anunciavam em seus periódicos, por insultar empresários com artigos difamatórios, além de conseguir favores políticos que ajudaram a construir seu império e de relações cordiais com pessoas influentes, tendo em vista favores econômicos. A escritora Rachel de Queiroz rebateu essas afirmações em entrevista à revista *Veja* em 1996, condenou essa

eclética, destinada a ser lida por um público diversificado, de todas classes sociais, incluindo homens e mulheres” (NETTO, 1998, p.123). A publicação periódica tratava de assuntos gerais: social, políticos e cultural. Apostou na publicidade como fonte de lucros para a editora, além da venda de exemplares, elaborando um esquema de distribuição por quase todo território nacional, investiu em cuidados técnicos e visuais do periódico. “*O Cruzeiro* dava aos seus colaboradores uma projeção muito maior que os artigos de jornal. Era a revista mais lida do Brasil, a mais bem-feita. A equipe da redação tinha a chamada fina flor do ofício como Davis Nasser [...]” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p. 192). Esse repórter, de fato, compunha o “esquadrão de ouro” da gazeta, produzindo sempre histórias sensacionalistas que ocupavam a matéria principal da semana. Era admirado pelos seus leitores. A escritora Rachel de Queiroz, em fevereiro de 1968, louvou em sua crônica semanal o *Prêmio Camões* recebido pelo seu colega de redação:

Estas linhas de hoje destinam-se a festejar um acontecimento que deveria ser um padrão de glória para esta casa. Refiro-me à concessão a David Nasser, um dos mais antigos e valorosos baluartes de *O Cruzeiro* e dos *Diários Associados*, do Prêmio Camões, o mais importante galardão literário de Portugal, referente ao biênio 1966/1967 (*O CRUZEIRO*, 1968, p. 130).

No início da década de 1960, o grupo *Diários e Associados*, responsável pela revista *O Cruzeiro*, somava inúmeras dívidas e passaram a trocar grandes reportagens por matérias pagas. A crise se tornou mais grave com as críticas direcionadas ao presidente João Goulart em todos os seus veículos de informação, fato que bloqueou os favores do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e do Instituto da Previdência. Nesse contexto, inflado pelo resultado do plebiscito favorável a Jango que trouxe de volta o presidencialismo ao Brasil, Assis Chateaubriand decidiu aderir a “Cadeia da Democracia”, que, como já vimos no tópico anterior, tinha o plano de montar cem estações de rádio para propagar ideias contra o governo Goulart e suas “reformas de base”. Chatô foi além, destacou um representante, entre seus funcionários para representar suas empresas no IPES, devido às afinidades ideológicas e interesses financeiros. Como também já vimos, a grande imprensa povoou o imaginário da sociedade civil com o medo dos regimes autoritários associados a pressupostos socialistas. Dessa forma, o golpe civil-militar foi se encorpando, em meio à classe média e aos setores conservadores ligados a empresários, fazendeiros e militares que se uniam em torno de campanhas anticomunistas.

imagem: “Eu trabalhei quarenta anos com Chatô. Ele era irresponsável, mas não era vilão. Todo mundo que queria bem ao Chatô ficou magoado”. (VEJA, 1996, p.9).

Dessa forma, além das crônicas tendenciosas de Rachel de Queiroz na *Última Página* de *O Cruzeiro*, a revista ganhou artigos de Chateaubriand “açoitando a reforma agrária, a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ou o poder dos sindicatos” (MORAIS, 1994, p.646), além de esboçar inúmeras críticas a todos os membros da equipe de João Goulart. O periódico ainda contava com textos de David Nasser, naquele momento diretor e principal redator do semanal, na campanha difamatória de Jango, em especial, do seu aliado e articulador político, o deputado Leonel Brizola. Mas não somente por meio das palavras escritas e professadas nas rádios veio o apoio dos *Diários e Associados* ao golpe civil-militar. Enquanto o presidente Goulart realizava o célebre “comício das reformas de base” no Rio de Janeiro, Chatô reuniu empresários conspiradores em um almoço na sua casa. Dias depois, o empresário apoiou a “marcha da família com Deus pela liberdade” e esperou o desfecho, que se deu no dia 31 de março de 1964, sentado em sua cadeira de rodas, local que ele chamou de “trincheira particular”, pois, no início da década de 1960 foi vitimado por um acidente vascular cerebral que limitou seus movimentos.

Assim, o golpe saiu vitorioso e mergulhou o Brasil em uma ditadura, apoiada, pelo menos inicialmente, pelo grupo dos *Diários Associados*. Em “copiosas declarações de amor aos militares, surpreendeu até os diretores de suas empresas ao apoiar a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos do seu velho amigo Juscelino Kubitschek” (MORAIS, 1994, p.653). No dia 10 de abril do mesmo ano, alguns dias depois após a tomada de poder no país, foi publicada uma “*Edição Histórica da Revolução*” em *O Cruzeiro*. O editorial da revista, escrita por David Nasser, mostrou a posição ideológica da publicação, já que todas as demais reportagens se relacionavam, de alguma forma, com as temáticas elogiosas e devidamente dramatizadas dos feitos dos generais, além de ressaltar o ato louvável de livrar a nação da ameaça comunista. O texto, intitulado por *Saber Ganhar*, enfatizava uma suposta ação democrática, que não limitaria mais a liberdade de expressão, inclusive gerando a possibilidade de convivência entre posicionamentos políticos distintos:

Não será o nome dessa liberdade conquistada que iremos tripudiar sobre os vencidos. Aqueles que eram comunistas, continuarão a sê-lo, talvez com menos esperança. Aqueles que eram os pobres enganados dessa República – talvez abram os olhos, se os vencedores não procederem com a mesma fúria, o mesmo despotismo, a mesma insensibilidade daqueles que nem por isto deixaram de ser brasileiros e possivelmente democratas equivocados. A compreensão e a justiça talvez os ajudem a abrir os olhos (*O CRUZEIRO*, 1964, p.5).

A lua de mel entre *Diários Associados* e os militares acabou muito rápido, alguns meses depois do golpe. Mesmo não rompendo formalmente com o governo, Assis

Chateaubriand passou a escrever artigos, até sua morte em 1967, criticando o presidente Castelo Branco. Os textos eram publicados nos seus jornais e revistas, que agonizavam em meio a dívidas, fiscais e previdenciárias, e enfrentavam a concorrência, tanto na área da imprensa escrita, quanto na rádio e televisão, tomando cada vez menos o bolo de publicidade disputado por inúmeros veículos de informação. O jornalista David Nasser também publicou artigos criticando a política tributária castelista e Rachel de Queiroz. Embora quase sempre justificasse as medidas tomadas pelo seu parente, chefe do Executivo, chegou a questionar em uma crônica as ações coercivas da polícia que poderiam limitar a liberdade de expressão, como foi dito no tópico anterior.

Segundo Marcos Napolitano (2015), até 1968 o setor mais visado pela repressão foi o teatro, nem tanto pelo alcance social, mas pela capacidade de mobilizar os setores de oposição. Entre 1969 e 1978, os censores criaram medidas mais efetivas para reprimir qualquer forma de contestação, como o Decreto – Lei número 1077, que instalou a censura prévia aos materiais impressos. Dessa forma, podemos perceber que durante algum tempo existiu uma liberdade de imprensa, utilizada por alguns jornalistas do Diários Associados e pelo seu proprietário para fazer críticas, mesmo que muitas vezes comedidas, ao governo militar. Além disso, Ferreira (2015) afirmou em sua tese que “as negociações políticas de Chateaubriand permitiam que jornalistas prestigiados como Nasser e Rachel se mantivessem na revista e que pudessem publicar, com certa autonomia, os seus textos” (FERREIRA, 2015, p. 56).

Após a morte de Chateaubriand, em 1968, a revista seguiu cambaleando pelos problemas já citados, potencializados pelo acirramento da censura, tanto de caráter oficial e de caráter privado, feita pelos próprios editores da revista, pela perda de qualidade das reportagens, pelas matérias pagas e perda de importantes profissionais. O Cruzeiro encerrou suas atividades em julho de 1975. No início desse mesmo ano a escritora Rachel de Queiroz parou de publicar suas crônicas na *Última Página*, sem perder o caráter de alinhamento à maioria das ações dos ditadores militares. A autora em seus textos, conforme já foi dito, celebrou as transformações modernizadoras que implicavam um desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando uma expansão industrial, urbanização e mecanização do campo, transformações na máquina do Estado e o incentivo às atividades empresariais. Paralelamente às transformações nos equipamentos urbanos e a integração econômica das diversas regiões brasileiras, consolidou-se, pela primeira vez, um mercado de bens simbólicos em nível nacional, garantindo o desenvolvimento da indústria cultural em vários setores: televisão, editoras, empresas jornalísticas e de marketing.

Os ditadores cumpriam dois papéis importantes, neste contexto, necessários à legitimação do poder: o primeiro de disciplinador, na medida em que censurava livros, jornais, revistas, músicas, programas de televisão e teatro. O segundo de estimulador das produções culturais, para utilizar os meios de comunicação de massas para reproduzir discursos que legitimavam o governo e reforçavam a integração nacional, além de uma concepção de mundo tradicional e conservadora, com aversão a tudo que o contradizia. Dessa forma, o Estado criou uma série de medidas que favoreceram e incentivaram as empresas de comunicação, que puderam importar maquinários novos e melhorar a qualidade da produção. De acordo com ORTIZ (1994), dois grupos foram amplamente favorecidos: *Editora Abril*, que passou a dominar o mercado de revistas, e a *Globo Comunicações e Participações S/A*. Essas empresas pareciam não se importar com a atuação da censura, uma vez que o governo era o principal promotor do seu crescimento. Enquanto isso, o *Diário Associado*, com uma fatia ínfima de favorecimentos políticos, aprofundava a crise.

Sendo assim, mesmo diante da repressão ideológica e política, a ditadura militar foi um período de grande produção e difusão de bens culturais. Pautado na Ideologia da Segurança Nacional, o Estado percebeu que a cultura envolvia uma relação de poder, que podia ser perniciosa, desde que estivesse nas mãos de subversivos, ou vantajosos, quando estava circunscrito ao poder autoritário. Dessa forma, o setor empresarial do livro também foi beneficiado, pois a partir de 1966, o governo concedeu um incentivo real à fabricação de papel e facilitou a importação de máquinas para a edição do material. Na verdade, Ortiz (1994), afirma que ocorreu uma troca de favores, uma vez que um grupo de livreiros financiaram as atividades do IPES, que desgastou a imagem de João Goulart e tramou o golpe, incluindo a editora José Olympio³⁶, que durante 57 anos editou e publicou os livros da escritora Rachel de Queiroz.

A editora José Olympio é uma referência para a trajetória literária brasileira, pois no fim dos anos 1930 passou a monopolizar, e por muitos anos, a edição de autores e livros considerados indispensáveis para sentir e pensar o Brasil. A forma com que José Olímpio tratou José Lins do Rego, na reedição de *Menino de Engenho*, chamou atenção dos jornais e emissoras da época, devido ao tratamento despendido ao escritor: “alguém que bancava tiragens bem maiores que os concorrentes, pagava os direitos autorais em dia e, além disso,

³⁶ A escritora Rachel de Queiroz, além de ter seus romances editados e impressos pela José Olympio, atuou no local como tradutora de inúmeros livros consagrados no exterior. Além disso, a editora, que publicava os principais autores brasileiros em atividade, percebendo as possibilidades de mercado e não vendo incongruência entre o formato da crônica e materialidade do livro, passou a reproduzir coletâneas de textos de renomados artistas. Sendo assim, inúmeras crônicas de Rachel, reproduzidas em diferentes meios de comunicação, foram editadas em livros de coletâneas e distribuídos no Brasil.

[...] concedia adiantamento aos autores pelas obras que ainda seriam editadas” (FONTES, 2012, p.89). Esse tratamento habilidoso com os escritores atraiu um grupo de intelectuais de Maceió, nomes como Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda e Rachel de Queiroz. A escritora, com 29 anos incompletos e recém-chegada ao Rio de Janeiro, começou a frequentar a casa José Olympio Livraria e Editora, onde formou laços econômicos e afetivos duradouros com o proprietário e seus irmãos Daniel e Athos. A autora expressou o que o amigo e os vínculos fraternos representaram na sua vida, em uma crônica, décadas depois:

Nós, que pomos no papel nossos pensamentos, sonhos e imaginações, dependemos do Editor, espécie de mágico que tem o poder de transformar em livro aquilo quem eram apenas palavras. E quando temos o Bom Editor que nos solicita escritos, que põe em nós a sua confiança e seu dinheiro, ele vira a própria figura paterna.

JO editor preencheu, melhor que nenhum outro, essa função. Os seus editados viravam seus amigos tão íntimos como só irmãos o seriam (QUEIROZ, 1993, p.59).

Assim, a “Casa”, como era conhecida carinhosamente, passou a ser a editora oficial do grupo de nordestinos consagrados pelo Regionalismo de 1930. “Mais foi a loja, a livraria José Olympio propriamente dita, situada à rua Ouvidor 100 [...], que se tornou o point preferido dos intelectuais mais famosos, dos já estabelecidos e dos emergentes” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.186). Mesmo mudando de endereço em 1964, o local continuou sendo frequentado pela “nata” de escritores, artistas e intelectuais brasileiros que se reuniam para trocar experiências, compartilhar conhecimentos do ofício de escritor e debater sobre questões prementes do país. Sendo assim, de acordo com Sirinelli (2003), todos os grupos de intelectuais organizam-se em torno de sensibilidades ideológicas ou culturais comuns e de afinidades, algumas vezes difusas, mas igualmente determinantes, que promovem a vontade de conviver. Rachel confessou, várias vezes em entrevistas, a necessidade do artista em se organizar em confrarias para se fortalecer e legitimar em meios às vaidades e ambições inerentes à profissão.

Ao analisar esses grupos, que se reuniam na José Olympio, podemos compreender como os escritores de um determinado período e sociedade deviam ser do ponto de vista do *habitus*³⁷ socialmente constituído, para que lhes tivesse sido possível ocupar as posições oferecidas por um determinado estado do campo intelectual, além de explicar porque eles adotavam determinadas posições estéticas ou ideológicas devidamente vinculadas a essas

³⁷ De acordo com Bourdieu (2015), é uma capacidade criativa/ inventiva, que não pode ser atribuída à natureza ou razão humana e sim a uma disposição incorporada. É uma pré-disposição que reflete a posição no campo e o tipo de capital você detém.

colocações. Ao observar as descrições de Rachel de Queiroz sobre a “Casa”, percebemos que existe uma semelhança com o significado que as livrarias da década de 1930 exerciam nos intelectuais desse período, uma vez que eram ambientes dominantes na atividade editorial e intelectual, englobando as atribuições de espaço de socialização e formação de projetos culturais. “Cada geração literária se apropriava de uma livraria em particular que passava a ser marcada por suas rodas de intelectuais” (SORÁ, 2004, p.11). Alguns desses locais se perpetuaram por outras décadas. No entanto, as transformações econômicas e urbanas, no fim da década de 1960, minaram esses lugares, fato lamentado por Rachel, na crônica publicada na *Última Página*, intitulada de *A livraria São José*, na qual relata a perda de espaços democráticos de leitores e literatos:

O fato é que acabou mesmo o tempo das livrarias. De uma em uma foram se fechando, a começar pela Garnier que era a avó de todas, passando pela José Olympio da rua Ouvidor que era a nossa casa, e terminando pela livraria São José, que era o último abençoado refúgio da desamparada grei de literatos. Em alguns casos, como o da José Olympio, houve a construção da casa da Casa, aquele belo palácio da rua Marquês de Olinda, onde nos reunimos, debatemos, revemos amigos e até mesmo comemos e bebemos. Mas isso fica ao alcance de um grupo muito menor de gente, - os amigos da Casa, que são muitos, que são multidão, mas não são ilimitados. Já a livraria era a porta aberta, o lugar público onde todos tinham entrada sem convite (*O CRUZEIRO*, 1968, p.130).

No artigo “Arte da Amizade”, Gustavo Sorá (2004) relata que José Olympio era extremamente hábil não só em cortejar grupos intelectuais de vanguarda, mas também em meios políticos e militares do poder central. Mantendo a imagem de que não seguia nenhuma rede ideológica, mesmo desfrutando de ótimos relacionamentos com pessoas influentes politicamente, o editor conservou a imagem de quem lutou pela liberdade de expressão dos seus editados, uma vez que interveio diversas vezes junto às autoridades para liberar obras e autores. O “amigo de todo mundo”, embora não possuísse posicionamento político claro, manteve estreitos vínculos com a ditadura militar, uma vez que publicou a filosofia política desse governo, escrita pelo general Golbery do Couto e Silva. Além disso, de acordo com os relatos de Laurence Hallewell (2005), o dono da editora foi selecionado por Castelo Branco para ser um dos vinte membros fundadores da ARENA, embora tenha recusado o convite.

Nas crônicas semanais de Rachel podemos encontrar um vestígio de ligação da “Casa” com as propostas dos ditadores, uma vez que a escritora em *Carta a Daniel Pereira Editor* celebrou os 50 anos do seu amigo, que era irmão de José Olympio, alinhando-o às esperanças e às ações de transformações lideradas pelos militares:

Por isso, compadre, pensando bem, acho que você pode se sentir mais otimista. De certa forma fomos remidos da culpa pelos companheiros que agiram. O que nos resta agora é trabalhar com eles, ajuda-los na tarefa tão difícil, dar conta da nossa parte. E não ficar de lado, esperando pontos para as críticas, sem nos ocorrer que o problema deles é nosso também e que cada erro deles será também o nosso erro (*O CRUZEIRO*, 1964, p.130).

Rachel de Queiroz e outros editados pela José Olympio, como Adonias Filho, Cassiano Ricardo, Guimarães Rosa, Josué Montello, Afonso Arinos, Ariano Suassuna e Gilberto Freire, em 1967, passaram a fazer parte do órgão governamental, Conselho Federal de Cultura (CFC). A Ideologia de Segurança Nacional percebeu o campo cultural como área estratégica para as políticas do Estado, que deveria desenvolvê-la submetendo-a a sua razão. Sendo assim, foi necessário o estabelecimento de políticas culturais quem abrangessem todo o território nacional, por meio da criação de inúmeras instituições³⁸ dispostas a produzir e a difundir a cultura. O Estado passou a ser o agente financiador dos projetos culturais, tornando-se o grande mecenas da cultura brasileira.

Para isso, o Executivo federal contou com intelectuais de projeção nacional, com relevante contribuição para cultura, legitimando suas ações, uma vez que os convidados eram donos de um capital simbólico, cultural e político, de reconhecimento ou consagração, que conseguiram acumular ao longo de suas carreiras. Os escolhidos para participar do CFC, membros da elite cultural brasileira, possuíam o mesmo padrão de características profissionais e de sociabilidade, uma vez que, em sua maioria, também faziam parte da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)³⁹. Sendo assim, esses ilustres homens da cultura e a escritora Rachel de Queiroz, única integrante feminina do órgão, se reuniam mensalmente, no Palácio Capanema, sede do Conselho, localizado no Rio de Janeiro, para deliberar sobre assuntos da política nacional de cultura.

De acordo com Tatyana de Amaral Maia (2012), que analisou a composição dos membros do Conselho, com base no levantamento biográfico de suas trajetórias, para compreender os posicionamentos políticos e ideológicos compartilhados pelo grupo, havia a formação de uma espécie de “irmandade” entre os intelectuais selecionados, ou, como ela denomina, uma “rede de sociabilidade”⁴⁰, que permitiu a troca de experiência e debate entre

³⁸ Instituto Nacional do Cinema, EMBRAFILMES, FUNARTE, Pró-Memória, são exemplos dessas instituições, além do CFC.

³⁹ O IHGB foi criado em 1831 para sanar a necessidade de uma política enérgica que assegurassem a unidade nacional, e ações estratégicas intelectuais, que cimentassem a ideia de nação e de unidade. Esse ideário se alinhava as propostas culturais necessárias à Ideologia de Segurança Nacional.

⁴⁰ Para a historiadora Tatyana de Amaral Maia (2012), redes de sociabilidades pressupõem que haja um conjunto de pessoas ocupadas na produção e difusão do conhecimento, que se comunicam em razão de sua atividade

os atores de um mesmo grupo social. A intervenção desse grupo no aparelho estatal também estava vinculada a uma disputa no campo intelectual, que estava em processo de institucionalização no país e em profundo contato com o universo político.

Sendo assim, a partir dessa análise, a historiadora concluiu que havia alguns pré-requisitos fundamentais para a escolha dos integrantes do CFC: cargos ligados ao Ministério da Educação e Cultura; participação em movimentos culturais e políticos; pertencimento a associações como academia de letras e institutos históricos e geográficos; colaboração em periódicos e mandatos exercidos no legislativo. De acordo com ela, no discurso de inauguração do Conselho, o presidente Castelo Branco explicitou, ainda, a sua vontade de que os conselheiros representassem as mais diferentes regiões do Brasil. Em vista disto, podemos deduzir que Rachel de Queiroz possuía vários atributos para pertencer ao órgão, além de sua ligação com o chefe do Executivo, uma vez que ela seria uma representante nordestina, engajada com causas políticas, sociais e culturais da sua região de origem, além de ser uma escritora que possuía uma crônica semanal fixa em uma revista de grande circulação no Brasil, que já havia utilizado a seção *Última Página*, inúmeras vezes, para celebrar a “grande revolução de 1964”.

Segundo a pesquisadora Lia Calabre (2005), as atribuições do Conselho eram: formular a política cultural nacional; articular-se com órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; conceder auxílios e subvenções e promover campanhas nacionais. Para isso, o CFC era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico artístico nacional, possuindo também uma comissão de legislação e normas que funcionava como uma quinta câmara. A Câmara de Letras, presidida por Adonias Filho e integrada por Rachel de Queiroz, era a que recebia o maior número de demandas, como pedidos para a construção de casas de cultura⁴¹, exposições, publicações de periódicos de instituições diversas, seminários, aquisição de livros, equipamentos para bibliotecas e atenção para as demais entidades relacionadas à produção editorial.

Em sua tese, Ferreira (2015) analisou os pareceres da conselheira Rachel de Queiroz, na Câmara de Letras, e percebeu a preocupação da escritora com o fomento de atividades ligadas à difusão da língua nacional. Apesar desse fato, na maioria dos casos analisados pelo

profissional, ao longo dos anos. As redes são marcadas por espaços de convívio e valores compartilhados, mas também se relacionam com fatores externos que interferem na sua composição e orientação.

⁴¹ É interessante perceber que o conceito de centro cultural e de casa cultural aplicado pelo CFC era o de lugar de letras, e não lugar das artes, já que os conselheiros que formavam a câmara de letras eram escritores e literatos, que não exerciam atividades na área artística.

CFC, a autora negou o subsídio do Conselho sem mais explicações. Um interessante caso de recusa de auxílio foi o que consta no parecer 272º de 26 de abril de 1968, com a solicitação de Carolino Leobas de França Antunes para publicação de um livro de poesia. Rachel de Queiroz recusou, alegando que as letras nacionais nada teriam, a ganhar com a proposta. No entanto, a historiadora Raquel Ferreira ressaltou o fato de o autor analisado ser um forte defensor e admirador do ex presidente Juscelino Kubistchek, lavando a crer que havia sim implicações políticas envolvidas.

Rachel de Queiroz concedeu duas vezes espaço na sua crônica semanal para homenagear o conselheiro Adonias Filho. A primeira vez em fevereiro de 1968, em que ela promoveu o livro escrito pelo amigo, *Léguas de Promissão*, uma novela de narrativas curtas que se passa no período de expansão do cacau pelo Sul da Bahia, assemelhado ao “Oeste Brasileiro”. Na segunda, em 1973, a escritora fala sobre o VIII Encontro Nacional de Escritores, promovido pela Fundação Cultural de Brasília que reuniu profissionais das letras de todo o Brasil. Neste evento, o presidente da Câmara de Letras, Adonias, foi condecorado com o Prêmio de Literatura pelo conjunto da obra. A escritora aproveitou o texto para elogiar a presença do presidente Médici, que valorizava os literatos, e para alfinetar as esquerdas internacionais que acusavam o Brasil pelo “terror cultural”, usando, para isso, as palavras do maior premiado para concluir a crônica:

Mas é no Brasil que se prestam essas homenagens e aos escritores; enquanto na pátria de todas as esquerdas, a URSS, o lugar do escritor é no campo de concentração e no hospício de doidos (*O CRUZEIRO*, 1973, p.130).

Concluindo a análise dos círculos sociais frequentados por Rachel de Queiroz, será necessário avaliar a entrada da escritora na Academia Brasileira de Letras (ABL), uma vez que será possível perceber os jogos políticos e sociais, durante a Ditadura Militar, no seu ingresso na agremiação. Interessante observar, também, a Academia como instituição “sedutora de poder”, na qual o governo se interessava em utilizar *os imortais* ligados a ela. Para facilitar essa estratégia, houve um incentivo à entrada de membros do CFC na ABL, de modo que em 1977, dos 24 membros do Conselho, 11 já faziam parte do grêmio literário.

Já vimos que a escritora Rachel de Queiroz possuía um reconhecimento por sua obra literária em todo país, além da sua filiação ao órgão governamental, Conselho Federal de Cultura e de ligação direta com alguns generais que compunham o poder político no Brasil. No entanto, havia um grande empecilho para a entrada da cronista na ABL: a instituição, desde a sua criação, negava a composição feminina entre seus *imortais*. Todavia esse critério foi

derrubado com a modificação do Regimento Interno, em 1976. Fanini (2009) afirmou que, para isso, houve não um questionamento das normas internas por parte dos seus integrantes, mas sim a facilitação de entrada de alguém influente politicamente e com laços estreitos com os acadêmicos. Sendo assim, a abertura na “Casa de Machado de Assis” foi amplamente divulgada no país. O jornal *O Povo* noticiou em uma de suas principais páginas:

As mulheres já podem ingressar na Casa de Machado de Assis, vinte e quatro acadêmicos aprovaram por unanimidade, a emenda do escritor Osvaldo Orico, que alterou o artigo 17 do Regimento interno, restabelecendo o sentido genérico e jurídico da palavra brasileiro (*O POVO*, 1976, p.2).

Logo após a mudança do Regimento Interno, Rachel de Queiroz foi incentivada a propor sua candidatura e, com o fato concretizado, recebeu prontamente o parecer favorável do presidente da ABL. A partir daí, seus amigos acadêmicos empenharam-se em promover a campanha para angariar votos destinados à amiga. O maior articulador da entrada da cronista na Academia foi Adonias Filho, afinal, segundo ela mesma: “Escrevíamos nos mesmos jornais, tínhamos o mesmo editor, discutíamos constantemente as nossas divergências políticas, encontrávamo-nos diariamente, éramos praticamente inseparáveis” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.210). Já o principal opositor da sua campanha era Osvaldo Orico, sob a alegação de que lutava para evitar comprometimentos da “Casa Machado de Assis” com órgãos e autoridades oficiais, acusando a escritora de ter escrito um artigo, no jornal *Última Hora*, em que defendia a censura e o Decreto 427 assinado pelo ministro Armando Falcão, estabelecendo um rígido controle na importação de livros estrangeiros.

A escritora, alheia a todas as polêmicas que envolveram a sua candidatura, foi para sua propriedade no Sertão do Ceará, *Não me Deixes*, na companhia do seu marido, Oyama, e ficou sem notícias da campanha tramada por Adonias Filho, Octávio Farias e Odilo Costa Filho, todos seus colegas da José Olympio. Voltou apenas uma semana antes da eleição que a consagrou como a primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras, quebrando, mais uma vez, novos paradigmas na sua mídia nacional. Rachel de Queiroz deu um depoimento que saiu na capa do jornal *O Povo*, um dia após a sua vitória, bastante significativo para a história do periódico:

O Povo, onde comecei e espero acabar, é testemunha e grande estimulador de tudo que estou alcançando. Esta entrada na Academia não é só minha. É do O Povo também. Neste momento, lembro-me de Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, eles que compartilhavam de tudo que eu fazia (*O POVO*, 1977, p.1).

A cronista escreveu um texto no dia 29 de agosto, mesmo mês que foi eleita, para agradecer os vãos, a campanha, as manifestações de apoio e as notas saídas da Imprensa. Afinal, “quantas pessoas amigas das quais o tempo ou a geografia nos haviam separado de repente emergem de meio esquecimento; e festejam, comparecem [...] escalando tempo e distância” (*O POVO*, 1977, p.3). Com o mesmo entusiasmo foi celebrada a posse⁴² de Rachel de Queiroz, dia 5 de novembro de 1977. Recebida com um discurso do amigo Adonias Filho e com uma festa que reuniu cerca de 300 pessoas para ver, pela primeira vez, uma mulher entrar na Academia. Na verdade, de acordo com Diogo Cunha (2014), a cerimônia de posse era um dos momentos de maior visibilidade da vida acadêmica e reunia altos dignitários da Ditadura Militar. O discurso dos eleitos devia exaltar os valores da instituição, a tradição, conservadorismo e o suposto apolitismo das suas questões.

A despeito da intenção do escritor Osvaldo Orico, a Academia Brasileira de Letras só possuía o caráter apolítico, se estivesse se referindo ao sentido ideológico e partidário propriamente dito. Entretanto, a ABL reunia elementos importantes para a Doutrina de Segurança Nacional, pois através da composição de seus membros, majoritariamente conservadores, e da missão que ela se atribuía de guardiã das tradições literárias ou não, difundiu um conservadorismo e um conformismo que tiveram um papel simbólico, mas eficaz, na esfera política. Dessa forma, a “Casa Machado de Assis” formava uma rede de sociabilidade conservadora que incluía, além de intelectuais, membros da elite política e econômica.

Sendo assim, Rachel de Queiroz se tornou uma frequentadora assídua do chá das cinco nas quintas-feiras na ABL, momento de convivência amiga que precedia a reunião semanal de trabalho. Na crônica *Como não dar entrevistas*, além de criticar o trabalho de um jovem jornalista, que deturpou suas palavras, esclareceu as atividades exercidas na Academia para evitar controvérsias que envolviam o local. De acordo com ela, a “casa Machado De Assis” era uma instituição privada que estendia sua ação distribuindo prêmios a literatos, a historiadores, ensaístas, filósofos e tradutores, além de promover conferências e cursos de grande alcance cultural. Conforme a escritora disse,

Obedecendo as normas do estatuto acadêmico, fazíamos comunicações de interesse cultural, debatíamos problemas de línguas e Literatura, temas históricos e sociais [...] os assuntos capazes de interessar ao grupo cultural por nós representado (*O POVO*, 1978, p.3).

⁴² A posse de Rachel de Queiroz contou com a presença de Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, representando o presidente Geisel, Ministro da Justiça, Armando Falcão e o governador do Ceará, Adauto Bezerra.

A partir dessas informações, percebemos que o fato de Rachel de Queiroz, ter estabelecido ao longo de sua vida uma rede social, com importantes políticos e intelectuais, contribuiu consideravelmente para seu reconhecimento e consagração no campo literário. Ao longo desse tópico analisamos os círculos sociais frequentados pela escritora Rachel de Queiroz, em meio a modernização conservadora que se efetivou no Brasil, durante a ditadura militar. A pesquisa, a partir da análise de fontes, percebeu uma escritora com marcas dos núcleos sociais em que transitou, por meio de uma realidade apreendida ou comunicada. Ao mesmo tempo, percebeu a autora como um sujeito múltiplo, que reinventou o ângulo de compreensão da mulher, inserida na modernização em vigor no país, e que representou, em suas crônicas semanais, as transfigurações urbanas e rurais pelas quais o Brasil passou, como será visto no próximo capítulo.

3“HORA DECISIVA”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM MEIO À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.

Vem o nosso governo preparado com resolução todo o aparelho estatal para fomentar o desenvolvimento. Todo esforço que dependa da ação oficial está sendo feito; há um clima febril d planejamento, captação de recursos, organização logística, treinamento intensivo – tal como o faz um grande exército, na previsão de gravíssima campanha (O CRUZEIRO, 1971, p.130).

De fato, como anuncia a escritora, no trecho acima, o Brasil, naquele momento, colocava em prática as teorias elaboradas pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que visavam gerar o progresso no país, promovendo a integração nacional. Um dos efeitos desse projeto foi a aceleração da modernização conservadora, tanto no setor urbano, como no rural, ambas abordadas constantemente nas crônicas de Rachel de Queiroz. Portanto, o segundo capítulo visa a analisar as representações da cronista acerca das transformações que se efetivavam em seu cotidiano, tendo sempre como parâmetro os conceitos de Berman (2014) referentes à *modernização*, ou seja, referentes às mudanças políticas e econômicas, que geravam, muitas vezes, contradições, ambiguidades e angústias nos que a vivenciavam.

No primeiro tópico, **“Gosto de Brasil” ou “Lei da Megalópole?”: transformações no espaço urbano**, serão verificados os textos que ora celebravam um “gosto de Brasil”, que promovia a construção de grandes obras, transformações na educação e cultura, ora criticavam os efeitos do progresso no cotidiano, acelerando a rotina, gerando problemas ambientais, colocando em risco a segurança e gerando a obsolescência das suas próprias criações.

No segundo, **“O Milagre e o Sertão”: Alterações no espaço rural**, será analisada a forma que modernização chegou ao interior do país, especialmente no Nordeste brasileiro, promovendo a mudanças na prática agrícola, desenvolvendo o crédito subsidiado ao agricultor, políticas previdenciárias e de assistência médica ao homem do campo. Além disso, serão enfatizadas algumas preocupações eternas da escritora sertaneja, como as políticas de combate à seca e à fome nos períodos de estiagem e o constante êxodo rural.

3.1 “GOSTO DE BRASIL” OU “LEI DA MEGALÓPOLE?”: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO.

Foi visto nos tópicos anteriores as ações e opiniões de Rachel de Queiroz que se alinharam, muitas vezes, às características da Ditadura Militar, garantindo uma omissão ou rejeição da sua obra no momento em que a crítica brasileira definia os cânones acadêmicos dos nossos estudos literários. Se aprofundarmos a análise em todo trajeto da vida da escritora, elencando alguns aspectos importantes, como filha de latifundiários, militante do Partido Comunista, antigetulista e participante das confabulações que antecederam o golpe de 1964, motivada, em grande parte, pelo sentimento anticomunista, percebemos o quanto a escritora é marcada por incongruências políticas e ideológicas, mantendo, ao longo da vida, posturas e concepções de certa forma contraditórias.

O próprio período estudado na pesquisa, durante o governo militar, gerou ações que pareciam contraditórias no Brasil, produzindo ao mesmo tempo impulsos conservadores e modernizadores. Na verdade, essas ações não eram excludentes e sim complementares, já que o desejo modernizador implicava em um desenvolvimento econômico e tecnológico, que gerava a expansão industrial, urbanização e mecanização do campo, transformações na máquina do Estado e o incentivo às atividades empresariais. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, além de promover a integração da sociedade brasileira. Os textos de Rodrigo Patto Sá Motta são bastante valorosos para estudar esse processo de transformações no país, pois visa em seu conteúdo integrar diversos interesses sociais e econômicos, que estavam aliados antes mesmo do golpe de 1964. Segundo o autor, podemos entender, por meio de ações que pareciam paradoxais, que:

O resultado das políticas modernizadoras colocava em xeque as utopias conservadoras, pois solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado: o sucesso econômico da ditadura abalava a ordem social defendida por alguns apoiadores [...] Por isso, em certos momentos, as demandas conservadoras foram contornadas, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente nas práticas do Regime Militar. Além de útil para reprimir os inimigos ideológicos do regime, o aparato autoritário tornou-se instrumento, também, para a implantação da pauta modernizadora (MOTTA, 2014, p. 51).

O conceito de modernização conservadora foi desenvolvido pelo norte-americano Barrington Moore Jr. para explicar o processo de transformações econômicas que aconteceram de forma diferente em alguns países, os quais mesclaram tendências modernas a forças conservadoras. O desenvolvimento nesses moldes, no contexto do regime governado

pelos militares no Brasil, contou com a aquiescência das classes sociais dominantes, interessadas em manter uma estrutura arcaica da sociedade. Sendo assim, o Estado militar contou com alianças sociais e políticas heterogêneas para consolidar seu papel de modernizador, uma vez que uniu, em torno dele, nacionalistas, liberais e conservadores. Esses grupos, com objetivos e peculiaridades diferentes no processo de aparelhamento do Executivo, exigiram, portanto, políticas contraditórias que foram implantadas ao mesmo tempo e inúmeras vezes. Os militares se apropriaram de ideias reformistas e progressistas adaptadas a autocracia e a elite. Isso faz parte da tradição política brasileira, que:

[...] fornece inovadora chave interpretativa para compreender elementos paradoxais e por vezes contraditórios do Estado autoritário. O argumento principal é que certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e à acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais (MOTTA, 2014, p.13).

Podemos, então, afirmar que o termo mais apropriado para o processo ocorrido no Brasil, na verdade, é “modernização autoritária conservadora”, de acordo com Motta (2014). O autoritarismo sempre esteve presente nas práticas repressoras dos militares, que mantiveram o cerceamento das liberdades democráticas e a manutenção da concentração de riquezas. Em meio a essas ações também ocorreram avanços liberais, relacionados às atividades econômicas, que precisavam de importação de tecnologias necessárias para modificar a ainda incipiente industrialização brasileira na década de 1960. Nas modificações modernizadoras havia um contrabalanço feito por forças retrógradas que apoiavam a manutenção da ordem e dos valores tradicionais, defendidos, geralmente, por religiosos, militares e intelectuais conservadores.

A partir da análise das crônicas de Rachel de Queiroz, podemos observar o alinhamento da escritora tanto com as transformações econômicas e educacionais de cunho liberais como com a vertente conservadora, que desejava mais do que apenas o expurgo da esquerda revolucionária e na corrupção do Brasil. A cronista, da mesma forma que celebrava a modernização no país, se incomodava com as modernidades geradas por ela⁴³. Especialmente durante o milagre econômico, os textos, exaltando as mudanças promovidas

⁴³ É importante destacar que a noção de modernidade de Rachel de Queiroz, se aproxima muito mais do que Marshall Berman chama de modernização, pois percebemos em suas crônicas, um entusiasmo com as transformações tecnológicas e infra-estruturais que dotam a cidade de novos equipamentos, promovidos pela ditadura militar. No entanto, a autora se mostra retrógrada com a alteração de padrões e costumes da população, fato que seria denominado de modernidade.

pelo governo, se multiplicaram, ganhando um aspecto, muitas vezes, de propaganda. Em *Recomeço*, a cronista exaltou as construções desenvolvidas por Médici. Esse assunto foi retomado em *Gôsto de Brasil*, que celebrava os avanços na indústria, nas exportações, nas obras de infraestrutura e de educação, pautadas no crescimento econômico. Segundo ela:

A exportação cada vez maior e mais diversificada, as marcas “Indústria Brasileira” ou “Made in Brasil” espalhadas pelas sete partes do mundo. Os problemas da educação sendo enfrentados e na maioria resolvidos ou em caminho de resolução. Essas obras, pontes e estradas e cais e hidrovias e escolas e usinas elétricas se expandindo por toda parte. O tal de Produto Nacional Bruto, a entidade mística dos economeses, esse, mesmo os técnicos mais pessimistas já não podem esconder que cresce a olhos vistos, queimando as estatísticas (*O CRUZEIRO*, 1970, p. 146).

O Produto Nacional Bruto (PNB) aumentou e a taxa média anual era de 10%, entre 1967 e 1973, e a indústria acompanhou esse crescimento. A economia cresceu e modernizou-se, permitindo a incorporação de novos trabalhadores no negócio formal de trabalho e a consolidação de um mercado consumidor na classe média. As exportações de fato foram ampliadas, mas estavam concentradas em setores com baixo valor agregado, ou seja, produzidos por uma cadeia produtiva restrita, extensiva e de baixa tecnologia. Os setores mais dinâmicos da indústria, nas mãos das multinacionais, estavam voltados para o consumo interno.

No entanto, as crônicas de Rachel de Queiroz não captaram esses aspectos negativos desse processo, muito menos a concentração de renda e o arrocho salarial gerados por ele. Na verdade, o único aspecto inconveniente encontrado pela escritora era a ação dos opositores do governo, chamados por ela de “cassandras”⁴⁴, fazendo menção a passagem mitológica, por causa das suas previsões de catástrofes e desgraças para a ditadura. De acordo com ela: “Surpreendentemente foram acontecendo milagres. E à medida que os prodígios iam se operando, e o caos se compunha, eles não davam o braço a torcer e retiravam em ordem, dando sempre seus gritos de retaguarda [...]” (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 1972, p.4). Apesar da “torcida contrária”, os textos seguiam elogiando os recém-alfabetizados do MOBREAL e as obras estruturais dos militares. Estas obras eram enaltecidas, pois garantiam a integração nacional e desenvolviam portos e estradas para desafogar os gargalos produtivos das fábricas. A crônica *Balanço*, em dezembro de 1972, demonstrou a animação da escritora frente às transformações que se efetivavam no país:

⁴⁴ Cassandra era uma jovem de magnífica beleza, fiel servidora de Apolo, que se apaixonou por ela e lhe ensinou os segredos da profecia. Assim, Cassandra se tornou uma profetiza. Porém, quando ela repudiou Apolo, ele tirou dela o dom de persuasão e, portanto, ela ficou desacreditada por todos.

As exportações transbordam da pauta, os homens do dinheiro vêm com chapéu na mão oferecer mais, industrialização cresce, os corredores de produção se alargam, as estradas se multiplicam. Até Belém – Brasília, que confesso – no tempo em que a abriram-, muitos de nós supúnhamos fadada a ser engolida de novo pela mata, ano que vem já estará de asfalto de porta a porta. E já não chega a Transamazônica, vem agora a Perimetral, que irá estender um ramal de boa vontade até o Suriname. E as litorâneas no Nordeste e no Sul – podem jogar caminhão na praça que estrada não falta (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130).

No governo Geisel, a escritora, que quase sempre se mostrava desconfiada frente aos frutos da modernidade, se mostrou entusiasmada com a finalização do metrô no Rio de Janeiro. Rachel de Queiroz se deliciou com o fato de tomar um meio de transporte subterrâneo perto de sua casa e emergir, pouco tempo depois, velozmente transportada, no centro da cidade. Segundo ela, valeu a pena todos os incômodos com buracos, desvios de tráfego e tributos pagos. Além disso, dessa mistura de bonde e trem, transportaria milhares de pessoas todos os dias e cumpriria de forma fidelíssima os horários, a despeito de quem não acreditou que a obra seria concluída. A partir dessas considerações, concluiu que:

Aliás, democracia é isso, transporta de massas, serviços para todos – metrô. Mas os esforços heroicos e obscuros que ele exigiu para chegar à realidade, os anos de espera, quando parece que nada de bem está acontecendo enquanto os homens se afadigam, lutando com a pedra, a água, a areia, o ressentimento geral e assim mesmo conseguem abrir a grande via de cimento e ferro, por onde nós e depois nós os nossos filhos iremos andar, com naturalidade e segurança sem nos lembrarmos no trabalho que ela deu, no admirável esforço que custou (*O POVO*, 1978, p.3).

A modernização conservadora andava atrelada à Ideologia de Segurança Nacional, contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que, de acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005), foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas do Estado, destinadas a facilitar o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização, uma a efetiva utilização dos recursos naturais, uma a rede de transportes e comunicação para integrar o país que era extenso, com regiões pouco habitadas, e, portanto, era necessário compensar a vulnerabilidade dos espaços vazios.

As obras estruturais, que garantiam a integração e desenvolvimento do país, eram aliadas a diferentes frentes de ação no meio da população, métodos especiais de propaganda psicológica e controle ideológico. O governo Médici, como já vimos, fez um amplo uso da propaganda política, enfatizando o crescimento econômico do país e sua capacidade de cumprir seu destino manifesto de grande potência. Os programas de desenvolvimento na região amazônica e no interior receberam enorme ênfase juntamente com a disponibilidade de bens de consumo, ao alcance da classe média, ajudada pela ampliação de crédito ao dispêndio. Não foram encontrados vestígios de que Rachel de Queiroz escrevesse de forma intencional e

propagandística para Ditadura Militar. No entanto, ela não escondia, em seus textos semanais, a filiação com o projeto de formação do Estado de Segurança Nacional e, por isso, ela e outros intelectuais utilizaram seus textos para legitimar o crescimento contínuo e acelerado dos presidentes generais, aliado ao controle da população.

O Estado autoritário, nesse sentido, utilizou as políticas de modernização e propaganda, visando o apoio social e a desmobilização dos opositores. Sendo assim, é fundamental compreender os mecanismos que explicam o apoio à ditadura, sobretudo as estratégias e as políticas elaboradas pelo Estado para conquistar legitimidade. Um deles foi bastante citado e elogiado nas crônicas rachelianas. Tratava-se do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, reunindo características assistencialistas e conservadoras, com o objetivo de promover a educação continuada e a alfabetização funcional de adultos analfabetos. Apesar dos seus trabalhos só terem iniciado em setembro de 1970, pouco tempo depois, no final de 1972, a escritora Rachel de Queiroz já comemorava seus resultados: “[...] liquidamos os analfabetos a poder de MOBRAL, aumentamos as vagas no ensino, de alto a baixo, do ABC ao doutorado” (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130).

O MOBRAL possuía orientação pedagógica e material didático organizados pelo governo e produzidos uniformemente para todo país, segundo os objetivos da integração nacional. Além disso, abrangia conteúdos esvaziados de caráter crítico e de problematização. Mas, apesar dos incentivos do governo em uma área estratégica, os seus efeitos logo foram percebidos, devido às altas taxas de evasão das salas de aula, à instrução inadequada e ao despreparo dos alfabetizadores. Em 1978, a escritora Rachel de Queiroz publicou uma crônica reconhecendo as dificuldades do projeto e apresentando os avanços dele no Nordeste. O texto admitia problemas nas estruturas físicas das escolas, na heterogeneidade dos alunos, na frequência irregular e na conclusão do processo de alfabetização. No entanto, a cronista ressaltou o suposto interesse do Executivo em transformar os sertanejos em pessoas críticas especialmente no período eleitoral, para que não fossem manipulados pelas práticas clientelistas. Ademais, segundo ela, o homem do sertão, graças ao movimento, já conseguia assinar o próprio nome, conhecer e agrupar letras, ler números e fazer contas. Sendo assim,

[...] como sertaneja que sou, reconheço a sua valia, a revolução que veio fazer dentro do fechado mundo dos analfabetos; trazendo os mais velhos para o estudo, mesmo que não consiga transformar em letrados, terá pelo menos ensinado a esses alunos a importância do ensino para seus filhos, o que não é benefício menor (*O POVO*, 1978, p.3).

De qualquer forma, a modernização conservadora, a partir do seu eixo modernizante, beneficiou a educação, uma vez que promoveu a expansão de vagas na graduação, mudou a

seleção nos vestibulares, melhorou os salários e a carga horária dos professores, incentivou à pesquisa, criou novas universidades estaduais e federais. Segundo Motta (2014), os cursos de pós-graduação, entre 1964 e 1974, passaram de 23 para 400; o número de estudantes universitários, em um espaço de 15 anos, subiu de 140 mil para 1 milhão e 300 mil. Afinal, as escolas superiores eram percebidas como espaços privilegiados tanto para a utilização de ideias modernas, como para o experimento autoritário, uma vez que o regime militar promovia de forma simultânea a reforma e a censura. Sendo assim, a vertente conservadora combateu e censurou ideias de esquerda, criou as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) para espionar comunidades universitárias, além de censurar pesquisas, publicações e livros. Para estimular a propagação dos valores tradicionais, criaram disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e o Projeto Rondon.

Esse projeto, citado acima, estava associado ao conservadorismo, na medida em que tinha como principal objetivo acalmar o radicalismo dos jovens alunos, atraindo-os para os valores moralistas, patrióticos e nacionalistas, convenientes ao regime militar. O principal motivo, no entanto, da Operação Rondon estava integrado “aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas” (MOTTA, 2014, p.88). É possível encontrar menção ao projeto em inúmeras crônicas de Rachel de Queiroz, nas quais ela convocava moços e moças para descobrir o Brasil, estimulando o que chamava de “febre exploradora, colonizadora e ocupadora”, recrutando o governo para a importante função de “conquista ideológica e psicológica da tropa”, que iria ocupar a região ainda despovoada. Ao mesmo tempo, segundo ela, o programa prepararia a mão de obra brasileira, aplicando conhecimentos adquiridos na faculdade, além de criar novas oportunidades de emprego. Em *Hora Decisiva*, a cronista resumiu esses objetivos, relatando que:

Juntam-se, portanto, agora, as duas necessidades, criando a grande ocasião: pois se a mocidade pede emprego, suplica uma oportunidade – pelo seu lado o governo carece urgentemente de “tropa de ocupação” para as suas frentes de desenvolvimento. Está nisso a grande importância de iniciativas como o Projeto Rondon e o Projeto Mauá, que põem os moços em contato com as novas perspectivas do Brasil- o grande Brasil despovoado e silencioso. Abrir a essa mocidade novos horizontes, criar-lhe novo espaço vital. Esse é o significado especial das grandes frentes desbravadoras do governo – criar empregos, consumir mão de obra, dar terra e trabalho às novas gerações (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 130).

A crônica acima faz alusão também à Operação Mauá, outro programa do governo junto às universidades. O projeto tinha como principal objetivo apresentar “para os estudantes as grandes empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas em atuação no país,

especialmente aquelas empresas do governo ou subvencionadas por ele [...]” (PORTUGAL, 2008, p.70 – 71). Essa intervenção mantinha o foco no Brasil que dava certo, que progredia economicamente, que era responsável por um enorme avanço tecnológico. Dessa forma, os dois projetos estavam filiados ao objetivo modernizador de progresso material, capacitando a mão de obra para as necessidades do desenvolvimento da economia, preparando elites administrativas, tecnólogos e cientistas, fomentando lideranças intelectuais, além de incutir valores moralistas no ambiente universitário.

A partir dessas necessidades do país, Rachel de Queiroz publicou *Professores Militares*, ressaltando a importância deles no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por ser uma faculdade de formação técnica da Aeronáutica “para ser uma verdadeira alma-máter dos estudiosos da tecnologia desenvolvida pelas ciências novas, responsáveis por admiráveis conquistas do progresso deste século” (*O CRUZEIRO*, 1968, p.122). O texto, além de elogiar os cientistas militares que lecionam nos cursos universitários, importantes na formação cidadã dos soldados, denunciava a “exportação de cérebros” nacionais para os Estados Unidos e Europa, atraídos por altos salários e facilidades de pesquisa. O que a escritora não menciona é que esses técnicos e cientistas saíam do Brasil, pois eram vítimas da repressão do “Desenvolvimento com segurança”. De acordo com Motta (2014), o expurgo não foi maior porque o Estado autoritário colocou em primeiro plano os laços pessoais, encobrindo os compromissos políticos e afinidades ideológicas.

Na crônica *Rondon, Mauá e Capistrano*, a escritora propôs a formação de um novo plano, que também utilizaria a mão de obra universitária, mas dessa vez, do curso de História. Tratava-se do projeto *Capistrano de Abreu*, em que os estudantes desvendariam o Arquivo Público Nacional, no Rio de Janeiro, e, assim, “habituar nossa mocidade estudiosa a lidar com a matéria-prima básica de qualquer estudo histórico, que são os documentos de arquivo” (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 130). Sendo assim, podemos observar uma possibilidade de desviar a atenção dos alunos, da área de humanas, dos estudos críticos para a escrita de uma história que ressaltasse o nacionalismo e os grandes nomes da história brasileira, a partir de temáticas sugeridas por Rachel de Queiroz, que envolviam a “vinda da família real portuguesa para o Brasil”, o “Príncipe Regente”, “fidalgos portugueses” e até “D. Carlota Joaquina”.

Sendo assim, o domínio da cultura tornou-se um espaço estratégico para a Doutrina de Segurança Nacional e, por isso, era necessário discipliná-lo. De acordo com Ortiz (2015), o manual básico da Escola Superior de Guerra deixava claro que a cultural não deveria ser reprimida, mas desenvolvida, desde que fosse submissa ao governo militar. Para isso foram criados inúmeros órgãos que incentivavam às políticas dos militares, tais como Embratel, o já

citado Conselho Federal de Cultura, Embratur, Embrafilme, Telebrás e Funarte. Em 1978, Rachel de Queiroz publicou *Notícia e Louvação merecida* para elogiar as ações da Fundação Nacional da Arte (Funarte), que tinha, como principal objetivo, a criação e difusão da produção no campo das artes. Segundo a cronista, esse órgão que crescia e avança, ocupa cada vez “maior espaço cultural, levando o cinema, teatro, música, folclore, artes plásticas, todos os desdobramentos da atividade artística pela vastidão do Brasil [...]” (*O POVO*, 1978, p.3).

No texto, é bastante perceptível a animação da escritora com o projeto que tinha, como objetivo, valorizar a cultura brasileira nas mais diferentes expressões artísticas, especialmente na música, levando a Música Popular Brasileira (MPB) a um público, que por causa do preço, não tinha acesso aos espetáculos. Além disso, à medida que o programa englobasse canções e compositores consagrados; e financiasse eventos e festivais para uma plateia de universitários, o governo controlaria uma área consagrada na crítica contra a ditadura militar e despolitizava o conteúdo produzido por eles. Como determinou Rachel de Queiroz: “Será como uma nova era musical para multidões”, ocupando um espaço tomado pelos Festivais da Canção que reuniam milhares de jovens que, muitas vezes, viam nas letras das composições a possibilidade clara de criticar o regime político implantado no país.

Outra criação da Ditadura Militar, pautada na Doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento, lembrada e elogiada pelos textos de Rachel de Queiroz, foi o Instituto Nacional do Livro (INL). A escritora explicou que o processo pelo qual se possibilitava o barateamento do livro literário, técnico, didático, abrindo a perspectiva revolucionária, segundo ela, na educação nacional, com o crescimento da produção literária. A partir dele, segundo a explicação da autora, o editor submetia o material para ser editado ao INL, que “encaminha o livro à comissão de leitura – mas não é comissão burocrática de banquinho de repartição [...] se aprovada a qualidade literária, o livro será publicado em convênio entre o editor e o INL” (*DIÁRIO PERNAMBUCANO*, 1971, p.3). Essa delegação que avaliava as obras era formada por velhos conhecidos da cronista e pertencentes ao CFC e ABL, como Adonias Filho e Octávio de Farias. A partir dessa caracterização feita por ela, podemos perceber o papel do Estado autoritário de apoiar a iniciativa editorial, incentivar o setor privado, reservando o poder de veto às obras contrárias aos seus objetivos. Sendo assim:

Muitas vezes, nos pareceres, os vetos por motivos ideológicos apareciam sob a justificativa formal e criteriosa do Instituto, estabelecendo um novo patamar de relação com editoras privadas no regime militar (GALUCIO, 2011, p. 6)

Em 1982, a escritora abordou, em seu texto semanal, mais um aspecto do campo artístico-cultural do Estado autoritário. Tratava-se da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme), que possuía objetivos alinhados à modernização conservadora, na medida em que estimularia a produção de obras cinematográficas, educativas e culturais, além da montagem de filmes para a televisão sobre temas brasileiros. No entanto, no momento em que a crônica foi escrita, a Embrafilme passava por dificuldades para financiar as obras nacionais. Dessa forma, Rachel de Queiroz deslocou astuciosamente o problema que era do governo para os produtores, acusados, por ela, de produzir um cinema artesanal, incapaz de se tornar independente. Sendo assim, “a independência de expressão é aspiração maior de todo artista. Mas para estar independente é preciso primeiro ser independente. Não trabalhar às custas da subvenção de um mecenas, seja um governo ou um bilionário” (*O POVO*, 1982, p.4). Criticando as acusações que os ditadores sofriam pela implantação da censura, a cronista ponderou que o Executivo Federal, como mecenas, tinha o direito de intervir na temática das películas e escolher de forma criteriosa o que seria veiculado. A autora demonstrou total aceitação dessa prática do “quem paga, manda”, como podemos observar a seguir:

O dilema do cinema nacional, afinal, de contas, se resume só a isto: enquanto a nossa indústria cinematográfica não segurar nas suas próprias pernas e puder subsistir assistida por subsídios do Governo, via Embrafilmes, esse cinema terá que se submeter aos parâmetros exigidos por quem custeia: esse é o direito que se arroga o mecenas (*O POVO*, 1982, p.4).

O governo militar, dessa forma, estimulou as produções culturais – nas editoras, jornais, teatro, cinema, revistas, programas de televisão e empresas radiofônicas para fazer uso dos meios de comunicação na reprodução do seu discurso que incentivava a integração nacional e a disseminação de princípios ligados à moral e aos bons costumes. Da mesma forma, agia como regulador autoritário, capaz de intervir nos conflitos, identificando e punindo os subversivos, além de utilizar a censura para corrigir os excessos cometidos. Sendo assim, foi consolidado, pela primeira vez, um mercado de bens simbólicos no Brasil e o fato que melhor caracterizou o advento da indústria cultural foi o desenvolvimento da televisão. Rachel de Queiroz descreveu o encantamento produzido pela disseminação dos aparelhos de TV pelo Brasil:

Da Tv, propriamente, ninguém pode falar mal. Antes de tudo porque televisão é realmente um estupendo milagre, uma invenção maravilhosa, a que só a sensibilidade embotada do homem moderno não sabe dar o devido valor [...] Mas vem o que acontece naquele momento, presenciar, testemunhar; no instante exato em que o fato sucede – isto é que é a grande mágica (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 146).

A televisão, segundo a escritora, levava conforto, diversão e informação aos brasileiros, em especial a idosos e crianças, à medida que integrava à vida privada do público inúmeras possibilidades de entretenimento. A telenovela, escolhida como produto por excelência da atividade televisiva, dominava uma grande audiência nesse meio de comunicação, afinal, “é literatura, é teatro, é cinema – tudo junto na sua sala” (*O CRUZEIRO*, 1971, p.146). Portanto, esse gênero adaptado à Tv, transformado em produto de massa pela indústria cultural que se estabelecia no país, canalizou toda dramaturgia em narrativas sobre a vida cotidiana, com possibilidades de uso da fantasia nas histórias e de finais felizes, como promessas de felicidade.

A partir do que do que foi apresentado, percebemos a escritora Rachel de Queiroz, bastante alinhada às propostas da modernização conservadora que estava pautada da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento do governo militar. O “gosto de Brasil” que ela representa é o do país que crescia em grandes obras estruturais, que interligariam diversas regiões do seu território para aproximar uma população cada vez mais contente com a dinâmica do governo dos generais. A escritora representava confiante a sensação de ser brasileiro, pois o país também investia na educação e cultura, embora limitadas pelos padrões da censura, que se desenvolvia na formação de um cidadão atento para as questões realmente importantes para a nação naquele momento, de acordo com sua percepção.

A escritora que elogiava as maravilhas do mundo moderno, promovidas, naquele momento, pela ditadura militar, também se mostrava incomodada com os efeitos da modernização dos equipamentos urbanos. Mesmo vivendo há décadas no Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz guardava o Sertão como sua morada espiritual e era com um olhar de sertaneja que envelhecia em uma grande metrópole, que ela vivenciava e, muitas vezes, rejeitava a atmosfera de agitação, expansão de possibilidades e de experiências, de superação das barreiras morais e comportamentais que se ofereciam nas grandes cidades. Esse sentimento dubio diante do novo era tão marcante na cronista que foi lembrado por seu sobrinho neto, Flávio Queiroz Solek, no prefácio de um livro de crônicas, divulgado pela editora Demócrito Rocha:

O centro da sua preocupação é o mundo moderno: a sua descrença na tecnologia e o seu desconforto com a velocidade contemporânea são ambíguos, pois, por vezes, surge um deslumbramento com alguma máquina ou com alguma facilidade da vida moderna, como é o caso do helicóptero, que lhe traz fascinação por se assemelhar a um passarinho, que plana e evolui durante o voo. Para depois surgir o automóvel, como máquina que destruiu o modo de viver tradicional. Essa mescla de descrença e

fascínio dá ao seu conservadorismo um modo especial de alguém que saudoso do passado, contempla a inevitabilidade do futuro (SALEK, 2007, 6-7).

Sendo assim, há um predomínio das crônicas, marcadas pelo conservadorismo, que criticam os efeitos do progresso e a obsolescência dos equipamentos urbanos, ao todo somando 54. Do contrário, 22 textos se afinavam às transformações promovidas pela modernização conservadora, até porque, como já foi visto, ela carregava um conteúdo regressista, ditado pela Doutrina de Segurança e Desenvolvimento, visto como correto pela cronista. Além disso, muitas vezes a mesma publicação que elogiava as transfigurações, apontava, também, inúmeras limitações dela. Anteriormente, foi visto os elogios feitos a TV no Brasil e suas inúmeras possibilidades. No entanto, Rachel de Queiroz observou que não havia apenas aspectos positivos relativos ao televisor no Brasil, uma vez que ele também era capaz de viciar as crianças, as mantendo imóveis em frente aos aparelhos, durante horas. Além de um passatempo inocente, ela poderia promover a circulação de imagens relativas à “[...] crueldade, perfídia, assalto, brutalidade, sexo (não o simples e limpo sexo que é sinônimo de amor), mas prostituição, violência carnal e matanças de guerra e sadismo, tudo isso aparece na tela de casa [...]” (*O CRUZEIRO*, 1971, p.146).

Na crônica *TV*, publicada no *Diário Pernambucano*, Rachel de Queiroz afirmou que quando a televisão passou a ser operada no mundo, as suas possibilidades geraram um grande fascínio. No entanto, nenhuma delas foi comprovada e, por isso, naquele momento o que havia era uma incompatibilidade entre a autora e o equipamento. “[...] o que se vê é jornal de cinema enlatado, que não pode ou não quer aproveitar as possibilidades da imagem instantânea captada pela câmera” (*DIÁRIO PERNAMBUCANO*, 1973, p.4). Além disso, o cinema na TV era mutilado pelos comerciais e desfigurado pelas dublagens. As novelas também, fragmentadas pelos anúncios e com os capítulos esticados, faziam perder o interesse pelo programa.

Em *Mundo Cão*, em *O Povo*, a escritora contou uma história de um suposto homem, que cansado das desgraças veiculadas na mídia, destruiu o televisor com dois tiros. Utilizando esse fato, que presumivelmente leu no jornal, ela ponderou que “serão os meios de divulgação que, na sua procura de sensacionalismo, dão proporção descabida à onda catastrófica que parece assolar o mundo [...]” (*O POVO*, 1980, p.3). Ela inclusive reclamou a necessidade de imagens bonitas e positivas na TV, frente a tantas publicações de desgraça, embora concordasse que “acontece que nesse mundo, o ruim é regra geral. Não há conquista do progresso que não pague um tributo terrível aos deuses ferozes que espiam lá de cima” (*O POVO*, 1980, p.3).

Além da programação, muitas vezes, imprópria para as crianças, violenta ou enfadonha para os adultos, a cronista aludiu também os “comerciais excitantes”, ricos em “mensagens subliminares”, ávidos por conquistar o mercado consumidor em potencial, já que o hábito de ver televisão se disseminou por todas as classes sociais. Sendo assim, o setor publicitário cresceu e se especializou, aliado ao crescimento das emissoras televisivas, transformando-as em importantes fontes de lucro por meio da divulgação de propagandas comerciais. Rachel de Queiroz acompanhou desconfiada o fortalecimento desse setor, também, em 1972 na crônica *Publicidade*, na qual afirmou que:

[...] A Publicidade é hoje supostamente uma ciência. Mas dessas ciências que funcionam na base de uma arte – no caso a arte de vender-, dependendo mais de conjecturas do que de dados concretos e mais filha do empirismo que da matemática (*O CRUZEIRO*, 1972, p. 130).

A escritora parecia não acreditar em uma área que se expandia junto com o desenvolvimento da indústria cultural, embasada na pesquisa de mercado, em critérios objetivos e científicos para dimensionar matematicamente as pretensões dos clientes. “Os ditames da publicidade se fazem de acordo com as presumidas reações do público, do que está na onda, do que se supõe que todos querem [...]” (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130). Dessa forma, a autora sempre tão deslumbrada com as transformações, incentivadas pelo governo militar, as quais modernizavam o Brasil, não via com bons olhos as ações que visavam estimular a produção de padrões de consumo moderno e a uniformização dos interesses, ajustados à produção industrial.

Dessa forma, a partir da análise das crônicas de Rachel de Queiroz, ao longo de toda ditadura militar, percebemos que não podemos compreendê-las como um sujeito linear, que apoiou continuamente todas as ações modernizadoras promovidas pelo Executivo. Inúmeras vezes percebemos uma mulher nordestina que envelhecia no Sudeste, lugar do seu exílio profissional, mostrando-se conservadora frente às consequências das metamorfoses urbanas. Esse aspecto dúbio da escritora, em meio a modernização conservadora que se efetivava em diversos aspectos, pode ser compreendido à luz da afirmação de Marshall Berman, que ressalta os paradoxos das experiências com a modernidade:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos

despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 2014, p.24).

Em *O Homem e o Tempo*, a escritora relatou que a aceleração da vida cotidiana, provavelmente promovida pela intensificação da industrialização, mecanização e urbanização que evoluía, transformando a compreensão do tempo vivido na modernidade em um momento efêmero, insuficiente para efetuar todas as atividades que são de fato importantes para a formação da humanidade. Até porque, “o trágico da vida do homem moderno é que ele não é feito para o ritmo que sua existência atual lhe exige, mas para o ritmo que sua existência atual lhe exige, mas para o tranquilo, sereno ritmo dos tempos de dantes” (O CRUZEIRO, 1967, p.122). Segundo Rachel de Queiroz, o ser humano vive encurralado no seio do progresso que ele mesmo criou, sendo engolido pela engrenagem das máquinas projetadas por ele, semelhante ao filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin. Afinal, “o problema do capitalismo é que, aqui como em qualquer parte, ele destrói as possibilidades humanas por ele criadas” (BERMAN, 2014, p.119). Nesse processo, os homens podem inclusive abandonar a capacidade de se adaptar às suas próprias criações. Assim, a cronista relatou que:

Eu tenho a impressão de que um progresso realmente assimilável pelo homem seria um progresso que funcionasse de dentro para fora, quer dizer, se o homem mesmo, o seu corpo, a sua carne, participassem do progresso. Mas nós sabemos inventar elementos exteriores que nos transportam, nos elevam no ar, nos afundam, nos cegam, nos deslumbram, sem nada penetrar a nossa essência física, sem sequer melhorar a nossa constituição corporal (O CRUZEIRO, 1967, p. 122).

Afirmando sempre sua incompatibilidade com os efeitos do progresso, Rachel de Queiroz, diversas vezes, escreveu sobre o crescimento das cidades, as experiências do homem “metropolizado”, permeado pelas mudanças na estrutura urbana, na arquitetura, nos meios de comunicação e de transporte, que ampliaram a circulação de informações. Diante de todas as transmutações, a escritora lamentava a “cidade de concreto que se erguia na cidade de taipa”, promovendo a mutilação de um passado de alvenaria e de muitos relatos históricos que ainda persistia, desafiando a evolução que se efetivava. Assim, a cronista utilizou a sua escrita, em *Passado & Presente* e *As heranças do Passado* para solicitar dos governantes a preservação da memória, mantendo o equilíbrio entre as exigências da modernização e a manutenção dos marcos remotos. Dessa forma:

Uma avenida larga, facilitando o trânsito, é conveniência indispensável numa cidade moderna; mas tracemos as avenidas deixando nos seus lugares as belas coisas antigas: coexistência do passado com o presente – eis a fórmula de sabedoria do prefeito urbanista, como do prefeito governante.

Uma nação precisa de seu passado, como um homem precisa de sua identidade (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 130).

Tendo em vista que as cidades se metamorfoseavam rapidamente, nesse movimento de modernização, Rachel de Queiroz escreveu duas crônicas ressaltando o impacto de sair do Sertão cearense, da sua propriedade “Não me Deixes” nos períodos de descanso, e reencontrar a megalópole do Rio de Janeiro, que lhe acolhera há tantos anos como moradia. Em *Cidades*, no ano de 1978, ela narrou a apreensão e a “odisseia” que era sair de casa, passando por túneis, viadutos e por inúmeras situações de violência típicas das grandes cidades. “Tudo ficou fora de proporção para você e daí nada mais é viável - andar, estacionar, ir a lugar nenhum. Dantes tudo era fácil. Hoje você planeja um cinema como uma operação de guerra” (*O POVO*, 1978, p.3). Essa descrição mais uma vez é assemelhada às palavras de Berman (2014) ao discorrer sobre as sensações de Marx diante das facetas da vida moderna, que levavam a sentir que participamos da ação, lançados na corrente, arrastados fora de controle e ao mesmo tempo, confundidos e ameaçados pelas novidades que se impunham em cada local.

O texto *Rio de Janeiro*, de 1982, falava do enjoo da escritora ao encontrar a urbe carioca, todas as trepidações e barulhos de milhões de pessoas usufruindo do espaço, movendo máquinas, esquentando motores e usando buzinas. Novamente, ela abordava as dificuldades de realizar atividades simples em meio ao pandemônio citadino que dobrava as distâncias e impunha uma espécie de ritual para não se submeter aos riscos da metrópole. Sendo assim, a cronista concluiu que:

Temerário é o diário heroísmo dos que vão à luta, que correm o risco de participar. Sair para a rua, enfrentar as máquinas, afundar no formigueiro das outras pessoas, perder a identidade, ser absorvido, digerido, metabolizado para confusão e pelo número, virar unidade indistinta quando não se for simplesmente esmagado e destruído (*O POVO*, 1978, p.4).

O crescimento das cidades, por causa da urbanização acelerada, que gerou uma série de consequências negativas para população, foi uma temática recorrente nos textos de Rachel de Queiroz, especialmente entre os anos de 1971 e 1972, quando o Brasil vivia o auge do milagre econômico. As crônicas, em geral, denunciavam as precárias condições de vida oferecidas pelas grandes metrópoles que ocasionava desemprego, aumento da violência, problemas no trânsito, especulação imobiliária e poluição ao meio ambiente. No entanto, em *Megalópole*, contrariando as crenças que exprimiam os “desejos do seu coração”, de uma vida mais pacata, ela afirmou que o homem gostava mesmo era de viver em grandes aglomerados urbanos. Afinal:

Vê-se aquele horror de pessoas amontoadas nas horas de rush nos trens da Central – é horror sim, mas logo se descobre que o homem gosta daquilo. Senão dava um jeito. Não deu para coisas mais difíceis? (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 146).

Mas, apesar da necessidade de viver amontoados em espaços urbanos, não é um espírito de coletividade que se desenvolvia entre as pessoas, pelo contrário, quanto mais as cidades cresciam, mais o homem se fechava no seu ambiente, alheio a quem vivia a sua volta, rompendo os laços de solidariedade com a vizinhança. Semelhante ao que Simmel pensava em *A metrópole e a vida mental* (1967), ao ressaltar o distanciamento nas relações afetivas, com afinidades mecânicas voltadas para objetivos específicos e feitas através da moeda. Sendo assim, “O desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de o *espírito objetivo* sobre o *espírito subjetivo*” (SIMMEL, 1967, p. 22). Essa foi a temática inicialmente abordada em *A Lei da Selva*, que discorria, também, a respeito da expansão da urbe e da construção de prédios imensos que reunia centenas de moradores. No texto, Rachel de Queiroz constatou que:

Mesmo como cresceu um organismo são, antes absurda e desordenadamente como cresce, Deus me perdoe, um câncer. E sem poder crescer indefinitivamente na horizontal, devido aos problemas de terreno e transporte, começaram as cidades a crescer na vertical (*O CRUZEIRO*, 1971, p. 154).

O desenvolvimento da construção civil, em meio à modernização conservadora, se fortaleceu, especialmente, graças a programas governamentais, como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). De acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira, grandes empresas de incorporação imobiliária tomavam dinheiro emprestado do SFH para construir, especialmente, grandes edifícios, que seriam vendidos com o financiamento do BNH para a classe média. Sendo assim:

Especialmente durante a década de 79, os anos do milagre econômico, o BNH (associado a grandes incorporadoras) desempenham um papel fundamental no mercado imobiliário [...] considerando-se que 63% das unidades financiadas pelo SFH entre 1970 e 1974, eram para o assim chamado mercado médio (isto é, para a classe média), 25% para o mercado popular (Rolnik et al. S.d.:111), não é difícil concluir que os prédios de apartamentos eram moradias de classe média (CALDEIRA, 2003, p. 226).

Dessa forma, cresciam nas metrópoles a construção de arranha-céus que reforçavam o espírito individualista da população, uma vez que os indivíduos iam perdendo a identidade no meio da multidão. A escritora Rachel de Queiroz não se esqueceu de mencionar que “se ricos e remediados se acomodaram à morada coletiva nos apartamentos, os pobres, os emigrantes

atraídos do campo pelo mercado de trabalho que a explosão urbana proporciona (*O CRUZEIRO*, 1971, p.146) Sendo assim, segundo ela, esse fluxo emigrador ampliou o caos citadino, uma vez que gerou a formação de favelas, onde as camadas menos favorecida se aglomerava em barracos erguidos “literalmente uns por cima dos outros”, sem condições higiênicas e originando “marginais e fora-da-lei”. A julgar pela recorrência da temática nos textos rachelianos em todo o período analisado, de fato a criminalidade aumentava nos grandes centros urbanos. Embora a cronista não tenha aprofundado os fatores geradores dessa situação, sabemos que a modernização conservadora gerou cada vez mais concentradores e excludentes no que se refere às riquezas e ao poder político. Essa conjuntura refletiu uma explosão no número de transgressões e para ampliar a inquietação na vida cotidiana da escritora, surgiram as ações dos “terroristas”. Segundo Rachel de Queiroz:

Dantes, os criminosos comuns contavam apenas com as suas fracas luzes de homens incultos, levados ao mal por tara ou miséria. Mas eis que surgem os terroristas, intelectuais e ideólogos, muitos de nível universitário, pondo ao serviço dos crimes mais abomináveis técnicas modernas e sofisticadas, elementos de logística militar, cálculos matemáticos de tempo e espaço, testes de apoio e preparação anterior, recursos de psicologia aplicada. E deram assim, lições práticas de crime moderno aos criminosos “não ideológicos”, que logo souberam aproveitar, conforme se está vendo (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130).

Provavelmente, em *A Lei da Megalópole*, a escritora estava se referindo à guerrilha urbana, que ainda persistia, em 1972, promovendo assaltos à banco e sequestros, para promover tensão política, insegurança contra as classes dominantes, além de fomentar a luta contra a ditadura militar. De fato, a julgar pela ideologia de esquerda, que embasava as ações, o *Manual do Guerrilheiro Urbano*, as práticas passavam a seguir uma orientação logística mais complexa, mas, que, muitas vezes, eram exageradas para alimentar uma propaganda contrária a conduta dos seguidores do capitão Carlos Marighela.

No entanto, não eram apenas as atitudes fora da lei que amedrontavam Rachel de Queiroz. Problematisando seus textos, podemos perceber que seu medo estava relacionado a todos os efeitos da modernização e progresso, demonstrando que por trás dos equipamentos gerados pelos avanços tecnológicos, existe o medo do novo, dos perigos de uma natureza, que não se adaptava às mudanças e, principalmente, às obras “faraônicas”. Em *O Desastre*, a autora lamentou o desabamento do viaduto do rio Comprido, em construção na avenida Paulo de Frontim, Rio de Janeiro. A publicação reafirmou sua descrença frente aos avanços na engenharia e nas ciências de última geração, que cegos, pela audácia criativa, desafiavam a vontade de Deus e colocava a vida das pessoas em risco. Portanto, a cronista confessou que:

Ainda mais eu que detestei progresso, suas pompas e suas obras. Se eu mandasse no mundo, a gente ainda viveria devagar, somente com uma seleção discreta de invenções, aquelas mais compatíveis com a nossa carne fraca, as que dão mais conforto ou poupam mis dores. Nada dessas audácias espetaculares, que parecem até tentar a Deus, esta corrida desenfreada que encanta, deslumbra e perde de orgulho o homem moderno (*O CRUZEIRO*, 1971, p.130).

Rachel de Queiroz que muitas vezes, em meio ao milagre econômico, celebrou a indústria automobilística em suas crônicas, apresentou o reverso desse avanço em *Automóveis*. Com um tom de preocupação, a escritora denunciou que os milhares de carros despejados pelas fábricas geravam intermináveis congestionamentos em ruas e avenidas, que eram alargadas e multiplicadas o tempo todo, mas nunca alcançavam a marcha vertiginosa da multiplicação dos veículos. Sem falar na poluição nos grandes centros urbanos, gerada pelo motor de combustão interna. Além disso:

[...] sabe-se ademais que o gás carbônico por eles secretados, sendo mais pesado do que o ar, não tem tendência a perder-se no alto da atmosfera, fica ali por baixo, esperando para ser absorvido (*O CRUZEIRO*, 1971, p.130).

As críticas de Rachel de Queiroz foram escritas no auge do milagre econômico, quando o governo promoveu a expansão do crédito para assalariados médios, permitindo que a classe média consumisse bens duráveis, em especial, os automóveis. A indústria automobilística triplicou, trazendo resultados indesejáveis, já conhecidos da população e a deterioração ecológica. Mesmo gerando uma crítica indireta às práticas do governo militar, que incentivavam ao consumo e a circulação de carros, a cronista não sofreu repressão dos órgãos oficiais, mas sim de um suposto leitor, um ano depois dessa publicação. Em *Cavalo versus Automóvel*, a escritora persistiu ao descrever os incômodos gerados pelos veículos, no entanto, comparou os efeitos do motor de explosão aos transportes guiados por cavalos. Guardando as devidas proporções, ela chegou à conclusão que ambos poluíam o ambiente, obstruíam ruas, atropelavam pedestres e geravam muito barulho. Sendo assim, seria necessária outra alternativa, diferente das atuais e das do passado, para resolver o caos no trânsito carioca. Afinal:

O Rio atual tem seis milhões de habitantes; para uso desses seis milhões, os animais necessários à tração de ônibus e carros e à montaria pessoal (como acontecia no tempo de D. Pedro II) podem-se calcular num mínimo de meio cavalo por pessoa. Teríamos, então, trafegando pela cidade, três milhões de cavalos (*O CRUZEIRO*, 1972, p.130).

Na verdade, não foi apenas a indústria automobilística, que recebeu críticas de Rachel de Queiroz. A industrialização acelerada e a produção de tecnologia que era despejada nos mercados em expansão, acabaram tomando conta do cotidiano das pessoas e as tornando dependentes dessas máquinas. A escritora aprofundou sua análise, explanando que a intensa mecanização podia limitar a inteligência do homem, que precisava ser exercitada para não atrofiar. Além disso, o excesso de equipamentos no trabalho, “modernos monstros elétricos”, limitavam a ação humana, a transformando em uma atividade autômata e desinteressada. De acordo com ela, “foi a máquina automática que fez desaparecer a alegria do trabalho bem feito. A impossibilidade do erro destrói a alegria do acerto ou erro não serão jamais dele, o operário, mas dela a máquina” (*O CRUZEIRO*, 1967, p. 122). A cronista criticava, quase sempre, o processo de desumanização da sociedade de massas, mecanizada, em que as relações interpessoais se dissolviam e as emoções vitais davam lugar às “enlatadas”.

Mesmo contra a esse processo, a escritora percebia, em seus textos, que havia uma lista interminável de avanços tecnológicos, que somadas às facilidades do milagre econômico geravam a proliferação de máquinas nas residências com a promessa de promover o conforto, facilidades e rapidez nas atividades domésticas. Portando, “isso é a suprema aspiração do homem na sociedade de consumo. A descoberta da prestação lhe permite adquirir todas as maquininhas que supostamente devem fazer tudo em lugar dele [...]” (*O CRUZEIRO*, 1973, p. 130). Segundo a escritora Rachel de Queiroz, as facilidades de crédito levavam às regalias do progresso até para as zonas rurais e periféricas, em menores proporções. Afinal, para que as pessoas sobrevivam na sociedade moderna, “qualquer que seja sua classe, suas personalidades necessitam assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade. Homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança” (BERMAN, 2014, p.119).

A desconfiança de Rachel de Queiroz, frente ao mundo modernizado, fez a escritora ponderar que um dia o homem disputaria seu próprio espaço com as máquinas. Afinal, ela estava cada vez mais presente no cotidiano dos complexos urbanos e as pessoas dependiam delas para executar as atividades mais simples. Dessa forma, a escritora concluiu que “a máquina é o nosso dono, é o dono do nosso rebanho, e como tal nos aloja, nos alimenta e, acima de tudo, nos mata” (*DIÁRIO PERNAMBUCANO*, 1973, p.4). Dessa forma, podemos perceber que os avanços científicos e tecnológicos, ao invés de gerar estabilidade e segurança, estariam promovendo uma ansiedade questionadora do próprio progresso, que não inspirava confiabilidade. Fato semelhante ao “Frankenstein de Mary Shelley”, figura mítica, que nos faz refletir como os poderes humanos, através da tecnologia e racionalidade, desencadeiam poderes demoníacos que irrompem de maneira irracional para além do controle humano.

Essa reflexão é muito bem ilustrada em *Vida Segura*, em que a cronista ponderou que vivíamos em uma soberba, achando-nos protegidos pelas conquistas da ciência e da técnica. Entretanto, a modernidade gerava consequências que ampliavam o risco de sobrevivência nas grandes cidades. “Não sei; não digo nos tempos antiquíssimos, mas nos tempos razoavelmente antigos a vida era bem mais segura” (*O POVO*, 1977, p.3). No texto de nome bastante significativo, *As Máquinas e a Morte*, lamentou um acidente aéreo no Ceará, que vitimou 137 famílias, corroborando a tese da escritora de que a mecanização da vida não era nada confiável, diante das transformações que se efetivavam. “[...] claro que as máquinas também morrem. Dando-lhes vida, nós lhe transmitimos também nossa mortalidade. O homem moderno tem uma confiança ingênua e petulante em tudo quanto é máquina” (*O POVO*, 1982, p.4). Dessa forma, Rachel de Queiroz afirmou que junto com as máquinas, o homem desenvolveu o perigo, daí em diante, a cadeia de invenção não teve fim e os riscos cresceram na mesma proporção até chegar a uma sofisticação tal que não conseguia mais se desvencilhar dela. Para finalizar a publicação, a autora fez uma comparação que se afigurava ao pacto feito entre Mefistófeles e o Fausto de Goethe, qual em troca de inúmeras possibilidades de realizações na terra, o jovem cientista prometia servir ao demônio no inferno. Vejamos:

O homem se entregou à máquina de modo irreversível e hoje não se concebe a vida sem elas. Mas na verdade o que ele fez foi o velho pacto com o diabo. O diabo nos dá riqueza, força, velocidade, um poder tão alucinante, o orgulho diabólico de nos julgarmos deuses – pois não fazemos tudo que Deus faria? Mas de repente chega a hora das contas, o diabo cobra sua parte e tudo desaparece, num estouro (*O POVO*, 1982, p.4).

Outro aspecto inerente ao progresso presente nas crônicas rachelianas era o referente às preocupações ecológicas, O período da Ditadura Militar no Brasil, como já vimos, especialmente graças à modernização conservadora, ocasionou o inchaço dos centros urbanos, favelização nas grandes cidades, desestruturando demograficamente várias regiões, ampliando o número de carros em circulação, provocando inúmeros desequilíbrios ecológicos. Em *Automóveis*, Rachel de Queiroz falou sobre a poluição provocada pelos motores de explosão que secretavam grandes quantidades de gás carbônico nas cidades, comprometendo a qualidade do ar.

A solução encontrada pela escritora, para escapar da dependência dos equipamentos eletrônicos e mecânicos no mundo moderno, estava na crônica *SPCCMM*, que significava Sociedade Protetora da Criatura Contra Máquina e a Metrópole. Rachel de Queiroz, sufocada com a vida cada vez mais “repugnantemente artificial e cibernética”, pregava uma condição

de existência alheia à velocidade, em que se pudesse caminhar lentamente e contemplar a natureza. Dessa forma, ela ditou as principais exigências para fazer parte da associação:

Não gostamos de máquinas desde a máquina motor de explosão à máquina submarino atômico. Não gostamos de cidades grandes, nem suas pompas, nem suas obras. Seus altos edifícios feitos inteiramente fora da escala da pessoa humana, suas avenidas destinadas unicamente ao tráfego alucinado dos monstros de rodas, seus viadutos, seus bilhões de igualmente estúpidas toneladas de asfalto. Sua falta de árvores, de flor, de passarinho. Sua robotização progressiva e inexorável (*O CRUZEIRO*, 1974, p.82).

Os argumentos de Rachel de Queiroz, quanto à efemeridade das obras que representavam o progresso, se assemelhava bastante com a conhecida máxima marxista, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Segundo Marx, mesmo “as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas” (BERMAN, 2014, p.123). A escritora estudada, compartilhando dos mesmos argumentos, acreditava que todas as modernidades criadas e postas no mercado pelo homem, seriam substituídas por mercadorias, cada vez mais lucrativas. Sendo assim, na crônica *Obsolência*, a autora ressaltou que a obsolescência é um traço comum das sociedades condenadas às obras artificiais, em que os sujeitos imolaram sua esperança de sobrevivência, abandonando o suor do trabalho para virar mágico e subjugar as forças naturais. Sendo assim, ela dizia que:

Acho que a antiga simbologia dos pactos com o diabo já traduzia a essência de todas as conquistas modernas. O sócio do demônio obtinha tudo – riquezas, poder, palácios. Mas, chegando o prazo, satanás levantava a mão, e tudo virava fumaça sem deixar vestígio (*O CRUZEIRO*, 1970, p. 130).

Em *Ecologia*, a cronista fala que as preocupações ecológicas cresceram após a 2ª Guerra mundial e o lançamento das bombas atômicas, em um momento em que já havia uma perda inseparável da camada atmosférica e a destruição da flora que já prejudicava a sobrevivência do reino animal. Essa preocupação já chegou de forma tardia no Brasil, se comparada aos países mais desenvolvidos. Então, “a ideologia do progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (HOBSBAWM, 2015, p.257). Dessa forma a autora aconselhou:

O fundamental, parece, é descobrir-se um ponto de coexistência pacífica que garanta a sobrevivência do ambiente natural da Terra e a existência do homem civilizado; civilização essa que depende, em razão direta, da depredação, da alteração, do saque e do atentado contra o meio natural. Pois as maravilhosas cidades e máquinas e computadores, e naves espaciais e toda parafernália da ciência, da técnica e do

progresso, só podem medrar e frutificar se escavando minas para obter metais, se perfurando a terra e o leito dos mares para extrair o indispensável petróleo, se arrasando florestas para plantar o grão e criar o gado (*O POVO*, 1976, p.37).

A temática da limitação da vida útil foi retomada em *Descartáveis*, na qual ela fala da predominância de produtos de utilização efêmera na sociedade capitalista. Passando por cima das medidas de segurança, a cronista criticou o “monte de material” que se descartava depois de uma simples aplicação nos hospitais. Desabafou: “Parece que ninguém pensa no desperdício insensato, que esse uso representa” (*O POVO*, 1981, p.4). Sendo assim, podem perceber as características do capitalismo, que faz com que o imediato parece já chegar desvalorizado e descartado pelo seu mero existir em meio ao fluxo permanente de criações.

Dessa forma, ao longo desse tópico, pudemos perceber uma mulher nordestina que, por vezes, observava encantada as ações de um Executivo que promovia transformações que modernizavam o Brasil e davam sinais de progresso, o que despertava o novo *Gosto de Brasil*, mesmo diante de atitudes repressoras e retrógradas. Em outras, a “jovem senhora” que, apesar de alinhar seus textos aos interesses dos ditadores, temia a *Lei da Megalópole*, marcada pela excessiva mecanização, os grandes prédios de concreto erguidos, os muros que tornavam a vida cotidiana cada vez mais impessoal e rápida, nas grandes cidades, sentia também receio com a dinâmica do capitalismo, que criava obras efêmeras, para assim colocar sempre novos produtos no mercado, estimulando o consumo. Rachel de Queiroz retratou muitas vezes, também, as mudanças ocorridas no setor rural brasileiro e será essa a temática do próximo tópico.

3.2 “O MILAGRE E O SERTÃO”: ALTERAÇÕES NO ESPAÇO RURAL.

A escritora Rachel de Queiroz recebeu projeção nacional com o romance *O Quinze*, publicado em 1930. Obra regionalista e social, que possuía como temática central a seca de 1915, que assolou o Nordeste do Brasil. A história abordou a saga de Chico Bento e sua família de retirantes em uma marcha trágica e penosa até o campo de concentração do Alagadiço. A estiagem, relacionada à miséria e à fome, que empurrava os trabalhadores rurais desamparados para os centros político-econômicos do país, gerando um intenso fluxo de migrantes, também foi a tônica principal de muitas de suas crônicas publicadas em periódicos. A autora sempre promoveu um aproveitamento literário da paisagem, ambiência e do modo de viver dessa região sertaneja.

De acordo com Hollanda (2005), para compreender as crônicas rachelianas é necessário levar em consideração sua identificação profunda com o sertão cearense. Muitos dos seus textos possuíam um caráter autobiográfico, na medida em que eram baseados em lembranças, entre a fazenda do Junco e a cidade de Quixadá, onde teve contato com paisagens inesquecíveis, lendas, fatos curiosos e com o sentido trágico da seca, originando, dessa forma, um rico imaginário do Sertão. O universo sertanejo, engendrado desde a infância foi se instalando na memória, tornando impossível dissociá-lo da própria essência da cronista: “Nós passávamos boa parte do ano na fazenda, no alto do sertão. Eu convivía muito com os cablocos de lá, numa relação menos formal, mais afetiva” (NERY, 2002, p.66).

Terra, uma crônica, publicada anos depois do recorte temporal dessa pesquisa, sintetizou bem o significado do sertão para Rachel de Queiroz. Assim, questionou ela: “Será só amor? Talvez maior e mais fundo, espécie de mágica entre o homem e o seu chão; a simbiose da terra com a gente” (QUEIROZ, 1993, p.19). A cronista, que residiu muitos anos no Rio de Janeiro, especialmente por motivos profissionais, afirmou que sua ligação com seu lugar de origem nunca iria se extinguir. De acordo com ela, a dependência afetiva se tornava mais visível nas suas horas de crise, triunfo ou desafio, quando ela se refugiava na sua propriedade no interior do Ceará. Em seu próprio território, o mato, os bichos e os moradores eram tão familiares, que eram capazes de revigorar suas forças para assimilar as vitórias e riscos da vida. O espaço sertanejo era, portanto, um amálgama formado por memória, refúgio e identificação, de tal forma que a fazia refletir sobre sua devida terra: “Tem sangue da gente nela, ou dela dentro do nosso sangue?”.

Em conformidade com Barbosa (2000), o sentido de sertão está relacionado às experiências sociais dos sujeitos que o nomeiam e seus sentidos são uma mescla de experiências históricas variadas, mesmo que algumas vezes, sejam elas ambíguas e antagônicas. Dessa forma, analisar as representações referentes ao universo sertanejo é unir significados geográficos, espaciais, políticos, simbólicos, culturais e imaginários. Muitas vezes, Rachel de Queiroz usou a região sertaneja, seus problemas e peculiaridades específicas como metonímia para falar da nordestina, mesmo sabendo que não eram traços aplicados a todo território⁴⁵. Então, quando Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) se refere ao Nordeste racheliano é o sertão criado pela escritora que ele caracteriza. Assim sendo, de acordo com o historiador, este território, tão visitado na Literatura da autora, seria um espaço-natureza maculado pela cidade, ambiente de saudade dos seus antepassados e lugar de

⁴⁵ A escritora considerava a existência de dois Nordeste: um que abrangia a região da zona canavieira, no litoral, outro que compreendia o território sertanejo.

tradição. Uma sociedade que, embora castigada pela miséria decorrente das condições climáticas adversas, permitia que o homem vivesse em seu ritmo natural.

Apesar da temática recorrente que contemplava as dificuldades ocasionadas pela aridez no Sertão, como em *O Quinze*, muitas vezes, a cronista promovia um exercício de apresentar a região ao Sul e Sudeste, os aspectos positivos presentes naquele território que eram silenciados pela mídia nacional ou desconhecidos pelo restante do Brasil. Sendo assim, a escritora dissertou, de forma bem subjetiva, sobre o verão no Nordeste, em *Verão*, 1971, visando a acalmar supostas críticas das regiões mais abastadas à quadra estival em questão, pois esbravejavam: “Que horror! Como se pode viver assim? Coitada dessa gente! Cadê os retirantes?” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). Segundo a autora, filha de grandes proprietários, a estação veranil não era sinônimo de seca. Na verdade, seria um intervalo “provisório”, de ocorrência sazonal, na qual a falta do verde, as águas baixas dos açudes, o gado magreirão era um espaço temporário e salutar. Nesse momento, o sertanejo descansava e utilizava o tempo livre obtido com a falta de chuvas para plantar, para visitar parentes distantes, para fazer romaria com o objetivo de pagar promessas e para fazer festas religiosas. Após esse interregno, rebentariam flores e frutos com as águas novas.

A representação do sertanejo também era romantizada e se assemelhava a de seus personagens da Literatura de 1930. Em *Frugalidade*, 1977, a escritora exaltou a fortaleza do caboclo que “eram amarelinhos, magrelos, mas aguentam um dia de trabalho de sol a sol, na enxada, no machado, na foice. E não morrem fácil, muitos passam dos setenta e dos oitenta, trabalhando ainda” (O Povo, 1977, p.3). O segredo para essa vitalidade seria a predisposição do organismo, uma vez a alimentação era restrita e carente de proteínas. Eles, de acordo com ela, não desejavam nada que a civilização considerava indispensável. Uma prova disso é que preferiam casas de pau-a-pique, quase sem mobílias. Os sertanejos, apesar de toda a miséria social que os cercava, eram felizes e saudáveis. Desconsiderando a exploração dos grandes proprietários, a cronista os tornava vítimas somente dos fenômenos naturais ocasionais e do progresso. De acordo com Albuquerque Júnior (2015):

Rachel trabalha com uma imagem idealizada do homem do sertão nordestino, o mito do sertanejo, ao mesmo tempo em que fala de ação e valentia, fala de reação ao urbano, às modificações tecnológicas, fazendo da denúncia das transformações sociais, trazida pelo capitalismo e sua ética mercantil, o ponto de partida para a utopia de uma sociedade nova que, no entanto, resgatasse a pureza, os vínculos comunitários e paternalistas da sociedade tradicional (ALBUQUERQUE JR, 2015, p.161).

Esse conceito de sertanejo, de acordo com Rachel de Queiroz, não podia ser aplicado a qualquer nordestino, tendo em vista que a escritora considerava a existência de “dois nordestes”: a zona canavieira e o sertão. A cronista publicou dois textos na revista *O Cruzeiro*

com o objetivo de rebater a opinião nacional acerca do subdesenvolvimento e miséria da região, além de, em conformidade com Ferreira (2015), difundir peculiaridades locais, visando a fortalecer a integração nacional, usando o artifício de informar aos leitores informações de todos os recantos do Brasil. Em o *Brejo e Sertão*, 1967, a autora considerava que era somente no brejo que existia o quadro clássico da luta de classes, o qual opunha usineiros, grandes proprietários, e trabalhadores, denominados moradores. Essa faixa litorânea é que se mantinha em condições insustentáveis de miséria, exploração e proliferação de doenças.

Já o território sertanejo, apesar da existência de fome e pobreza, que, de acordo com a escritora, existia em toda zona rural brasileira, não havia conflitos entre as classes, visto que, “todos eram igualmente pobres”. Essa harmonia social e a ausência de conflitos, para Rachel de Queiroz, deviam-se ao fato dos grandes proprietários e trabalhadores serem vítimas das mesmas condições climáticas, sendo o fazendeiro, de vida modesta, sempre considerado paternalista, ao contrário do usineiro produtor de açúcar. Além disso, ainda de acordo com ela, na caatinga o acesso à terra era mais fácil que no brejo, as condições sanitárias eram quase sempre boas, condicionando um reduzido índice de epidemias e mortalidade. Portanto, as duas localidades não poderiam ser confundidas, já que a distinção dos problemas locais era necessária para solucioná-los com ações diferentes. Afinal:

O problema do sertão é, digamos, técnico, o problema do brejo é acima de tudo social. Um, o sertão, é pobre, e dificilmente chegará a rico. O outro é rico, ou o seria se uma justa política social lhe corrigisse as distorções. Para estabelecer melhor a diferença, basta dizer que a zona canavieira é por definição território agrícola, tendo, numa agricultura progressista e socialmente justa, o seu melhor futuro. A zona semiárida do sertão só é agrícola à força, porque a gente de lá não tem recursos para fazer outra coisa. Mas seu futuro estará na industrialização, com a energia de Paulo Afonso ou das grandes barragens [...]. O seu material humano que emigra, que derrama pelo país inteiro, onde quer que haja trabalho a fazer, floresta a derrubar, cidade a plantar, guerra a guerrear (O CRUZEIRO, 1967, p. 156).

A escritora retomou a temática, em 1970, com *Seca e Trabalho*, ressaltando a distinção entre o brejo e o sertão, além de resgatar os valores e condições características do universo sertanejo, somente abaladas por períodos de estiagem, semelhantes ao que o país vivia naquele ano. Dessa forma, Rachel de Queiroz utilizou a crônica, mais uma vez, para sugerir obras modernizadoras e que aproveitassem a mão de obra local e impedisse deslocamento para as frentes de trabalho e a estadia em acampamentos que reuniam centenas de miseráveis. Especialmente na revista *O Cruzeiro*, no período que correspondia ao auge da censura, os textos que retratavam a estiagem eram mais amenos, davam exemplos de ações de

governos anteriores aos dos militares, sugeriam procedimentos de órgãos governamentais, mas deixavam claras as supostas dificuldades financeiras de implantação. No entanto, as mínimas medidas em prol do Sertão, eram potencializadas e festejadas em crônicas exclusivas.

Portanto, mesmo relatando as contrariedades do período de estiagem, as quais, segundo ela, prejudicavam tanto as camadas pobres, como os grandes proprietários, a escritora sempre sugeria possíveis caminhos para a resolução desse problema crônico. Afinal, Rachel de Queiroz estava inteirada do processo de transformações que ocorria em diversas regiões do Brasil e, dessa forma, visava atraí-las para sua região de origem. Tratava-se da *modernização conservadora*, que, como já foi visto, pautava-se na Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento, em que se estabelecia que a segurança de um país estivesse vinculada ao desenvolvimento produtivo, à efetiva utilização dos recursos naturais e à integração do território nacional. Com o intuito da efetivação de projetos seria necessário modificar as bases técnicas da agricultura, articulando-a com a indústria processadora de produtos naturais. Para esse propósito, estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da chamada “revolução verde” e incentivaram as relações de crédito na agricultura, mediando o uso desses pacotes com volumosas subvenções financeiras.

Pode-se dizer que, pelo menos nos governos iniciais da ditadura militar, Rachel de Queiroz acreditou que a modernização seria uma saída para as adversidades promovidas pelas intempéries nordestinas e assim, defendeu os órgãos governamentais em virtude dessa crença. A exemplo disso, a cronista respondeu supostas acusações de que a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, não estaria preparada para enfrentar o período de estiagem, que era periódico. No entanto, Rachel de Queiroz argumentou que a função do órgão, na verdade, era apenas de promover a prosperidade da região Nordeste e, mesmo sem essa incumbência, a instituição havia elaborado planos emergenciais que, não eram postos em prática por falta de verba. Embora de forma sutil e ponderando compreender a destinação final da verba, a autora denunciou a divisão do montante do imposto de renda com organizações de áreas mais ricas do Brasil, como SUDAM e SUDEPE, sem falar da Embratur e em outras obras de interesses ditatoriais, como a Transamazônica. Contudo, mesmo com todas as limitações de finanças e de incumbência, a Superintendência nordestina havia auxiliado os sertanejos, na intempérie daquele ano, ampliando as frentes de trabalho. “[...] o povo está sendo atendido [...] nem as finanças nacionais dariam para um atendimento mais largo, como desejaria o coração [...] inclusive o do Presidente” (O CRUZEIRO, 1970, P.146).

Essa prática de suavizar a imagem do presidente Médici, foi uma constante em suas crônicas, que recebiam uma conotação propagandística. Um exemplo disso é a crônica *O Governo Chega ao Sertão*, 1971, em que a escritora elogiou o programa de assistência ao trabalhador rural, levando recursos arrecadados na zona urbana, com o objetivo de conceder hospital, ambulatório, dentista, pensão por invalidez e por idade. A ajuda só poderia ser concedida pelo Executivo, uma vez que a escritora reafirmou, enfatizando a falta de recursos financeiros dos empregadores “paupérrimos”. Os grandes proprietários, que também recebiam apoio governamental, por meio de empréstimos bancários nas carteiras agrícolas, não conseguiam atingir o objetivo final, se endividando e ficando incapacitados de prestar auxílio ao homem do campo. Afinal, “mesmo quando latifundiário, a sua maior riqueza não se traduz em conforto ou pecúnia- consiste apenas na posse puramente ideal, nominal, que não se realiza em exploração e renda” (O CRUZEIRO, 1971, p.146).

Duas semanas depois desse texto, a escritora publicou *Notícias para o Presidente Médici*, para agradecer a assistência dada ao Sertão pelo chefe do Executivo durante a seca de 1970. “Escute, Presidente, o senhor, que tanto lhe doeu o coração ante aquela miséria que viu, porque não toma de novo o seu avião e não vem dar uma olhada naqueles mesmos lugares [...]” (O CRUZEIRO, 1971, p.128). A escritora elogiou as práticas meramente paliativas e paternalistas, que criaram novas frentes de empregos, com pagamentos pontuais, embora forçasse muitas vezes o sertanejo a caminhar uma légua para encontrá-las e tivesse como saldo final um povo magro e mal vestido, mas com a expectativa de boas colheitas. Então, os sertanejos, conformados com a miséria social, ficaram agradecidos às práticas governamentais e reconciliavam-se com a natureza, que já dava sinais de novos tempos.

Quando Rachel de Queiroz voltou a publicar textos no jornal *O Povo*, a partir de 1977, o assunto da seca também foi bastante recorrente, assim como outras temáticas em decorrência dela, como fome, miséria, além do elogio às políticas governamentais. No entanto, a partir da década de 1980, a escritora modificou seu discurso e passou a expor suas críticas e cobranças de forma contundente. O marco dessas transformações foi *Chuva no Nordeste*, 1981, em que ela se queixou da imprevidência com os períodos de estiagem, tanto por parte do Executivo, como dos sertanejos. A escritora, mesmo celebrando as chuvas, lembrava que quando elas ocorriam, as obras do governo eram abandonadas. “Nesse período de folga, o Nordeste deixa de ser prioridade. Vai ver, podem até cortar aqueles bilhões prometidos ontem” (O POVO, 1981, p.4). Portanto, ela salientou que 50 anos depois da publicação de *O Quinze* os problemas básicos da caatinga não haviam sido resolvidos, mesmo o Brasil tendo passado por profundas transformações modernizadoras. Assim sendo:

Mas, na verdade, nenhum dessas mudanças alterou basicamente o cerne desses problemas. Chegando o tempo ruim, a pobreza e o desamparo da região se exibem em toda a sua velha esqualidez. Parece que a luz elétrica só servia para matuto ver novela na TV, o asfalto para que sobre ele corram os ônibus transportando os retirantes rumo ao Sul e ao Norte. Tudo o que se tem feito até agora é simples e paliativo que apenas mascara a tragédia sempre latente (O POVO, 1981, p.4).

Oito meses depois, *E o Nordeste*, foi publicada com a autora já considerando a redundância da temática. No entanto, segundo ela, as secas não eram um fato singular, pelo contrário, eram tão regulares, quanto as estações do ano, apesar de nestas os intervalos serem de meses e não de anos. O que sobressaía nesse assunto, mais uma vez, além da miséria, era a imprevidência do povo e do governo. “Nada de definitivo mesmo se fez ainda no Brasil para anular os efeitos do flagelo, no Polígono das secas. Todo auxílio que se dá ao Nordeste é intermitente, emocional e desregrado” (O Povo, 1981, p.4). Rachel de Queiroz denunciou, ainda, que a SUDENE e o Banco do Nordeste não elaboravam obras contínuas, sistemáticas e eficientes, sugerindo que cada Presidente da República deveria fiscalizar e gerir todas elas. Essa iniciativa, de acordo com a cronista, dificultaria o abandono de construções e o desvio de verbas para fins mais rentáveis. Afinal, dos recursos do imposto de renda, anunciados para a região, só se via uma cota mínima.

A SUDENE, órgão tão citado nas crônicas rachelianas, foi criada em 1959, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste, além de tentar atenuar as diferenças com o Centro-Sul. Quando essa instituição foi criada já se sabia que práticas paternalistas recorrentes, como a solução hidráulica, construção de açudes e perfuração de poços artesianos e outras obras públicas não resolveriam a situação da região. Então, a saída seria despolitizar o problema, afastando-o das lutas políticas e sociais, dando uma conotação científica e tecnológica ao fenômeno natural. Em 1964, após o golpe civil-militar, a superintendência nordestina foi incorporada ao novo Ministério do Interior, portanto, sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. Essa seca, presente nos últimos textos de Rachel de Queiroz analisados, foi uma das maiores enfrentadas no Brasil, entre 1979 e 1983, foi acompanhada de perto pelo governo militar. O plano emergencial consistiu em empregar flagelados em propriedades privadas, pertencentes aos oligarcas locais, pagando salários mais baixos que o usual, com verbas públicas. De acordo com Neves (2000):

As formas encontradas para controlar e ocupar a massa de famintos retirantes mudam de nome – “frentes de emergências”, “bolsões da seca”, “frentes de serviços” etc – mas permaneceram com a mesma intenção de associar esta mão de

obra “disponível” a obras públicas e atividades árduas e mal remuneradas como forma de, através do trabalho, prevenir novas manifestações de rebeldia ou insubordinação. O trabalho foi sempre pensado como instrumento pedagógico privilegiado para neutralizar ou impedir a formação de um ambiente de insatisfação e /ou sedição (NEVES, 2000, p.99).

Como se pode observar, mesmo quando a escritora Rachel de Queiroz produzia representações que pareciam recriminar as ações promovidas no Nordeste para atenuar os efeitos da seca, ela concentrava atenção no problema de falta de água e de trabalho remunerado para os sertanejos e consentia com atividades que reproduziam e fortaleciam as práticas paternalistas locais, silenciando a concentração fundiária. Por exemplo, embora criticasse a lentidão burocrática da SUDENE, a filha de latifundiários, não deixava claro que o órgão fazia parte do Ministério do Interior e, portanto, era gerido pelo próprio governo federal. As frentes de trabalho, poupadas de qualquer questionamento pela autora, pagavam de forma irrisória os sertanejos, além de manter as estruturas tradicionais. A desaprovação só estava relacionada às obras inconclusas, que poderiam resolver a situação do flagelado e garantir o abastecimento de água nas regiões mais castigadas. Em *Água e a Vida*, 1983, pode-se perceber todas essas observações em um só parágrafo:

Não estou falando mal do Governo [...] Pois até este quinto ano de seca o Governo tem conseguido obrar o milagre de manter o povo sossegado, mais ou menos alimentado, trabalhando no próprio local onde mora, sem se atirar pelas estradas. A figura do caminhão pau de arara já ficou simples folclore. [...] Os chamados Bolsões da Emergência, que nos primeiros meses de 83 eram mesmo bolsões disseminados apenas pelas áreas críticas, foram se juntando em arquipélagos cada dia mais compactos e já agora não há mais que um só bolsão, com uma população inteira, ganhando salário do Governo, a fundo perdido, mas pago com surpreendente e louvável pontualidade (O POVO, 1983, p.4).

Ao contrário do que afirmou na crônica acima, as migrações para o Centro-Sul não estavam se extinguindo, afinal, ela mesma abordou a temática em *Os Migrantes*, 1980, dentro do mesmo período de estiagem que durou 5 anos. A situação era tão crítica, que no mesmo ano ela publicou *Para onde Vais*, fazendo menção ao “ano do migrante”, decretado pela CNBB. Nas duas crônicas, ela chamou atenção para o deslocamento de nordestinos para o Sul- Sudeste e solicitou medidas paternalistas e paliativas nesses locais⁴⁶, com o objetivo de atenuar o sofrimento. Mesmo dizendo saber que a caridade não resolvia a situação, “a caridade é paliativo, ópio do povo; quem resolve é justiça social reforma agrária, direito dos índios, aumento salarial, greve, conscientização de massas [...]” (O POVO, 1980, p.4), Rachel

⁴⁶ Em três anos a situação não havia se resolvido. Ao contrário, agravava a crise nacional com as cobranças do FMI, por parte da população e da Igreja católica.

de Queiroz insistia em ações paternalistas, baseadas na caridade cristã, as quais garantiam a manutenção dos padrões de pobreza vigentes.

Mas nem sempre Rachel de Queiroz expôs suas lamentações acerca dos períodos de estiagem, quando se referia ao seu estado de origem em suas crônicas. Logo após o golpe civil-militar, a escritora tentou usar seus textos para atrair investimentos para o Ceará, uma vez que se animava com as perspectivas de desenvolvimento econômico e integração nacional, ditadas pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, além do fato de a “sociedade civil concordava que a SUDENE seria capaz de criar um novo Nordeste, alardeado pela imprensa local e nacional” (ALBUQUERQUE, 2011, P.76). Em *Ceará Industrial*, 1965, a cronista celebrou a chegada de energia elétrica farta e acessível vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso. Dessa forma, “A SUDENE apoia entusiasticamente qualquer capital honesto que se destine a montar indústrias no Nordeste” (O CRUZEIRO, 1965, p.130). Assim sendo, com incentivos fiscais, ausência de concorrência, mercado consumidor, mão de obra hábil, inteligente e “barata”, a região tinha vários motivos para superar os períodos de seca com a conversão de uma região tipicamente agrícola em industrial.

Um mês depois, em *Paulo Afonso no Ceará*, ela mais uma vez buscou atrair investimentos de capitais nacionais e estrangeiros para o Ceará. Segundo a escritora: “Montar as suas fábricas, lá onde o clima é igual o ano inteiro, a matéria-prima está ao alcance do braço, e a mão de obra é excelente, abundante e barata. Terão todas as facilidades do Governo [...]” (O CRUZEIRO, 1965, p.114). Rachel de Queiroz, portanto, relatou a facilidade de conseguir terras e isenção de impostos naquele momento. No entanto, nove meses depois, a escritora publicou *O Boi e o Banco*, dando indícios que os planos do governo para a região eram outros. De acordo com Albuquerque (2011), o projeto de modernização conservadora chegou ao sertão por meio de projetos da SUDENE e o governo militar optou pelo desenvolvimento da pecuária na região, em detrimento da agricultura, aparentemente dada a sua maior segurança num lugar de estiagem. Tal escolha desempenharia um papel fundamental no aumento da concentração de terra e renda da área. O volume de crédito rural aumentou constantemente, mas a participação do Nordeste sempre ficou abaixo do resto do país. Foi justamente isso que a escritora criticou em sua crônica, solicitando providências da “Revolução”, denunciando as ações do Ministério da Agricultura, acusado de inépcia e desperdício do dinheiro do contribuinte. De acordo com ela:

[...] os critérios unilaterais e burocráticos que regem a ajuda oficial à produção pecuária, por exemplo, as normas ditadas para a concessão de crédito em carteira agrícola do Banco do Brasil. Basta se dizer que os regulamentos que controlam os

auxílios do Banco do Brasil aos criadores de gado [...] são os mesmos para todo o Brasil, quer que se trate da adiantadíssima e milionária pecuária do Triângulo Mineiro, ou se trate da pecuária subdesenvolvida e pobre do extremo Norte, ou da paupérrima pecuária do Nordeste [...] (O CRUZEIRO, 1965, p.114).

Em 1974, a escritora publicou uma série de duas crônicas, em semanas seguidas, e intituladas por *Eletrificação Rural*, nas quais demonstrou novamente esperança no processo de modernização do interior do Ceará. Nos textos, Rachel de Queiroz ressaltou o “milagre” operado pelo governo local, a partir da promessa de aproveitar a energia ociosa, durante o dia, tirada das linhas de distribuição das redes urbanas, que só ocupavam totalmente a sua capacidade nas horas de pico, entre 17 e 22 horas. Assim sendo, a cronista memorava a corrente elétrica boa e barata servida pela Paulo Afonso, uma benesse antes somente das grandes cidades, a qual chegaria ao campo com objetivo de gerar novas possibilidades econômicas para a região, como a produção de laticínios, rações e, especialmente, para irrigação das terras áridas. A escritora, que parecia constatar que a tecnologia atenuaria os problemas causados pelos períodos de estiagem, ressaltou ainda o contraste entre os sinais do progresso, que chegariam aos poucos, e a perspectiva da caatinga naquele momento: “Na nossa pobreza, o mais que nos era dado era ver a fila indiana dos postes e torres dos fios de alta tensão, em contraste singular com a paisagem primitiva” (O CRUZEIRO, 1974, p.114).

Então, a escritora elogiou as ações do governo do Ceará que gerou perspectivas modernizadoras, a partir da concepção de criar infraestruturas como pressuposto de desenvolvimento, pois via, também, uma oportunidade de redução das desigualdades regionais, tão criticadas em seus textos. No entanto, Rachel de Queiroz deixou claro que as transformações chegariam por meio de contribuições do Estado, do Banco do Nordeste, da Sudene e, especialmente, por empréstimos do Banco do Brasil, denominado por ela como “Pai de Todos”. Posto isto, esta circunstância reforçaria um círculo vicioso, em que o homem do campo nordestino vivia, afetando, de acordo com ela, tanto camadas mais pobres, como os grandes proprietários. Sendo assim, a cronista explicou:

Não pode enfrentar compromissos para melhorar suas condições econômicas porque essas condições econômicas são iguais a zero; e as condições econômicas são iguais a zero porque ele não tem possibilidades de as melhorar (O CRUZEIRO, 1974, p.144).

A escritora finalizou a série de crônicas justificando a relevância nacional da temática, já que abordaram questões cearenses em uma revista de distribuição em todo Brasil. Então, em uma dinâmica de apresentar para outras regiões do país o alcance da extraordinária revolução elétrica no seu estado de origem, já que, para ela, lá já havia terras boas e um

imenso lençol de água subterrâneo, necessitando, apenas, da irrigação. Essa condição só seria possível por meio de uma inteligente ideia da Coelce, que sugeriu a formação de cooperativas de eletrificação rural, que, formadas por agricultores, dividiriam os custos da implementação do projeto, barateando-o. Conforme Rachel de Queiroz, a partir dessas transformações, o Ceará teria condições de implementar a modernização rural, ganhando o status de autossuficiente e com a exportação em bases competitivas. “[...] ter-se água para regar os roçados e os pastos – ó Israel, hás de ver que não serás só tu a fazer nascer no deserto um jardim!”(O CRUZEIRO, 1974, p. 112).

De acordo com Delgado (2005), o período histórico de 1965-1982 constituiu-se na “idade de ouro” do desenvolvimento da agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. Foi a conhecida “modernização sem reforma”, caminho escolhido pelo golpe militar de 1964. Esse processo se efetivaria de três formas: Esfera normativa, em que o Estado legislaria e normalizaria as relações de trabalho e de propriedade no meio rural; Esfera financeira e fiscal, o Executivo administraria a política financeira e os incentivos fiscais, como o sistema de crédito rural e esfera previdenciária, na qual o governo investiria em assistência médica e esfera previdenciária.

Em 1964, dentro dos propósitos da esfera normativa foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4504), que estabeleceu como referência de rearranjo espacial, a qual gradual extinção do latifúndio e minifúndio, surgindo a denominação de empresa rural. Esta lei baseava-se em três eixos: imposto progressivo (de acordo com o tamanho da propriedade), desapropriação com indenização e ocupação das terras ociosas. A partir dessa lei foi criado o IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, surgindo como tentativa de aliviar as tensões sociais que, no início da década de 1960, tinham como principal impulsor as questões relativas à posse de terra. Para realizar a reforma agrária, esse órgão realizou um cadastro dos imóveis rurais, entre os anos de 1965 e 1966. Rachel de Queiroz abordou essa temática em duas crônicas complementares, publicadas em semanas seguidas, Reforma Agrária e Questionários do IBRA, em que ela fazia duras críticas às questões propostas nos formulários, embora deixasse clara a boa intenção do Instituto. Portanto,

Como dona de uma garra de terra no sertão do Ceará, estou também de posse dos papeis amarelados do IBRA, para preencher. E a minha impressão primeira é de que o erro maior dos organizadores destes questionários foi que (pretendendo eles talvez simplificar o trabalho) estabeleceram fórmulas únicas para todo o país – disparate tão essencial que é incrível que técnicos de bom gabarito, como são os do IBRA, caíssem nele (O CRUZEIRO, 1966, p.114).

Dessa forma, a escritora elencou vários aspectos, nos questionários, desconexos com as características das propriedades do sertão do Nordeste. Inicialmente, ela chamou atenção para perguntas relativas à quantidade de assalariados no imóvel, uma vez que a principal mão de obra usada na região era de “moradores”, uma espécie de arrendatários, que recebiam um lote de terras, um roçado e uma moradia, em troca de três dias de trabalho nos domínios dos latifundiários. Por conseguinte, Rachel de Queiroz reafirmou as práticas paternalistas do local e negou conflitos de classes, tirando do grande proprietário a obrigatoriedade de arcar com os ônus das leis trabalhistas, posto que eram vítimas de uma economia precaríssima e não havia uma relação institucionalizada nas relações de trabalho.

Dando continuidade a ideia de que fazendeiros sertanejos eram desafortunados, no segundo texto de mesmo nome, Rachel de Queiroz contestou a pergunta que pedia em hectares as áreas do imóvel, utilizadas para produção, de exploração florestal, as inaproveitáveis para utilização além de outras medições, todas com “frações decimais à direita da vírgula”. De acordo com ela, essa informação exigia um conhecimento especializado e caro de um agrimensor e os proprietários não possuíam condições financeiras para arcar com os custos. Além disso, naquele “estado subdesenvolvido” a divisão das terras era feita de acordo com as necessidades dos radicados, que usavam referenciais da natureza para traçar limites. Responder a pergunta sobre o valor das terras também seria complexo, uma vez que o fazendeiro possuía terras ou porque herdou, ou as comprou em um período de irreflexão. Assim sendo, a cronista acreditava que a resposta para essa indagação só seria possível a partir de parâmetros subjetivos, como “capricho dos donos, seu amor próprio e a terra”. A crônica foi encerrada sem nenhum questionamento relacionado à reforma agrária, ou soube os moldes nos quais ela seria feita. A cronista apenas constatou o absurdo da arguição feita pelo governo, que gerou apenas o escárnio dos “pobres latifundiários” que forneciam dados fantasiosos e que culminaria em mais injustiças com o sertão. Em tom de crítica, ela concluiu que:

Ainda não houvera iniciativa governamental, depois da Revolução, que se visse tão universalmente – e tão merecidamente- levada a ridículo. É um divertimento entre os matutos comentar as respostas que deram. Isso os bem humorados, ou os que já acreditam em mais nada e consideram os homens do governo uns malucos. Mas aqueles que, como esta vossa humilde criada, levam o Brasil a sério e esperavam muito da ação deste governo para a redenção do homem do campo e uma sã política agrária ficam desolados, danados da via, com tanto pedantismo, tanto bacharelismo oco, tanta distância da realidade da parte dos homens chamados para nos acudir e que parecem querer é gozar a gente (O CRUZEIRO, 1966, p.114).

De acordo com Palmeira (1989), como previa Rachel de Queiroz, as ambiguidades e generalizações anunciadas pelos questionários do IBRA abriram diversas possibilidades às diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e ofereciam múltiplos instrumentos de intervenção do Estado. Em nenhum deles havia o privilegiamento do Norte ou Nordeste. Segundo a cronista em seus textos, as regiões esperavam uma política agrária mais viável para o local. As pequenas e médias propriedades, de uma forma geral, também não foram beneficiadas, ao contrário dos latifúndios, que se modernizaram, atendendo os grandes interesses capitalistas no campo. Em 1965, dentro da política pró-agrícola do governo, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de propiciar recursos substanciais para os produtores agrícolas, representando o principal instrumento do Executivo no fomento à lavoura. Esse incentivo se baseava nos recursos públicos do Banco do Brasil ou repasses do Banco Central do Brasil e o subsídio provinha da fixação das taxas de juros usualmente abaixo da inflação para impulsionar a compra de insumos e equipamentos que renovariam o campo e aumentariam a produção.

Essa política de créditos foi bastante criticada por Rachel de Queiroz, em quatro crônicas, entre 1970 e 1971. A tônica das reclamações girava em torno do favorecimento dos grandes proprietários e dos estados mais ricos, em detrimento dos agricultores das caatingas do Nordeste ou matas e rios da Amazônia. Esses últimos ficavam a margem do negócio informal e quando conseguiam o crédito, estavam sujeitos a juros bem acima dos praticados pelo mercado oficial, ficando endividados e obrigados a reduzir o padrão de vida familiar, ou mesmo tendo que entregar suas terras e o gado para ressarcir as dívidas. A mais interessante dessa série de crônicas é *O Milagre e o Sertão*, 1971, em que a escritora anunciou que o Banco do Nordeste e demais organismos oficiais destinados a promover e amparar o desenvolvimento nordestino não cumpriram um objetivo previsto e prometido. A partilha dos incentivos fiscais com atividades desenvolvimentistas com a promessa de remuneração rápida, segundo ela, era mais importante que a recuperação do árido polígono. Dessa forma, “[...] o milagre brasileiro ainda não chegou ao sertão nordestino. Nenhuma das sub-revoluções que a Revolução de março opera deu por lá o ar da sua graça (O CRUZEIRO, 1971, p.130). A cronista traçou um panorama da região, naquele momento no qual o país comemorava o crescimento. No campo, a estagnação era total e o sertanejo só conhecia as ações do governo em períodos de seca, segundo a autora, salientando as condições locais, pediu providências do presidente Médici:

Agricultura é no caco da enxada, na coivara. Semente não nos chega, nem fertilizantes, nem pesticida. O Banco do Brasil faz empréstimos aos agricultores, grandes e pequenos. Os grandes ainda se safam, mas os pequenos, quando finda o prazo, não tiveram com que pagar sequer os juros. Então, o BB o jeito que tem é tomar a terra dos insolventes; quem não acredita vá ver a quantidade de processos que correm em juízo.

O Presidente Médici, certa vez, referindo-se aos males do Nordeste, teve uma frase: “Isso deve acabar”. Pois não acabou, Presidente. Não acredite quando lhe afirmam que as coisas lá mudaram, porque não mudaram. Para além da beira das estradas novas, e a velha desolação (O CRUZEIRO, 1971, p.130).

As críticas da escritora em relação ao tratamento com o sertão do Nordeste reapareceram em outras crônicas, sempre ressaltando que o processo de modernidade, promovido pela ditadura civil-militar, não havia chegado até lá. No início do governo de Ernesto Geisel, 1974, ela publicou *Depois das Chuvas*, anunciando um bom inverno, com ótima safra nas plantações nordestinas. No entanto, a produção não tinha como ser escoada devido às péssimas condições das estradas de rodagem e de ferro atingidas pelas enchentes daquele ano. “A gente anda por aí, e é uma tristeza. Asfalto, esburacado, bueiros rompidos, trechos de estrada interrompidos” (O CRUZEIRO, 1974, p.82). Contudo, uma semana depois, a autora voltou atrás de suas reclamações, com *Ufania*, em uma demonstração clara de que a censura ainda estava vigente. Com esse nome bastante significativo e mesmo reafirmando o horrível estado das vias no interior cearense, a cronista se retratou do texto da semana anterior, celebrando as rodovias que interligavam todo o país, como era o desejo de integração nacional da modernização conservadora.

Outro aspecto que denotava o fracasso da modernização conservadora no Nordeste, bastante mencionado nas crônicas rachelianas, era a ampliação das desigualdades regionais. Em *Carta do Sertão*, escrita para o jornal *O Povo*, 1982, quando o país estava caminhando a passos largos em direção à democracia, a autora publicou, que o desenvolvimento do Brasil se processava “na maior intensidade o famoso duelo de desigualdades entre Norte e Sul: o nível de vida desta gente daqui é tão baixo [...] basta não passar fome no ano, para aquele ano ser considerado ótimo” (O POVO, 1982, p.4). Em *O Nordeste é viável*, um ano depois, Rachel de Queiroz clamou mais uma vez o progresso industrial para o local, comprovando a sua viabilidade e evidenciando que o flagelo e a miséria eram apenas cíclicos. Além disso, lastimou as inúmeras obras estruturais que só chegavam ao “Sul Maravilha”. Portanto:

[...] se o Governo olhasse realmente para o Nordeste, e não acudisse sempre em ações espasmódicas, depois que a seca se instala [...] gastasse uma parcela importante do dilúvio que se gasta aqui no Sul, o Nordeste estaria salvo, manteria bem e até seria fonte de riquezas para o País (O POVO, 1983, p.4)

Ao contrário das políticas desenvolvimentistas, que não se efetivaram no Sertão, as assistencialistas eram sempre elogiadas e festejadas por Rachel de Queiroz que, em 1973 publicou *Funrural*, no *Diário Pernambucano*, demarcando as vantagens do projeto. Aqui, cabe o seguinte questionamento: Se a escritora ainda era cronista efetiva em O Cruzeiro, podendo dar ao fato notoriedade nacional, por que preferiu veicular o texto em um periódico pernambucano? A resposta pode estar relacionada à luta pela previdência rural, a qual surgiu na região ainda em 1955, com o aparecimento das Ligas Camponesas, que se expandiram no Nordeste e marcaram no movimento dos trabalhadores rurais, pautado na luta pela reforma agrária, assistência social médica e previdenciária. Essas reivindicações não desapareceram com o golpe de 1964, pelo contrário, foram ampliadas com os avanços das desigualdades sociais. Sendo assim, o governo Médici criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) para atenuar o conflito, evitar a divisão de terras, promovendo assistencialismo pontual, que era incapaz de transformar a realidade substancialmente, e ainda reduzir o êxodo rural e inchaço urbano. Diante desses fatos, fazia mais sentido para a autora direcionar suas palavras para a localidade mais interessada nas informações, já que o Sudeste, como ela sempre repetia, pouco se importava com as adversidades nordestinas. Entusiasmada com as transformações, celebrou:

Confesso que, dois anos atrás, ao ouvir de certa pessoa ilustre a promessa de aposentadoria do homem do campo pela Funrural, eu me senti um pouco cética. Mais do que as calçadas do inferno, a existência do lavrador brasileiro vivia cheia de boas promessas e boas intenções, fáceis de anunciar e difícilíssima de realizar. Onde o dinheiro, a organização, o know-how para tais gigantescos empreendimentos? Pois meus senhores e senhoras, apareceu o dinheiro, apareceu a organização, apareceu o know-how. A aposentadoria dos velhos lavradores é mais que uma realidade é uma rotina a que todos já se vão habituando (DIÁRIO PERNAMBUCANO, 1973, p.4).

Na verdade, a Funrural foi criada juntamente com o Estatuto do Trabalhador Rural, 1963, por João Goulart. Somente em 1971, dois anos antes da publicação da crônica, foi criado o Prorural com objetivo de desenvolver a previdência e prestar os serviços de saúde, readaptação profissional e serviço social. O presidente Médici aproveitou o contexto econômico favorável do milagre econômico e investiu no campo previdenciário há muito esperado. A fonte de recursos para constituição do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural vinha do salário dos trabalhadores urbanos. De acordo com Garcia (2009), a justificativa para não contribuição do empregado urbano era a sua falta de condições, salários baixos, e dificuldade de fiscalização no interior do Brasil

Portanto, com o projeto implantado, em pleno funcionamento, e com aporte justificado, a escritora Rachel de Queiroz elogiou repetidas vezes a Funrural, tanto na mídia nacional, como na cearense, para as quais escrevia. Em *O Cruzeiro*, enalteceu o presidente Médici com seu programa de “assistência ao trabalhador rural em termos realistas, realizáveis. Levar, com recursos colhidos na área urbana, que a imemorial exploradora do trabalho do campo, a assistência ao trabalhador rural” (O CRUZEIRO, 1971, p.146). No texto, ela enfatizou o fato do homem do campo possuir consciência que a aposentadoria não era uma esmola, negando, assim, o caráter assistencialista, além dele estar em comum acordo com o fato de tirar “um dinheirinho” do cidadão citadino para financiar a velhice de “quem tanto deu de comer a eles”. As crônicas, que abordavam o sistema previdenciário, ainda mencionavam, sempre de forma positiva, a valorização e a melhoria da autoestima dos idosos frente as suas famílias, após a renda mensal garantida. De acordo com ela:

“Antigamente alguns ainda falavam vagamente da velhice, mas agora com a aposentadoria do Funrural, sentem-se garantidos; e mais, se gabam de que serão disputados pelos filhos, ansiosos por partilhar a pequena mensalidade do benefício (O POVO, 1977, p.3).

A assistência médica, promovida pela Funrural, similarmente foi louvada por Rachel de Queiroz em *Assistência Rural*, 1978, já no governo Geisel. A política pública previa a prevenção a doenças, à educação sanitária, assistência materna, ambulatorial e hospitalar. “Todo mundo é acudido, tratado, operado sempre que preciso, e isso sem sair de Quixadá e em prazo de urgência” (O POVO, 1978, p.3). Curioso que, além da cronista elogiar a ação governista, de acordo com ela, tão eficaz, ainda incentivava, no mesmo texto, práticas paternalistas no interior do Ceará. Portanto, menciona a “caridade pessoal” de muitos doutores que, ainda exerciam poder diante da população local por meio de cuidados médicos. De acordo com a filha de proprietários: “E tudo sem que se haja desativado ainda a velha solidariedade dos bons, a caridade profissional de muitos doutores que acolheram quem lhes pede ajuda sem cuidar muito em burocracias [...] direitos assistenciais de lei” (O POVO, 1978, p.3).

Não foi por acaso que a criação e a implantação do Prorural coincidiu com o auge da implantação da modernização conservadora na agricultura, atendendo aos interesses de trabalhadores rurais e pequenos proprietários. A miséria e o subdesenvolvimento rural eram vistos como um entrave para a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pois eram problemas utilizados pela “subversão” para desestabilizar a ordem. Além disso, de acordo com Napolitano (2015), havia uma real preocupação com a pobreza das classes

populares e como o Brasil, devida à esta pobreza, seria visto no exterior, diante de problemas, como doenças crônicas, subnutrição e ignorância que persistiam no país. No entanto, ainda segundo o historiador, a política social, esboçada pelo regime militar, era apenas compensatória, revelando-se insuficiente para reverter o quadro de miséria e concentração de renda. Mesmo assim, as medidas paliativas promoveram impactos, sobretudo na população rural, como já foi visto.

Assim sendo, ao longo desse tópico, observaram-se as representações de Rachel de Queiroz acerca do meio rural, durante o período da ditadura militar. A escritora nordestina, a maioria das vezes, se deteve a um lugar tão comum na sua obra literária, o Sertão, caracterizado de forma bem particular pela autora, filha de latifundiários, a qual sempre fez questão de ressaltar a vitalidade do sertanejo e a limitação financeira dos grandes proprietários da região, criando um mito de convivência harmônica entre os dois.

A cronista sempre esteve atenta aos problemas crônicos da região, dissertando de forma incansável sobre os períodos de estiagem e seus os efeitos desastrosos, tão recorrentes, e sobre as medidas paliativas utilizadas para combatê-los, utilizando da mesma forma, também, seus textos para solicitar providências efetivas para o local. A autora acreditava que a chegada e concretização do milagre econômico no local iriam desenvolvê-lo economicamente e livrá-lo de todas as adversidades periódicas. No entanto, no fim da década de 1970, ela desiludida com a possibilidade de modernização do sertão, ora reprovou o abandono do Nordeste no quadro de políticas econômicas, ora comemorou a chegada de práticas governamentais que contemplaram o sertanejo com sistema previdenciário e assistencialista, silenciando a manutenção da concentração fundiária e agravamento da miséria nordestina durante a ditadura militar. Rachel de Queiroz não apenas retratou as modificações estruturais e políticas desse período. As alterações nos comportamentos e costumes foram à tônica principal de muitos de seus textos e estas serão abordadas no próximo capítulo.

4“NEVES DE ANTANHO”: TRANSFORMAÇÕES NOS COSTUMES E NOS COMPORTAMENTOS.

Mas a jornada pelo tempo. Essa jornada sem parada nem retorno, cujos marcos únicos são lembranças cada vez mais apagadas, já que as outras testemunhas também caminham, também se transformam. Por que dar ao limitado, ao vulnerável, ao transitório homem, um sentido do tempo – quando ele não tem sobre o tempo nenhum comando – apenas sobre o tempo, sem defesa? (O CRUZEIRO, 1966,p.122).

O capítulo 3 recebeu o nome de uma crônica bastante significativa, que dissertou sobre as transformações físicas e subjetivas promovidas pelo tempo na vida da escritora, pois ele irá discorrer sobre temáticas bastante recorrentes nas suas publicações, como a velhice, sua relação com o tempo e a criação de uma memória de si que se perpetuasse na eternidade junto com sua obra. Esse conteúdo será particularmente analisado no terceiro tópico, o qual encerra essa dissertação, **“A intrusa de agora renega tudo –de dantes- seja corpo, alma ou cenário”: Rachel de Queiroz, Tempo e Memória**, no qual serão avaliadas as possíveis relações dessas reflexões da cronista, que envelhecia em meio a intensas metamorfoses urbanas promovidas pela modernização conservadora, com as suas representações acerca das mudanças no comportamento de jovens e mulheres no período da ditadura militar.

Para essa verificação é necessário levar em consideração, mais uma vez, o texto de Berman (2014), o qual determinou que a vida moderna tende a bifurcar em dois níveis: o material e espiritual e nem sempre há uma adequação entre eles, gerando uma sensação de angústia ao homem moderno. Esse capítulo tratará dos *modernismos*, ou seja, de percepções nas transformações do espírito, da moral, energia, moda e emoções. Avaliará, também, como a escritora Rachel de Queiroz retratou mudanças de mulheres e jovens de forma tão conservadora, tendo ela um passado que a notabilizou como uma mulher a frente de sua época, em termos afetivos e profissionais, quebrando inúmeros tabus ainda na sua juventude.

No primeiro tópico, **As meninas de Rachel de Queiroz: análise das mudanças na conduta feminina**, avaliará as crônicas da escritora cuja temática central são as mulheres e suas conquistas, em meio as transformações no universo feminino promovidas pelas transfigurações urbanas e pela revolução sexual que estavam em decurso no país. Já o segundo, **Os Jovens Bichos de Rachel de Queiroz: apreciação das transformações no comportamento dos jovens**, serão problematizados os textos rachelianos que tratavam dos novos valores morais e comportamentais da juventude, além dos desafios enfrentados diante da modernização que se efetivava no Brasil.

4.1 AS MENININHAS DE RACHEL DE QUEIROZ: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA CONDUTA FEMININA.

A escritora Rachel de Queiroz é constantemente lembrada, em pesquisas acadêmicas e pelos leitores em geral, pelos seus romances regionalistas, engajados com questões políticas e sociais, e por suas personagens feministas que denotavam uma preocupação da escritora com os avanços e retrocessos no processo de autorrealização da mulher. As protagonistas da cronista sempre subvertiam a ordem diante de situações polêmicas para a época, como casamento, divórcio, maternidade e sexualidade.

No entanto, nas crônicas cuja temática central era as mulheres e suas conquistas é perceptível uma Rachel de Queiroz avessa às transformações dos costumes e das práticas no universo feminino. Sendo assim, os textos se tornam mais interessantes, na medida em que evidenciam uma autora de trajetória fragmentada, que sempre transitou entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno. Sendo assim, em meio à caracterização, que muitas vezes, parecia anacrônica, tem-se a possibilidade de observar que “o cronista estabelece versões para os fatos de seu tempo e dos tempos passados e, ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação” (PESAVENTO, 1997, p.34). Desse modo, por meio das publicações semanais que se referiam ao universo feminino, podem-se apreciar as representações rachelianas, que abrem espaço para compreensão da sua construção da realidade a partir dos significados estabelecidos em um determinado contexto histórico.

Durante a década de 1960 ocorreram várias transformações no universo feminino no Brasil, aliadas às transformações industriais e urbanas. O nível de escolarização das mulheres cresceu, assim, como a participação delas em atividades urbanas, rompendo o isolamento vivenciado no mundo doméstico e contribuindo para a emancipação feminina intensificada nas décadas seguintes. Entretanto, as mentalidades não acompanharam as alterações no mundo material e “os preconceitos machistas e as obrigações domésticas impediram muitas mulheres, mesmo educadas e bem preparadas, de ingressar no mercado de trabalho” (PINSKY, 2012, p.506). Consequentemente, as mulheres continuaram exercendo, fora de casa, atividades tipicamente femininas aliadas à missão de mulher no lar.

Em meio a esse turbilhão de transformações e permanências, Rachel de Queiroz publicou, em abril de 1964, *Lavôro*, em que estabeleceu uma relação entre os sexos na qual, assim como o homem nascia para a caça, velocidade, aventura e brigas, a mulher possuía vocação para atividades do lar, trabalhos manuais, como bordado, tricô e culinária. A propósito, “cozinhar também satisfaz outro profundo instinto feminino que é alimentar os

seus, vê-los de paladar contente e estômago cheio” (O CRUZEIRO, 1964, p.130). Por consequência, a cronista reforçou, no texto, uma imagem da mãe, esposa e dona de casa, que juntamente com os serviços domésticos, muitas vezes, realizados de forma dura e tradicional, cuidava de todos ao seu redor para prover a subsistência e harmonia da família. E quando a rotina e o cansaço afetassem o humor e se transformasse em ressentimentos, a mulher poderia recorrer ao trabalho para recuperar o equilíbrio, já que era uma extensão das atividades cotidianas, mas leve e menos enfadonha. A própria autora, que não se enquadrava nesses padrões convencionais, afirmou que era uma adepta desse ofício em meio ao seu cotidiano dedicado ao jornalismo e Literatura. Portanto:

Eu de mim confesso que sou dessas anacrônicas; encontro no trabalho feminino um encanto, uma compensação, uma fonte de tranquilidade que nada mais me dá. Tiro uma espécie de equilíbrio do uso alternado do jornalismo e do crochê, literatura e bordado à mão, política e cozinhar (O CRUZEIRO, 1964, p.130).

A cronista ainda lamentou no texto o fato de a tradição do trabalho não ser mais ensinada nas escolas às meninas, sendo a disciplina trocada por outras ligadas à modernidade, como economia, língua estrangeira e ciências. Segundo Rachel de Queiroz, esse fato aliado à produção industrial, em larga escala, de vestuário, artigos de cama e mesa promoviam o desequilíbrio e a desfeminização da mulher moderna, que procurava ajustamento psíquico e emocional, ou em acompanhamentos psicanalíticos, ou em atividades manuais mais contemporâneas, nas grandes cidades, como cerâmica, encadernação e arranjos florais.

Esse texto foi reeditado e publicado quase na íntegra, em duas décadas posteriores, o que corrobora para a conclusão de que o pensamento da escritora, acerca das atividades femininas, não se modificou. *Trabalhos de Mulher*, veiculada em 1977 no jornal *O Povo*, no mês de março, questionando as datas internacionais em homenagem à mulher, que pleiteavam condições similares as dos homens no mercado de trabalho. No entanto, segundo a cronista, “[...] a sensação de importância que lhe dá um trabalho até bem pouco tempo considerado exclusivamente masculino, a mulher profissional [...] se sente mais vitimizada que feliz [...]” (O POVO, 1977, p.3). Diante dessa frustração do ofício rotineiro, as mulheres que não possuíam a obrigação de se mostrarem modernas e feministas, podiam se dedicar aos trabalhos manuais, essencialmente ligados à natureza feminina e, portanto, Rachel de Queiroz simplesmente repetiu o texto publicado há treze anos em *O Cruzeiro*.

Em 1982, a crônica foi reeditada, mais uma vez, mantendo o título, *Trabalhos de Mulher*, que destacava a essência feminina condicionada à paciência para atividades,

repetitivas, meticolosas como a maior concentração, e dedicação para as atividades com agulha. O texto recebeu um parágrafo inédito para refletir sobre as transformações das condições familiares e a imposição do trabalho doméstico às mulheres de classe média, que ampliaram a frequência nos consultórios dos analistas para o ajustamento emocional. Ignorando as novas possibilidades no mercado de trabalho para as mulheres urbanas mais instruídas, a cronista sugeriu, novamente, o trabalho como alternativa às atividades domésticas, para distrair e descansar o espírito. Afinal, [...] tal como a natureza condicionou a abelha a fazer sempre, com impecável perfeição, o rendado minucioso dos favos, condicionou igualmente a mulher para os trabalhos miúdos e delicados [...] (O POVO, 1982, p.4). Além de dar vazão à criatividade e imaginação, a mulher poderia ainda ser valorizada pela economia que representava no orçamento doméstico, naquele momento de crise econômica.

A despeito das considerações de Rachel de Queiroz, a expansão do ensino médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em vários níveis e em várias áreas de conhecimento. No entanto, mesmo com essas transformações nos centros urbanos, muitas das ofertas de trabalho para as mulheres pareciam continuar sendo extensões das atribuições dela no lar. Rachel de Queiroz reforçou essa mentalidade na crônica *Enfermeiras*, em julho de 1974, afirmando que “de todas as profissões que esperam pela mulher moderna, nenhuma outra é tão intrinsecamente dependente da condição de mulher [...] (O CRUZEIRO, 1974, p.82). A cronista afirmou que para as mulheres, cansadas das atividades domésticas e desejando uma independência, seria o trabalho perfeito, já que conciliava, nas mulheres, um serviço social, uma atitude material e condição maternal, pautada no cuidado com o outro.

Dessa forma, corroborando a convicção de que existem trabalhos adaptados à essência feminina, a cronista, mesmo expondo as dificuldades da profissão, convidou as moças para “realizar uma vocação para a qual a qualidade de mulher não é um handicap, mas uma exigência essencial”. As habilidades de paciência, abnegação, cautela e docilidade, inerentes ao feminino, exigidas nessa empreitada, chegavam a assemelhá-la à conduta das freiras. De acordo com Matos e Borelli (2012), essas profissionais eram de fato submetidas a uma intensa vigilância que recaía em seu comportamento moral, dentro e fora do hospital, com um regime disciplinar semelhante ao das religiosas. No entanto, segundo Rachel de Queiroz, mesmo diante dos obstáculos, ainda havia um glamour no uniforme branco e nas “possibilidades de romance, quando um moço bonito e forte é derrubado pela doença e fica a depender da enfermeira como a criancinha de sua mãe (O CRUZEIRO, 1974, p. 82), conduzindo-as a exercer outras propensões, como a do casamento e maternidade.

Junto às transformações urbanas, no período estudado, vieram as mudanças nos costumes e vestimentas. A tendência era expor cada vez mais os corpos femininos. Segundo Priore (2011), em fins da década de 1960 e início de 1970, os biquínis diminuía, suas vendas aumentavam e as práticas do topless chegavam da França e eram polemizadas especialmente nas praias do Sudeste. Rachel de Queiroz, atenta a essas transfigurações, escreveu duas crônicas questionando os padrões franceses que chegavam ao Brasil. Em *A Eterna Jeune – Filles*, a escritora condenou os modelos de mulher admiradas no país como símbolo de libertação que vinham de lá, expostas pela indústria do turismo, caracterizadas pela frivolidade, vaidade, cabelos lisos, fala rouca e existencialismo. De acordo com a cronista, o senso comum que permeava a vida das francesas era, na verdade, as meninas vigiadas, submissas, inocentes, à espera de um casamento, as eternas *jeune-filles*, que mal eram vistas nas ruas. Em *Nude Look*, a moda revolucionária, iniciada em Paris, identificada pelo nu, roupas transparentes e curtas, não escandalizaram a autora, que já previa nas ruas, em pouco tempo “[...] cheias de mulheres com saia pelo meio das coxas, estômagos à mostra, conjuntos de tela aberta ou filó” (O CRUZEIRO, 1966, p.130).

A escritora, quase sempre tão conservadora em relação às transformações no universo feminino, não chegou a refutar, em seus textos, a moda que expunha os corpos das mulheres, nas praias ou mesmo nos períodos carnavalescos. Ela acreditava em um processo de naturalização desses padrões, desqualificando essas ações enquanto tentativa de contestação. Afinal, “[...] com este começo de verão na praia, coroados pelos bailes de carnaval a moçada que quis se exibir [...] e como se viu, não houve nenhuma convulsão social, Se não chegou a ser normal, foi quase” (O POVO, 1980, p.4). No entanto, para os jovens essa moda transgressora estava relacionada à revolução sexual, que consistia em ir contra os padrões comportamentais estabelecidos à procura da liberdade de expressão. Os ideais da época exigiam alterações visuais, sendo assim, a roupa representou um símbolo de libertação dos costumes para as mulheres.

Rachel de Queiroz na verdade só manifestou objeções na excessiva exposição da nudez feminina e do sexo nos anúncios publicitários. No momento, “a onda é o sexo, e teremos quer fazer, ler, ver e escutar anúncios sexy [...]. O critério dominante é que mulher nua e sugestões sexuais são a preocupação constante de todo mundo” (O CRUZEIRO, 1972, p.130). Esse apelo sexual, apresentado pela cronista, estava relacionado à revolução sexual protagonizada pelos jovens que se rebelavam contra os padrões de comportamento estabelecidos à procura da liberdade de expressão. Os ideais da época exigiam alterações visuais, sendo assim, a roupa representou um símbolo de libertação dos costumes para as

mulheres. Seus desejos inscreviam-se na sua aparência e as mudanças podiam ser lidas na diminuição do tamanho das saias. Esse abandono de pudores nas vestimentas e a “comercialização do nu” pela publicidade estão em comum acordo com o mundo moderno, uma vez que “qualquer espécie de conduta humana se torna possível no instante em que se mostre economicamente viável, tornando-se valiosa; tudo que pagas bem terá livre curso” (BERMAN, 2014, p.108).

A modernização, que se processou durante a ditadura militar, para além das influências de outras expressões culturais, como cinema, literatura e viagens, podia ser também um valor contundente na educação da moralidade, dos costumes e nas transformações dos padrões de comportamento no Brasil. A perspectiva de liberdade em meio à modernidade também pode se expressar na moda, que encurtou o tamanho das saias e possibilitou o uso de peças masculinas, como a calça jeans. A moda, portanto, promoveu simbolicamente a idéia de existir um mundo para além da “vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar e, por último, porém não menos importante, da atividade política” (ALMEIDA; WEIS, 2007, p.401).

Um dos marcos das conquistas femininas, nas décadas de 1960 e 1970, foi o uso da pílula anticoncepcional. Mesmo que, em muitas vezes, tenha sido usada apenas para o planejamento no número de filhos, pode-se dizer que ela alterou os hábitos sexuais, na medida em que o sexo deixou de ser exclusivo para a procriação e a mulher teve a possibilidade de optar apenas pelo prazer, potencializando a liberação sexual. Além disso, essas transformações repercutiram também na questão profissional, uma vez que as mulheres puderam adquirir estudos superiores e participar do mercado de trabalho sem serem interrompidas por uma gravidez. Aqui no Brasil, o uso de método contraceptivo, de outro modo, esteve relacionado à limitação da superpopulação, que ampliava a miséria. Segundo Priore (2011), no final da década de 1960, existiam dois grupos relacionados ao controle de natalidade no Brasil: os antinatalistas e os anticontrolistas. Os “antinatalistas”, que reivindicavam o controle de natalidade, como forma de amenizar a miséria, a infância abandonada e os índices de criminalidade nos países subdesenvolvidos, além de contribuir para a manutenção de altas taxas de crescimento da economia. Já os “anticontrolistas”, pregavam a ocupação dos espaços vazios no país e a importância de multiplicar brasileiros em todo território, em comum acordo com a encíclica do Paulo VI, que condenava o controle governamental da taxa de nascimentos e o uso de contraceptivos.

Alinhada aos argumentos do segundo grupo, que encontrava como forte aliados os militares nacionalistas que defendiam a presença de brasileiros em todos os recantos do país

como forma de manter a soberania nacional, Rachel de Queiroz escreveu, em 1967, *Controle de Natalidade* para a revista *O Cruzeiro*. No texto, a escritora se propôs a discutir a temática e a forte pressão internacional para limitar o índice de nascimentos, para além das questões religiosas, éticas e sociais. Dessa forma, ela se manifestou contra as campanhas de controle de natalidade, uma vez que o Brasil possuía muitos territórios despovoados, era uma região que atraía constantemente imigrantes europeus e dispunha de um grande potencial na geração de alimentos, ao contrário do que pregavam os antinatalistas que previam fome em meio a superpopulação. Segundo a cronista, os governantes deveriam incentivar a produção agrícola, usando o potencial de trabalho e a inteligência do povo, e não limitando a “produção de brasileiros”. Ainda contra qualquer justificativa para limitação de nascimentos por causa da expansão da miséria, ela alegou que para as famílias pobres, filhos são sinônimos de riqueza, especialmente na luta pela sobrevivência, deixando um recado para quem pensava contrário a ela acerca dessas questões:

Deixa o povo crescer. Nesta grande terra poderão viver e engordar mais do dobro de brasileiros que aqui vivem agora. Ensinar o Brasil a produzir cada vez mais, isso sim. E não pregar o suicídio nacional por medo de falta de comida. Vamos criar boi e plantar feijão; e só pensar em discutir controle de natalidade quando o povo passar da casa dos duzentos milhões (O CRUZEIRO, 1967, P.130).

A política voltada para a redução da população, especialmente em países mais pobres, se manifestou no Brasil por meio de sociedades civis internacionais, principalmente nas camadas mais populares do Norte- Nordeste. Foi o caso da IPPF – International Planning Parenthood Federation que passou a financiar, a partir de 1965, a BEMFAM – Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil. A ditadura civil-militar impôs o controle de natalidade por meio desta instituição, distribuindo, entre as mulheres de baixa renda, pílulas anticoncepcionais, distribuindo folhetos e cartazes com mensagens, como: *Tome a pílula com muito amor*. Além de também conceder DIU (dispositivos intrauterinos), fornecer subsídios e facilidades para ações antinatalistas, impondo a esterilização em massa. Por trás desses discursos, estava a elite brasileira que ansiava pela redução da camada pobre e de possíveis inconvenientes gerados por ela.

De acordo com Diniz (2012), mesmo com a tentativa de disseminar o uso da pílula anticoncepcional que, de forma indireta aos objetivos gerais, deram liberdade de sexo pelo prazer às mulheres, o índice de mortalidade e mobilidade maternas, consequentes dos abortos inseguros que permaneciam em altos índices no Brasil. Vários fatores foram enumerados pela historiadora, como erro no uso, efeitos colaterais dos contraceptivos e a dificuldade de acesso

ao medicamento. O fato é que essas mortes ativaram a voz do movimento feminista pela descriminalização do aborto, uma vez que essas mortes femininas ocorriam graças a práticas inseguras em clínicas clandestinas.

Em março de 1980⁴⁷, Rachel de Queiroz escreveu a crônica *Aborto*, já demonstrando ciência da necessidade de conter a explosão demográfica, sugerindo inclusive o uso da pílula anticoncepcional, o DIU, a vasectomia como formas de prevenção de um problema que potencializaria a miséria. No entanto, se mostrou veementemente contra a prática do aborto, sob a alegação de que “ninguém tem direito de matar o ser humano”, mesmo que estivesse ainda na forma embrionária e “oculto no ventre de sua mãe”. No texto é perceptível que a cronista pressupunha que esse procedimento era feito, na grande maioria das vezes, pelas mulheres de baixa renda e, portanto, enumerou várias justificativas utilizadas pelas futuras “mães solteiras”: tabus morais, dificuldades econômicas, impossibilidade de trabalhar, falta de assistência do governo e intervenção da religião. No entanto, a cronista, amparada pelos valores cristãos ocidentais, não aceitava nenhum deles. Dessa forma:

[...] se fossemos seguir essa lógica de robô e se permitisse o aborto para que não multiplicassem tão desesperadamente os pobres – então porque não ir às do cabo e não matar diretamente os pobres? Era assim que pensava Hitler, não era? (O POVO, 1980, P.4).

Então, embora sempre se declarasse atea, a escritora era nitidamente alinhada aos valores conservadores cristãos, muitas vezes defendidos pelos militares, em detrimento das reivindicações de muitas mulheres que se encorpavam no decorrer das décadas aqui estudadas. Mesmo quando passou a concordar com o controle da natalidade, pois virou estratégia de governo por meio do planejamento familiar, ela se manteve contra a prática do aborto, bem como as pretensões do movimento feminista, que cobrava o direito inalienável da mulher ao próprio corpo e ao benefício de escolher as questões relativas à maternidade. Rachel de Queiroz condenou a revolução sexual, em *Mulher*, pois a considerava relativa e precária, uma vez que estava pautada em argumentos frágeis, como os relacionados à pílula anticoncepcional, ao aborto e à possibilidade da maternidade fora do casamento. Portanto, a cronista foi taxativa:

Liberdade sexual com maternidade é uma sobrecarga e não vantagem. Então, para a mulher ter liberdade sexual, isso só lhe é possível com o uso da pílula; mas que revolução social será essa que para impor-se, depende de um artifício farmacêutico? E caro, de difícil aquisição para os pobres, que são a maioria do mundo? Ou se quer

⁴⁷ É importante frisar que em 1977 foi anunciado o Programa de Saúde Materno – Infantil, que previa entre os anos de 1977 e 1981, a aplicação de tratamento à esterilidade e prevenção da gravidez, distribuindo milhões de caixas de pílulas anticoncepcionais às mulheres.

um estatuto especial para as mulheres de recursos? Há ainda o controvertido apelo ao aborto – mas lá voltam as circunstâncias econômicas a influir, e isso mesmo quando se abriam mão dos impedimentos de ordem moral e religiosa – que também imperam na maioria do mundo. E, então, a liberdade da mulher não pode ser mais relativa e precária, se sua garantia repousa apenas na pílula e no aborto (QUEIROZ, 1976, p. 15).

O texto, publicado em formato de livro intitulado *As menininhas e outras crônicas* em 1976, foi escrito na verdade no ano anterior, em que a ONU (Organização das Nações Unidas) passou a patrocinar internacionalmente o “dia da mulher” e, graças aos avanços da luta feminista, convocou uma conferência mundial, na cidade do México, para discutir suas principais reivindicações. Rachel de Queiroz publicou algumas crônicas expondo seu descontentamento com as tentativas de equiparação de condições masculinas e femininas, simplesmente porque não acreditava na igualdade de gêneros. No universo trabalhista, por exemplo, de acordo com ela, as mulheres não desejavam igualdade e sim condições especiais que levassem em conta as suas limitações e necessidades de reprodução⁴⁸. Portanto, a autora declarou que: “Podem as da libertação feminina me acharem uma reacionária e uma chata; mas teimo em não acreditar que elas vençam a sua guerra senão em termos limitados e transitórios” (QUEIROZ, 1976, p.18). Muitos anos depois, percebendo as transformações efetivadas no mundo feminino, ela em entrevista a Nery (2002), se disse contente com todas elas, no entanto, ainda reforçou sua tese de que homens e mulheres possuíam naturezas distintas e, portanto, os feminismos não tinham sentido. Assim, declarou:

Não sou feminista. Nada disso. Acho que o homem e a mulher possuem naturezas distintas. Mas nunca concordei com excessos, principalmente os que tolhem a liberdade individual, seja do homem, da mulher, de quem for (NERY, 2002, p.48).

Entretanto, enquanto estava recente a criação do dia internacional da mulher e a luta pela equiparação de direitos, as crônicas sobre as mulheres continuaram. Em dezembro de 1975, publicou *Menininhas*, provavelmente caracterizando as jovens moças de classe média ou da elite, dando a elas um certo tom de frivolidade, a cronista retratou as limitações da revolução sexual, pela qual passavam, uma vez que se amparava unicamente na permissividade quanto ao sexo. “[...] com a liquidação do tabu da virgindade, com a fácil aquisição da pílula, as menininhas, além da autoridade doméstica, também se consideram libertas sexualmente” (QUEIROZ, 1976, p.3). De acordo com Rachel de Queiroz, essas garotas que não cogitavam a liberdade econômica para conviver mais tempo com a

⁴⁸ Rachel de Queiroz ainda declarou, na crônica, que os desejos das mulheres eram muitos e todos firmavam a desigualdade em relação aos homens. Pode-se citar a abstenção de serviços pesados, prazo menor para aposentadoria, falta justificada “nos dias de lua” cada mês que ocorriam, licença de vários meses para gravidez, parto e aleitamento.

irresponsabilidade estudantil, eram, na verdade, frágeis, inseguras, graças a sua “condição de mulher dentro do mundo que as espera”. E, assim, passada a fase das descobertas, voltavam ao tripé que a tradição e o conservadorismo da sociedade impunham: sexo, filho e casamento, ou se decepçionariam e se atirariam nos divãs dos analistas.

Anos mais tarde, 1984, a escritora publicou *Dia da Mulher*, percorrendo diretamente sobre essa data. Rachel de Queiroz acusou o “mulherio” de está em insurreição contra sua servidão milenar, chegando algumas a produzir uma versão homem-mulher da luta de classes, que poderia gerar no futuro o extermínio da espécie ou sua manutenção apenas para fins reprodutivos⁴⁹. No entanto, a cronista, no texto, já aceitava que as transformações femininas eram permanentes, especialmente no mundo do trabalho, graças à atuação das mulheres nas universidades, cátedras, repartições públicas e empresas, aceitando os desafios de uma sociedade cada vez mais competitiva e exigente. Mas é importante salientar que a crônica não fala de vitória, todavia, sugere uma união com os homens que as complementavam. Afinal, segundo a autora, as mulheres compensariam a fragilidade e sua deficiência de ambição, com paciência, mais resistência, obstinação na luta mais realismo para aceitar a crueza da vida. A cronista acabou, mais uma vez, reproduzindo antigos padrões sociais: “Afinal, é a mulher e não o homem que enfrentar os rigores da concepção e do parto é ela que trata os feridos nas guerras, que cuida dos doentes – que, real e metaforicamente, lava a roupa suja da família” (O POVO, 1984, p.4).

A escritora Rachel de Queiroz representou as mulheres brancas de classe média urbana no centro das lutas e das aquisições de transformações, pois elas, de fato, foram as mais beneficiadas pelo processo de modernização acelerada, chamado milagre econômico. Este deu a oportunidade de empregos no setor estatal e à educação técnica e profissional universitária, abrindo espaço para diversas outras reivindicações. Segundo Hobsbawm⁵⁰ (2015), o feminismo de classe média, também chamado por ele de movimento de “mulheres educadas

⁴⁹ Essa discussão sobre as conquistas femininas ganhou inúmeras vertentes naquele momento. Segundo Soihet e Esteves (2007), existiam várias interpretações sobre o significado de Feminismo. Algumas desafiavam idéias acerca das diferenças entre homens e mulheres, propondo o igualitarismo e visando à instauração de um mundo neutro do ponto de vista do gênero. Outros estavam as que potencializavam os “feminismos das diferenças” que faziam da distinção entre homens e mulheres uma questão central, considerando que cabia ao feminismo a valorização da categoria da feminilidade. A crença na feminilidade como uma condição essencialmente biológica que fornecia uma unidade natural às mulheres, própria as feministas consideradas “radicais”, tinha contraponto a postura daquelas que rejeitavam tais teses biológicas. Nesse âmbito, estavam as socialistas que articulavam seu movimento em torno das análises centradas na luta e nas contradições de classe.

⁵⁰ Em a *Era dos Extremos*, Hobsbawm afirmou que as transformações relatadas nesse trecho ocorreram para as mulheres nos países desenvolvidos. No entanto, acredito que essas metamorfoses chegaram ao Brasil em menores proporções.

ou intelectuais”, deu a ideia de que essa autoliberação foi genérica, afinal, suscitou questões que interessavam a todas, dentro de um processo de revolução moral e cultural, que alterou convenções de comportamento social e pessoal. Em meio a esse turbilhão de transfigurações, a cronista enxergava as moças, em seus textos, reprodutoras de padrões europeus que se atiravam em aventuras inconseqüentes sem ter a noção exata da sua fragilidade que persistia.

Por conseguinte:

E a classe média, como discípula fascinada do soçaito, lhe segue os passos o melhor que pode.

E a gente – a pessoa de bom senso fica numa grande perplexidade e medo. Não é que queira voltar à imposição dos velhos tabus, reintegrar a mulher no antigo gineceu, o que, aliás, seria impraticável.

As meninas, por exemplo, são livres, escolhem a sua vida, governam-se. E ao mesmo tempo continuam tão frágeis e vulneráveis como dantes, pela sua própria natureza d mulher. Haverá objeto mais patético, e de certa forma irrecuperável, do que uma mocinha currada⁵¹? Elas se metem nessas aventuras noturnas na maioria sem uma noção muito exata dos riscos que correm na ânsia de provar que são livres como qualquer homem, que podem viver a perigo (O POVO, 1977, p.3).

Após a Lei da Anistia, 1979, ocorreu o retorno de várias mulheres do exílio, trazendo experiências na participação de grupos europeus e as questões nas pautas de reivindicação foram diversificadas, atentas às necessidades sociais no Brasil. As mulheres de classes populares foram contempladas com questões emergenciais para elas, como as discussões acerca da violência, especialmente a doméstica, além de modificações de leis trabalhistas, reivindicações de creches, atenção para discriminações sexistas e a modificação do estatuto feminino no Código Civil. Muitas vezes as crônicas de Rachel de Queiroz abordaram problemas sociais femininos, enfrentados pelas camadas mais baixas. Em *Moça Mãe*, 1978, relatou as dificuldades enfrentadas pelas adolescentes, que se tornavam mães solteiras, que, provavelmente “terá uns dezesseis anos, parece treze, mas já carrega um filho no braço, exibindo grande eficiência maternal, aprendida nos tempos em que andou alugada como babá” (O POVO, 1978, p.3).

A escritora, na crônica, contou a história de Luana, que era apenas mais um exemplo de muitas jovens afrodescendentes que engravidavam, ainda na adolescência, e sem o reconhecimento dos pais da criança, lutavam pela sua sobrevivência. Na verdade, essas

⁵¹ A escritora mencionou anacronicamente a curra, no ano de 1977, momento no qual as mulheres, por meio do movimento feminista, denunciavam inúmeros atos violentos contra ela, especialmente dentro dos seus próprios lares, sendo vítimas de seus companheiros. A historiadora Lídia Noemia Silva Santos (2013), em sua tese, falou sobre os “rabos de burro” ou “curras”, fazendo menção aos rapazes que dispunham de automóveis e cometiam abusos sexuais contra as moças, geralmente desacompanhadas. De acordo com ela, casos apareciam com frequência nos jornais entre 1954 e 1964. Após esse período, foram feitas menções cada vez mais raras até 1968. Rachel de Queiroz deu uma denominação anacrônica para os casos de violência contra a mulher, culpando-as por tais atos, uma vez que ela determinava que era a conseqüência para as moças que procuravam bebidas, sexo e drogas, juntamente com a liberdade.

meninas reproduziam a trajetória de suas mães e avós, que viviam de forma independente, segundo Rachel de Queiroz, antes mesmo dessa “onda de liberação feminina e liberação econômica”, e sabiam que não podiam contar com apoio masculino, que nunca as assumia. A cronista acreditava que essa autonomia devia-se à herança de suas ancestrais, quando alforriadas pelas leis abolicionistas, espalharam-se pelas cidades com um grande potencial de empregada, mesmo que para ocupar um subemprego⁵².

Mesmo elogiando a autovalorização dessas mulheres no mercado de trabalho e sua consciência de condições básicas como lazer e namoro, a autora se rendeu a estereótipos conservadores. A prática do amor livre, pelas moças pobres, não foi condenada, afinal, ela não via como uma percepção de domínio do próprio corpo e sim uma contingência da sua condição natural, já que criadas em cozinhas, não contaram com a proteção materna e autoridade paterna. E em um momento em que debatiam o controle de natalidade para atenuar os efeitos da miséria no país, mesmo considerando o futuro incerto da prole, Rachel de Queiroz justificou a prole numerosa das mães pobres, em certo tom paternalista, que “esses filhos representam a promessa, talvez a garantia de companhia e amparo na velhice, que sempre vem mais cedo que se espera” (O POVO, 1978, p.3).

Em virtude das dificuldades enfrentadas pelas mães solteiras, a escritora solicitou em *Creches*, 1979, um local para seus filhos durante as jornadas de trabalho. Chamando atenção para um problema crônico, enfrentado pelas classes populares, Rachel de Queiroz falou em alternativas utilizadas pelas mulheres trabalhadoras, que colocavam em risco as crianças, com o pagamento de pensões e deixando-as com “guardiãs” ou “guardadeiras” sem nenhuma qualificação para o ofício. Mesmo sem tocar em questões relativas ao Código Civil ou trabalhista, ou de aprofundar a discussão sobre as necessidades femininas, a cronista tocou em uma das principais questões levantadas pelas feministas naquele momento. De acordo com Teles (2015), essa reivindicação conseguiu unificar as diversas correntes político-ideológicas do movimento, levando o feminismo para o campo popular, saindo dos lugares centrais e sendo legitimado nas periferias.

Na crônica, a escritora solicitou a construção urgente de creches públicas: “Olhe, Sr. Prefeito, creche ainda é mais importante do que escola. Porque não saber ler é ruim, mas não mata e essas guardadeiras matam” (O POVO, 1979, p.3). Dessa forma, se percebe que Rachel de Queiroz praticamente solicitou uma ação assistencialista, em detrimento de políticas

⁵² A recorrência de trabalhos manuais executados pelas mulheres negras retrata o passado escravista, que mesmo depois da escravidão, associava o trabalho doméstico à escravidão. De antiga escrava, a mulher ascendeu a empregada doméstica.

públicas, as quais criassem um lugar, que não seria um simples depósito de criança, mas um ambiente apto ao desenvolvimento pedagógico, afetivo e intelectual delas. Sendo assim, esses lugares deveriam não só liberar a força de trabalho feminino, como também facilitar condições para o acesso a autonomia das mulheres pobres.

Ao longo da análise das crônicas é possível perceber, em meio ao conservadorismo da escritora e o caráter “antifeminista” reforçado por ela, posturas diferentes em relação a dois grupos distintos formados por mulheres. As “meninhas” pertencentes à elite e classe média, consideradas frívolas, eram quase sempre criticadas por suas reivindicações no mundo que se modernizava, pelos padrões comportamentais que se modificavam e pelo distanciamento das atribuições que eram destinadas a elas, há séculos, como mãe, dona de casa e esposa. Já as “moças” ou “mães solteiras” eram tratadas com uma maior permissividade, uma vez que simplesmente reproduziam o destino das mães, de abandono da figura masculina, de infância sofrida, quase sem cuidados maternos e da ausência de estudo e especialização para ocupar um emprego longe das cozinhas alheias. Em *Trabalhos de Mulher*, de 1982, Rachel de Queiroz apresentou nitidamente a divisão, em suas representações, entre a dona de casa, de classe social mais favorecida que mesmo apoiada por inúmeros eletrodomésticos enchiam os consultórios de psicanalistas para falar da exaustão do trabalho, e as mulheres pobres, que exerciam essas atividades diárias como forma de sobrevivência. A cronista reforçou essa fragmentação e a padronização de papéis sociais, mesmo sinalizando o surgimento de novas possibilidades de emprego para as menos favorecidas. Segundo ela:

Duvido que uma só, entre mil mulheres, acabe de arrumar a cozinha sem um suspiro de ressentimento e sem um pensamento amargo sobre quanto é enfadonha, sem compensação e cansativa a obrigação diária de uma dona de casa. [...] E o aviso que se tem para dar a todas – mulheres da classe média, é que a tendência da coisa é para piorar, não melhorar. Porque mulher pobre também acha ruim limpar e lavar, mormente na cozinha dos outros. E já tem outras opções de trabalho fora de casa, muito mais atraente que o emprego doméstico (O POVO, 1982, p.4).

De acordo com Peregrino e Pereira (2012), os aspectos conservadores, nas obras literárias, e a hierarquização das personagens femininas devido à sua classe e à sua cor, já eram anunciados desde o primeiro livro publicado. “Rachel revela-se, assim, um sujeito dividido entre a velha ordem, tradicional, e o progresso e desenvolvimento, expressos em suas conquistas como mulher e escritora” (DA COSTA; PEREIRA, 2012, p.170). Ainda de acordo com os autores, a escritora representou em sua obra um quadro social complexo, uma vez que não rompeu de fato com a dominação masculina, na sua vida e obra, apenas aprendeu a usá-la em seu favor. As protagonistas de sua obra, por exemplo, ainda que subversoras da ordem

social, perpetuavam o modelo patriarcal, só que com elas exercendo o papel masculino. Dessa forma, seus pensamentos, falas e ações personificavam a índole do sertanejo, latifundiário e egoísta, descritos nos romances.

Esse antifeminismo confesso da escritora e alinhamento às questões masculinas podem ser explicados por uma série de fatores. Rachel de Queiroz, em entrevista à Hollanda (1997), articulou sua opinião conservadora à sua participação no Partido Comunista, na década de 1930, e à sua antiga rixa com o presidente Getúlio Vargas. De acordo com a autora, a política de massas defendida pelos comunistas se chocava, naquele momento, com o getulismo que amparava o movimento feminista em defesa do voto para a mulher, mas com um viés elitista e segregador. Esse ranço foi sendo potencializado na medida em que a escritora fez questão de diferenciar sua escrita, modernista e considerada por ela pertencente a um “ângulo feminino pessoal”, de uma linguagem feminina, da sua geração, taxada por ela como “água com açúcar”.

Em seus estudos sobre a escritora, Hollanda (1997) concluiu que esse “ângulo feminino pessoal” era uma estratégia, frente ao contexto de exclusão dos direitos femininos, no campo literário e na vida pública, muito eficaz, para ter acesso aos ambientes tipicamente masculinos. Portanto, portadora de uma linguagem seca, limpa e objetiva, marca, até então, ausente no modernismo no Brasil, a cronista justificava a diferença: “Eu acredito numa escrita feminina, sim. O mundo da mulher não é o mundo masculino [...] O meu caso é diferente: talvez eu tenha uma linguagem masculina porque venho do jornal (FRANCESCHI, 1997, p. 26). Graças a esses aspectos próximos ao universo masculino, Rachel de Queiroz estabeleceu uma rede de sociabilidade com importantes intelectuais, com predominância de homens, o que certamente contribuiu para seu reconhecimento no campo literário e culminou em sua aceitação na ABL. Aliás, quando tomou posse na academia, em 1977, no seu esperado discurso de primeira mulher a ocupar a vaga, ela em nenhum momento tocou em assuntos levantados pela luta feminista no país, que ganhava grande visibilidade.

Como foi verificado, a partir da análise das representações acerca da mulher, presentes nas crônicas escritas por Rachel de Queiroz, foi perceptível uma escritora dividida entre o tradicional e o moderno, em relação às conquistas femininas, além de notada por um conservadorismo elitista que distinguia permissividades diferentes para mulheres de classes sociais distintas. Ademais, verificou-se a presença de peculiaridades inerentes aos núcleos sociais, predominantemente masculinos, por onde a escritora transitou, compreendendo uma organização conceitual do mundo social a partir de uma realidade apreendida e comunicada. Consequentemente, a partir de uma confluência de fatores analisados, pode-se constatar uma

cronista, que sempre afirmou abertamente seu “antifeminismo”, acreditando que inúmeras diferenças dividiam o universo feminino e masculino. Mesmo assim, não se deve prender ao aspecto reacionário da autora, uma vez que ela deve ser compreendida como um sujeito múltiplo, capaz de reinventar um ângulo peculiar na compreensão da mulher inserida na modernização em vigor no país.

Não somente as mulheres passaram por inúmeras transformações, em meio ao crescimento das cidades e incremento da cultura urbana. Os padrões da vida privada, especialmente dos jovens, foram alterados, uma vez que as novas oportunidades de trabalho permitiram a ascensão de amplos setores médios, lançando bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo. Assim sendo, a cultura consumida por essa juventude, naquele momento, se tornou matriz da revolução cultural, no sentido mais amplo de “uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos” (HOBSBAWM, 2015, p.323). Estas mudanças serão analisadas no próximo tópico.

4.2 OS JOVENS BICHOS DE RACHEL DE QUEIROZ: APRECIACÃO DAS TRANSFORMAÇÕES NO COMPORTAMENTO DOS JOVENS.

A partir da década de 1960, o interesse pelos jovens foi ampliado, pois eles passaram a ser vistos como protagonistas de várias ações culturais que marcaram o período e os tornaram referência para a história político-cultural no país. Rapazes e moças foram concebidos como sujeitos históricos, aptos a modificar a realidade por meio da participação ativa nas lutas sociais. No entanto, sabe-se que essas características são generalizantes e destinadas apenas a alguns jovens, sujeitos a condições específicas. Dessa forma, se faz pertinente questionar qual o conceito de juventude, utilizado na época, e como essa definição foi trabalhada por Rachel de Queiroz em suas representações nas crônicas semanais, uma vez que tratava-se de uma categoria social, usada para caracterizar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres.

Segundo Hobsbawm (2015), em *Era dos Extremos*, a juventude não podia ser considerada apenas o estágio preparatório para a vida adulta, uma vez que era a etapa final do pleno desenvolvimento humano, que deveria ser vivida intensamente. Na verdade, de acordo com o historiador, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, os jovens passaram a ser vistos pela indústria de bens materiais e simbólicos, como grupo social independente, associado ao consumismo, “pela força da moda na sociedade de consumo, que agora chegava às massas,

ampliada pela pressão dos seus grupos de pares, passou a existir uma cultura jovem global” (HOBSBAWM, 2015, p.321).

Já Bourdieu (1983), em *Juventude é apenas uma palavra*, não a caracterizou como categoria generalizante ou abstrata, diante do processo de modernização e urbanização. De acordo com o sociólogo, a idade é um dado biológico socialmente manipulável e, dessa forma, ao falar dos jovens como se “fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constituiu uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 1983, p.113). Logo, se percebe que a juventude não é determinada por uma classificação etária e não constitui um conjunto homogêneo. O mais correto afirmar é afirmar que existiam várias juventudes, no período abordado por essa pesquisa, todas influenciadas por diversas vivências culturais, pelos interesses da indústria de bens materiais e simbólicos, por condições históricas, sociais, econômicas e, também, pelas contradições e conflitos presentes na sociedade.

Para esse tópico, foram analisadas quinze crônicas que tratavam de forma direta ou indireta de temáticas referentes à juventude entre os anos de 1964 e 1984. Nelas, podemos distinguir três grupos de jovens representados pela escritora Rachel de Queiroz. Até o início da década de 1970, foi dada ênfase aos jovens da camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade. Seus textos buscavam desencorajar os movimentos estudantis e indicar caminhos trilhados pelos militares dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. No decorrer desse decênio, moças e rapazes passaram a ser caracterizados dentro de um contexto de “vazio político e cultural”, marcados pela ausência de projeção para o futuro e como reprodutores dos ditames estabelecidos pela moda da época. A partir da década de 1980, a autora passou a esboçar uma preocupação social, refletindo sobre trabalhadores, adolescentes, chamados genericamente de “menores”, que viviam fora da escola e engrossavam as estatísticas de violência nos centros urbanos.

Comumente pode-se observar em inúmeras pesquisas, referentes aos anos 1960 e 1970, uma juventude que ganhou espaço na cena política, graças ao seu engajamento nos movimentos estudantis e em grupos políticos, que combatiam a ditadura militar, mesmo com a censura institucionalizada. Multiplicaram-se as manifestações e passeatas organizadas dentro das universidades brasileiras, com reivindicações estudantis que serviam de pretexto para manifestações contra o governo. Mesmo com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, que fechou ainda mais os canais de contestação, foram criadas novas estratégias de combate, seja nas artes, seja na luta armada. Segundo Hobsbawm (2015), os campi ou as cidades universitárias eram bastante efervescentes e podiam ser considerados transnacionais,

trocando experiências e ideias através de fronteiras com mais facilidade e rapidez, utilizando a tecnologia de comunicação que se modernizava. Ainda de acordo com ele:

Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral, elas forneciam os únicos grupos de cidadãos capazes de uma ação política coletiva [...] (HOBSBAWM, 2015, p.292).

A atuação política da juventude, dentro das instituições educacionais, passou a ser observada de perto pela Ditadura Militar, por causa da capacidade de mobilização e resistência e, portanto, precisou ser combatida e controlada. Para isso, entraram em vigor as ações conservadoras da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, uma vez que a educação era um dos setores prioritários da pauta desenvolvimentista, por seus efeitos multiplicadores e por incluir valores nos jovens, mas que deveria ser inspecionada por meio da propaganda psicológica e do controle ideológico. Dentro desse contexto, a cultura, também, se tornou um espaço estratégico de disputas, que deveria disciplinar os jovens e auxiliar na propagação de ideias simpáticas ao governo.

Como já foi mencionado, Rachel de Queiroz, inúmeras vezes, propagou ideias alinhadas à Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento, legitimando o regime político vigente no país e fazendo publicidade de suas principais ações. Quando a temática principal era a juventude, a escritora, em seus textos, desestimulava as manifestações e atos que envolviam a luta armada, taxando os participantes de terroristas, e incentivando a participação em projetos vinculados ao Executivo federal, nos quais proliferaram valores caros à tradição, sobretudo à pátria e à religião. Muitas vezes, a cronista, inclusive, obscureceu seu passado em que militou no Partido Comunista e, depois, chegou a se candidatar deputada, no Ceará, pelo Partido Socialista, seus aliados. Essas contradições entre o que vivenciou e o que defendia, naquele momento, foram explicadas por ela mesma em entrevista:

Trata-se de uma questão de faixa etária, principalmente. Há um dito popular muito certo: “Os jovens são incendiários e os velhos são bombeiros”. A gente, quando está velha, pensa com mais serenidade e encara os salvadores do mundo com mais ceticismo. Hoje não acredito em 90% das coisas que acreditei. Há quem chame isso de acomodação. Pra mim é desilusão (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p.2).

O depoimento da cronista, que rememora suas ações passadas ligadas aos grupos de esquerda, está em comum acordo com a trajetória dela, se decompôs em múltiplas outras, durante a sua vida. De acordo com LE GOFF (1996), ao nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas

informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p.423). As lembranças são uma construção ativa, dinâmica e, portanto, nunca é uma simples repetição do passado e sim uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra. Possivelmente, Rachel de Queiroz tenha renegado algumas características dos seus tempos remotos e forjado uma identidade desiludida frente às lutas da esquerda, com o intuito de reafirmar sua postura conservadora e alinhada aos padrões da ditadura vigente no Brasil. Diante disso, pode-se utilizar os escritos de Paul Ricoeur (2012), para concluir que o que acontece é uma instrumentalização da memória, que é acionada para ser a fiadora de discursos e práticas de legitimação de uma determinada identidade, impedindo o questionamento do status quo.

A cronista de forma reacionária, portanto, inúmeras vezes usou sua escrita para difamar os movimentos de esquerda, tentando desencorajar a atuação juvenil. Em 1971, Rachel de Queiroz publicou *O Homem Morto*, em que abordou a atuação de Carlos Lamarca nas atividades de oposição ao governo brasileiro, dando ênfase a sua morte: “Meninos, quero dizer, rapazes e moças do Brasil, vocês viram, morreu afinal Lamarca, como era de se esperar que morresse de arma na mão” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). Apesar de o homem que ocupava a temática central da crônica, não estar enquadrado na faixa etária da juventude, pois faleceu com 34 anos, era admirado e servia como exemplo para novos militantes. Dessa forma, a escritora usou seu malogro para afastar possíveis novas adesões as suas ideias ativistas. O homem tratado no texto abandonou o exército brasileiro para se tornar um revolucionário e comandar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), depois migrou para duas outras siglas, como Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR8. Não era um teórico ou intelectual, defendia a construção imediata do foco guerrilheiro e emprestando seu talento de excelente atirador à revolução, que precisava de ação naquele momento, transferiu a luta armada da cidade para o campo, onde se isolou e foi executado.

No texto, a cronista relatou que junto com a notícia da morte de Carlos Lamarca⁵³, os jornais publicaram um “documento pугentíssimo”, uma carta-diário dirigida à sua companheira Iara, cujo tom principal era a solidão e o desespero do capitão, fato comprovado pela historiadora Denise Rollenberg (2007): “Lamarca foi a encarnação da solidão. A busca de um outro rosto para ocultar-se para se encontrar. A vida de aparelho em aparelho, acuado,

⁵³ Na crônica, Rachel de Queiroz enfatizou o fato de Lamarca ter morrido na ribeira do São Francisco, antes freqüentada por Lampião, local denominado por ela de “lugar onde o rei dos bandidos também encontrou a morte”. Houve, talvez, a tentativa da escritora de assemelhar os atos ilícitos promovidos pelos dois, assim como suas fugas naquela região da Bahia.

caçado pela gana dos militares” (ROLLEMBERG, 2007, p. 85). Em contrapartida, o Ministério do Exército organizou a “Operação Pajussara”, junto com um aparato montado pelos órgãos de repressão, no Vale do Ribeira, na Bahia, utilizando forças desproporcionais na caça ao guerrilheiro, que fugia do cerco da repressão, sem rumo.

A observação mais interessante escrita por Rachel de Queiroz, a respeito da carta-diário, foi uma versão veiculada pela mídia, na época, a respeito da morte da companheira de Lamarca: “[...] um detalhe de amarga ironia, se verifica que boa parte das anotações são feitas quando a destinatária já estava morta, por suicídio, com uma bala no coração” (O CRUZEIRO, 1971,p.130). Ao contrário do que foi reproduzido, com objetivo de fragilizar a militância e eximir a repressão dos militares. Gaspari (2014), em Ditadura *Escancarada*, afirmou que Iara foi encurralada pela polícia, num quarto infestado de gás lacrimogêneo, e baleada no peito, morrendo antes mesmo de chegar ao hospital. Durante mais de um mês, ainda segundo ele, o corpo dela ficou na gaveta do necrotério para atrair o capitão, caçado pela Operação Pajussara, que, ao todo, chegou a enviar vinte e três cartas para a namorada. Essa correspondência não podem apenas ser consideradas um registro de um “drama romântico”, como qualificou a escritora, e sim importantes documentos historiográficos para compreender os últimos dias do revolucionário.

Dando continuidade a crônica, a autora fez uma análise do conteúdo das cartas- diário, concluindo que era extremamente fútil, com teorias frágeis, conclusões infantis e ressaltou “[...] o vazio e a mesquinha das disputas internas dentro de tal organização revolucionária que dirige o grupo e aprisiona as rivalidades, os choques pessoais, as brigas por motivo de prestígio [...]” (O CRUZEIRO, 1970, p.130). O desabafo, possivelmente pautado também em experiências passadas da cronista com tais grupos, pode ser corroborado na prática, pelo menos no que concerne à fragmentação e ao dissenso que os envolviam. Afinal, as divergências entre os militantes geraram a formação de inúmeras outras facções, especialmente na guerrilha urbana. A esquerda brasileira converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas, que se divergiam quanto ao caráter da revolução e formas que a luta armada deveria assumir. Já a debilidade dos discursos, a julgar pela análise feita por Gaspari (2014) de um dos principais norteadores da luta de Lamarca, o *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito por Carlos Marighella, ícone revolucionário, também citado por Rachel de Queiroz, pode-se dizer que, de fato, não houve aprofundamento das considerações políticas, apenas a repetição de jargões marxistas.

O restante da crônica ganhou um aspecto instrutivo e aconselhador para os mais jovens, os desestimulando para a luta armada. De acordo com a escritora: “Muitos moços que

leram os jornais sobre Lamarca talvez enxerguem nele, através do seu halo sangrento, uma espécie de figura de herói que se dedicou a uma causa e matou e morreu por ela [...]” (O CRUZEIRO, 1970, p.130). O desestímulo veio complementado por um incentivo a uma prática da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento de ocupar o interior do país, a partir de programas educacionais criados para desarticular o discurso contestador das universidades e integrar a juventude aos projetos de modernização do Brasil. Segundo Rachel de Queiroz:

O Brasil imenso e palpitante chamado por vocês, meninos, precisando desesperadamente de médicos, de engenheiros, de professores, de técnicos, de cientistas; olhem as estradas por abrir, as barragens por levantar, as indústrias a criar, as cidades por sanear, os campos por irrigar e plantar, os desafios por aceitar (O Cruzeiro, 1970, p.130).

As crônicas de Rachel de Queiroz adquiriram um caráter nacionalista que atribuíam aos jovens um papel fundamental no processo de renovação, ocupação e modernização do Brasil. Com essa finalidade, ela fazia propaganda de projetos educacionais do governo que, instruíam em conformidade com o programa de transformação proposto pela Doutrina de Segurança Nacional, a qual, naquele momento, estava em fase de implementação do controle da sociedade civil. Em 1964, a cronista publicou *Regeneração*, em que a escritora propagou o caráter regenerador do Executivo, que, segundo ela, estava livrando o país da ação de corruptos, ao mesmo tempo em que instalava um governo “decente e austero”. Era necessário, para isso, o apoio da juventude para seguir o exemplo de honradez militar. Portanto, de acordo com ela, “ensinar a esses meninos de hoje aquilo que aparentemente todo mundo sabia nos primeiros tempos de República: que um homem, depois de ocupar altos cargos, não sai deles necessariamente rico [...]” (O CRUZEIRO, 1964, p.130). Disse a cronista, citando o exemplo moral de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, presidentes militares do início da república brasileira.

Conforme Rachel de Queiroz, na crônica, a mocidade ainda não estava corrompida, somente mal encaminhada e mal esclarecida e, assim sendo, não descobriria sozinha, os conceitos de certo e errado. Era necessário, sobretudo, de acordo com ela, instruir sobre o destino do dinheiro público, arrecadado em impostos e sistema de previdência. Em 1971, a escritora foi bem incisiva em *Hora Decisiva*, indicando um processo já institucionalizado da modernização conservadora, articulado pela Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com a cronista: “[...] atira-se o governo agora à conquista ideológica e psicológica da tropa, que é afinal quem faz a guerra – amparada pelo comando é claro, orientada por ele, exercitada por ele [...]” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). Esse exército, assim, seria formado pela juventude,

que ajudaria na política de modernização, atrairia apoio social para legitimar as ações do governo e desmobilizaria opositores.

Em comum acordo com os projetos governamentais de interiorização da modernização, integração territorial e deslocamento dos jovens para atividades que os afastassem dos conflitos com os militares, Rachel de Queiroz propagandeou os *Projetos Rondon e Mauá*, ambos atrelados a valores nacionalistas e conservadores. Para assim “abrir a essa mocidade novos horizontes, criar-lhe novo espaço vital [...] criar empregos, consumir mão de obra, dar terras e trabalho às novas gerações” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). O objetivo principal dessa Operação Rondon, na verdade, era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar, e, “assim se esperava, aprenderiam a reconhecer no Exército uma instituição dedicada aos problemas do país” (MOTTA, 2014, p. 88).

No ano anterior, a cronista já havia comemorado o resultado da onda modernizadora e patriótica pela qual o país passava, na já citada *Gosto de Brasil*. Portanto, segundo a afirmação dela, “os jovens afastados da contestação estéril”, podiam ser apresentados aos projetos da ditadura militar, os quais dependiam da sua ação. Esse enfraquecimento dos movimentos políticos, que seduziam massas juvenis, pode ser explicado pela proposição de Gaspari (2014), que afirmou que em junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que tinham mais de cem militantes nos centros urbanos, fato extremamente comemorado e divulgado pela Escola Superior de Guerra. No entanto, a escritora foi além, e afirmou que o protesto se afastou não só dos movimentos estudantis, como de outro canal de contestação bastante utilizado pela juventude: a música. Dessa forma:

Acontece é que evidentemente o público já não prestigia os shows de protesto, não vai ver, não compra entradas. Os letristas da MPB sintomaticamente deixam de falar só em irmão, em paz, em mão aberta, em guerra e fome, em sangue e demais chavões no cancioneiro contestatório (O CRUZEIRO, 1970, p.130).

Contudo, não é o que afirma Marcos Napolitano (2014). De acordo com o historiador, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um período paradoxal. De um lado, os artistas engajados sofriam com a repressão e censura, que Rachel de Queiroz afirmava categoricamente não haver. Do outro, foi beneficiado pelo crescimento dos meios de comunicação e indústria cultural, além de passar por momentos criativos e de prestígio social. Apesar de, nesse momento, os artistas, mais elogiados pela crítica e classe média intelectualizada, estarem no exílio, como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e

Geraldo Vandré, ainda havia um circuito de shows em campi universitários, levando inúmeros cantores ao encontro de jovens mais entusiasmados com a MPB. Nesse mesmo momento, surgiram comunidades contraculturais⁵⁴ protagonizando novas formas de viver a cultura.

Ainda conforme Napolitano (2014), os jovens, que viveram no país após o AI5, em meio à busca formas alternativas de oposição ao regime, procuravam também novos valores morais, por meio da mudança no comportamento sexual, fugindo dos padrões monogâmicos, e por meio da experimentação de drogas, como uma metáfora de libertação individual. Esse grupo, especialmente de classe média e beneficiado pelo milagre econômico, usufruiu de uma abertura no mercado de trabalho com novas possibilidades de consumo. Já para Rachel de Queiroz, esse momento foi de vazio político e cultural para a juventude, marcado pela ausência de projetos de intervenção e de projeção para o futuro. Segundo ela, a contestação ficou no plano moral, marcado pela revolução sexual, ou por transformações cotidianas, como o uso de roupas, cabelos e linguagens não peculiares. A escritora observou essas alterações na conduta de moças e rapazes, dedicando um mês inteiro a publicação de crônicas complementares. Assim, "tudo neles é diferente, gemem seus genitores. A linguagem, as roupas, os conceitos de bonito e feio. Ninguém entende mais esses meninos" (O CRUZEIRO, 1972, p.130).

Na primeira crônica da série, *Os Pais e os Bichos*, a cronista elencou, de acordo com sua opinião, as principais mudanças que geraram choque de gerações entre pais e filhos. De acordo com Rachel de Queiroz, os jovens se transformavam em esfinges cabeludas e enigmáticas, mal-agraçadas e pouco estudiosas, levando seus progenitores à loucura. Nesse momento, passou a ser cada vez mais frequente o termo "conflito de gerações", perceptível especialmente no espaço privado e íntimo da família. Enquanto isso, os "bichos", segundo a escritora, usavam a linguagem misteriosa e subversiva, com tanta pobreza de vocabulário, que podia ser assemelhada a uma fala intermediária entre a dos "aborígenes australianos e a de Tarzan dos macacos". O escritor Zuenir Ventura, no livro *1968, O ano que não acabou*, observou também essa desarticulação do discurso dos jovens de classe média urbana "que, do final de 68 até 75, ficaram expostos à cultura autoritária. Foi a geração da linguagem indeterminada, unidimensional do barato, curtir, transar, pintar" (VENTURA, 2008, p.52).

Considerando que os jovens eram escravos do barulho, no seu cotidiano, pois de silencioso "já basta o vácuo interior que eles cultivam", Rachel de Queiroz julgou a música

⁵⁴ De acordo com Pereira (1983), o termo contracultura foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários países, inclusive na América Latina. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é anticultura.

outro ponto de conflito entre as gerações. As canções⁵⁵ foram qualificadas como barulhentas, de arranjos banais, refrão repetitivo e temáticas “bestinhas e açucaradas”, como dor de cotovelo, meu amorzinho, saudade e luar. A escritora provavelmente fazia menção à Jovem Guarda, estilo musical que incorporou influências do rock’nroll norte-americano, com repertório caracterizado por letras ingênuas, que alternavam temas românticos, de humor ou de rebeldia de uma juventude transviada. Esse estilo musical influenciou profundamente os “padrões comportamentais de toda geração. Ou seja, mais que um fato musical em si, o movimento do iê,iê,iê configurou-se como um fato social, cultural significativo daquele tempo” (PIMENTEL, 1994, p.75).

Apesar de iniciar a crônica da semana seguinte mis uma vez ressaltando a indolência e preguiça mental dos “bichos”, nos textos posteriores a autora abandonou os aspectos conflituosos que envolviam a juventude e passou a analisar as questões estéticas, referentes aos cabelos e roupas. As longas cabeleiras masculinas foram bastante elogiadas por Rachel de Queiroz, uma vez que, de acordo com ela, era sinal de beleza e de masculinidade. Além disso, ela fez questão de ressaltar que esse estilo, que já foi usado muitas vezes ao longo da história, não podia ser simplesmente reduzido a uma forma de contestação. “Pode haver começado assim, mas, se alastrou foi por moda. E se é protesto, será social e estético e não político” (O CRUZEIRO, 1972, p.130). A moda hippie⁵⁶ de cabelos longos e despenteados, usados por homens e mulheres mostrando que a fronteira entre masculino e feminino se diluía, foi popularizada após o Festival de Woodstock, em agosto de 1969 nos Estados Unidos e difundido para o mundo todo pelos meios de comunicação da época. Aquele evento extrapolou as fronteiras da música e marcou época na história do movimento de rebelião da juventude internacional, mesmo que em padrões comportamentais.

As duas últimas crônicas da série que se propunha caracterizar os “jovens bichos” se dedicaram à análise das roupas, já afirmando desde o início: “É que sou entusiasta das roupas coloridas, das roupas rendadas, do luxo, do ornato no vestuário masculino. Os homens, tal

⁵⁵ Mesmo em meio às críticas, a autora reconheceu, mesmo sem nominar, a presença de produções de qualidade na nova geração musical, sem, no entanto, nominá-las. Nesse período, surgiram “elementos absolutamente excelentes, que independem de moda e curtição, que seriam ótimos em qualquer época e que qualquer careta e quadrado entre nós, sabe identificar como bom” (O CRUZEIRO, 1972,p.130). Estaria ela se referindo a compositores da MPB, Caetano Veloso e Chico Buarque, os quais anos depois foram elogiados por ela em entrevista?

⁵⁶ De acordo com Pereira (1983), o rock ajudava a encenar o movimento da contracultura e um grupo que tinha um papel fundamental nesse universo, eram os hippies. Com seu mundo psicodélico, seus cabelos agressivamente compridos, suas roupas coloridas e exóticas, enfim, com seu ar freak (estranho extravagante), eles começaram a encher as ruas dos Estados Unidos, ou melhor, da Califórnia, já desde os primeiros anos da década de 1960. De lá se espalharam pro mundo inteiro.

como os machos de toda espécie, deles é o predomínio na beleza física” (O CRUZEIRO, 1972, p.130). Essa tendência se alastrou no Brasil, pelos jovens que precisavam acompanhar a dinâmica das transformações no país como consumidores de uma moda que vinha do exterior, pois para se considerar modernos precisavam “aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-os adiante” (BERMAN, 2014, p.119). Na verdade, a escritora dedicou-se a análise das vestimentas masculinas, comprovado, por meio de personagens históricos, que o sexo masculino inventou o embelezamento por meio das vestes, com muitas cores e jóias. A mulher, de acordo com a autora, apenas seguiu esse modelo e chegou a ser depreciada no texto:

A mulher inventou de ser mais bonita através de um lento processo de artifício e sugestão. Na verdade, não é ela a mais bonita: O homem que tem altura, linhas puras, músculos rijos, peito liso, rosto majestosamente barbado; a mulher tem tendência a flacidez e às redondezas, cedo se deforma [...]. Aliás, deve ter sido o homem que descobriu o poder embelezador das vestes e das jóias; a mulher que não é inventiva, mas aproveitadora das invenções dos outros, logo se apropriou deles e, em algumas culturas, conseguiu convencer o inocente parceiro de que esses ornatos não são próprios do varão (O CRUZEIRO, 1972, p.130).

A escritora, de uma forma geral nos seus textos, parecia não acreditar na autonomia e poder de transformação dos jovens e se mostrou, também, bastante cética em relação às tentativas dos pais de modificá-los e integrá-los às suas expectativas, apesar de admitir que os jovens manteriam o instinto de conservação dos seus progenitores, uma vez que seriam herdeiros de um “mundo formidável e complexo” que se prenunciava. Fato comprovado na crônica *Geração*, de 1973, em que Rachel de Queiroz, de forma ressabiada, questionou se valeriam os esforços feitos pela sua geração para preparar o caminho para os seus descendentes: “Acho que nós todos, governo, Clero, milícia, particulares, somos vítimas dessa chantagem paternalísticas das futuras gerações” (O CRUZEIRO, 1973, p.1973). E mesmo demonstrando certo descontentamento diante dessas questões, ela solicitou não só garantias para seu bem estar na velhice, como a permanência de práticas paternalistas reparadoras de moças e rapazes, para que as dificuldades enfrentadas, naquele momento, fossem compensadas pelos novos cidadãos formados.

O início da década de 1980, já no jornal *O Povo*, as crônicas de Rachel de Queiroz apresentaram transformações nas temáticas, quando o assunto principal era a juventude, não a representando mais por meio dos movimentos de esquerda, nem pela contestação comportamental. Esse momento era de crise do milagre econômico brasileiro, com inflação

exorbitante e dívida externa crescente, fatores que reduziam o poder de compra da classe média e operária, além de ampliar o índice de desemprego do país. Ademais, de acordo com Napolitano (2014), mesmo com a revogação do decreto número 477⁵⁷, em 1979, que permitiu as entidades locais de estudantes na forma de diretórios centrais, os jovens universitários, em meio à disputa de várias tendências ideológicas, não conseguiram protagonizar as grandes lutas contra o regime militar, ficando a reboque dos partidos de esquerda ou dos movimentos sociais. Assim sendo, nesse momento:

Com o retorno das massas operárias à cena política, os estudantes passaram a se sentir um misto de coadjuvantes e missionários nas novas lutas sociais, mesmo que os operários não fossem muito receptivos a eles nas assembléias sindicais, por considerá-los “porras – loucas” e pequenos burgueses (NAPOLITANO, 2014, P.261).

Na verdade, a escritora concentrou suas preocupações e representações em uma faixa etária mais jovem, nominada como a “geração de pivetes”, delimitada entre 15 e 18 anos, especificada como “mulata, cafuza e crioula. Em *Favela da Maré*, 1980, Rachel de Queiroz elencou as condições de formação desses meninos, qualificados como “filhos da guerra”. Segundo ela, a “miséria no interior, o êxodo para a cidade grande, a continuação e até agravamento da miséria nas favelas urbanas, a dissolução das famílias, o abandono, a vadiagem e o crime [...]” (O POVO, 1980, p.4), os instruíram. Responsabilizando especialmente as condições de pobreza, falta de oportunidades, desestruturação dos familiares, o preconceito e indiferença da classe média⁵⁸ frente a essa situação, a cronista chegou até mesmo a questionar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), enquanto instituição capaz de solucionar problemas dos menores, reeducando-os e reintegrando-os a sociedade. De acordo com ela, nesses reformatórios, os meninos, na verdade, faziam curso de crime, violência e drogas, reincidindo na transgressão e seriam presença provável nos presídios na fase adulta. Logo, ela solicitou uma resolução para a questão: “Esses todos também estão antecipadamente perdidos? Não há como salvá-los, acudi-los, fazer deles gente, brasileiros, cidadãos? (O POVO, 1980, p.4).

⁵⁷ O decreto- lei número 477, de 1969, previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades, considerados de subversão ao regime. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição do país, por 5 anos, além disso, os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por 3 anos.

⁵⁸ De acordo com Boeira (2014), para o imaginário das classes médias e altas, a pobreza e a criminalidade estavam associadas, sendo a rua o espaço de reprodução da violência e do crime. Havia o consentimento velado ou explícito com as práticas pouco legais dos órgãos e aparelhos do Estado, em relação ao menor, para manter a ordem política e social.

A FUNABEM foi criada em 1964 com o objetivo de corrigir e prevenir as “causas do desajustamento do menor, aplicando um método terapêutico – pedagógico com a finalidade de sua reeducação e reintegração a sociedade, procurando corrigir sua conduta antissocial” (BECHER, 2011, p.8). A fundação dessa instituição foi plenamente alinhada à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, uma vez que, além de promover propaganda para o regime militar, possuía o propósito de manter o controle do poder por meio do campo psicossocial, construindo o cidadão do futuro. De acordo com Becher (2011), graças a essa instituição, o governo inscreveu jovens e crianças pobres em um modelo coercitivo – repressivo, suscitando em tratamento desumano e estigmatizante para as camadas mais pobres. O jovem infrator era considerado uma anomalia no contexto da modernização da sociedade e o principal responsável para essa situação era sua própria família, que deveria ser a promotora da moral e bons costumes.

No mesmo ano, cinco meses depois, a temática foi retomada e os jovens, entre 16 e 18 anos, envolvidos em atos criminosos, foram o centro do texto de Rachel de Queiroz. A crônica, *Eles são de menor*, mais uma vez questionou a eficácia dos reformatórios na reabilitação dos “pequenos delinquentes e abandonados”, reafirmando que eram apenas “academias do crime”, as quais apenas contribuíam para um elevado índice de reincidência de atos ilícitos. Interessante perceber que, apesar de não apontar fatores categóricos para o fracasso da FUNABEM e não a vincular ao governo, a escritora criticou, algumas vezes em um periódico de grande circulação, uma instituição criada pela ditadura militar, com incumbências contextualizadas com a Doutrina de Segurança Nacional, que era a base de todas as ações do Executivo. “Anos atrás [...] tomei contato com suas escolas de recuperação e me enchi de esperanças. Depois, [...] nunca mais andei lá e só sei dos pavorosos resultados [...] nessa praga de crimes juvenis que ataca o país” (O POVO, 1980, p.4). Na verdade, esse assunto era bem recorrente nos principais meios de comunicação da época, de acordo com Boeira (2014). A imprensa repunha continuamente a questão do menor para a consciência pública, repercutindo num amplo debate na sociedade civil, que atingiu esferas governamentais.

A crônica aprofundou mais a questão do jovem infrator, uma vez que discutiu a possibilidade de antecipação da responsabilidade criminal para os 16 anos. Sem desejar se posicionar de forma contundente acerca da polêmica, ela questionou se os jovens tinham consciência do seu comportamento e das consequências dos seus crimes. Segundo ela, de um lado estavam os inocentes “estúpida e brutalmente mortos”, vítimas de um menor assassino, frio e implacável. Do outro, ela indagava se os “menores adultos” eram, de fato, responsáveis

frente à justiça. A partir dessas considerações, Rachel de Queiroz ponderou “[...] o que especialmente repugna ao ministro, como de resto a todos nós, é a ideia de jogar esses adolescentes em presídios de adultos que compõem o nosso sistema penal” (O POVO, 1980, p. 4). Dessa forma, é perceptível certa tentativa da cronista de justificar o posicionamento do ministro que vetou a redução na maioria penal, ao mesmo tempo em que admitia a inoperância do sistema penitenciário e questionava a falta de recursos oficiais para essa causa e a existência de uma legislação obsoleta e inadequada.

Esses debates ganharam grande proporção, graças ao aumento da pobreza e da miséria, especialmente no final da década de 1970, no Brasil, fato que acabou restringindo as oportunidades dignas para milhares de crianças e adolescentes das camadas populares. Dessa forma, a redução da maioria penal foi uma proposta veiculada pelas camadas conservadoras para responder as dificuldades. No entanto, nesse mesmo período, foram estabelecidas mobilizações pela redemocratização e pela reimplantação de direitos políticos e civis por meio dos movimentos sociais e sindicais. Esses movimentos sensibilizaram setores populares e mais intelectualizados na contrariedade da idade penal, divulgando argumentos contrários à medida. Talvez para acalmar as discussões e aplacar as críticas ao autoritarismo, foi aprovada, no ano anterior, a escrita da crônica, o novo Código de Menores⁵⁹, que não atendeu aos interesses elitistas, nem o das camadas mais baixas, uma vez que maiores de 16 não seriam responsabilizados judicialmente pelos seus crimes, mas a lei também não distinguiria menor abandonado de delinquente, enquadrando de forma arbitrária os infratores e carentes.

Rachel de Queiroz também apontou, na crônica, como fatores causadores da situação de calamidade dos menores no Brasil, fatores morais, caracterizados pela degradação e permissividade que afetava tanto os meninos filhos da miséria, como os de classe média. Portanto, a pobreza não era explicação exclusiva, embora tenha sido mencionada pela escritora, pois o Brasil passava por um período de recessão, devido ao segundo choque do petróleo e ao impacto da dívida externa, fato que ampliou essa faixa entre 1980 e 1983. Nesse período, o produto interno bruto sofreu uma perda real de 7% e a inflação se manteve entre 96% e 100%. Ademais:

⁵⁹ Em 1979 foram propostos dois projetos de Lei, números 334 e 370/1979, à Câmara de Deputados, prevendo a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Entretanto, os projetos foram rejeitados e arquivados. Esse evento pode ser entendido como vitória dos movimentos sociais.

Além da perda de produção e descontrole dos preços, o povo conheceu a amarga experiência do desemprego em massa, que a geração presente de trabalhadores não conhecia (SINGER, 2014, p.211).

Essa “geração presente de trabalhadores” correspondia aos jovens que entravam no mercado de trabalho e foi a temática da crônica *Desemprego*, de 1982, que refletia a tensão social e econômica vivenciada no país, especialmente no Nordeste. Ao contrário do período do milagre econômico, em que a escritora esbanjava otimismo, o texto discorreu sobre a grande quantidade de profissionais formados pelas faculdades, apesar da precária rede de ensino médio, lembrada por ela, que tinham dificuldades de colocar em prática seus conhecimentos em um bom emprego, devido à estagnação da economia. Sem conectar essa limitação de oportunidades à falência das políticas governamentais, a cronista falou que a maior aspiração jovem era ao emprego público, que, de acordo com ela, era a “fonte de todo socorro”, especialmente para os donos de diplomas universitários que não se arriscavam na iniciativa particular ou autônoma. Na verdade, Rachel de Queiroz chamava atenção não só para o índice de desemprego do país, mas para a transformação na mentalidade juvenil devida ao acesso ao ensino e a outros programas governamentais que beneficiavam o homem do campo e que faziam com que moças e rapazes não tivessem mais interesse em atividades rurais e procurassem melhores ensejos nos centros urbanos. Então, de forma preconceituosa quanto aos seus destinos, ela determinava:

Vez por outra um consegue juntar a passagem de ônibus e, se rapaz, vai tentar ser porteiro de prédio no Rio ou São Paulo, se moça, empregada doméstica. Falhando isso, viram marginais como os favelados de nascença (O POVO, 1982, p.4).

Desta forma, ao longo do texto, pudemos observar uma escritora que dividida entre a tradição e o progresso, muitas vezes observou as transformações que permeavam a juventude, entre os anos de 1964 e 1984, de forma conservadora e ressabiada. Atenta às necessidades do período ditatorial vivenciado no Brasil, de manutenção da ordem e coesão nacional para o desenvolvimento econômico, Rachel de Queiroz caracterizou os jovens, em seu texto, ao mesmo tempo em que o transformava em panfleto em busca de adesão ao projeto nacionalista e dissidente de qualquer forma contestatória, fosse ela política ou comportamental. Mesmo na década de 1980, quando o governo militar mostrava sinais de debilidade e o país passava por inúmeros problemas sociais e econômicos, a escritora colocou em debate as necessidades dos “menores”, vítimas de exclusão e do preconceito social. Portanto, mesmo diante da análise muitas vezes estereotipada da cronista, foi possível perceber uma senhora, que envelhecia,

diante de transfigurações impostas pela modernização, sempre preocupada com as ações das futuras gerações. O último tópico a irá discorrer sobre temáticas bastante recorrentes nas publicações da autora, como a velhice, sua relação com o tempo e a criação de uma memória de si que se perpetuasse na eternidade junto com sua obra e será ponderado o quanto essas concepções da escritora estiveram relacionadas às representações dos jovens e mulheres no período estudado.

4.3 “A INTRUSA DE AGORA RENEGA TUDO - DE DANTES - SEJA CORPO, ALMA OU CENÁRIO”: RACHEL DE QUEIROZ, TEMPO E MEMÓRIA

Durante 77 anos publicando crônicas nos periódicos, Rachel de Queiroz abordou diversas temáticas, além das que foram elencadas e historicizadas nesta dissertação. Nos textos escolhidos, foram perceptíveis a opinião, os interesses e as memórias da autora sempre permeados pela eterna transição entre o sertão e a cidade, mesmo quando essa presença era apenas subjetiva. Dentro do recorte temporal dessa pesquisa, foram analisadas as representações da escritora, entre seus 54 e 74 anos, período em que ela envelhecia, em meio ao exílio profissional no Sudeste e a inúmeras metamorfoses vivenciadas no Brasil. Nesse período, foram também comuns publicações que meditavam a respeito da ação dos anos na sua vida, o seu envelhecimento e morte. Portanto, igualmente é pertinente analisar as considerações da cronista acerca dessas temáticas, uma vez que o tempo só aparentemente parece abstrato, quando, na verdade, ele é uma vivência concreta, marcado pela historicidade, pois os homens e as mulheres constroem suas temporalidades e acontecimentos que merecem ênfase na sua própria história.

Para esta análise, será necessário adentrar no campo da História das Sensibilidades, uma vez que ele nos permite compreender uma experiência histórica pessoal, resgatando sentimentos, emoções e valores em meio às representações humanas, neste caso, da escritora da Rachel de Queiroz. Tentar compreender as concepções sensíveis desta mulher, acerca do tempo, da morte e da memória é uma ação que escapa um pouco ao universo científico mais elaborado, ao mesmo tempo em que passa pelo pensamento, que as organizou, interpretou e representou de alguma forma. Afinal, “a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos uma vez em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2007, p.10).

Em seus textos, Rachel de Queiroz tratava o tempo sempre em sua ação implacável e indômita na vida dos homens, tornando estes submissos ao tempo. Dessa forma, ela

condenava “essa mania de pesar, escolher, dividir o tempo. O tempo é que manda na gente, não somos nós que mandamos nele” (O CRUZEIRO, 1966, p.130). Seguindo essa lógica, em *Medida do Tempo*, 1966, a cronista refletiu sobre as convenções racionais criadas para medir e dividir os anos, uma vez que eram pautados em fenômenos da natureza que, não se submetiam aos padrões matemáticos, ao contrário, eram arbitrários, impetuosos e individualistas, obedecendo sempre à lei do “mais ou menos”. Então, o homem, na ilusão de estabelecer gerência em algo abstrato, criou datas comemorativas para, assim, estabelecer marcos fixos e refrear também seus sentimentos. Destarte, de acordo com ela, “dentro desse tolo esquema a gente tem que se entusiasmar sorrir e sofrer a prazo fixo”.

Da mesma forma que Rachel de Queiroz, Elias (1998) afirmava que os físicos tentavam em vão medir o tempo, por meio de fórmulas matemáticas, mas ele não se deixava ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor. Por conseguinte, para conseguir mensurá-lo e controlá-lo, de alguma forma, criaram relógios, que “são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências – modelo de recorrência regular, como horas ou os minutos” (Elias, 1998, p.7), servindo de orientação para pessoas inseridas numa sucessão de processos sociais e físicos. Então, procurando escrever os eventos em uma ordem, os homens utilizavam um processo socialmente padronizado para comparar, indiretamente, transcurso que não poderiam ser diretamente equiparados. De acordo com o sociólogo:

A expressão “tempo” remete a esse relacionamento de posições ou seguimentos pertencentes a dias ou mais seqüências de acontecimentos em evolução contínua. Se as seqüências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano. Isso encontra a expressão num símbolo social comunicável – a idéia de “tempo”, a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outros, imagens miméticas que dão lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos (ELIAS, 1998, p.13).

Contra a simples padronização social do tempo, a escritora sugeriu uma divisão subjetiva dos dias, em que as pessoas tivessem autonomia para estabelecer critérios de acordo com momentos mais significativos nas suas vidas e amenizar sua ação inexorável. “O tempo, em lugar de um assunto público e oficial, passará a ser considerado de foro íntimo. [...] E a eternidade deixará de ser uma coisa terrível e fora da nossa órbita, ficará relativa [...]” (O CRUZEIRO, 1966, p.130). A cronista, que perdeu a única filha aos 18 meses de vida, envelhecia, perdia familiares e amigos queridos. Com o decorrer dos anos, buscava uma forma de suavizar a saudade, idealizando formas de subjugar, ao seu modo, a perpetuidade dos seus, por meio de lembranças materiais, abstratas e sensoriais deixadas por eles.

Seguindo essa mesma temática, a escritora publicou *Eternidade*, em que refletiu sobre o apego do homem ao transitório, como forma de negar a morte e valorizar o momento presente. “Apega-se no efêmero e lhe empresta a eternidade. Organiza-se em sociedade para garantir não apenas o seu viver, para garantir o futuro, que é sua forma de imortalidade” (O Cruzeiro, 1966, p.114). Assim sendo, percebe-se que Rachel de Queiroz vivia um momento que oscilava entre receio e aceitação do destino comum a todos os homens, envelhecimento e morte, levando-a a ponderar o que deixaria de herança para os netos, que eram, na verdade, filhos de sua irmã mais nova. Tomando por base o livro de Elias (2001), *A Solidão dos Moribundos*, pode-se compreender essa perspectiva da cronista de manutenção da eternidade por meio da sua produção ainda em vida. Segundo o sociólogo, os viventes, querendo deixar rastros de sua existência para serem lembrados pelas gerações futuras, se dedicavam em criar e realizar obras duradouras, fato que, no entanto, nem sempre era consciente, mesmo que expusesse o medo da finidade e esquecimento. Afinal, esse desejo de se perpetuar de alguma forma até mesmo nas lembranças, de acordo com Elias, estava no fato de que “os mortos, porém, não existem. Ou só existem na memória dos vivos, presentes e futuros” (ELIAS, 2001, p.40-41).

Esse tempo subjetivo, qualificado como inexorável, impetuoso, que cobrava marcas na eternidade, apesar de não poder ser quantificado, fazia parte de um universo sensível da escritora que envelhecia. Estas considerações sobre o tempo, definidas pela escritora, estavam relacionadas a formas de classificar o mundo e reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Por conseguinte, “pensar nas sensibilidades é voltar-se para estudo do indivíduo e da subjetividade, para o estudo da trajetória de vida, é lidar com a vida privada e com todas características e formas de exteriorizar ou esconder sentimentos” (PESAVENTO, 2007, p.20). O tempo, subjetivamente falando, se apresentava nas suas crônicas também na perspectiva de profundas transformações que indicava sinais da modernização que transformava o Brasil naqueles vinte anos.

Esse tempo subjetivo moderno apareceu em *Declarações para 1972*, na qual a cronista ponderou sobre sua suposta chegada ao ano 2000, quando já estivesse com quase noventa anos. Rachel de Queiroz confessou tédio ao entrar em contato com as novidades do momento e com os delírios da virada do século, além de enjoo diante dos prodígios mecânicos produzidos pelo homem, além de “[...] torres de centenas de andares, das loucuras astronáuticas, dos carros terrestres ou voadores [...], dos transplantes de órgãos, da mocidade permanente conseguida a poder de bisturi e drogas” (O CRUZEIRO, 1972, p.130). Então, para enfrentar a nova era, ela se negava a passar por qualquer renovação física e espiritual,

posto que acreditava não adiantar um invólucro novo se sua alma estava desgastada pela sua experiência. Nesse texto, a autora parecia se orgulhar do seu conhecimento adquirido, ao longo da vida, uma vez que era responsável pela constituição da sua identidade e consciência. Esses dois elementos eram mais significativos, segundo ela, do que qualquer construção material, visto que somente as palavras e os pensamentos possuíam valor inalterável. Desse modo, é perceptível que, em meio à aversão a aceleração do processo de modernização, subsistia o desejo de se perpetuar por meio de seus escritos, já que esses não se perderiam com o passar dos anos.

Assim como na crônica anterior, em *O Homem e o Tempo*, 1967, e em muitas outras crônicas, a escritora discorreu sobre a aceleração dos dias, como resultado direto da modernização, que inseriu as pessoas em uma dinâmica à qual elas não conseguiam se adaptar. “O que aconteceu com o homem atual, vítima permanente impressão de que o seu tempo encolheu?”. Se for tomada por base a apresentação de Baudelaire por Berman (2014), pode-se compreender que o que ocorria com Rachel de Queiroz era semelhante ao sentimento do poeta francês em meio à epopéia do desenvolvimento: havia uma inadequação entre o progresso material e o espiritual e, portanto, uma dificuldade de adaptação. Essa discrepância, especialmente, quanto à noção de tempo contribuía para sua percepção de que o progresso evoluía continuamente e promovia uma aceleração do cotidiano e o homem, responsável por tudo, não conseguia se modificar para se adequar a tais transformações e ao ritmo da vida moderna. De acordo com Koselleck, 2006, era comum essa percepção de que nunca o futuro chegou tão rápido, então:

No âmbito dessa experiência de surpresa permanente, que começava então a impor-se, o tempo foi modificando em etapas o sentido cotidiano do seu fluxo, ou do ciclo natural dentro do qual as histórias acontecem. Agora, mesmo o próprio tempo podia ser interpretado como novo, pois o futuro, e isto mais depressa do que parecia possível. Por isso, Friedrich Schlegel pôde dizer em 1829: “Jamais um tempo dependeu de maneira tão intensa e tão próxima do futuro, de modo tão exclusivo universal, como este nosso tempo”. (KOSELLECK, 2006, p. 289-290).

Essa concepção acelerada das transformações, a inadequação a elas, aliadas ao envelhecimento da própria escritora, também foram constantes em crônicas de Rachel de Queiroz. Nesses textos, a escritora refletiu sobre alterações na sua própria trajetória e sobre a morte, consequências da ação do tempo subjetivo que, do mesmo modo, deixava marcas profundas na sua alma e no seu corpo. E as mudanças, que muitas vezes assustaram, em

outras, foram incorporadas ao seu cotidiano e se acomodaram⁶⁰. “Novidades só prestam depois de digeridas, justamente porque deixam de o ser e viram costume. E o costume, conforme sabeis todos é a felicidade dos velhos” (O CRUZEIRO, 1970, p.138). Fato explicado por Oliveira (2010), que afirmou que no transcorrer irreversível do tempo, a ruptura e a novidade vão perdendo o caráter conformador que as caracterizam como ruptura e novidade, pois nada pode ser novo em todos os momentos, ainda mais em um mundo acelerado e abarcado pela modernidade.

As marcas físicas do tempo na sua vida, juntamente com sua ação implacável e indômita, que levava os seus, com o decorrer dos anos, foram abordadas em algumas de suas publicações. Em *Mortos*, 1966, ponderou que concomitantemente ao seu envelhecimento, o número de finados, no seu círculo social, era superior ao de viventes. “A velhice é, afinal, uma morte a prestações, embora disfarçada, e quanto mais envelhecemos, mais temos morrido” (O CRUZEIRO, 1966, p.144). Em um tom de desencanto e resignada com o destino natural a todos, refletiu que o grande milagre da velhice é exatamente assimilar a morte e incorporá-la ao seu cotidiano. E essa verdade deveria ser incorporada à carne e ao espírito das pessoas. Mais tarde, quando publicou *Velho e Velhice*, 1974, considerou que envelhecer não era tão problemático. No entanto, a sociedade rejeitava os velhos, tratando-os como uma doença feia, ou com uma conotação desagradável. De acordo com ela, enquanto crescia o número de idosos no país que tanto os desprezava, “se estreita a área reservada aos velhos; e como, paradoxalmente a gerontologia, ou ciência do tratamento da velhice, cada vez mais se desenvolve [...]” (O CRUZEIRO, 1974, P.114).

Entretanto, as marcas do tempo, mais comentadas e justificadas, nos textos rachelianos, eram as interiores, capazes de reinventá-la com o decorrer dos anos. Essa temática tão recorrente, naquele momento da Ditadura Militar, talvez fosse uma justificativa para as transformações ideológicas políticas, na sua trajetória de até então. Como explicar que a moça, que esteve ligada a grupos de esquerda, ajudando a formar o núcleo do Partido Comunista do Brasil em Fortaleza e frequentando rodas trotskistas, se converteu em uma senhora apoiadora do governo formado por generais no Brasil, naquele período? Segundo ela: “O que me fez mudar, realmente, foi uma profunda decepção, com os métodos, a filosofia, a prática daquela gente com quem eu tinha me aliado na contestação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p. 2). Esse depoimento foi dado em um momento em que se tornou visível a

⁶⁰ No capítulo 2 dessa dissertação, é possível encontrar alguns trechos de crônicas nos quais a escritora Rachel de Queiroz, não só se mostrou adaptada às transformações promovidas pela modernização conservadora, no campo e na cidade, como também celebrou sua efetivação em seu cotidiano, naquele momento.

resistência crítica em relação aos seus escritos, pelos opositores do regime militar, e em que a escritora pleiteava sua entrada na ABL, instituição considerada pelos jovens, daquele momento, de estrutura arcaica, as mesmas que ela supostamente contestou um dia. Além disso, ela acabou contradizendo o que afirmou em *Declarações para 1972*, afinal, visivelmente transformou sua identidade e consciência, pelo menos se tratando de sua visão política.

A partir das leituras da escrita de si, pode-se tentar compreender a escritora como “um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico” (GOMES, 2004, p.13). Assim sendo, Rachel de Queiroz se esforçou, utilizando os seus textos, à medida que envelhecia, para evidenciar suas transfigurações e comprovar que não havia como se exigir uma linearidade de suas ações e pensamentos, durante toda a sua vida. Essa justificativa para suas transformações foi a tônica de *Neves de Antanho*, 1966, crônica que discorre sobre o passado por meio de fotos, ressaltando que ele era uma substância solúvel, capaz de se diluir na vida e se apagar no decorrer dos anos. O tempo, em sua forma inexorável, é capaz de gastar as pessoas como lixas, pois mudava o corpo, alterava os quereres, preferências e entusiasmo. Com todas essas colocações, pode se interpretar que a jovem revolucionária foi substituída pela senhora reacionária? A cronista respondeu a esse questionamento no último parágrafo:

E a alma? Boa ou ruim, onde está a alma de outrora? A paixão, a violência, a esperança, o desafio. A inocente arrogância. Os amores, desamores, mudou tudo. Nem a paisagem, ficou para servir de referência. A intrusa de agora renega tudo – de dantes- seja corpo, alma ou cenário (O CRUZEIRO, 1966, P.122).

A mesma temática foi apresentada em *Águas Passadas*, 1972, em que ela comparou o ciclo de vida de uma pessoa às bonecas russas, caracterizadas por reunir uma série de bonecas de tamanhos variados que são colocadas umas dentro das outras. Assim também, de acordo com a escritora, são as pessoas, que guardavam dentro de si todas as etapas de sua vida. Os indivíduos passados não desapareciam, o que havia eram perfis superpostos, sem se misturarem. Apesar de irem incorporando outros perfis, ao longo dos anos, não guardavam características passadas, ao contrário, eram antípodas e adversárias do que foram. “E quase não acredita ter sido você também aquele rapaz desvairado, ou sonso, ou bobo e terrivelmente inexperiente que de súbito emergiu dentro de você [...] das suas velhas lembranças” (O CRUZEIRO, 1972, p.130).

Rachel de Queiroz foi ainda mais incisiva nas suas justificativas de transformações de suas convicções em *Carta aos Alunos e Mestres da Faculdade de Letras de Friburgo*, 1974. No texto, a escritora agradece o convite de comemoração de 40 anos da publicação de *O Quinze*, no entanto, justifica sua ausência no evento pelo fato de não ser mais a jovem responsável pelos escritos passados. Naquela década de 1930, um tempo de promessas segundo ela, a moça carregava convicções e seguranças, acreditava no imperativo do progresso, no infalível aperfeiçoamento das instituições humanas e na vitória do bem contra o mal. Quando escreveu a famosa obra, ainda de acordo com a cronista, a jovem começou a lidar em jornais e era bastante a frente de sua época na cidade provinciana em que vivia, era idealista, possuía inúmeras ilusões generosas e ingênuos desabafos, que eram suas marcas de principiante na vida e no ofício. No entanto, o tempo passou e Rachel de Queiroz acreditava que “a velha devorou a moça! A velha, se presente em Nova Friburgo, não saberia prestar contas da moça que vocês convocam” (O CRUZEIRO, 1970, p.150).

Essa postura desencantada com o passado de militância com os jovens de esquerda foi corroborada no seu livro de memórias, *Tantos Anos*, em que a cronista afirmou que “talvez por isso mesmo nós víssemos na revolução certo colorido romântico, o apelo, a fascinação do proibido. Na verdade, éramos os revolucionários mais ingênuos do mundo” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, P.74). Portanto, ela preferiu criar uma visão infantil e idílica dos antigos posicionamentos para se esquivar do compromisso com as esquerdas no passado. A escritora afirmou ainda, que havia na mocidade mais intelectualizada uma necessidade de pertencer a algum movimento político e ser engajado em uma ideologia. Quando Rachel de Queiroz teve uma passagem rápida pelo Partido Comunista, tinha começado a trabalhar e a escrever para o periódico *O Ceará*, em que teve contato com uma roda de amigos que eram ideólogos comunistas e “marxizados”. Já engajada politicamente, em 1931, participou da fundação do núcleo do PCB em Fortaleza e foi nomeada secretária da agremiação, ficando com a atribuição de correspondências e distribuição de material propagandístico no Ceará. No entanto, sua filiação foi efêmera e acabou quando os líderes do PCB exigiram alterações no seu romance *João Miguel*, que, segundo eles, não favoreciam a imagem da classe operária. Negando as modificações, a autora foi expulsa.

Mais tarde, passou a integrar rodas trotskistas, frequentou reuniões clandestinas, traduziu obras de Leon Trotsky e ajudou a difundir o marxismo no Brasil. Voltou ao Ceará, onde se candidatou à deputada pelo Partido Socialista, por orientação dos seus companheiros. A cronista, apesar de receber uma boa quantidade de votos, acabou sendo derrotada, pois a apuração de votos era feita pelos órgãos do Legislativo, apoiadores de Getúlio Vargas. Após

essa experiência, Rachel de Queiroz passou por uma fase turbulenta na vida, em que perdeu a única filha, se separou de Zé Auto, seu primeiro marido, se mudou de forma definitiva para o Rio de Janeiro, conheceu seu segundo marido, Oyama de Macedo, e começou a escrever de forma exclusiva para a revista *O Cruzeiro*, durante 30 anos.

Nesse período em que ela envelheceu, ampliou sua rede de contatos sociais, no seu ambiente de trabalho e nas rodas de intelectuais que frequentava, fato que contribuiu para a transformação de suas convicções, tornando-as mais conservadoras. Isso é presumível se for levado em consideração as próprias palavras de Rachel de Queiroz, ao confessar, em seu livro de memórias, que seus amigos mais próximos⁶¹ já faziam parte da ABL, quando ela entrou. O historiador Diogo Cunha (2014) forneceu pistas para compreender o perfil desses imortais, que como representantes da cultura oficial, atuaram difundindo um discurso conservador de aceitação da ordem estabelecida e integração social da nação. Então, de acordo com ele, eles possuíam idade madura, estreitaram laços de amizade integrando algumas associações, academias e institutos. Além disso, ocupavam os cargos de escritor, jornalista e político, assumindo cargos de confiança no governo e até ministérios. Sendo assim, pode-se conjecturar que a cronista tornou-se mais reacionária graças à convivência com determinados grupos de intelectuais, afinal, de acordo com Elias (1994), os indivíduos são produtos específicos de suas historicidades e de suas trajetórias espaciais; fluxos modelados, percorridos e/ou circunscritos temporal e espacialmente através das redes sociais de amizade, de parentes, de funções, dentre outros.

O historiador Silva (2013), utilizando as considerações do sociólogo Florestan Fernandes, possibilitou a compreensão da relação entre o regime autoritário, decretado com o golpe civil-militar, e os intelectuais, que eram representantes das classes altas e médias. De acordo com ele, essa classe erudita manifestava sempre as ideologias e valores da sua própria natureza que era conservadora. Dessa forma, suas ideias e seu respaldo poderiam ser aproveitados para o controle político do processo de modernização ou manutenção do *status quo*. Essa intelectualidade também era formada por militares, vinculados à ESG, e compartilhava uma cultura política na qual haveria uma “elite” civil e militar que comandaria os rumos da nação e que de forma acertada iria excluir as decisões das massas, afinal, elas eram incapazes de atuar politicamente de forma coerente. Segundo Marcos Napolitano

⁶¹ A escritora Rachel de Queiroz citou no seu livro de memórias (1998), alguns nomes desses intelectuais mais próximos a ela, que já faziam parte da ABL e que inclusive se engajaram no processo de sua entrada na instituição. Adonias Filho, Afonso Arinos, Aurélio Buarque e Otávio de Farias. Esses amigos seguiam perfeitamente a identificação feita por Diogo Cunha (2014) dos imortais, sendo eles integrantes do CFC e muitos se dividiam entre o jornalismo e o ofício de escritora.

(2015), os militares de 1964 possuíam uma leitura própria do que deveriam ser as reformas modernizantes da sociedade brasileira um capitalismo industrial desenvolvido e uma democracia institucionalizada e sem conflitos, com as classes populares sob tutela. Essas peculiaridades compatibilizavam com os interesses dos letrados anticomunistas e contra o reformismo da esquerda trabalhista.

É bastante fácil encontrar muitas dessas características desenvolvidas nas crônicas de Rachel de Queiroz, especialmente as que se referem aos sertanejos e as que faziam menção às ações paternalistas, por julgá-los desinteressados com a política nacional e possuidores de uma perspectiva deturpada acerca da local. Na já citada *Reportagem Política*, por exemplo, ela declarou que as eleições que, de fato, interessavam ao povo do campo eram as que nomeavam prefeitos e componentes do Legislativo, pois resultariam em vantagens clientelistas. No mais, “as majoritárias, Governador e Senador, passam mais pelo alto. Eles aceitam, o governador que vier, como aceitam as estações do ano, melhores ou piores” (O POVO, 1982, p.4). Além disso, foi visto no capítulo 1, a defesa da cronista das eleições indiretas para o Executivo federal. O eleitor comum escolheria delegados estaduais, mais próximos a eles, por meio do voto direto, e incumbiria pessoas “melhores preparadas”, presentes no colégio eleitoral, para tomar decisões mais conciliáveis com os interesses da nação. Consequentemente, essa opinião conotava um ponto de vista elitista da democracia, em que há um papel de intérprete dos interesses e aspirações nacionais dado a um pequeno número de políticos que eram capazes de definir quem seria o representante mais adequado para o Brasil. Por isso, para a autora os militares golpistas eram perfeitamente caracterizados como revolucionários, afinal, defendiam a manutenção da ordem ao mesmo tempo em que pretendiam modernizar o país sem alterar a estrutura social.

Todavia, em meio a tantas lembranças sobre o passado da autora e questionamentos ligados à sua participação na ditadura civil- militar, surge uma indagação: quando exatamente a escritora passou a demonstrar nacionalmente o alinhamento aos grupos mais conservadores, a ponto de apoiar a tomada de poder pelos militares, fato que gerou inúmeras cobranças acerca de seu passado de militância? A historiadora Natália Guerellus (2015), em sua tese concluiu que foi a partir de 1962, quando João Goulart convocou um plebiscito para se estabelecer na presidência do país. A escritora e seu marido começaram a se reunir com amigos próximos para discutir a situação do Brasil. Nesse círculo estavam intelectuais, alguns de passado integralista e fascista, e membros da direita militar. Ao entrar em contato com esse generalato, Rachel de Queiroz passou a dialogar com concepções ideológicas marcadas por um anticomunismo quase que obsessivo. Além disso, a autora se aproximou também do IPES,

que reunia empresários liberais de visão conservadora acerca da democracia e em defesa do liberalismo. Relacionou-se também com IBAD, vertente suprapartidária de tendência conservadora, saudada pela autora publicamente.

Examinando todas as configurações sociais, das quais ela participou, e suas publicações semanais, distribuídas por todo Brasil, carregadas de sua opinião conservadora e, muitas vezes, polêmica, compreende-se a formação da imagem pública de Rachel de Queiroz, apresentada por Hollanda (1997), como uma escritora com a produção que sofreu omissão ou rejeição da crítica, a partir da década de 1960. Durante os 21 anos, nos quais os militares estiveram no poder, a cronista só assumiu proximidade com o general Castelo Branco. No entanto, a análise dos seus textos, ao longo dessa dissertação, permitiu perceber um alinhamento entre suas ideias e as ações dos ditadores. Em todo esse período, o golpe de 1964 nunca foi qualificado como tal por ela, sempre foi mencionado como “revolução” e os “bons tempos”, ademais, foram numerosas as publicações que desqualificavam os políticos ligados ao passado varguista e aos movimentos feitos pela oposição. Assim sendo, todos esses fatos geraram inúmeros questionamentos em torno da trajetória da autora e das transformações em suas convicções. A sua participação, em 1991, no programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura, gerou uma discussão acalorada entre ela e o arguidor, Caio Fernando Abreu⁶², pois ele insistiu na gênese dessas mudanças e na real atuação dela na ditadura civil-militar. O escritor, então, ponderou:

Rachel, não a conhecia pessoalmente e tenho duas imagens suas tão contraditórias. Quando eu era criança, o meu pai comprava sempre *O Cruzeiro* e eu lia aquela última página que você escrevia. E me lembro até hoje de uma crônica que, na verdade, era um conto, chamada “Miss”. E o meu pai dizia assim: “Não leia essa mulher, ela é comunista”. E depois, anos mais tarde, na faculdade, já em 67, 68, eu andava com um livro seu embaixo do braço, acho que era *O quinze*. E um colega meu disse assim: “Não leia essa mulher, ela é uma reacionária”. (RODA VIVA IN: São Paulo. TV Cultura. 01/07/1991).

A partir dessas colocações, o escritor pediu que Rachel de Queiroz juntasse as duas imagens, gerando um nexos na sua trajetória. No entanto, a escritora se limitou a dizer que não podia ser taxada nem como comunista, nem como reacionária, se classificando, portanto, como uma “doce anarquista”. Mesmo assim, ela confessou participação na “revolução de 1964”, justificando o fato com o seu “antijanguismo” e enfatizou que seu apoio durou

⁶² Caio Fernando Abreu foi um escritor, dramaturgo e jornalista gaúcho, que trabalhou em várias revistas de entretenimento e colaborou com inúmeros jornais de grande circulação. No começo dos anos 1970, foi perseguido pelo Departamento de Ordem Política e Social e em 1973 se exilou na Europa, percorrendo vários países. A repressão sofrida nos anos de chumbo da ditadura, que o levou a ser preso, gerou essa indignação, refletida nas perguntas feitas a escritora Rachel de Queiroz.

somente até a ascensão de Costa e Silva, quando se esvaiu a possibilidade de eleição de um governo civil. A cronista, também, negou veementemente a noção de qualquer repressão ou tortura promovida pelo governo durante todos esses anos. Apesar das perguntas e insinuações insistentes de Caio Fernando Abreu, acerca da sua ligação com os militares, ela se limitou a se esquivar de qualquer participação mais efetiva durante o período ditatorial.

Em 1998, por ocasião do lançamento do seu livro de memórias, *Tantos Anos*, a escritora concedeu uma entrevista à *Folha de São Paulo* e novamente foi questionada sobre a sua participação na ditadura civil-militar no Brasil. Sua resposta, apesar de repetir quase na íntegra as suas representações acerca do período, já não qualificava mais o levante como movimento revolucionário. Portanto, ela confessou: “Aceitamos o golpe militar para derrubar Jango. Quando degenerou em ditadura, nos afastamos. Não tivemos cargos. Conhecia eles todos por chamar de você, mas nunca me aproveitei” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998, p.). Apesar de já considerar a existência de um golpe, Rachel de Queiroz continuou limitando a sua atuação na administração dos generais, desconsiderando sua participação em um órgão do Executivo, o CFC, e nos seus textos que legitimavam a ordem e algumas vezes solicitavam “favores” pessoais aos presidentes. Além disso, voltou a fundamentar o governo, que ela designou de “governo de ocasião”, a procurar, de acordo com ela, a conciliação e, assim que possível, entregar o poder aos civis.

No próprio livro de memórias, a escritora sustentou o termo “Revolução de 1964”, para qualificar o levante militar que tomou o poder político do Brasil naquele ano. Dessa forma, Rachel de Queiroz, apesar de se esforçar para criar uma memória que suavizava sua participação no governo militar, manteve de certa forma uma defesa ao regime ditatorial, que sufocava seu passado ligado aos grupos de esquerda no Brasil, anteriormente apoiados por ela. Para julgar essas declarações públicas de Rachel de Queiroz, pode-se fazer uso do texto *A Ilusão Biográfica* de Bourdieu (2012), no qual o autor afirma que os relatos de vida, na sua forma e conteúdo, é a oficialização privada de sua vida, pública ou privada, implicando coações e censuras específicas. Ou seja, os relatos de vida tendem a se aproximar do modelo oficial de apresentação oficial de si, bem como da filosofia e da identidade sustentam o ser humano. Naquele momento, a imagem oficial da escritora era de membro de um órgão oficial do Executivo, formado por generais, e por alguém que, muitas vezes, legitimou suas ações.

Mesmo com a vigência da censura e da repressão, especialmente em relação aos meios de comunicação, é improvável que Rachel de Queiroz não tenha tido consciência dos atos de coibição e tortura promovidos pela ditadura civil-militar. Então, porque a escritora silenciou ou ignorou tantos desses acontecimentos, mesmo com a saída dos militares do poder? Pode-se

encontrar um fundamento para esse comportamento por meio das considerações de Rousso (2012), que afirmou que a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que motiva uma representação seletiva do passado. É um processo complexo que articula lembranças e esquecimentos, conscientes e inconscientes, uma parcela aceita e assumida do passado, outra negada ou omitida. O decorrido nunca é particular de um indivíduo, mas dele inserido em um contexto familiar, social e nacional, especialmente relacionado à sua rede de sociabilidade. Essa memorização garante a continuidade do tempo e assegura a resistência à alteridade, constituindo um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Cordeiro (2009) afirmou a partir dos anos de 1980, que, no processo de abertura política do Brasil, surgiram múltiplas memórias, no afã de construir um consenso em torno da democracia que se queria erigir naquele momento. Então, os opositores do regime se tornaram vítimas, por outro lado, os militares ou o Estado militarizado foram destinados ao silêncio, esquecimento e banimento do espaço público. Portanto, é necessário compreender os motivos pelos quais os civis, especialmente os intelectuais, se esquivaram da sua parcela de apoio na construção do regime, tentando abafar relações complexas entre o poder ditatorial e a sociedade. Para isso, a historiadora Janaína Martins Cordeiro indicou a análise dos silêncios que permearam a memória dos grupos que apoiaram, colaboraram, simpatizaram ou foram indiferentes ao regime. Para compreender o silêncio de parte da sociedade brasileira, de acordo com ela, há de se levar em consideração a sua adesão e consentimento às políticas e valores propostos pela ditadura, como uma forma de lembrar, que define a construção de outra memória.

Utilizando as análises de Laborie (2003), sobre os silêncios dos franceses a respeito do Vichy, recorrendo as formas de apropriação do passado pelo presente, Cordeiro (2009) apresenta duas formas de representação do silêncio. A primeira, “silêncio da memória”, se define por consciência turva, gerada pela incapacidade ou vergonha de assumir ações passadas, tendendo silenciar alguns eventos e se apropriar de outros. A segunda, “memória do silêncio” se refere ao uso que o presente faz da memória, em que o dizer nada também seria um meio de demonstrar algo. Amparada por esses dois modelos, podem perceber os dois parâmetros de construção de silêncios da escritora Rachel de Queiroz. Afinal, houve um constrangimento da cronista em reconhecer que, por meio dos seus textos e da sua atuação no CFC, compactuou com ações e transformações promovidas pelo Executivo federal, limitando-se a arcar somente com as confabulações que deram origem ao “movimento de 1964”. Do outro lado, ela emudeceu as atrocidades cometidas pela ditadura civil-militar as quais

envolviam a censura, repressão e tortura, mesmo sendo a autora defensora ferrenha da liberdade de expressão durante o Estado Novo.

Tentando encobrir a proficuidade de suas crônicas, durante os 21 anos da ditadura civil-militar, Rachel de Queiroz afirmou no programa Roda Viva e em outras oportunidades, que não era uma escritora engajada, portanto, não havia objetivos panfletários na sua escrita. “Acho que a gente tem que dar o testemunho fiel do seu tempo e da sua gente e as conclusões que sejam tiradas” (RODA VIVA, IN: São Paulo. Tv Cultura. 01/07/1991). Ademais, dando continuidade aos silenciamentos construídos em torno do governo golpista, a cronista, em seu livro de memórias, sumarizou sua relação com os presidentes do período. Castelo Branco, como já foi dito, foi o mais próximo com quem construiu uma sólida amizade. A autora negou veementemente qualquer proximidade com o seu sucessor, Costa e Silva, afirmando completo desligamento com o movimento e a atitude prudente de jamais se aproximar do endurecimento da “revolução”, segundo ela, do ponto de vista ideológico. Dando continuidade, a ligação admitida com o general Médici girou em torno da produção da, tão cobrada por ela, previdência rural. Mesmo assim, o salvaguardou:

Depois veio a repressão contra a guerrilha urbana, mas aqui fora, a gente não sabia de nada. E creio que o próprio presidente Médici ignorava os detalhes mais sórdidos [...] Sei que ele não dava impressão de um homem feroz e repressor (QUEIROZ; QUEROZ, 1997, p.2017)

A escritora relatou ainda uma proximidade marcada por cortesia com o presidente Geisel, além de uma boa relação com sua filha, Amália Geisel. Ademais, alegou, também, poucos encontros com o general João Figueiredo, ressaltando que nunca foi ao Palácio do Planalto ou da Alvorada, como justificativa para seu suposto afastamento da política nacional. “Isso mostra a distância prudente em que sempre me coloquei” (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p.207). Todavia, conforme foi dito inúmeras vezes nessa dissertação, a publicação de textos pela cronista, que elogiavam as ações governamentais ou, algumas vezes, criticavam realizações pontuais dos ditadores, solicitando providências em um tom que indicava, muitas vezes, certa intimidade com o Executivo federal. Sendo assim, pode-se assegurar que Rachel de Queiroz conseguia utilizar uma estratégia de esquecimento como recurso fruto de um silenciamento. A natureza seletiva da narrativa elaborava uma memória constituída a partir de acordos entre o lembrar e o esquecer. A autora era capaz de explorar de outra forma o que deveria ser contado, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando os atos dos protagonistas da ação, assim como os contornos dela. De acordo com Ricoeur (2012):

Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desaparecimento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapontamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer- não- saber (RICOEUR, 2012, P.455).

Portanto, esse abuso do esquecimento está relacionado a um conceito de Ricoeur (2012), perfeitamente aplicável aos relatos de Rachel de Queiroz, e indissociável a ele, chamado de “memória manipulada”, adequado não só à rememoração do passado ligado à ditadura civil-militar, mas também da sua juventude de militância nos grupos de esquerda. Afinal, sob o pretexto frágil, de desencanto, pessimismo e decepção, ela, na fase mais madura e já flertando com o conservadorismo, passou a banalizar sua ligação com o Partido Comunista e com grupos trotskistas. Já no período de distensão do regime militar, ela passou a relativizar a sua atuação como apoiadora do sistema. Dessa forma, ela passou a recordar e enunciar determinados acontecimentos e contextos em detrimento de muitos outros que eram silenciados ou caíram no esquecimento⁶³.

Rachel de Queiroz preferiu reconfigurar o passado ou, de certa forma, dissimular uma concessão de uma imagem de uma figura pública permeada de inconsistências ou contradições. Para tentar se justificar, ela afirmou em tom generalizante: “Pergunte ao Shakespeare, ele que define mulher como inconsistência, teu nome é mulher”. (RODA VIVA, IN: São Paulo. Tv Cultura. 01/07/1991). A questão central na constituição dessa memória manipulada é a afirmação de uma identidade, tanto em termos individuais, quanto em termos coletivos. De acordo com o filósofo francês, dentro desse quadro se manifestam as ideologias, que também têm papel de integrar e proteger identidades, construídas em torno do recurso a uma memória fundadora comum que, de forma quase imperceptível, serve como distorcedora e legitimadora de uma determinada ordem. Por consequência, o que acontece é uma instrumentalização da memória, que é processada para ser fiadora de discurso e práticas de legitimação.

Na verdade, a escritora, na esteira de Ricoeur e Bourdieu, criou uma memória de intelectual coerente a partir do que se pode conceituar como “envolvimento moderado”, ou de uma “intelectual moderada”. Rachel de Queiroz, a partir da complexidade geral da sua

⁶³ De acordo com Ricoeur (2012), esse esquecimento era denominado esquecimento de fuga, o qual seria uma expressão de um esquecimento por estratégia de evitação motivada pela vontade ou necessidade de não informar, de um não-querer-saber.

narrativa, criou uma representação dela mesma como um subterfúgio de coerência. Sintetizando para melhor fundamentar, pode-se observar que a autora, quando mais jovem, frequentou de forma efêmera grupos militantes de esquerda e acompanhou grupos conservadores no período democrático entre as ditaduras, sem se alinhar claramente a nenhum partido político. Além disso, de acordo com ela, apoiou abertamente somente o golpe militar e o governo Castelo Branco, contudo, afastou-se de Costa e Silva e somente se aproximou de Médici por questões sociais. Não frequentou as rodas sociais nas quais se encontravam os generais Geisel e Figueiredo, no entanto, elogiava suas ações em seus textos, aparentando, algumas vezes, certa familiaridade. Por conseguinte, essa memória de uma literata coerente e moderada sempre esteve presente na sua construção oficial, podendo ser uma tentativa sofisticada de não encarar um balanço honesto do seu passado de apoio à ditadura militar.

Dessa maneira, ao longo do tópico, podem-se perceber várias questões relativas ao tempo, presentes na escrita de Rachel de Queiroz, ora visto subjetivamente como inexorável e impetuoso, ora detentor da possibilidade de eternizar suas palavras presentes em suas obras. Então, exatamente considerando essa perpetuação de suas opiniões, a escritora esforçou-se para dominar o tempo por meio do controle da memória relativa à sua trajetória. Afinal, o ato de reminiscência recorre não só às experiências vivenciadas, mas trata-se de uma reconstrução que depende do momento, do lugar, das emoções e dos laços sociais estabelecidos no instante em que a experiência foi vivenciada e reproduzida. Portanto, por meio de entrevistas, a partir do momento de distensão da ditadura civil-militar, a cronista se esforçou para desvincular sua imagem de qualquer movimento político e associar-se, cada vez mais, à representação de uma intelectual moderada que envelhecia, de forma bastante pessimista e de espírito inadequado diante da modernização que avançava no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras, os pensamentos têm o seu valor inalterável. Veja-se Homero: o que dele ficou, ficou, íntegro e absoluto. Mas, das obras de arte e mecânica do seu tempo, que resta? Uns cacos de templos, pedaços rotos de colunatas, restos desirmanados de anatomia de estátuas enterradas – relíquias que, para se apreciarem melhor, precisa-se recorrer à imaginação. Mas para apreciar a *Ilíada* não é mister apelar para imaginação nenhuma – basta ler, basta ouvir. O pensamento, como um animal de sangue quente, é indivisível: pode morrer mas não subsiste fragmentado. (O Cruzeiro, 1972, p.130)

Ao problematizar as 198 crônicas, escolhidas para esta pesquisa, publicadas no recorte temporal de 20 anos, especialmente na revista *O Cruzeiro* e o no jornal *O Povo*, foi possível concluir que houve uma linearidade no apoio da escritora Rachel de Queiroz às principais ações do governo militar. Os seus textos abertamente, sem medo de expor sua opinião, celebraram e legitimaram, muitas vezes, as principais ações políticas, econômicas, culturais e sociais implementadas pelos generais ditadores. Inicialmente, foi perceptível o entusiasmo da cronista com o processo de implantação do regime militar e com todas as ações as quais tirariam os herdeiros varguistas da política no Brasil. No governo Médici, a cronista propagandeou o milagre econômico e todos os empreendimentos que visavam modernizar e integrar o país, estimulando o patriotismo no Brasil, como forma de ganhar adesão ao projeto e atenuar as críticas da oposição. No momento de distensão do regime, a autora esteve sempre ao lado das medidas cujas tornaram “lenta e gradual”, sustentando a importância do voto indireto nas eleições para presidente, uma vez que, segundo ela, era perfeitamente compatível com a soberania popular, em detrimento ao movimento das *Diretas Já*, o qual, naquele momento, já expandia o engajamento em caráter nacional.

Algumas vezes foi perceptível o desconforto da escritora frente a algumas ações governamentais, especialmente relacionadas ao Nordeste, durante a ditadura militar. Era uma cobrança recorrente de Rachel de Queiroz, a chegada da modernização na região a fim de desenvolvê-la economicamente e atenuar os efeitos da seca. A falta de ações efetivas, além dos longos e recorrentes períodos de estiagem, o quais reiteravam velhos problemas, irritavam-na e faziam gerar textos provocativos. No entanto, na revista *O Cruzeiro*, geralmente na semana seguinte, era publicada uma crônica se retratando e ressaltando aspectos positivos do Executivo federal. No *O Povo*, quando ela já tinha uma maior liberdade, tendo em vista a suavização da censura no final da década de 1970, as desaprovações nunca atingiam o presidente da república, sempre eram direcionadas aos órgãos governamentais, como se não houvesse uma ligação entre eles. Além disso, as reais dificuldades da região,

geradas pela concentração fundiária, crescimento das desigualdades e miséria, nunca foram questionadas e eram até sufocadas, frente à celebração das práticas assistencialistas e previdenciárias para o homem do campo, implantadas naquele momento.

A relação da cronista com a modernização conservadora encaixou-se perfeitamente nas definições de Berman (2014), as quais caracterizavam a aventura da modernização como algo paradoxal, capaz de gerar um turbilhão de transformações, contradições e angústias, posto que, na maioria das vezes, havia uma inadequação do espírito às transformações materiais. Rachel de Queiroz se fascinou e propagandeou, em seus textos, as mudanças de caráter econômico e cultural, de cunho liberal e conservador, demonstrando um apreço ainda maior para as ações, que ressaltavam valores moralistas, patrióticos e nacionalistas, como as educacionais, cujas afastavam os jovens da contestação e os integravam ao projeto de crescimento da nação. Entretanto, houve, na verdade, um predomínio das crônicas que criticavam os efeitos do progresso e a obsolescência dos equipamentos urbanos, nas quais a escritora sempre alegava que o homem moderno seria incapaz de se adequar à aceleração do ritmo da vida e vivia, portanto, encurralado no seio do progresso, sufocado por ele.

Essa inadequação do espírito da escritora aos efeitos do moderno, no que concerne as transformações morais e comportamentais, era bastante perceptível nas crônicas que possuíam como temática principal jovens e mulheres. Portanto, a cronista, constantemente lembrada nas pesquisas acadêmicas pela sua obra literária a qual apresentava personagens que subvertiam a ordem, ainda muito jovens, diante de questões sociais relativas ao casamento, divórcio, maternidade e sexualidade. Conquanto, as representações femininas de Rachel de Queiroz, a qual se declarava “antifeminista confessa” eram antiquadas e elitizadas, visto que, diante das conquistas do período estudado, banalizou importantes aquisições sociais da mulher, além de distinguir permissividades distintas para classes sociais diferentes. Já a juventude era vista, pela cronista, com certa preocupação, uma vez que ela seria a responsável pela formação do futuro do Brasil. Consequentemente, transformou seu texto em um tom panfletário, buscando, além da adesão ao projeto nacionalista, a dissidência de qualquer ação contestatória, fosse ela política ou comportamental. Mesmo na década de 1980, quando o governo militar mostrava sinais de debilidade e o país passava por inúmeros problemas sociais e econômicos, a escritora se mostrou preocupada com questões sociais crônicas, colocando em debate as necessidades dos “menores”, vítimas de exclusão e do preconceito social, sem questionar, no entanto, a concentração de renda e as desigualdades que se agravavam no país.

No recorte temporal, abordado na dissertação, Rachel de Queiroz envelheceu, ampliando sua rede de contatos sociais, tanto no seu ambiente de trabalho, quanto nas rodas de intelectuais, as quais freqüentou, fato que contribuiu para a transformação de suas convicções, tornando-as mais conservadoras, além de ampliar as afinidades políticas com um grupo de militares os quais detinham o poder político nacional. Esse grupo do qual ela fazia parte, seja nos periódicos nos quais trabalhou, na editora José Olympio, CFC e ABL, manifestava sempre as ideologias e valores da sua própria natureza que era conservadora. Por conseguinte, suas idéias e seu respaldo poderiam ser aproveitados para o controle político do processo de modernização ou manutenção do seu prestígio, compartilhando uma cultura política na qual haveria uma “elite” civil e militar, cuja comandaria os rumos da nação e que, de forma acertada, iria excluir as decisões das massas, afinal, elas eram incapazes de atuar politicamente de forma coerente.

Durante a ditadura militar, em meio a reflexões sobre o tempo e memória, a escritora relativizou ou renegou algumas características dos seus tempos remotos, como mulher que quebrou padrões de comportamento sociais, militante comunista e trotskista, forjando uma identidade desiludida frente às lutas da esquerda e a de “antifeminista confessa”, com o intuito de reafirmar sua postura conservadora e alinhada aos padrões da ditadura vigente no Brasil. À vista disso, a partir dos escritos de Paul Ricoeur (2012), constatou-se que o acontecido foi uma instrumentalização da memória, a qual acionou para ser a fiadora de discursos e práticas de legitimação de uma determinada identidade, gerando uma “memória manipulada”. Esse conceito também pode ser perfeitamente utilizado, nos momentos finais do regime militar, quando ela passou a relativizar a sua atuação como apoiadora do sistema. Dessa forma, a escritora selecionou, recordou e enunciou determinados acontecimentos e contextos em detrimento de muitos outros, quando apoiou e festejou as ações governamentais. Dessa forma, percebeu-se que Rachel de Queiroz criou uma memória de intelectual coerente a partir do que se pode conceituar como “envolvimento moderado”, ou de uma “intelectual moderada”, a partir da complexidade geral da sua narrativa, gerando uma representação dela mesma pouco comprometida com as ações do seu passado.

Deste modo, problematizando tanto aspectos da trajetória da escritora Rachel de Queiroz, durante a ditadura militar no Brasil, como seus textos publicados em grandes periódicos, nesse período, enxergou-se as ações dessa importante intelectual sob um ângulo diferente, percebendo as suas astúcias de legitimação do regime político vigente no país, por meio de suas crônicas semanais. Ademais, procurou-se compreender os efeitos da implementação da modernização conservadora, no meio urbano e rural, por meio de relatos e

experiências vividas pela cronista, nesses ambientes, reforçando suas características conservadoras, principalmente ao analisar os efeitos dessas mudanças no cotidiano desses “lugares praticados” por ela. Mesmo tendo consciência de que as práticas intelectuais da autora, a importância de seus romances e publicações jornalísticas como reflexo de seus pensamentos, opiniões e experiências de vida, ao longo de sua vida, são assuntos ainda pouco estudados e com potencial a fim de despertar novos questionamentos historiográficos, busquei contribuir com a pesquisa histórica, abordando um período mais extenso da sua escrita, ao longo do governo dos militares, diversificando os periódicos utilizados e explanando aspectos diferentes do que já havia sido abordado em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

AIRES, Mary Pimentel. **Terral dos Sonhos: o cearense na música popular brasileira**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Gráfica e Editora Arte do Brasil, 1994.

ALBUQUERQUE, A. **As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semiárido durante o regime militar (1964- 1985)**. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, M. H. T e WEIS, LUIS. “Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro não: Música popular cafona e ditadura militar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum (O Sertão do Ceará na Literatura do século XIX)**. Rio de Janeiro: Relume / Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BECHER, F. Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. [S.l.]. **Anais...** [S.l.]: ANPUH, p. 1–16, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 6. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 1987.

BONAVIDES, Paulo. **Demócrito Rocha: uma vocação para a liberdade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

BOURDIEU, Pierre. “**A juventude é apenas uma palavra**”: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 2005.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CAMPOS, Moreira; DE SOUSA MONTENEGRO, João Alfredo; ROCHA, Demócrito. **Demócrito Rocha: o poeta e o jornalista**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. O Conselho Federal de Cultura, 1971- 1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p.81-98, jan./ jun. 2006,

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP; Paralelo, 2003.

CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés-do-chão”. In: _____. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Práticas Letradas e a Construção do mito civilizador: “Luzes”, Seca e Abolicionismo em Fortaleza (1873 – 1904)**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COMBLIN, Padre Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional: o Poder Militar na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p.85-104, 2009.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). *História Unisinos*, v. 18, n. 3, p. 544-557, 2014.

DA COSTA Miriane Peregrino e PEREIRA, Victor Hugo Adler. A (Im) pertinente: Questões de Gênero e engajamento na Literatura de Rachel de Queiroz. **Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social**, v. 11, p. 153-176, 2012.

DA SILVA, Michel Goulart. Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 144, p. 36-43, 2013.

DELGADO, G. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DIAS, Ângela Maria. “Memória da cidade disponível: foi um Rio que passou em nossas vidas – A crônica dos anos 60”. In: RESENDE, Beatriz. **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: CCBB, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Red Dados**, v. 5, n. 2, 2000.

ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FANINI, Michele Asmar. **Fardos e fardões**: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, R.S.S. **A Última Página**: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64. 2015. 284f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Apresentação. In: _____ (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 5.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GALUCIO, Andreia Lemos Xavier. “A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n], 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Andrea-LemosXavierGal%C3%BAcio.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2016.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Encurralada**: O Sacerdote e o Feiticeiro. 2. ed. Intrínseca Ltda. 2014.

_____. **A Ditadura Escancarada**: As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910 -1964). 2015.388f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: Sua História. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O éthos Rachel. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES (Org.). **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997

_____. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: AGIR, 2005.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**: O breve século XX - 1914, 1991. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “Mulher em Revista”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, Fernanda Coelho. **A “Fiadora do governo”**: As crônicas de Rachel de Queiroz na revista O Cruzeiro (1960 -1975). 2015. 231f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

_____. “A modernização autoritária – conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: MOTTA, R. P. S; REIS, D. A.; RIDENTI, M.; (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca na História do Ceará”. In: SOUZA, S. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

NERY, Hermes Rodrigues. **Presença de Rachel**: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz. São Paulo: FUNPEC, 2002.

NETTO, Accioly. **O Império do papel**: os bastidores de O Cruzeiro. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

OLIVEIRA, José de Arimatéia Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Rev. Espacialidades**, v. 2, n. 1, 2009.

ORTIZ, Renato José P. A moderna tradição brasileira. In: _____. **Cultura brasileira e indústria cultural**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. “Revisitando os tempos dos militares”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é Contracultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção “Primeiros Passos”.)

PESAVENTO, Sandra J. “Crônica: Leitura sensível do tempo”. **Anos 90**, Porto Alegre, n.7. 1997, p. 29-37.

_____. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. “A era dos modelos flexíveis”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

PORTUGAL, Niedja L. T. **Estudantes em Movimento (Fortaleza, 1969-1979)**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

QUEIROZ, Rachel de. “Terra”. In: QUEIROZ, Rachel de. **As Terras Ásperas**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.

_____. “Os frutos do progresso”. In: QUEIROZ, Rachel de. **As Terras Ásperas**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. **Tantos Anos: uma biografia**. Rio de Janeiro: Arx, 2004.

REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

REMÔND, René. Por uma História Presente. In: REMÔND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade Revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SÁ, Adísia. **Traços de união: Demócrito Rocha, 110 anos depois**. [S.l.]:Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, Paul. “O Processo Econômico”. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967.

SOIHET, Rachel e ESTEVES, Flávia Cópio. “O Centro da Mulher Brasileira (CMB- RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2015000301001&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2017.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v.2, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/agbtl/jodenir.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. [S.l.]:Nova Fronteira, 2006.

FONTES

Crônicas em Periódicos

Revista O Cruzeiro

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro. 1964 – 1975.

QUEIROZ, Rachel de. Passado & Presente. O Cruzeiro. 07/03/64. p.130.

_____. Lavoro. O Cruzeiro. 18/04/64. p.130.

_____. Revolução pelo Rádio. O Cruzeiro. 09/05/64. p.130.

_____. A nova Revolução. O Cruzeiro. 23/05/64. p.130.

_____. A caça as feiticeiras. O Cruzeiro. 27/06/64. p.146.

_____. O Grande desafio. O Cruzeiro. 22/08/1964. p.130.

_____. Propriedade Agrária. O Cruzeiro. 29/08/1964. p.130.

_____. Rio, de Novo. O Cruzeiro. 05/09/64. p.130.

_____. Carta a Daniel Pereira, Editor. O Cruzeiro. 19/09/64. p.130.

_____. Brasil, ontem e hoje. O Cruzeiro. 10/10/64. p.114.

_____. A eterna Jeune- Fille. O Cruzeiro. 31/10/64. p.130.

_____. Regeneração. O Cruzeiro. 18/07/64. p.130.

_____. JK. O Cruzeiro. 25/07/64. p.130.

_____. A Grita impaciente. O Cruzeiro. 12/09/64. p.130.

_____. Primeiro aniversário. O Cruzeiro. 01/05/65. p.114.

_____. Ceará Industrial. O Cruzeiro. 23/01/1965. p.114.

_____. Paulo Afonso no Ceará. O Cruzeiro. 27 /02/1965. p.114.

_____. O Ato número dois. O Cruzeiro. 20/11/65. p.114.

_____. O Quarto poder. O Cruzeiro. 01/05/65. p.130.

_____. Brasil no Futuro. O Cruzeiro. 16/10/65. p. 114.

_____. A Educação e a Cultura. O Cruzeiro. 11/12/65. p.114.

_____. Balanço de fim de ano. O Cruzeiro. 08/01/66. p.106.

_____. Ano Novo & Ano Velho. O Cruzeiro. 15/01/66. p.114.

_____. Morte & vida. O Cruzeiro. 12/02/66. p.114.

_____. Medida de Tempo. O Cruzeiro. 12/03/66. p.130.

_____. O “nude – look. O Cruzeiro. 05/03/66. p.114.

_____. Eternidade. O Cruzeiro. 13/05/66. p.114.

_____. Os Bons Tempos. O Cruzeiro. 20/05/66. p.114.

- _____. Os mortos. O Cruzeiro. 26/05/66. p.114.
- _____. Seca. O Cruzeiro. 29/06/1966. p.114.
- _____. Reforma Agrária e os Questionários do Brasil. O Cruzeiro. 13/07/1966. P.114.
- _____. Reforma Agrária e os Questionários do Brasil II .O Cruzeiro. 20/07/1966. p.114.
- _____. Neves de Antanho. O Cruzeiro. 25/09/1966. p.122.
- _____. O controle de natalidade. O Cruzeiro. 27/05/67. p.114.
- _____. O homem e o tempo. O Cruzeiro. 17/06/67. p. 122.
- _____. Máquinas. O Cruzeiro. 20/07/67. p. 122.
- _____. Professores Militares. O Cruzeiro. 27/01/68. p. 122.
- _____. O Recomeço. O Cruzeiro. 04/08/70. p.130.
- _____. Mudança. O Cruzeiro. 11/08/70. p.138.
- _____. Seca e Trabalho. O Cruzeiro. 18/08/1970. p.146.
- _____. Os sequestros. O Cruzeiro. 01/09/70. p.138.
- _____. Sudene. O Cruzeiro. 08/09/1970. p.146.
- _____. Gosto de Brasil. O Cruzeiro. 15/09/70. p.146.
- _____. Carta aos alunos e mestres da faculdade de Letras de Friburgo. O Cruzeiro. 10/11/1970. p.146.
- _____. Pesquisas. O Cruzeiro. 17/11/70. p.146.
- _____. Megalópole. O Cruzeiro. 24/03/71. p. 146.
- _____. Televisão. O Cruzeiro. 31/03/71. p. 146.
- _____. A lei da selva. O Cruzeiro. 07/04/71. p. 154.
- _____. Rondon, Mauá & Capistrano. O Cruzeiro. 23/06/71. p. 114.
- _____. Não há mais distâncias. O Cruzeiro. 30/06/71. p. 130.
- _____. O governo chega ao Sertão. O Cruzeiro. 28/04/71. p.130.
- _____. Notícias para o Presidente Médici. O Cruzeiro. 12/05/71. p.130.
- _____. Obsolência . O Cruzeiro. 26/05/71. p. 130.
- _____. Hora Decisiva. O Cruzeiro. 08/09/ 1971. p.130.
- _____. O Homem Morto. O Cruzeiro. 16/10/71. p.130 .
- _____. As heranças do passado. O Cruzeiro. 27/10/71. p. 130.
- _____. Declarações para 1972. O Cruzeiro 12/01/1972. p.130.
- _____. Publicidade. O Cruzeiro. 02/02/72. p.130.
- _____. Incentivos para a cultura. O Cruzeiro. 15/11/72. p.130.

- _____. Automóveis. O Cruzeiro. 24/11/71. p. 130.
- _____. O desastre. O Cruzeiro. 08/12/71. p. 130.
- _____. O milagre e o sertão. O Cruzeiro. 29/12/71. p.130.
- _____. A B C do Brasil. O Cruzeiro. 05/01/72. p. 130.
- _____. A lei na megalópole. O Cruzeiro. 29/03/72. p. 130.
- _____. Os pais e os jovens bichos – folhetim nº 1. O Cruzeiro. 04/04/72 p.130
- _____. Os pais e os jovens bichos – folhetim nº 2. O Cruzeiro. 11/04/72 p.130
- _____. Os pais e os bichos – folhetim nº 3. O Cruzeiro. 19/04/72 p. 130.
- _____. Os pais e os bichos – folhetim nº 4. O Cruzeiro. 26/04/72 p.130 .
- _____. Cavalo x Automóvel. O Cruzeiro. 11/10/72. p. 130.
- _____. Máquinas da morte. O Cruzeiro. 21/02/73. p. 114.
- _____. Geração. O Cruzeiro. 04/04/73 p.130.
- _____. Nudez. O Cruzeiro. 06/06/73. p..
- _____. Sociedade de consumo. O Cruzeiro. 05/09/73. p. 130.
- _____. Balão cativo. O Cruzeiro. 19/12/73. p..
- _____. Promessas de ano novo. O Cruzeiro. 16/01/74. p. 122.
- _____. O Pequeno adeus ao Presidente. O Cruzeiro. 27/03/74. p.114.
- _____. Velho e Velhice. O Cruzeiro.10/04/1974. p.114.
- _____. Eletrificação Rural I. O Cruzeiro. 17/04/1974. p.114.
- _____. Eletrificação Rural II. O Cruzeiro. 24/04/1974. p.114.
- _____. Enfermeiras. O Cruzeiro. 24/04/74. p.82.
- _____. Trem de ferro. O Cruzeiro. 01/05/74. p.114.
- _____. Depois das Chuvas. O Cruzeiro. 31/07/1974. p..
- _____. Ufania. O Cruzeiro. 07/08/74. p.82.
- _____. SPCCMM .O Cruzeiro. 28/08/74. p. 82.
- _____. Democracia. O Cruzeiro. 18/09/1974. p.82.
- _____. Viajar. O Cruzeiro. 09/10/74. p.82.
- _____. A crise. O Cruzeiro. 23/10/74. p.82.
- _____. Um sonho. O Cruzeiro. 27/11/1974. p.82.
- _____. Amigos. O Cruzeiro. 08/01/75. p.82.

Jornal O Povo

O Povo. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha. 1977 – 1984.

- QUEIROZ, Rachel de. Trabalhos de Mulher. Jornal O Povo. 28/03/1977. p.3.
- _____. Entrevistas. Jornal O Povo. 10/05/1977. p.3.
- _____. Frugalidade. Jornal O Povo. 06/06/1977. p.3.
- _____. Vida Segura. Jornal O Povo. 28/06/1977. p.3.
- _____. Salamandra. Jornal O Povo. 25/07/77. p.3.
- _____. Muito obrigada. Jornal O Povo. 29/08/1977. p.3.
- _____. As engenhocas do Lar. Jornal O Povo. 07/11/77. p.3.
- _____. Pó ao pó. Jornal O Povo. 26/12/1977. p.3.
- _____. Carne Viva. Jornal O Povo. 13/03/1978. p.3.
- _____. Notícia e Louvação (merecida). Jornal O Povo. 19/03/1978. p.3.
- _____. Questão de falar. Jornal O Povo. 07/05/1978. p.3.
- _____. O Mobral. Jornal O Povo. 25/06/1978. p.3.
- _____. Cada vida. Jornal O Povo. 23/07/1978. p.3.
- _____. O cavaleiro fiel. Jornal O Povo. 30/07/1978. p.3.
- _____. Assistência Rural. Jornal O Povo. 14/08/1978. p.3.
- _____. Metrô. Jornal O Povo. 24/09/1978. p.4.
- _____. Cidade. Jornal O Povo. 01/10/1978. p.4.
- _____. Como não dar entrevistas. Jornal O Povo. 22/10/1978. p.3.
- _____. Viver e Morrer. Jornal O Povo. 12/11/1978. p.3.
- _____. Moça mãe. Jornal O Povo. 19/11/1978. p.3.
- _____. As feiras livres. Jornal O Povo. 17/12/1978. p.3.
- _____. Não aprenderam nada, não esqueceram nada. Jornal O Povo. 14/10/1979. p.3.
- _____. Creches. Jornal O Povo. 28/10/1979. p.3.
- _____. Ano de 1980. Jornal O Povo. 13/01/1980. p.4.
- _____. Favela da Maré. Jornal O Povo. 03/02/1980. p.4.
- _____. Carnaval. Jornal O Povo. 02/03/1980. p.4.
- _____. O Time e nós. Jornal O Povo. 09/03/1980. p.4.
- _____. Aborto. Jornal O Povo. 16/03/1980. p.4.
- _____. José Américo. Jornal O Povo. 23/03/1980. p.4.
- _____. A Seca e emergência. Jornal O Povo. 04/05/1980. p.4.

- _____. Greve e Chuva. Jornal O Povo. 18/05/1980. p.4.
- _____. Carta ao presidente João Figueiredo. Jornal O Povo. 25/05/1980. p.4.
- _____. Eles são de menor. Jornal O Povo. 28/07/1980. p.4.
- _____. Consumo. Jornal O Povo. 17/08/1980. p.4.
- _____. Cantiguinha do Sufoco. Jornal O Povo. 14/09/1980. p.4.
- _____. A Terra. Jornal O Povo. 05/10/1980. P.4.
- _____. Brasil. Jornal O Povo. 26/10/1980. p.4.
- _____. Para onde vais. Jornal O Povo. 16/11/1980. p.4.
- _____. Talvez não seja sonho. Jornal O Povo. 23/11/1980. p.4.
- _____. Mundo cão. Jornal O Povo. 17/12/1980. p.4.
- _____. As Mordomias. Jornal O Povo. 25/01/1981. p.4.
- _____. Convivência de contrários. Jornal O Povo. 01/02/1981. p.4.
- _____. Chuva no Nordeste. Jornal O Povo. 29/03/1981. p.4.
- _____. Os descartáveis. Jornal O Povo. 05/04/1981. p.4.
- _____. Propaganda Eleitoral. Jornal O Povo. 17/05/ 1981. p.4.
- _____. Voto do Analfabeto. Jornal O Povo. 07/06/ 1981. p.4.
- _____. O ano 2000. Jornal O Povo. 04/10/1981. p.4.
- _____. Resposta a um SOS. Jornal O Povo. 18/10/1981. p.4.
- _____. Espírito de Corpo. Jornal O Povo. 01/11/1981. p.4.
- _____. E o Nordeste?.Jornal O Povo. 09/11/1981. p.4.
- _____. Trânsito. Jornal O Povo. 15/11/1981. p.4.
- _____. Democracia. Jornal O Povo. 29/11/1981. p.4.
- _____. Democracia II. Jornal O Povo. 06/12/1981. p.4.
- _____. Poluição. Jornal O Povo. 21/03/1982. p.4.
- _____. Eleições e partidos. Jornal O Povo. 11/04/1982. p.4.
- _____. O cinema e os mecenas. Jornal O Povo. 18/04/1982. p.4.
- _____. Brasil Potência. Jornal O Povo. 25/04/1982. p.4.
- _____. Tamanho do Mundo. Jornal O Povo. 02/05/1982. p.4.
- _____. Carta do Sertão. Jornal O Povo. 30/05/1982. p.4.
- _____. Reportagem política. Jornal O Povo. 06/06/1982. p.4.
- _____. Rio de Janeiro. Jornal O Povo. 13/06/1982. p.4.
- _____. As máquinas e a morte. Jornal O Povo. 20/06/1982. p.4.
- _____. Desemprego. Jornal O Povo. 16/08/1982. p.4.
- _____. Trabalhos de Mulher. Jornal O Povo. 30/08/1982. p.4.

- _____. Saudades de Dinah. Jornal O Povo. 20/12/82. p.4.
- _____. A água e a vida. Jornal O Povo. 10/07/1983. p.4.
- _____. Eleição para presidente. Jornal O Povo. 17/07/1983. p.4.
- _____. Amor Febril. Jornal O Povo. 21/08/1983. p.4.
- _____. O Nordeste é viável. Jornal O Povo. 04/09/1983. p.4.
- _____. A fome não pode esperar. Jornal O Povo. 11/09/1983. p.4.
- _____. Notícias do Sertão. Jornal O Povo. 06/11/1983. p.4.
- _____. De profundis (e a esperança). Jornal O Povo. 08/01/1984. p.4.
- _____. Carta da FUNABEM. Jornal O Povo. 20/01/1984. p.4.
- _____. Liderança e Eleição. Jornal O Povo. 11/03/1984. p.4.
- _____. Dia da Mulher. Jornal O Povo. 25/03/1984. p.4.
- _____. Os migrantes. Jornal O Povo. 08/04/1984. p.4.
- _____. Os juro. Jornal O Povo. 22/04/1984. p.4.
- _____. Dívida de gratidão. Jornal O Povo. 29/04/1984. p.4.

Outras Fontes

- QUEIROZ, Rachel de. Oração para 1971. Diário Pernambucano. 01/01/ 1971. p.3.
- _____. 1970. Diário Pernambucano. 09/01/1970. p.3.
- _____. Obra de uma vida. Diário Pernambucano. 30/07/1970. p.3.
- _____. A Revolução do INL. Diário Pernambucano. 24/11/1971. p.3.
- _____. As Cassandras. Diário Pernambucano. 09/10/1972. p.3.
- _____. A revolução do INL. Diário Pernambucano. 24/11/1972.
- _____. JO faz aniversário. Diário Pernambucano. 19/12/1972. p.3.
- _____. A imagem do governo. Diário Pernambucano. 31/03/1973. p.3.
- _____. A besta de ferro. Diário Pernambucano. 16/04/1973. p.3.
- _____. Notícias de Jornal. Diário Pernambucano. 05/05/1973. p.3.
- _____. Funrural. Diário Pernambucano. 12/05/1973. p.3.
- _____. TV. Diário Pernambucano. 17/09/1973. p.3.
- _____. O MOBREAL e os infanto-juvenis. Última Hora. 03/11/ 1975. p.4.
- _____. Cidadania. Jornal O Comércio. 07/03/ 1976. p.4.
- _____. “As Meninhas”. In: QUEIROZ, Rachel de. As Meninhas e outras crônicas. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1976.
- _____. “Mulher”. In: QUEIROZ, Rachel de. As Meninhas e outras crônicas. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1976.

- _____. Nós e o presidente. Última Hora. 10/01/1983. p.4.
- _____. Perfil Político. Última Hora. 24/01/1983. p.4.
- _____. Ainda apostado no Brasil. Última Hora. 14/03/1983. p.4.
- _____. Retorno ao Passado. Última Hora. 21/03/ 1983. p.4.
- _____. A cidade e seus guardas. Última Hora. 21/03/1983. p.4.
- _____. A fraternidade morena. Última Hora. 04/04/ 1983. p.4.
- QUEIROZ, Rachel de. Mocidade e Cupim. Última Hora. 18/04/ 1983. p.4.
- _____. A eleição para Presidente. Última Hora. 11/07/1983. p.4.
- _____. O imposto calamidade. Última Hora. 25/07/1983. p.4.
- _____. Palavras antigas. Última Hora. 03/12/1983. p.4.
- _____. Eleição Direta. Última Hora. 19/12/1983. p.4.
- _____. Eleições. Última Hora. 30/01/1984. p.4.
- _____. Dia da mulher. Última Hora. 19/03/ 1984. p.4.
- _____. “Terra”. In: QUEIROZ, Rachel de. As Terras Ásperas. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

_____. “Os frutos do progresso”. In: QUEIROZ, Rachel de. As Terras Ásperas. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

Entrevistas com Rachel de Queiroz

Em Livros

NERY, Hermes Rodrigues. Presença de Rachel: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz. São Paulo: FUNPEC, 2002

INSTITUTO Moreira Salles (org.) Cadernos de Literatura Brasileira nº 4, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1997.

Em Periódicos

QUEIROZ, Rachel de. Entrevista à Folha Ilustrada. depoimento. [setembro de 1998].São Paulo: Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Gerson Camarotti. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38515.shtml>. Acessado em 20/06/2016.

_____. É preciso Romance: depoimento. [2 de outubro de 1996]. São Paulo: Revista Veja. Entrevista concedida a Gerson Camarotti. Disponível em:

<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33069?page=8§ion=1>. Acessado em 20/06/2016.

_____. A velha senhora na Academia: depoimento. [17 de abril de 1977]. São Paulo: Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Isa Cambará. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/04/17/348>. Acessado em 20/06/2016

Em audiovisuais

Programa Frente a Frente com Arnaldo Niskier. Rede Vida. s/d (provavelmente 1998). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F6Wl0vzRhLM>. Acesso em 20/06/2016.
Rachel de Queiroz no Programa Roda Viva de 01/07/1991. Tv Cultura. Disponível em: <https://vimeo.com/139796529>. Acesso em 20/06/2016.

Artigos em periódicos sobre a escritora

BEZERRA, João Clímaco. Rachel de Queiroz: Viagem para o tempo. O Cruzeiro, ano XLIII, nº13, 31/03/1971, Rio de Janeiro. P.102-107.
Especial: Enfim, a mulher imortal. Revista Veja, nº 466, 10/08/1977, São Paulo. P.87-90.
Rachel de Queiroz eleita para a ABL. O Povo. 05/08/1977. p.4.
Rachel de Queiroz tom posse na ABL. O Povo. 05/11/1977. p.12.
Caderno Especial. Rachel 90 anos – Memorial de uma Sertaneja. O Povo. 17/11/2000.
Caderno Especial. Rachel de Queiroz (1910 – 2003). O Povo. 05/11/2003.

Livro de Memórias escrito pela autora

QUEIROZ, Rachel de; Queiroz, Maria Luiza de. Tantos Anos: uma biografia. Rio de Janeiro: Arx. 4ª Ed. 2004.